

**FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**



**A INTEGRAÇÃO DAS ESCOLAS SECUNDÁRIAS NO ESPAÇO  
URBANO. O CASO DOS *LICEUS* CONSTRUÍDOS NA  
TRANSIÇÃO DA MONARQUIA PARA A I REPÚBLICA NA  
CIDADE DE LISBOA**

**ANA CRISTINA CHAVES ALFARELA**

**Dissertação Orientada pelo Prof. Doutor José Manuel Simões**

**MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM URBANIZAÇÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

**2007**

## ÍNDICE

Pág.

<b>RESUMO</b>	<b>lii</b>
<b>ABSTRACT</b>	<b>iv</b>
<b>PREFÁCIO</b>	<b>v</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>PARTE I: CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA E HISTÓRICA</b>	<b>4</b>
<b>CAPÍTULO I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO</b>	<b>5</b>
1.1. Das origens do conceito liceu até à denominação de escola secundária	5
1.2. A centralidade dos equipamentos de ensino secundário no urbanismo	5
1.3. Percurso metodológico: construção do <i>corpus</i> documental	8
<b>CAPÍTULO II: EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA INSTALAÇÃO DOS LICEUS EM PORTUGAL</b>	<b>11</b>
2.1. Antecedentes históricos da instalação dos primeiros liceus	11
2.2. O Liberalismo Monárquico	14
2.3. A I República	28
2.4. O Estado Novo	32
2.5. Após o 25 de Abril	37
<b>PARTE II: OS LICEUS DE LISBOA NA TRANSIÇÃO DA MONARQUIA PARA A I REPÚBLICA</b>	<b>42</b>
<b>CAPÍTULO III: CONCEPÇÃO DO EDIFÍCIO LICEAL</b>	<b>43</b>
3.1. Programação	43
3.1.1. Autoria dos projectos	46
3.1.2. Os projectos	48
3.2. Arquitectura	52
3.3. Construção	59
<b>CAPÍTULO IV: INSERÇÃO URBANÍSTICA DO LICEU</b>	<b>64</b>
4.1. Localização do liceu no espaço urbano	64
4.2. Distribuição espacial dos liceus	73
4.3. Implantação dos edifícios liceais	77
4.4. Caracterização do espaço urbano envolvente dos liceus	79

<b>CAPÍTULO V: ARTICULAÇÃO DO LICEU COM A COMUNIDADE LOCAL</b>	83
5.1. O liceu enquanto instituição	83
5.2. Inserção do liceu na comunidade	83
5.2.1. Actores da instituição de ensino liceal	83
5.2.2. Meios de interacção/difusão do liceu	86
5.3. Os equipamentos liceais na dinâmica urbana	87
<b>PARTE III: A INTEGRAÇÃO URBANÍSTICA E SOCIAL DAS ESCOLAS SECUNDÁRIAS: O CASO DOS LICEUS CONSTRUÍDOS NA TRANSIÇÃO DA MONARQUIA PARA A I REPÚBLICA NA CIDADE DE LISBOA</b>	89
<b>CAPÍTULO VI: ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO</b>	90
6.1. Objectivos da investigação	90
6.2. Metodologia de trabalho	91
<b>CAPÍTULO VII: ENQUADRAMENTO DAS ESCOLAS SECUNDÁRIAS NA CIDADE DE LISBOA E NA ÁREA ENVOLVENTE</b>	94
7.1. Evolução da cidade de Lisboa	94
7.2. Caracterização das áreas envolventes das escolas secundárias	102
<b>CAPÍTULO VIII: CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS SECUNDÁRIAS NA ACTUALIDADE</b>	116
8.1. Contextualização das escolas secundárias na actualidade	116
8.2. Caracterização das escolas secundárias em estudo	126
<b>CAPÍTULO IX: INTERACÇÕES DAS ESCOLAS SECUNDÁRIAS COM AS RESPECTIVAS ÁREAS ENVOLVENTES</b>	132
	128
9.1. Caracterização da população inquirida nas três escolas	
9.2. Dinâmicas das escolas	128
9.3. Relação com o espaço físico exterior	129
9.4. Relação com a comunidade envolvente	137
9.5. Conflitos/inserções	141
	142
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	151
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	
<b>ÍNDICE DE FIGURAS</b>	156
<b>ÍNDICE DE QUADROS</b>	162
<b>SIGLAS UTILIZADAS NO TEXTO</b>	164
<b>ANEXOS</b>	165
	166

## RESUMO

A elaboração do presente trabalho teve como objectivo central compreender se as escolas secundárias, herdeiras dos antigos liceus construídos na transição da Monarquia para a I República, se encontram bem integradas física e socialmente na cidade de Lisboa actualmente. A presente dissertação encontra-se estruturada em três partes, e é composta por nove capítulos e uma conclusão. Na primeira parte, faz-se uma contextualização teórica e histórica desta temática através de um enquadramento teórico e da evolução histórica dos liceus em Portugal. Na segunda parte, caracterizam-se os liceus da cidade de Lisboa na transição da Monarquia para a I República através da concepção do edifício, da sua inserção urbanística e da articulação do mesmo com a comunidade local. Na terceira parte, este trabalho centra-se no estudo de caso, ou seja, a integração urbanística e social das escolas secundárias: de Camões, de Pedro Nunes e Passos Manuel, na cidade de Lisboa. Este estudo atende ao tipo de interacções que se estabelecem entre estas escolas e o espaço envolvente como forma de integração das escolas no espaço urbano.

Nos nossos dias, estas escolas secundárias, apesar de terem uma localização privilegiada na cidade de Lisboa, poderiam encontrar-se mais bem integradas na comunidade local a que pertencem. A integração das escolas nas cidades fomentaria relações de maior proximidade e desenvolveria ligações de parceria podendo até resolver-se problemas comuns. Relativamente à inserção urbanística, verifica-se que estas escolas se encontram melhor integradas fisicamente nas áreas onde estão localizadas. As cidades para se desenvolverem necessitam do contributo das escolas secundárias, logo poderia haver uma maior aposta na promoção destas escolas, que por sua vez poderiam desempenhar um papel mais activo na dinamização das cidades. Já existe uma certa abertura da escola em relação ao exterior, mas ainda são necessárias mais medidas, tanto do interior, como do exterior da escola, para que uma relação mais estreita se possa desenvolver e assim a escola se integre física e socialmente.

Palavras-Chave: Liceu, Escola Secundária, Inserção Urbanística, Comunidade Local, Integração.

## ABSTRACT

The main purpose of this dissertation was to ascertain whether the secondary schools (*escolas secundárias*), successors to the old high schools (*liceus*) built in the transition from the Monarchy to the First Republic, were successfully integrated, physically and socially, in the city of Lisbon, at present. This dissertation comprises nine chapters and a conclusion. In the first part, there is a theoretical and historical contextualization of this subject through a theoretical framework and through the historical evolution of high schools in Portugal. In the second part, there is a comprehensive description of high schools in the city of Lisbon in the transition from the Monarchy to the First Republic through the building conception, its urban assimilation, and its correlation with the local community. In the third part, this dissertation focuses on a case study, that is, the urban and social integration of three secondary schools: “Camões”, “Pedro Nunes” and “Passos Manuel”, in the city of Lisbon. The study takes into account the type of interaction between these schools and the surrounding space as a way of integrating them into the urban space.

Nowadays, despite being in ideal locations in the city of Lisbon, these secondary schools could be better integrated in their own local community. Their integration would foster closer relations and it would establish partnerships to the point of helping to provide a solution to common problems. As far as the urban inclusion is concerned, these schools are better integrated in the areas where they are located, from a physical point of view. In order to develop, cities need the contribution of secondary schools, hence there could be a greater involvement in promoting these schools, which in turn could play a more active role in breathing life into cities. Schools have already opened up to the outside world, but further steps are still necessary, both from within and from outside the school, so that a closer relation might develop, contributing to the physical and social integration of schools.

Keywords: High School, Secondary School, Urban Assimilation, Local Community, Integration.

## PREFÁCIO

Agradeço ao meu orientador Prof. Doutor José Manuel Simões a confiança em mim depositada ao longo deste trabalho, pelo à vontade com que sempre me deixou, o incentivo que me deu em momentos de algum desalento e a resposta rápida em algumas circunstâncias decisivas.

Agradeço a colaboração dos três Conselhos Executivos onde realizei os inquéritos e o à vontade com que me deixaram para realizar os inquéritos nas respectivas escolas. Agradeço também a disponibilidade dos funcionários, professores, alunos e responsáveis pelos arquivos das mesmas.

Agradeço à Dr. Júlia Serra e à Dr. Filomena Beja pelas conversas, pelo incentivo e simpatia.

Agradeço àquelas pessoas que com pequenas conversas, mas com grande sentido e apoio sobre a dissertação me ajudaram a seguir em frente neste trabalho.

Ao Pedro Palma pelo apoio e ajuda no tratamento estatístico, mais uma vez mostrou que está lá quando é preciso. Ao Carlos e Edgar pelos inquéritos. Á Ana pela disponibilidade e pelo português e à Márcia pelo resumo em inglês.

À minha mãe pela descontração e ao meu pai pela força, determinação e apoio.

Ao Diogo não há palavras de agradecimento que cheguem para todo o apoio, ajuda e ânimo que me deu ao longo da realização deste trabalho.

## INTRODUÇÃO

A escolha da temática da nossa investigação recaiu sobre o liceu, actual escola secundária, por se tratar de um equipamento colectivo urbano, que tem uma influência significativa e estruturante no espaço urbano, para além de exercer uma grande influência no espaço onde se insere. A escola secundária, pelas funções que tem vindo a desempenhar ao longo dos anos, constitui uma peça de equipamento colectivo urbano muito importante no desenvolvimento cultural e económico nas áreas em que está integrado.

É fundamental fazer-se desde já um esclarecimento prévio relativamente à utilização do conceito liceu. A nossa investigação incide sobre as escolas secundárias actuais, herdeiras dos antigos liceus construídos na transição da Monarquia para a I República. Quando falamos de liceu estamos a reportar-nos ao período anterior a 1975 e quando falamos em escolas secundárias referimo-nos ao período após 1975. A nomenclatura de liceu foi substituída por escola secundária, apesar de ser o mesmo edifício de que se fala. Actualmente a denominação de liceu já não se utiliza, uma vez que após o 25 de Abril passaram todos a denominar-se escolas secundárias, contudo ainda hoje muitas são conhecidas como liceus. Também ao longo deste trabalho terão as duas denominações.

Nesta dissertação optámos por estudar concretamente estas escolas por duas razões. A primeira razão subjacente à escolha destas escolas prende-se com as próprias características das mesmas, uma vez que foram as primeiras a serem construídas de raiz na cidade de Lisboa. Apesar de já terem sido construídos outros edifícios de raiz para instalar liceus, estes constituíram as primeiras construções “modernas” em Portugal, que perduraram e se mantiveram actuais até aos nossos dias. Outra das razões prende-se com a necessidade de delimitar um certo período de tempo, uma vez que as características das próprias escolas variam conforme o tempo vai passando. Assim, existem dois momentos-chave ao longo deste trabalho. O primeiro é no contexto da construção dos liceus e a sua implantação na cidade e o segundo corresponde à actualidade.

Ao elaborarmos este trabalho, tivemos como objectivo central analisar a integração da escola no espaço urbano através das interacções que se estabelecem entre ambos.

Assim, colocámos três hipóteses de trabalho que ajudarão a compreender a integração da escola no espaço urbano.

A primeira prende-se com o papel que as escolas secundárias desempenham nas cidades. Procurar-se-á verificar se estas escolas são espaços dinamizadores no espaço urbano.

A segunda hipótese pretende caracterizar que tipo de relações que se estabelecem entre estas escolas e a área envolvente. Por um lado se as relações da escola com a comunidade envolvente e por outro lado se a própria dinâmica urbana e utilização dos espaços envolventes contribuem para uma maior integração da escola no meio.

A terceira e última hipótese procura identificar os possíveis conflitos/ inserções das escolas e com as áreas envolventes.

A presente dissertação encontra-se estruturada em três partes, desenvolvidas em nove capítulos e a conclusão. Na primeira parte, faz-se um enquadramento teórico-conceptual do tema; na segunda, analisa-se a concepção do edifício liceal e a sua inserção urbanística e social; na terceira parte, desenvolve-se o estudo de caso na actualidade.

No primeiro capítulo é feito um enquadramento da problemática do estudo das escolas secundárias em Portugal. No segundo capítulo é feita uma abordagem geral à evolução dos liceus em Portugal, das principais reformas de que foi alvo o ensino liceal e as suas implicações nos edifícios liceais. O estudo da evolução histórica dos liceus não está apenas centrado nos aspectos especificamente educativos, mas relacionado com os aspectos políticos, económicos e sociais, abordando as várias reformas pelas quais foi passando o ensino ao longo do tempo.

Para analisarmos com mais rigor a integração dos equipamentos liceais na cidade tivemos de nos restringir a um período de tempo mais circunscrito, uma vez que as características dos mesmos variam muito ao longo do tempo. Assim, ficou definido o período da transição da Monarquia para a I República na cidade de Lisboa, que foi também o período em que se realizaram as primeiras construções de raiz para edifícios liceais nesta cidade. Com base no período atrás definido desenvolvemos os três próximos capítulos.

Ao longo do segundo capítulo são definidas as concepções do edifício liceal, tais como a programação, arquitectura e construção, que, pelo período em que sucederam, apresentam características que as distinguem de todas as outras.

No terceiro capítulo é abordada a questão da inserção urbanística do liceu, tendo em conta a localização, a distribuição espacial na cidade, a implantação e caracterização do espaço onde foram instaladas em edifícios construídos de raiz.

No quarto capítulo é feita uma análise do ambiente social do liceu e da forma como ele se relacionava com o espaço social envolvente.

Finalmente, a terceira parte desenvolve-se na actualidade, para se tentar compreender se estes equipamentos presentes há tanto tempo na cidade se encontram bem ou mal integrados na área envolvente que os rodeia. Nesta parte faz-se um enquadramento metodológico do estudo de caso, um enquadramento das escolas na cidade de Lisboa e nas suas respectivas áreas envolventes, uma caracterização das escolas secundárias actuais e finalmente analisam-se as interacções entre as escolas secundárias e respectivas áreas envolventes.

A integração das escolas nas cidades encontra-se directamente relacionada com a evolução das mesmas. À medida que as cidades se expandem e se desenvolvem são necessários equipamentos que as sirvam. Algumas destas escolas foram construídas inicialmente no centro das cidades e outras nas suas periferias, mas sempre tendo em conta a população e o desenvolvimento da cidade. As que foram construídas no centro da cidade estão actualmente situadas em espaços físicos e sociais mais envelhecidos, enquanto que as que foram construídas nas áreas de expansão se encontram agora localizadas nas novas centralidades das cidades.

Este trabalho pretende compreender se actuais escolas secundárias, edifícios liceais construídos no final da Monarquia e início da I República, se encontram integradas na cidade actualmente. Apesar de muito circunscrita à cidade de Lisboa e a um período cronológico breve, esta primeira experiência de edificação de liceus foi uma importante base para futuros equipamentos escolares.

## **PARTE I**

# **CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA E HISTÓRICA**

## **CAPÍTULO I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

### **1.1. Das origens do conceito de liceu à denominação de escola secundária**

A origem do conceito de liceu remonta à Antiguidade Grega, por volta de 335 a.C. quando Aristóteles se estabeleceu em Atenas. Aristóteles ensinava Filosofia num *gymnasium* nos jardins anexos ao templo consagrado a Apolo Lykeios.

O nome de liceu foi dado à escola deste filósofo, mas nesta altura ainda não era um edifício, mas um espaço exterior em que o mestre e os seus discípulos circulavam. A partir dessa época, o nome de liceu foi dado a vários estabelecimentos de instrução.

Em França, Pilastre de Rosiers, em 1787, fundou com o nome de liceu um instituto literário onde professores ensinavam Letras e Ciências. Em 1808, um decreto imperial estendeu este nome aos estabelecimentos superiores de instrução secundária que foram fundados em substituição das escolas centrais.

Em Portugal, os liceus foram criados pelo Decreto-Lei de 17 de Novembro de 1836. Estes funcionavam como escolas do ensino secundário. Este Decreto-Lei destinava-se a um plano de criação e instalação dos liceus nacionais, que eram de inspiração francesa e visavam reformar e modernizar os estudos secundários. A instituição do liceu em Portugal ocorreu aquando da afirmação do liberalismo, mais concretamente no movimento denominado Setembrismo, liderado por Manuel da Silva Passos. Este inspirou-se no modelo republicano francês do *lycée*. Esta reforma propunha a instalação dos liceus nas capitais de distrito, constituindo a primeira rede escolar deste tipo de equipamentos. Foram criados 18 liceus nesta altura.

Ao longo de várias décadas manteve-se a nomenclatura de liceu em Portugal, mas em 1975 uma medida legislativa deu origem às escolas secundárias e criou as mesmas em várias localidades.

O final dos liceus ficou também marcado por um Decreto-Lei em 1978, que determinava que todos os estabelecimentos de ensino secundário passassem a ter designação genérica de escolas secundárias.

### **1.2. A centralidade dos equipamentos de ensino secundário no urbanismo**

A escola secundária constitui-se como um espaço de transformação, através de um processo onde intervêm vários elementos e onde se pretende responder a preocupações de ordem política, económica, administrativa e pedagógica. O reconhecimento da

identidade e especificidade do ensino secundário justificou a necessidade de existir um estabelecimento expressamente vocacionado para este tipo de ensino, a escola secundária. A este conceito são atribuídas frequentemente diferentes concepções, mas ao longo desta dissertação será abordado enquanto equipamento urbano. A relação entre o equipamento de ensino secundário e a cidade manifesta-se de variadíssimas formas. A escola, enquanto equipamento urbano, serve uma vasta população, criando nesses locais muita circulação e dinâmica.

A temática dos equipamentos de ensino secundário não se encontra muito explorada dentro das áreas da Geografia, e apesar de fazer parte do campo de investigação da História da Educação, também aqui constitui um campo de investigação muito recente em Portugal.

Apesar de existir bastante investigação acerca dos estabelecimentos de ensino secundário no campo da História da Educação, a questão do edifício liceal em si é relegada para segundo plano. Os estudos elaborados acerca dos estabelecimentos de ensino focam essencialmente as relações que se estabelecem no interior do edifício escolar, as políticas educativas, entre outros aspectos, mas que não estão relacionados com o próprio edifício. Segundo Marques (2003), numa comunicação apresentada num congresso de História da Educação em Portugal em 1988, numa lista de mais de 300 publicações de 130 autores, não figuraram trabalhos cujo tema central fosse o espaço escolar.

Quando se aborda a interacção entre a escola e o espaço urbano, estamos ainda mais afastados deste tipo de investigação, o que torna este trabalho pioneiro. Aqui serão analisadas algumas interacções da escola com o meio físico e social envolvente para se tentar compreender se a escola se encontra integrada na cidade. Neste trabalho, a integração é entendida segundo duas perspectivas: uma física e uma social, não nos estando a referir à integração na nação, nem à integração em grupos. A integração social refere-se à relação da escola com a comunidade, ao conjunto de interacções sociais entre a população escolar e a comunidade envolvente. A integração física da escola prende-se com a sua implantação no tecido urbano.

A relação que se estabelece entre o espaço escolar e o espaço urbano enquadra-se numa perspectiva de inter-relações que condicionam a utilização e apropriação do espaço. O processo de urbanização e as transformações na ocupação e organização do espaço deram origem a novas configurações territoriais, alterando muitas vezes o sentido e as formas de apropriação e identificação territorial por parte da população. Neste

contexto, a escola poderia assumir uma forma de integração na cidade que pudesse até atenuar e, quem sabe solucionar problemas decorrentes desta forte urbanização.

A escola poderia ser utilizada como um elemento de referência para o desenvolvimento de novas formas de urbanização que promovessem a interacção social e cultural. Desta forma, a escola poderia assumir uma nova centralidade num espaço urbano redimensionado em função de novos valores.

Isto prende-se com o facto de, em primeiro lugar, a educação não se esgotar nos anos de escolaridade obrigatória e poder ser complementada ao longo de toda a vida, quer ao nível da educação para adultos, quer ao nível de uma formação contínua da população. Em segundo lugar, a escola, para desempenhar convenientemente a sua função educativa, deve interessar-se e envolver-se nas condições materiais e culturais da comunidade a que pertence.

A escola poderia surgir como um elemento identificador, uma vez que toda a envolvente da escola, desde a comunidade e as suas instituições até ao próprio meio físico, intervém de facto e de forma permanente no processo educativo.

A arquitectura escolar deveria não só ser bem integrada na paisagem urbana, como constituir elemento ordenador e de referência na leitura do bairro e da cidade.

*“Os espaços escolares deverão ocupar posições centrais - físicas e simbólicas - no tecido urbano e referências na imagem da cidade. Com a forma e a imagem deverão articular-se as funções. O município, a direcção escolar do concelho ou da freguesia e as associações pertinentes, deverão realizar contratos para a gestão de infra-estruturas e de equipamentos comuns. Os espaços escolares deverão inserir-se ou articular-se, o mais possível, com outros espaços cívicos, do jardim público à biblioteca municipal, do parque desportivo ao centro cultural. Todos estes elementos do espaço urbano serão devidamente cuidados – no enquadramento paisagístico, na limpeza, na acessibilidade.”*<sup>1</sup>

As diferentes implantações dos edifícios escolares na cidade reflectem as diferentes formas de organização do espaço das cidades ao longo do tempo. Os equipamentos colectivos têm um papel determinante na organização do território e na imagem e projecção exterior das cidades. Os equipamentos de ensino são, por um lado, consequência e, por outro lado, causa do processo de desenvolvimento económico e social.

---

<sup>1</sup> CARNEIRO, Roberto *et al* (2000), *O Futuro da Educação em Portugal – Tendências e Oportunidades – Um estudo de reflexão prospectiva* – Tomo II – As dinâmicas de contexto, Ministério da Educação, Lisboa.

Ao longo da vida é necessário dispor de instrumentos que estimulem e proporcionem a aquisição de conhecimentos actualizados que permitam a valorização do cidadão e das comunidades. O sistema de ensino deveria estar preparado para assegurar a educação ao longo da vida de cada indivíduo. Na cidade, a escola secundária deve constituir um ponto focal de cada comunidade, com o qual se articulam outros espaços: espaços de trabalho, de habitação, de lazer.

O urbanismo de aprendizagem, que se pretende contínuo e praticado ao longo da vida de cada cidadão, terá um sustentáculo fundamental na integração das telecomunicações e das tecnologias da informação. Este urbanismo terá de ser acompanhado por um renascimento de espaços físicos, de contactos e trocas presenciais, promotores de vivências e de solidariedades e que deverão ser complementados com acções no espaço vivido.

Neste novo contexto, a escola situa-se agora numa relação de concorrência com outras agências de educação, numa situação de horizontalidade em que precisa de conquistar e defender o seu espaço e a sua especificidade. Na sociedade educativa, estruturada em redes de educação e formação, a instituição escolar constitui apenas o nóculo entre outros, tendo perdido a antiga legitimidade de reclamar o monopólio da função educativa. Assim, torna-se necessário redefinir e valorizar novos papéis para a escola, adequados a esta nova situação e que correspondam a funções e objectivos que ela esteja em melhores condições de satisfazer, em comparação com outras agências da rede educativa. Um desses papéis, que continuará a garantir à instituição escolar uma grande visibilidade e centralidade na vida social é o da função social de custódia e enquadramento das crianças e jovens.

### **1.3. Percurso metodológico: construção do *corpus* documental**

O percurso metodológico seguido nesta dissertação baseou-se na pesquisa, recolha e análise de documentos de duas épocas distintas: a fase de instalação dos liceus em Portugal e a actualidade.

No período correspondente à instalação dos liceus em Portugal, foi necessário recorrer a fontes primárias que se encontravam dispersas por vários arquivos pertencentes ao Ministério da Educação e Biblioteca Nacional. Pegámos em relatos de inspectores da altura, em testemunhos e em histórias da educação, que nos foram dando uma perspectiva da evolução do ensino em Portugal e das diferentes modificações que foram ocorrendo.

Para a actualidade também recorreremos aos arquivos do Ministério da Educação, mas numa perspectiva actual. Assim, como foram também realizados inquéritos à população das escolas que foram construídas na transição da Monarquia para a I República como forma de obter alguma informação relativamente à actualidade.

O tema dos edifícios liceais não é um tema central na História da Educação, como já foi dito anteriormente, por isso foi necessário partir de documentos que abordavam o ensino liceal para depois se poder focar o tema dos edifícios liceais.

Para termos uma perspectiva da evolução do ensino em Portugal consultámos CARVALHO, Rómulo de (1986), que fez uma abordagem a toda a história do ensino em Portugal, desde a fundação da nacionalidade até ao final do regime de Salazar/Caetano.

Para o período de instalação dos liceus em Portugal consultámos vários autores dos quais destaco: ADÃO, Áurea (1982) e PINTO, Ana (2002) autoras fizeram análises da instalação dos liceus em Portugal, focando o edifício em si.

Nos últimos anos, tem havido um maior interesse pela temática dos liceus, é abordada em variados estudos, mas sempre na perspectivada História da Educação, como são exemplos os trabalhos desenvolvidos por vários autores. Um estudo que nos parece muito importante referir dentro desta temática é o do SILVA, Carlos Manique da (2002). Este autor aborda as questões da arquitectura liceal e um pouco da sua relação com o espaço.

Outro estudo desenvolvido no âmbito dos edifícios liceais é o de MOREIRA, Fernando (2003), que apesar de focar concretamente os liceus do Estado Novo, também aborda a arquitectura dos espaços escolares.

MONIZ, Gonçalo Canto (2002) é outro autor que foca a relação entre a instrução e a arquitectura.

Em Portugal, um dos principais investigadores da História da Educação é o Professor António Nóvoa que com os seus trabalhos contribuiu para que se desenvolvessem os estudos relacionados com os edifícios escolares. Recentemente, foi publicado um trabalho coordenado por NÓVOA e PINTO (2003) que aborda esta temática, no início do qual é feita uma abordagem ao tema dos edifícios liceais, identificando-se três fases nos seus programas de construção e as sociabilidades locais promovidas pelos mesmos. Ao longo desse trabalho são ainda publicadas monografias de todos os liceus de Portugal Continental que foram criados até 1950 e se mantiveram em funcionamento até ao momento da sua extinção.

Uma fonte utilizada para a actualidade foi o documento *Instrumentos para o Reordenamento da Rede Educativa* do DEPARTAMENTO DE AVALIAÇÃO PROSPECTIVA E PLANEAMENTO do Ministério da Educação que nos deu uma perspectiva das condições a que obedecem as escolas na actualidade.

Existem vários trabalhos que abordam a escola enquanto estabelecimento de ensino e alguns enquanto edifício, mas na perspectiva da relação da escola com o espaço urbano, este trabalho é pioneiro.

## **CAPÍTULO II: EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA INSTALAÇÃO DOS LICEUS EM PORTUGAL**

As mudanças tecnológicas, económicas, sociais, pedagógicas e políticas exercem sobre o sistema educativo, muito particularmente sobre os equipamentos educativos, pressões profundas que tendem a conduzir a mudanças.

O liceu, ao longo do seu processo de construção, foi inevitavelmente marcado pelo decurso da história. A forma como este equipamento tem interagido com a cidade e as diversas concepções do urbanismo tem mudado ao longo do tempo. Isto deve-se à sua importância social, económica e política que tem mudado significativamente ao longo da sua existência.

Apesar de o liceu, actual escola secundária representar uma importância inquestionável na actual sociedade contemporânea, a sua afirmação foi muito lenta e marcada por comportamentos de desconfiança e até de conflitualidade.

Com este estudo tenciona-se, essencialmente, focar a relação entre o equipamento escolar e a cidade e de que forma é que este se tem vindo ou não a integrar na mesma.

Cronologicamente, o estudo desta temática inicia-se na primeira metade do século XIX e termina nos nossos dias. O primeiro marco referido não foi estabelecido aleatoriamente, uma vez que está intimamente relacionado com um dos principais momentos da instituição dos liceus em Portugal.

Assim, optou-se por iniciar a evolução histórica dos liceus pelo momento mais relevante da sua criação, o ano de 1836, quando Manuel da Silva Passos, mais conhecido por Passos Manuel e assim designado daqui em diante, criou formalmente os liceus, através do Decreto de 17 de Novembro, que entre outras medidas pretendia criar um liceu em cada capital de distrito, excepto Lisboa, que teria dois.

O período de duração dos liceus em Portugal prolongou-se de 1836 até 1978, altura que foram substituídos pelas escolas secundárias.

### **2.1. Antecedentes históricos da instalação dos primeiros liceus em Portugal**

Para se compreender a importância da evolução dos liceus em Portugal é necessário analisar, ainda que muito resumidamente, o período antecedente à sua criação.

Neste período já existiam diversos estabelecimentos de ensino em Portugal a cargo de diversas instituições, nomeadamente as religiosas, mas que eram sobretudo orientados para a vida religiosa: “*Em Portugal, as primeiras escolas foram os Mosteiros.*”<sup>2</sup>

Alguns estabelecimentos de ensino tinham surgido na época dos Descobrimentos, ligados à classe mercantil; outros surgiram ligados ao aparelho do Estado com a multiplicação de pequenos cargos públicos. Estas actividades necessitavam de população com os conhecimentos aceitáveis para as poderem desempenhar. Também existiam aulas e colégios de Primeiras Letras, Latim e Música que dependiam do poder régio e de doadores; outros eram financiados pelos municípios e ainda existia o ensino particular exercido em residências.

Nos séculos XVI e XVII, a Companhia de Jesus deteve o monopólio dos ensinos médio e superior em Portugal, mas durante a governação de Marquês de Pombal, os jesuítas foram expulsos de Portugal. O alvará de 28 de Junho de 1759 extinguiu o ensino da Companhia de Jesus em Portugal. Os colégios jesuítas existentes foram substituídos por cadeiras avulsas, ao mesmo tempo que o ensino se afastava do poder religioso, ao qual estava intimamente ligado. Foi criado um sistema de ensino estatal e laico, que actualmente se designa por ensino básico, secundário (clássico e profissional) e ensino universitário. Em 1759 foi criada pelo Marquês de Pombal uma Directoria-Geral dos Estudos, que tornava o ensino dependente do Estado. Este foi o primeiro organismo coordenador do ensino em Portugal, mas a partir de 1759, a direcção do ensino foi cometida a diversas entidades.

A reforma pombalina não é considerada o ponto de partida do ensino secundário, mas é um marco fundamental para o desenvolvimento deste tipo de ensino. Nesta reforma foram criadas as cadeiras isoladas de Grego, Latim, Retórica e Filosofia, que funcionavam independentemente nas residências dos professores ou em casas alugadas.

Em 1772 foi criado um subsídio literário para resolver as questões relacionadas com as despesas da educação.

Ao longo do século XVIII, o Estado vai assumindo gradualmente o poder no que concerne às questões educativas.

A partir de 1782 a política educativa orientou-se no sentido de um ensino secundário régio, que na maioria dos casos se resumia à Gramática Latina.

---

<sup>2</sup> BEJA, Filomena; SERRA, Júlia; MACHÁS, Estella; SALDANHA, Isabel (1990), *Muitos Anos de Escolas: Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*, Volume I, Ministério da Educação / Direcção-Geral de Administração Escolar, Lisboa.

Neste período antecedente ao liberalismo, já haviam sido tomadas medidas no sentido de o ensino ser colectivo, público e afastado da casa do professor.

Em Lisboa tinham sido criados uns “Estabelecimentos Públicos de Ensino Secundário”, onde se concentravam e reuniam professores régios, que até aqui apenas leccionavam, isoladamente, nas suas residências.

Estes estabelecimentos constituíram “*um verdadeiro primeiro ensaio de escola pública de estudos secundários*”<sup>3</sup>, onde estavam concentradas exclusivamente cadeiras de estudos secundários.

Estavam instalados em partes de edifícios religiosos, entretanto extintos ou em andares de rendimento. Não foram construídos edifícios, alugava-se o espaço de ensino.

A distribuição destes edifícios, pela cidade de Lisboa, era feita segundo uma lógica administrativa. Os nomes dos Estabelecimentos correspondiam aos bairros a que pertenciam.

Não se conhece a data da criação destes estabelecimentos, mas segundo Pinto (2002) um documento datado de 1837, que foi enviado ao Conselho Geral do Director do Ensino pelo Comissário dos Estudos em Lisboa, apresentava uma lista com a descrição sumária desses Estabelecimentos. O “Estabelecimento do Bairro Alto”, instalado no antigo Hospício de S. João Nepomuceno; O “Estabelecimento do Bairro de Belém”, instalado no “extinto Mosteiro dos Frades Jerónimos, hoje Real Casa Pia”; O “Estabelecimento do Bairro do Rocio”, “no extinto Convento dos Torneiros na Rua dos Douradores”; e o “Estabelecimento do Bairro de Alfama”. Este último terá sido extinto por falta de exercício.

Em 1837 restavam apenas três estabelecimentos, que se encontravam distribuídos por três bairros: central, ocidental e oriental.

Esta distribuição esteve na origem da futura organização tripartida do Liceu de Lisboa. Posteriormente, foi designado pelas suas três secções, que prevaleceram até ao início do século XX. Nesta altura, as secções oriental e ocidental tornaram-se independentes da central, das quais nasceram os três liceus da capital.

Com estes estabelecimentos, parecia estar a evoluir-se no sentido da criação de uma unidade física, para o ensino secundário público em Lisboa. Aqui encontravam-se reunidos semanalmente professores, que anteriormente leccionavam nas suas residências.

---

<sup>3</sup> PINTO, Ana Teresa Santa-Clara (2002), *Os caminhos de construção da escola*, Dissertação de Mestrado em História da Educação, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

A concentração dos estudos secundários nestes estabelecimentos contribuiu muito para a emancipação dos mesmos. Para além disso, implicava a proibição de actividade lectiva em residências.

*“O projecto previa para Lisboa três liceus, correspondentes aos antigos estabelecimentos do Bairro Alto, Rossio e S. João Nepomuceno...”<sup>4</sup>*

## **2.2. O Liberalismo Monárquico**

O século XIX marcou o fim do Antigo Regime e o início da Era Liberal. Entre os anos 20 e 50 do século XIX, houve um período de grande agitação e de acesa luta política em Portugal. A Revolução Liberal de 1820 não conduziu a nenhuma reforma educativa, conviviam-se com diferentes projectos, mas nenhum se destacava. Até 1834 não foi permitido um grande investimento na instrução, uma vez que o país atravessava um período de grande despesa pública com os conflitos internos. A vitória liberal em 1834 não trouxe consigo um período de grande estabilidade, o que também não favoreceu a melhoria do ensino. As reformas iam-se sucedendo e não chegavam à fase de concretização ou por vezes eram logo abolidas. A Revolução de Setembro de 1836 foi um momento decisivo na afirmação do regime liberal. O período que imediatamente se seguiu ficou marcado por diversas reformas políticas, económicas, sociais e educativas.

A reforma educativa que marcou com mais intensidade a instalação dos liceus em Portugal, foi a reforma de Passos Manuel, em 1836. A instituição deste tipo de estabelecimento não foi responsabilidade exclusiva dos Setembristas, mas é a estes e à sua figura mais emblemática, Passos Manuel, que fica a dever-se a sua criação.

A ideia de criar os liceus não surgiu com Passos Manuel, outras propostas tinham sido já apresentados anteriormente, tais como por exemplo, a do político liberal Mouzinho de Albuquerque em 1823 e a do lente de Matemática Guilherme Dias Pegado em 1835. Estes projectos já incluíam os liceus como estabelecimentos de ensino secundário.

As bases do projecto da criação dos liceus foram elaboradas pelo vice-reitor da Universidade de Coimbra, Dr. José Alexandre de Campos. Um dos principais motivos que levou à necessidade de estruturar o novo ensino secundário, foi o facto de ser considerado o sector da instrução pública que naquela época necessitava de mais mudanças.

---

<sup>4</sup>ADÃO, Áurea (1982), *A criação e instalação dos primeiros liceus portugueses*, Fundação Calouste Gulbenkian, Oeiras.

*“Attendendo a que a Instrucção Secundária é de todas as partes da Instrucção Pública aquella que mais carece de reforma, por quanto o systema actual consta na maior parte de alguns ramos de erudição esteril, quasi inutil para a cultura das sciencias, e sem nenhum elemento que possa produzir o aperfeiçoamento das Artes, e os progressos da civilisação material do Paiz: Attendendo outrosim a que não pode haver illustração geral e proveitosa, sem que as grandes massas de Cidadãos, que não aspiram aos estudos superiores, possuam os elementos scientificos e technicos indispensáveis aos usos da vida no estado actual das sociedades: Hei por bem Approvar, e Decretar o Plano dos Lyceos Nacionaes, que Me foi oferecido pelo Vice-Reitor da Universidade de Coimbra o Doutor José Alexandre de Campos, e que vai assignado por Manoel da Silva Passos, Secretario d` Estado dos Negocios do Reino...”*<sup>5</sup> (do Preâmbulo do Decreto-Lei de 17 de Novembro de 1836)

Em Portugal, o Decreto de 17 de Novembro de 1836 criou os liceus como escolas do ensino secundário. Este Decreto destinava-se a um plano de criação e instalação dos liceus nacionais, que eram de inspiração francesa e visavam reformar e modernizar os estudos secundários.

Os reformadores liberais tencionavam dar resposta às novas exigências do espírito burguês e à necessidade de formar pessoas com capacidade de desempenhar cargos administrativos face à complexidade do aparelho de Estado. Pretendiam renovar a sociedade portuguesa e para isso contavam com a ajuda do ensino secundário.

Este novo ensino secundário foi estruturado de uma forma mais prática e menos teórica, valorizando o ensino técnico e científico. Em 1836, um dos principais objectivos do ensino liceal era preparar os alunos para os estudos superiores. Outro objectivo era o de formar profissionalmente os alunos que não pudessem prosseguir esses estudos, onde nunca tinha sido feito um grande investimento. Não se pretendia apenas um ensino de preparação para entrar nos estudos superiores, mas também uma formação para a vida.

Esta reforma propunha a instalação dos liceus nas capitais de distrito, constituindo a primeira rede escolar deste tipo de equipamentos.

Foram criados 18 liceus, nas capitais dos distritos, pelo Decreto de 17 de Novembro. Inicialmente foram previstos dois liceus para a cidade de Lisboa, um deles seria o Colégio dos Nobres reformado, mas este não chegou a ser reformado, mas sim abolido. Apesar de o Colégio dos Nobres ter sido abolido, continuou a manter-se a ideia

---

<sup>5</sup> Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes desde 10 de Setembro até 31 de Dezembro de 1836, Sexta Série, Lisboa na Imprensa Nacional. 1837

da criação de dois liceus para a cidade de Lisboa ao longo de 1837, mas no ano seguinte apenas se falava de um liceu e foi essa ideia que perdurou.

Até 1836, os Estabelecimentos Públicos de Ensino Secundário tinham-se tornado a *“única situação de ensino público da capital, tendo absorvido todos os professores régios disponíveis”*<sup>6</sup> e *“até então, o sistema de ensino consistia numa rede de aulas ou cadeiras de estudos secundários espalhadas pelas principais vilas e cidades do país.”*<sup>7</sup>

Existe uma profunda relação entre o nascimento dos liceus e os estabelecimentos públicos de ensino secundário. Os liceus vinham substituir estes estabelecimentos e as aulas secundárias existentes, que se encontravam dispersas e que eram leccionadas pelos professores nas suas residências.

Estes deveriam passar a ser o modelo de referência para o ensino secundário nacional.

As cadeiras a funcionar isoladamente deveriam corresponder a situações pontuais ou a recursos funcionando transitoriamente até que os liceus estivessem instalados.

Não existem dúvidas quando se afirma que a criação dos liceus marcou o início de uma nova era no ensino secundário. Quando se transferiram os estudos secundários para os liceus, retirou-se esta actividade do contexto residencial em que se encontrava e passou-se a colocá-la em edifícios públicos destinados para esse efeito.

Os professores públicos deixaram de leccionar nas suas residências e passaram a ensinar em edifícios públicos, onde outros professores ensinavam outros grupos de alunos.

Enquanto não eram instalados numa casa única, as cadeiras eram ministradas em quartos alugados ou na residência dos professores. A maioria dos professores públicos dava aulas nas suas próprias casas ou em espaços improvisados tal como lojas e oficinas. Muitos professores desempenhavam outras actividades, uma vez que os salários que recebiam não eram muito elevados. Era nesses locais que davam aulas.

O Conselho Superior de Instrução mostrava a necessidade de edifícios públicos para a instalação do ensino secundário, uma vez que, as casas dos professores não podiam ser vigiadas tão livremente, quer pelo público, quer pela inspecção e não possuíam as melhores condições de higiene.

---

<sup>6</sup> PINTO, Ana Teresa Santa-Clara (2002), *Op. Cit.*

<sup>7</sup> PINTO, Ana Teresa Santa-Clara (2002), *Op. Cit.*

Apesar disto continuou a existir a leccionação em contextos residenciais, mas o afastamento do ensino secundário do contexto residencial dos seus professores acabou por realizar-se.

“Só na década de 70 [do século XIX] as últimas cadeiras secundárias independentes, com sede no domicílio dos mestres foram fechadas.”<sup>8</sup> Tanto os alunos, como os professores passaram a deslocar-se diariamente até ao local da escola, onde podia existir um maior controlo do Estado.

É ainda de referir que, quando havia dificuldades em encontrar edifícios públicos e o Estado se via obrigado a recorrer a edifícios pertencentes a particulares. Estes eram considerados edifícios públicos, na medida em que eram locais distintos das residências dos professores.

Esta situação não foi resolvida instantaneamente e prolongou-se ainda por muito tempo, continuando a existir uma grande diversidade de situações de ensino. Isto porque continuou a haver uma generalizada inexistência de edifícios escolares, que deixava como solução os locais onde os professores residiam ou tinham estabelecido outras actividades.

A implementação dos liceus não foi imediata nem linear, quer em relação à sua instalação, quer em relação à sua localização. Verificaram-se muitas dificuldades na instalação dos liceus no país, muito diferentes das urgências e boas intenções da legislação, inicialmente, proposta.

Os liceus percorreram vários locais das cidades até que fossem apresentados projectos para a construção de raiz do edifício liceal. De facto, os que gradualmente se iam instalando nas principais cidades do país deambulavam por sucessivas instalações provisórias e adaptadas. Desde o seu decreto fundador que se lhe atribuía um edifício público, mas em muitos casos as instalações liceais partilharam os edifícios com outras instituições como governos civis e correios.

Os edifícios onde deveriam ficar instalados os liceus, deveriam obedecer às seguintes condições: cinco ou seis salas para aulas, instalações para uma biblioteca, para um laboratório de Química e para um gabinete com três divisões destinadas a experiências, terreno suficiente para a implantação de um jardim experimental, para os

---

<sup>8</sup> VALENTE, Vasco Pulido (1973), *O Estado Liberal e o ensino. Os Liceus Portugueses (1830-1930)*, Gabinete de investigações Sociais, Lisboa.

exercícios de ginástica e o pátio de recreio. Se fosse possível, instalações para professores solteiros e alunos internos.

Nesta altura era muito difícil encontrar edifícios públicos disponíveis que obedecessem a estas condições. Para além disso, o país atravessava uma fase de grande instabilidade, o que não lhe permitia dispor de meios financeiros para investir na construção de novos edifícios que correspondessem a estas condições.

Inicialmente pretendia-se instalar os liceus em edifícios públicos apropriados, mas não foi isso que sucedeu. Os liceus ficaram instalados em antigos conventos das extintas ordens religiosas e antigos palacetes. Aí permaneceram até encontrarem edifícios mais adequados ou construídos de raiz para esse efeito.

Após a extinção das ordens religiosas, o ensino público aproveitou, não só os respectivos professores, como os edifícios onde funcionavam as antigas funções religiosas.

*“ (...) os liceus acabam por ocupar, na sua grande maioria, instalações ou dependências sem condições adequadas à sua natureza e função educativa. O mesmo edifício é partilhado com todo o tipo de serviços ou utilizadores: repartições públicas, hospitais, seminários, corpos militares, inquilinos. Muitos não encontram edifícios públicos e têm de alugar prédios e casas, outrora lugares de habitação. É um pouco entre a arquitectura conventual e a arquitectura doméstica que o liceu traça os seus primeiros passos. A mudança frequente de locais é uma constante.”<sup>9</sup>*

Os liceus foram-se instalando muito lentamente e não se assemelhavam em quase nada à imagem que deles formara Passos Manuel em 1836.

O ano de 1838 pode ser considerado o ano de arranque dos liceus em Portugal. Neste ano ficaram reunidas algumas condições básicas, sem as quais seria impossível a sua instalação.

Em Lisboa foi designado o Conselho do Liceu, um conjunto de professores que se deveria reunir semanalmente e começou-se a questionar qual seria o edifício mais indicado para a instalação do liceu. Não havia nenhum edifício disponível, nesta altura, que conseguisse responder às exigências que o liceu impunha. Mas atendendo à necessidade de escolha de um edifício, havia dois edifícios, o de S. João Nepomuceno e o de Belém. Acabaram por instalar o liceu no primeiro, visto ser o que se encontrava no ponto mais central da cidade e o que dispunha de mais espaço (figura 1).

---

<sup>9</sup> MARQUES, Fernando Moreira (2003), *Os Liceus do Estado-Novo: Arquitectura, Currículo e Poder*, Educa, Lisboa.

**Figura 1: Edifício de S. João Nepomuneceno  
(onde ficou instalado o primeiro liceu de Lisboa e do país).**



Fonte: Arquivo Fotográfico de Lisboa

O de Belém estava muito ocupado pela Casa Pia e estava mais afastado do centro da cidade. O edifício do Rossio tinha sido vendido e o do Colégio dos Nobres seguira outro destino.

*“Do ponto de vista da distribuição e localização das aulas, a estrutura-base em que se organizam os estudos secundários em Lisboa é assumidamente tripartida, decalcada da tríade de Estabelecimentos Públicos que existiam na capital”.<sup>10</sup>*

Mas o facto de se ter atribuído apenas um liceu à cidade de Lisboa era praticamente impensável, visto haver muitos professores e alunos disponíveis. Assim, a organização dos estudos secundários em Lisboa passou por algumas mudanças.

*“ Em 23 de Setembro de 1840, um Decreto do executivo ordenava igualmente que o corpo docente do liceu de Lisboa leccionasse no antigo convento de S. João Nepomuceno, onde se procederia aos “reparos e obras” convenientes. Em 2 de Novembro seguinte, outro Decreto repetia as providências e acrescentava que “nas extremidades oriental e ocidental de Lisboa” se abrissem mais dois cursos de ensino secundário, “ficando um deles no edifício das Mercieiras, contíguo à Sé catedral da Estremadura” e o segundo em Belém,*

---

<sup>10</sup> PINTO, Ana Teresa Santa-Clara (2002), *Op. Cit.*

*no prédio que pertencera às Aulas do “Hospício Real de Nossa Senhora das Necessidades”.*<sup>11</sup>

A aula de Língua Árabe continuou no edifício da Academia Real das Ciências e a aula de Filosofia Racional e Moral perto de S. Paulo.

Finalmente em 1840/41 fica estabelecida a seguinte estrutura: três locais de ensino secundário, com as designações de central, oriental e ocidental, que continuaria a ser seguida nos anos seguintes.

Apesar de alguma estabilidade, persistiram alguns problemas nesta organização, que tentaram ser resolvidos na reforma de 20 de Setembro de 1844 de Costa Cabral.

Esta reforma permitiu manter a opção de um único liceu em Lisboa, mas integrando nele todos os recursos humanos disponíveis. Eliminou os antigos estabelecimentos (escolas oriental e ocidental) e inventou um modelo especial de liceu com três secções: central, ocidental e oriental. Ainda acrescentou a secção comercial, que tinha sobrevivido da reforma de Marquês de Pombal.

A instalação dos liceus em Portugal encontrou grandes dificuldades, o de Lisboa demorou dois anos a ser instalado, em 1838. Os liceus do Porto, Coimbra, Évora e Braga demoraram cerca de quatro ou cinco anos a estabelecer-se. Os restantes liceus do país tiveram de aguardar mais de uma década até ficarem instalados.

No período que decorreu entre a criação dos liceus e 1844, não se chegavam a cumprir as leis aprovadas, devido à instabilidade política e à crise económica que o país atravessava. Entre 1839 e 1840 surgiram algumas dificuldades e manteve-se uma situação de grande instabilidade, mas os liceus acabam por ser instalados.

Em 1844 apenas funcionavam em absoluto e de uma forma muito precária os liceus de Lisboa, Porto e Coimbra: “...até 1844, não será dado um andamento visível à instalação dos liceus.”<sup>12</sup>

A reforma de Costa Cabral, aprovada em de 20 de Setembro de 1844, acelerou o processo de instalação dos liceus. Esta reforma não foi inovadora, mas antes uma modificação do sistema de ensino secundário primeiramente adoptado, mas que se enquadrava dentro do regime político desse período.

Os liceus acabam por abrir as suas portas a uma pequena elite, alunos que possuíam condições económicas que podiam custear as despesas envolvidas na frequência destes estabelecimentos.

---

<sup>11</sup> VALENTE, Vasco Pulido (1973), *Op. Cit.*

<sup>12</sup> ADÃO, Áurea (1982), *Op. Cit.*

Relativamente à reforma de Passos Manuel, esta reduziu o conteúdo escolar e o ensino científico nos liceus.

Nos anos 40, Costa Cabral exerceu uma acção governativa que permitiu avançar com alguns investimentos com vista a melhorar o desenvolvimento do país. Este reformador permitiu o início da viabilização da maior parte dos liceus da província e voltou a recomendar a instalação dos restantes liceus em edifícios públicos apropriados.

Com vista a facilitar a instalação dos liceus, autorizou-se a utilização dos seminários, onde foram colocadas as aulas liceais. Esta decisão facilitou muito a instalação do ensino secundário, uma vez que em praticamente todas as principais cidades existiam seminários.

*“ Particularmente ao nível do ensino secundário, tanto as disposições do Plano dos Liceus Nacionais de Passos Manuel como as da Reforma de Costa Cabral (Decreto de 20 de Setembro 1844), as últimas mais simplificadas e a aconselhar apenas que as aulas dos liceus fossem colocadas em “edifícios públicos devidamente apropriados”, sugerindo para o efeito a utilização dos seminários eclesiásticos, não lograram os resultados desejáveis pelo facto de esses critérios não terem presidido à escolha dos edifícios, pelo menos decisivamente, assistindo-se ao aproveitamento generalizado dos imóveis que surgiam devolutos.”<sup>13</sup>*

A instalação dos liceus continuava a não corresponder às respectivas condições, sendo aproveitados todos os edifícios públicos que iam surgindo, sobretudo os religiosos. Assim, a maior parte dos liceus ficou instalada em condições lastimáveis.

Segundo Adão (*op. cit.*), o liceu de Lisboa foi instalado no extinto convento de S. João Nepomuceno; o de Coimbra inicialmente no antigo Colégio das Artes e depois nas salas do hospital da Universidade; o do Porto no edifício da Academia Politécnica; o de Évora nas aulas dos gerais da antiga Universidade; o de Braga no convento dos Congregados do Oratório; o de Santarém inicialmente no antigo colégio dos jesuítas e depois no Seminário Patriarcal da cidade; o de Viseu no Seminário Episcopal da cidade; o de Vila Real no convento das Recolhidas de Nossa Senhora das Dores; o de Castelo Branco na antiga casa da Misericórdia; o de Beja num prédio cedido pelo bispo e o de Faro num local aconselhável (num largo sossegado).

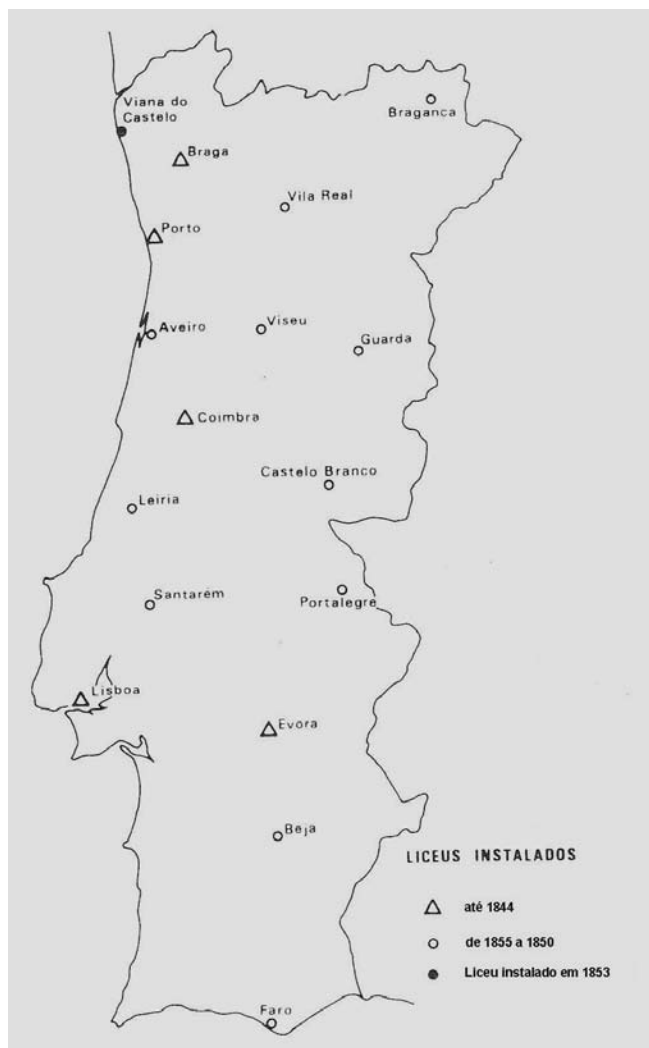
A partir de 1845, existe um verdadeiro impulso na instalação dos liceus, seja em edifícios públicos adequados, seja em casas particulares com poucas condições. Entre

---

<sup>13</sup> SILVA, Carlos Manique da (2002), *Escolas belas ou espaços são? Uma análise histórica sobre a arquitectura escolar portuguesa – 1860 – 1920*, Instituto de Inovação Educacional, Lisboa.

1845 e 1850 entraram em funcionamento onze liceus em Portugal. Os de Santarém, Viseu, Angra do Heroísmo, Funchal, Portalegre, Castelo Branco e Leiria e finalmente os de Aveiro e Vila Real (em imóveis alugados) entre 1849 e 1850, e assim sucessivamente até 1851, quando todos os liceus das capitais de distrito já estavam instalados. Exceptua-se o de Viana do Castelo que foi instalado em 1853 (figura 2).

**Figura 2: Distribuição geográfica dos liceus, desde a sua criação**



Fonte: ADÃO, A. (1982).

Os liceus encontravam-se todos constituídos em 1854-1855, apesar de não estarem instalados em edifícios públicos apropriados.

Uma nova orientação científico-técnica do ensino exigia edifícios próprios, conforme o protagonizado pelo modelo inspirador importado, que transmitia o espírito herdeiro da Revolução Francesa.

Cresceu a ideia de que o ensino científico e moderno só era efectivamente alcançado quando fosse ministrado em edifícios construídos especificamente para o efeito e com princípios higienistas.

Estes ideais marcaram o liceu relativamente às exigências programáticas, construtivas e espaciais, e ao próprio ensino teórico e prático da higiene e da ginástica.

Num quadro de intensa conflituosidade, a acção governativa de Costa Cabral foi fortemente contestada. A instabilidade política e a grave crise económica em que o país se encontrava não permitiam efectuar grandes investimentos no ensino liceal. As disposições legislativas aprovadas nem chegavam a ser cumpridas.

A partir de 1851, Portugal iniciou um período de alguma estabilidade política, período que ficou conhecido por Regeneração.

Devido à tranquilidade política alcançada, na segunda metade do século XIX, foram-se criando em Portugal as condições necessárias para o crescimento sustentado e a modernização do país. Apesar de lento, Portugal desenvolve um contínuo processo de reestruturação com implicações económicas e sociais, que conduziram a um grande desenvolvimento em termos educacionais.

Ainda nos finais de 1858, o Conselho Superior de Instrução Pública queixava-se do estado lastimoso de alguns liceus nacionais e da necessidade de obras urgentes para estes edifícios. Do mesmo modo, até ao início da segunda metade do século XIX, nenhum liceu tinha sido construído de raiz pelo Estado, o que demonstra a falta de investimento nesta matéria.

Segundo vários autores, é neste período que as instituições educativas contemporâneas iniciam um claro processo de consolidação. Foi ao longo das décadas de 1800, que foram criadas a maior parte das instituições escolares e foram estas que serviram de base para o século XX.

O primeiro edifício construído de raiz para o ensino secundário foi o Liceu Nacional de Aveiro em 1860, integrado no período desenvolvimentista de Fontes Pereira de Melo. O Ministério das Obras Públicas aprovou o projecto arquitectónico do liceu, destinando-lhe uma verba para a sua construção.

Em 1860 deu-se uma nova reforma educativa, a partir da qual se iniciou uma clara divisão dos liceus. Passaram a ter diferentes designações de acordo com o seu estatuto e a possibilidade de leccionarem os diferentes cursos liceais.

Este regulamento parece não ter tido em conta o estado deplorável dos edifícios liceais. Determinou a criação de bibliotecas e de gabinetes para os principais liceus que ainda não os possuísem.

Novas reformas foram surgindo ao longo deste período. Em 1872, a reforma de Rodrigues Sampaio introduziu um plano de estudos de seis anos para os liceus de primeira classe e de quatro anos para os liceus de segunda classe. Em 1880, a reforma de José Luciano de Castro classificou os liceus em duas classes: centrais em Lisboa, Porto e Coimbra, e nacionais nas capitais de distrito e em Lamego. No ano de 1881 começaram a tomar-se medidas destinadas a construir um edifício para instalar o Liceu de Lisboa. Na década de 1880, foram elaborados alguns projectos destinados a liceus, como os casos das cidades do Porto e Castelo Branco, mas não chegaram a ser concretizados nessa altura. Apenas o Liceu de Leiria foi inaugurado em 1894.

A partir da segunda metade do século XIX iniciou-se a construção de um modelo de organização escolar com ensino primário, secundário e universitário, que em muitos casos perdurou até aos nossos dias.

A reforma de Jaime Moniz, 1894-1895, veio dar um grande impulso ao ensino secundário, principalmente no que se referiu à população liceal que nesta altura apresentou um forte acréscimo. Este aumento da frequência liceal tornou ainda mais urgente a necessidade de resolver o problema das instalações liceais (quadro 1).

**Quadro 1: Evolução da população liceal em Portugal desde 1890 a 1920**

Anos Lectivos	Total de Alunos
1890/91	3500
1891/92	3603
1892/93	3617
1893/94	3630
1894/95	3658
1895/96	3151
1896/97	3405
1897/98	3662
1898/99	3531
1899/00	3265
1900/01	3472
1901/02	4347
1902/03	5107
1903/04	5227
1904/05	5347
1905/06	6322
1906/07	6694
1907/08	7386
1908/09	8076

(Continuação)

Anos Lectivos	Total de Alunos
1909/10	8691
1910/11	9740
1911/12	10640
1912/13	10097
1913/14	9987
1914/15	10478
1915/16	11334
1916/17	11827
1917/18	12221
1918/19	11422
1919/20	10843
1920/21	10309

Adaptado de: NÓVOA, A. (2003)

*“Longe de constituírem episódios esporádicos, a história da instalação dos liceus do país ao longo do século XIX é, toda ela, feita de precariedade, de inadequação, de provisórios-definitivos. O Liceu de Lisboa, nomeadamente, deambula durante décadas por instalações em partes de edifícios, absolutamente inadequados, alguns verdadeiramente insalubres.”<sup>14</sup>*

As condições em que se encontrava o liceu de Lisboa e os outros liceus do país eram péssimas. Eram edifícios acanhados, sem ventilação, sem espaços exteriores para recreio, sem salas de estudo, gabinetes de física e química sem condições, falta de mobiliário...

Em 1882, o Visconde de Benalcanfor, Inspector de Instrução Secundária, escrevia os seguintes apontamentos sobre o Lyceu Nacional Central de Lisboa:

*“O edifício do, o primeiro que visitei, entristeceu-me profundamente. (...) Faltam casas apropriadas para salas de estudo; que o gabinete de physica, chimica e principios de introdução á historia natural não tem capacidade necessaria para n`elle se guardarem devidamente instrumentos e aparelhos. Falta tambem ali um laboratorio pequeno com as necessarias condições. Para as aulas, pelo menos para as mais frequentadas, torna-se sensível a falta de disposição em amphitheatro, disposição aliás indispensável. (...) Um tal edifício, singularmente inapto para os fins a que está sendo destinado, tem em si proprio as condições infestas que inutilizam as mais bem combinadas providencias, tanto sob o aspecto pedagogico, como sob o disciplinar.”<sup>15</sup>*

As más condições físicas em que se encontravam muitos dos liceus em Portugal só começaram a ser solucionadas mais tarde, no período de transição da Monarquia Constitucional para a I República. Este período foi bastante produtivo em programas de

<sup>14</sup> PINTO, Ana Teresa Santa-Clara (2002), *Op. Cit.*

<sup>15</sup> BENALCANFOR, Visconde de (1882), *Apontamentos de um Inspector de Instrução Secundária*, Lisboa

construção de edifícios próprios para a instalação dos liceus nacionais e edificações destinadas ao ensino.

A expansão urbana, que se verificou com intensidade nas cidades de Lisboa e Porto, impulsionou a construção de vários edifícios e equipamentos públicos com projectos de arquitectos prestigiados, como foram os casos da construção do Liceu Camões (1909), o Liceu Pedro Nunes (1911) e o Liceu Passos Manuel (1910). Inicialmente o primeiro era designado de liceu nacional, o segundo de liceu central e o terceiro de liceu, criado anos depois, foi também denominado central. Em 1906 passaram todos a ser designados por liceus nacionais centrais, onde eram ministrados os cursos geral e complementar (quadro 2).

**Quadro 2: Categorias dos liceus desde a sua criação até à I República**

<b>Ano</b>	<b>Categorias liceus</b>	<b>Plano de estudos</b>	<b>Nº de anos do curso</b>
1836	Liceus	Conjuntos de cadeiras diferentes consoante os liceus	
1844	Liceus	Conjuntos de cadeiras diferentes consoante os liceus	
1860	Liceus de 1ª classe Liceus de 2ª classe	Curso-base de 10 cadeiras	5 anos
1863	Liceus de 1ª classe Liceus de 2ª classe	Curso-base de 11 cadeiras	5 anos
1872	Liceus de 1ª classe Liceus de 2ª classe	“Curso especial” e “curso geral” “Curso especial”	6 anos 4 anos
1873	Liceus de 1ª classe Liceus de 2ª classe	“Curso especial” e “curso geral” “Curso especial”	6 anos 4 anos

(Continuação)

<b>Ano</b>	<b>Categorias liceus</b>	<b>Plano de estudos</b>	<b>Nº de anos do curso</b>
1880	Liceus nacionais centrais	Curso geral e curso complementar (dividido em “secção de letras” e “secção de ciências”)	6 anos
	Liceus nacionais	“Curso geral”	4 anos
	Liceus municipais secundários	Metade do “curso geral”	2 anos
1886	Liceus	Curso liceal em 8 cadeiras (mantém-se a bifurcação em secção de letras e de ciências nos 2 últimos anos)	6 anos
1888	Liceus	Curso geral em 8 cadeiras	4 anos
		Curso de letras	3 primeiros anos do curso geral + anos específicos
		Curso de ciências	2 primeiros anos do curso geral + 4 anos específicos
1894	Liceus nacionais centrais	Curso geral e curso complementar (com secção de letras e de ciências)	7 anos (2 + 3 + 2)
	Liceus nacionais	Curso geral	5 anos (2 + 3)
1905	Liceus nacionais centrais	Curso geral e curso complementar (com secção de letras e de ciências)	7 anos (3 + 2 + 2)
	Liceus nacionais	Curso geral	5 anos (3 + 2)
1914	Liceus nacionais centrais	Curso geral e curso complementar (com secção de letras e de ciências)	7 anos (3 + 2 + 2)
	Liceus nacionais	Curso geral	5 anos (3 + 2)

Adaptado de: NÓVOA, A. e SANTA-CLARA, A. (2003)

Só mais tarde é que passaram a ser denominados pelos nomes dos respectivos patronos. Ao longo deste trabalho serão designados algumas vezes pela sua denominação actual, apesar de nos referirmos a eles quando ainda não possuíam o nome actual.

A defesa da criação, implementação e melhoramentos destes equipamentos foi sempre muito defendida pelos principais poderes locais, demonstrando a importância que o liceu cada vez mais vinha assumindo.

Depois de Aveiro (1860), Leiria (1894), Setúbal (1908) e Faro (1908) foram construídos outros edifícios de raiz, para albergar liceus no restante país.

A reforma de Eduardo José Coelho, em 1905, conduziu a um grande empenho na construção de edifícios escolares. Este empenho foi atribuído a dois factores: primeiro, a necessidade de melhoria da qualidade de ensino através da melhoria dos equipamentos escolares, e segundo a resposta a preocupações e pressões higienistas da época. A conjugação destes dois factores levou à elaboração de um plano que contemplava a construção de três liceus em Lisboa e um no Porto. Foi esta reforma que impulsionou a construção de edifícios escolares para o ensino liceal, concretizada por João Franco a partir de 1906.

Neste período foram criados e inaugurados os primeiros liceus portugueses, isto é, as primeiras estruturas de ensino secundário moderno. Estas instituições viriam a tornar-se instrumentos muito poderosos na mão de políticos, que delas foram usufruindo segundo os seus ideais.

A transição do século XIX para o século XX correspondeu a uma viragem no ensino secundário em toda a Europa, conduzindo à percepção de que a educação formal era um atributo necessário ao estatuto e à hierarquia.

### **2.3. I República**

A I República, instaurada em 5 de Outubro de 1910, tinha, entre outros, como objectivo reformar a mentalidade portuguesa e para isso contava com o suporte da instrução formal ministrada pelo Estado.

Antes de iniciarem uma verdadeira reforma de ensino em Portugal, os republicanos começaram por retirar a presença das ordens religiosas do ensino. Segundo eles, a presença das ordens religiosas no ensino mantinha a mentalidade portuguesa muito

retrógrada. Começavam desta forma a preparar--se as futuras reformas de ensino no período republicano.

Vários autores consideram que o ensino secundário foi a área onde a acção republicana se exerceu de forma menos reformadora. As prioridades dos republicanos recaíram, essencialmente, sobre os ensinos primário e universitário, ficando o secundário relegado para segundo plano. O ensino primário era considerado importante porque era necessário começar a educação dos mais novos com os novos ideais republicanos e o ensino universitário também era considerado muito importante porque os jovens formados nas universidades seriam responsáveis pelo desenvolvimento do país. O ensino secundário não era considerado uma prioridade para os republicanos porque se encontrava num nível intermédio.

Apenas em 1918 foram tomadas algumas medidas em relação ao ensino secundário com o ministro Alfredo de Magalhães. Até aqui, apenas a reforma de Eduardo Coelho em 1905 tinha introduzido algumas alterações à reforma de Jaime Moniz de 1894/95.

O ensino secundário não sofria modificações de fundo, mas antes reformas que iam produzindo algumas modificações. Até esta altura ainda não se tinha feito um grande esforço para tentar resolver o problema das instalações liceais.

No Governo de João Franco, em 1907, começaram a tratar-se com mais atenção o problema das instalações liceais. Ele já tinha estado presente na reforma de Jaime Moniz.

*“ Com efeito, por sua influência pessoal, em Agosto de 1907, principiava a construir-se o actual Liceu Camões, que ficaria pronto passados vinte meses. Pouco depois, as obras iniciadas duas décadas antes na cerca do extinto Convento de Jesus e indefinidamente interrompidas, eram mandadas prosseguir e concluir, sendo possível no ano lectivo de 1910-1911 transferir para o novo imóvel o antigo liceu central, agora Liceu Passos Manuel. Por último, em Dezembro, compravam-se terrenos e abriam-se créditos para a edificação de um terceiro liceu, que hoje conhecemos por Liceu Pedro Nunes e se inauguraria em 1911-1912.”<sup>16</sup>*

No restante país, alguns edifícios onde funcionavam os liceus foram ampliados e reparados, outros foram deslocados para edifícios públicos mais adequados.

Assim, em Lisboa foram construídos, na transição da Monarquia para a I República, o Liceu Camões em 1909, o Liceu Passos Manuel em 1910 e o Liceu Pedro

---

<sup>16</sup> VALENTE, Vasco Pulido (1973), *Op. Cit.*

Nunes em 1911. Na sua construção já foram tidos em conta outros factores, como se observa na citação seguinte.

*“Portugal conhece algo que até ao momento tinha estado situado apenas no plano das vontades e dos discursos, ou seja, o referencial de instalações escolares com espaços de convívio e para exercício físico amplos, assim como salas próprias para as disciplinas científicas.”<sup>17</sup>*

Estas construções representam a importância que foi dada nesta transição de século à criação de novos edifícios escolares com uma funcionalidade própria (quadro 3).

**Quadro 3: Liceus instalados em edifícios construídos de raiz até à I República em Portugal**

Liceus	Locais	Datas (inauguração)	Edificador (mandado construir)
Liceu Camilo Castelo Branco	Vila Real	1901	Particular benemérito
Liceu José Estêvão	Aveiro	1860	Estado
Liceu Rodrigues Lobo	Leiria	1894	Junta Geral do Distrito
Liceu Nacional de Faro	Faro	1908-09	Estado
Liceu Bocage	Setúbal	1908	Câmara Municipal
Liceu Camões	Lisboa	1909	Estado
Liceu Passos Manuel	Lisboa	1910	Estado
Liceu Pedro Nunes	Lisboa	1911	Estado

Adaptado: MARQUES, F. (2003)

As verbas que se destinavam ao equipamento escolar foram, nesta altura, reforçadas, uma vez que até aqui eram praticamente insignificantes no orçamento geral do Estado.

Em Lisboa, o Liceu Gil Vicente foi criado durante a I República em 1915, mas ficou instalado nos claustros do Mosteiro de São Vicente até 1949, ano em que seriam inauguradas as actuais instalações na antiga cerca deste mosteiro. O Liceu feminino Maria Amália Vaz de Carvalho foi projectado e iniciada a sua construção durante a I República, mas a sua inauguração só ocorreu no Estado Novo.

Os liceus do Porto foram projectados durante a I República, mas só ficaram terminados no Estado Novo. Nesta cidade, o Liceu Alexandre Herculano foi projectado em 1914, mas só foi inaugurado na década de 30 e o Liceu Rodrigues de Freitas foi projectado em 1918, mas só foi inaugurado apenas em 1932. Os exemplos destes liceus demonstram bem a falta de capacidade da I República no que concerne às instalações liceais.

<sup>17</sup> SILVA, Carlos Manique da (2002), *Op. Cit.*

Apesar de Lisboa possuir três liceus novos, no restante país a situação pouco se alterou. Os liceus, na sua maioria, continuavam a ocupar velhos edifícios públicos e não foram construídos novos edifícios. Grande parte dos estabelecimentos não funcionava em instalações adequadas, mas em edifícios pertencentes ao Estado, dos municípios ou da igreja, construídos para outros fins.

Para além das orientações pedagógicas que foram fundamentais para a programação destes edifícios escolares. A discussão em torno do projecto ideal para as construções escolares foi muito influenciada pelas teorias higienistas. As preocupações com a saúde pública e a valorização do corpo e da mente assumiram uma dimensão transversal em todo o território urbanizado.

Nesta primeira fase da concretização destes novos equipamentos, sentia-se alguma indefinição na relação entre as exigências que este grau de ensino colocava e a sua realização física.

Os novos edifícios foram ao encontro de uma lógica urbanística que conciliava a necessidade de abrir novas áreas de expansão da cidade, com necessidade de crescimento, salubridade e higiene que o liceu propunha.

Com o crescimento das cidades tornou-se necessário expandir e ao mesmo tempo manter com a cidade uma relação de continuidade. Os novos equipamentos escolares, quase todos fora da cidade consolidada, eram um elemento de articulação com o novo tecido urbano e de possível expansão.

Durante o período em que decorreu a I República houve muitos ministros da Instrução em Portugal. A queda dos sucessivos ministérios estava associada aos diferentes governos que iam sendo substituídos. Esta multiplicidade de ministros não permitia uma estabilidade para que as reformas seguissem em frente e o ensino em Portugal pudesse progredir. Assim, este período foi marcado por muitas hesitações na definição do modelo liceal.

A grande maioria dos liceus nacionais e nacionais centrais, aquando do golpe militar de 28 de Maio de 1926, continuava a funcionar em edifícios públicos adaptados. Estes foram remodelados ou ampliados por força das circunstâncias locais, das reformas curriculares e do aumento da população escolar.

Seria necessário à ditadura, saída do golpe militar de 1926, estabilizar, para que viesse a ser projectado e construído um novo conjunto destes equipamentos.

## 2.4. O Estado Novo

Ao contrário da I República, o Estado Novo pôs logo em prática medidas destinadas a resolver o problema das instalações liceais.

Em Setembro de 1928, foi criada a Junta Administrativa do Empréstimo para o Ensino Secundário (JAEES), com o objectivo de apoiar o desenvolvimento da rede escolar. A reforma das construções liceais foi apoiada por um projecto, denominado Junta dos Quarenta Mil, um empréstimo contraído para construir e melhorar alguns edifícios.

Assim, nos anos seguintes foram instalados, em edifícios construídos de raiz ou adaptados, sete novos liceus no país, dois na cidade de Lisboa, dois no Porto, um em cada uma das seguintes cidades: Coimbra e Beja em 1936 e Lamego em 1937.

Os liceus funcionavam como um dos símbolos de afirmação do Novo Regime e apesar de por um lado existir uma vontade de condicionar o acesso à escolaridade liceal, por outro lado o Estado continuava a construir novos edifícios.

A construção de liceus significava desenvolvimento, a sua monumentalidade destacava-se no tecido urbano e reflectia-se na sua relação com a cidade.

A reforma de Carneiro Pacheco, em 1936, permitiu criar liceus municipais em aglomerados urbanos com mais de 30 000 habitantes. As câmaras municipais promoviam a sua instalação e ficavam com os respectivos encargos.

Com a reforma de 1936, os liceus foram novamente reorganizados. Segundo esta reforma, os liceus passaram a classificar-se em nacionais, provinciais e municipais, que se distinguiam entre si pelo ensino que neles se ministrava. Podiam também ser classificados segundo a frequência que neles era permitida, dividindo-se em: masculinos, femininos ou mistos.

Em 1938, o governo lançou um plano de novas construções, ampliações e melhoramentos de edifícios liceais para pôr fim às más condições em que muitos deles funcionavam. Para tal, foi envolvida na elaboração do plano de trabalhos, a Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário (JCETS), criada em 10 de Agosto de 1934, por Duarte Pacheco, em substituição das JAEES. Esta substituição permitiu o controlo da construção destes novos edifícios, por parte do Ministério das Obras Públicas na altura liderado por Duarte Pacheco (quadro 4).

**Quadro 4: Autoria dos projectos dos liceus do plano de 38**

Liceus	Projectos	Arquitectura	Engenharia	Data
Liceu Sá da Bandeira, Santarém		Arq. José Costa Silva	Eng. António Joaquim Simões Crespo	Julho de 1939
Liceu Nuno Álvares, Castelo Branco		Arq. José Costa Silva	Eng. Artur Bonneville Franco Eng. António Carvalho Lopes Monteiro	Junho de 1940
Liceu Alves Martins, Viseu		Arq. Francisco Assis	Eng. Gabriel Ribeiro de Matos Eng. Artur Bonneville Franco Eng. António Carvalho Lopes Monteiro	Outubro de 1941
Liceu Gonçalo Velho, Viana do Castelo		Arq. Januário Godinho	<sup>11</sup>	Fevereiro de 1942
Liceu João de Deus, Faro		Arq. José Costa Silva	Eng. Gabriel Ribeiro de Matos Eng. Pedro Rodrigues Eng. António Carvalho Lopes Monteiro	Março de 1942
Liceu Infanta D. Maria, Coimbra		Arq. Francisco Assis <sup>12</sup>	Eng. Pedro Cavalleri Martinho Eng. António Carvalho Lopes Monteiro	Abril de 1944
Liceu Gil Vicente, Lisboa		Arq. José Costa Silva	Eng. Inácio Francisco Silva Eng. António Carvalho Lopes Monteiro	Agosto de 1944
Liceu D. João de Castro, Lisboa		Arq. José Costa Silva	Eng. Inácio Francisco Silva Eng. António Carvalho Lopes Monteiro	Julho de 1945
Liceu Bocage, Setúbal		Arq. José Sobral Blanco	Eng. Gabriel Ribeiro de Matos Eng. António Carvalho Lopes Monteiro	Agosto de 1945
Liceu Carolina Michaelis, Porto		Arq. Francisco Assis <sup>13</sup> Arq. José Sobral Blanco <sup>14</sup>	Eng. Gabriel Ribeiro de Matos Eng. António de Carvalho Lopes Monteiro	Julho de 1946
Liceu José Estêvão, Aveiro		Arq. José Costa Silva	Eng. Inácio Francisco Silva Eng. António de Carvalho Lopes Monteiro	1947
Liceu Eça de Queirós, Póvoa de Varzim		Arq. António José Pedrosa	<sup>15</sup>	Fevereiro de 1948
Liceu de Oeiras, Oeiras		Arq. José Sobral Blanco	Eng. Gabriel Ribeiro de Matos Eng. António Carvalho Lopes Monteiro	Setembro de 1948

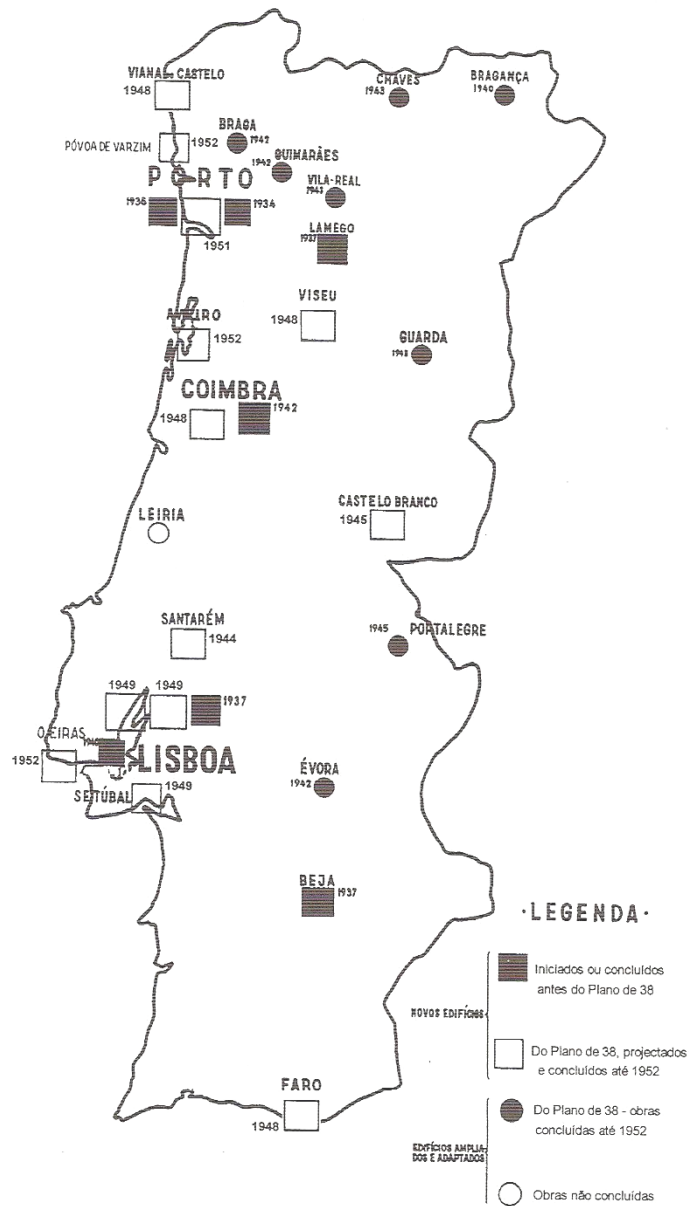
Fonte: MARQUES, F. (2003)

A responsabilidade de execução das políticas de construção dos liceus e escolas técnicas pertenceu à JCETS até 1969, altura em que os seus recursos foram transferidos para a Direcção Geral das Construções Escolares (DGCE).

No plano das construções escolares de 1938 era prevista a construção de 11 novos edifícios para a instalação de liceus já criados, mas que se encontravam precariamente instalados: três em Lisboa e um em cada uma das seguintes cidades: Castelo Branco, Chaves, Coimbra, Faro, Porto, Santarém, Viana do Castelo e Viseu. Também se propunham intervenções de natureza diversa em 13 outros liceus já devidamente instalados.

No entanto, a concretização deste plano não ocorreu de forma linear, estando apenas concluído em 1952, quando a oferta existente era muito insuficiente para responder a uma elevada procura escolar, que ao longo dos anos tinha vindo a aumentar (figura 3).

Figura 3: Distribuição dos liceus construídos e adaptados pela JCETS até 1952



Fonte: MARQUES, F. (2003)

Em 1947, o ministro Pires de Lima reformou, uma vez mais, o ensino liceal. Repôs o modelo de curso geral dos liceus com cinco anos e de curso complementar de dois anos, separados em letras e ciências no regime de disciplinas. O crescimento de todo o sistema de ensino aumentou de forma contínua, o que gerou novas necessidades, exigindo da Administração o lançamento de um novo plano para a construção de mais equipamentos escolares.

A partir de 1955 sucedeu-lhe o ministro Leite Pinto. A procura de ensino liceal continuava a aumentar e o regime decidiu elaborar um novo plano de construção de novos liceus. Neste plano estava previsto construir 16 novos liceus num prazo de oito anos. Este plano, aprovado em Maio de 1958, trouxe novos edifícios a outras cidades do país. O país atravessava uma grave situação política e financeira, mas apesar disso a maior parte dos edifícios foram construídos na década de 60. Como resultado deste plano, assistiu-se à construção de raiz de novas instalações para liceus ou à substituição de antigas, como foi por exemplo o caso de Leiria. O edifício do século XIX, desta cidade, foi substituído por um novo, fora do seu conjunto. Só nesta altura, Bragança (1969) e Guarda (1970) adquirem este equipamento.

Nos finais da década de 50, Portugal fez parte do Projecto Regional do Mediterrâneo, que apresentava uma análise da situação do ensino no nosso país. Este projecto tinha o apoio da OCDE e serviu como experiência metodológica e como forma de sensibilização para a necessidade de planificação dos processos educativos a implementar, para se poder atingir um maior desenvolvimento educativo.

No decorrer destes anos continuou a haver um grande investimento na expansão do parque escolar. A instalação dos liceus continuou a ser feita essencialmente nas capitais de distrito, mas também começaram a aparecer escolas “preparatórias” e até “secundárias”, especialmente nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto (Liceu Nacional da Amadora e Liceu Nacional de Matosinhos).

A partir da década de 60 começaram a verificar-se mudanças nas estruturas industriais e económicas, em consequência das quais se criaram novas exigências ao sistema escolar. Estas mudanças vieram a traduzir-se na necessidade de prolongar a escolaridade, renovar o currículo e na organização escolar.

É também nesta altura que se assiste ao aumento expressivo do número de alunos no sistema de ensino.

Em 1964, com o Ministro da Educação Nacional Galvão Teles, a escolaridade obrigatória aumentou para seis anos, inicialmente como 5ª e 6ª classe. No final da década de 60 passou a integrar o ensino preparatório como 1º e 2º ano, que eram ministrados conjuntamente nos liceus e escolas comerciais e industriais. Este facto conduziu à separação deste “1º ciclo” do ensino secundário, que passou a funcionar em edifícios próprios, as escolas do ensino preparatório, que são construídas nas sedes de concelho por todo o país.

*“Estes novos projectos-tipo “normalizados”, “adaptáveis” e com “aplicação repetitiva”, vão modificar a relação que, genericamente estes equipamentos tiveram com a cidade durante todos estes anos, constituindo independentemente da linguagem formal, referências urbanas. O desejo de fugir à “monumentalidade” procurada pelo regime para os seus equipamentos mais relevantes conjugado com as novas “pedagogias” vai permitir instituir uma prática projectual “muito regulamentada” que torna estes espaços mais pensados para “dentro” do que para fora, perdendo na sua relação com a cidade.”*<sup>18</sup>

Em Janeiro de 1967, Galvão Teles criou o Ciclo Preparatório do Ensino Secundário, a unificação do 1º Ciclo do Ensino Liceal e do Ciclo Preparatório do Ensino Técnico. Este projecto de reforma representou a primeira tentativa de criação de uma estratégia de planeamento racional do sistema escolar. Para ministrar estes dois anos de ciclo preparatório do ensino secundário foram criados edifícios próprios.

*“Ao anunciar a unificação do ensino, o ciclo preparatório está, num certo sentido, na origem da extinção dos liceus.”*<sup>19</sup>

O número cada vez mais elevado de alunos contribuiu para acelerar a construção de novos edifícios. No entanto, as escolhas de terrenos muitas vezes inadequados, a pouca capacidade de previsão do espaço envolvente e a má localização dos equipamentos, facilitaram a degradação da qualidade destes com o espaço público urbano.

As transformações verificadas nos anos 60 na sociedade portuguesa vieram a acentuar-se nos sectores mais ligados à economia, nos anos 70. Era de novo necessário que o sistema educativo respondesse às exigências de mudança que iam ocorrendo.

As transformações a operar no sistema educativo tinham de ter em conta as novas exigências da sociedade e do mercado.

A necessidade de uma nova reforma apontava no sentido de um planeamento técnico racionalizado.

Nos últimos anos do Estado Novo, no Governo de Marcelo Caetano, foi Ministro da Educação o Professor Veiga Simão, que tinha como objectivo levar o ensino a um maior número de pessoas.

---

<sup>18</sup> PISCO, Paulo Jorge da Silva (2005), *A escola como factor organizador do espaço urbano*, Tese de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior Técnico.

<sup>19</sup> NÓVOA, António; SANTA-CLARA, Ana Teresa (2003), *Op. Cit.*

A reforma de Veiga Simão tentou dar resposta a uma mudança do sistema escolar quase na sua totalidade. As bases a que deveria obedecer esta reforma foram aprovadas em Julho de 1973, através do Decreto-Lei nº 5/73, de 25 de Julho. Esta reforma, apesar de não chegar a entrar em execução, causada pela queda do regime em 1974, estabeleceu o princípio da democratização do ensino. Em 1975/76 foi criado o 7º ano unificado e em 1980 foi criado o 12º ano em substituição do ano propedêutico.

Na fase final do regime ditatorial fez-se um verdadeiro esforço no campo das construções escolares.

## **2.5. Após o 25 de Abril**

A revolução de 1974, que visava principalmente a instauração da democracia, acarretou muitas transformações na sociedade portuguesa. O ensino foi uma das áreas que também sofreu alterações.

À mudança de regime em Abril de 1974 e à democratização do ensino, juntou-se o aumento da população na década de 70. Os anos 70 foram uma década de crescimento demográfico em Portugal. Houve um grande aumento da população resultante da redução da emigração dos anos 60 e do regresso massivo dos portugueses das ex-colónias depois do 25 de Abril de 1974. Este aumento da população veio sobreocupar o já lotado parque escolar existente.

Toda esta dinâmica influenciou a relação da escola com o espaço urbano, onde um e outro estavam sujeitos a uma forte pressão, que a fraca tradição de planeamento tornou problemática.

A fraca tradição e cultura de planeamento e o novo poder autárquico democrático com um insuficiente corpo técnico colocou a administração num papel essencialmente reactivo, sem conseguir responder a este conjunto de pressões.

Se ainda aliarmos a deficiente articulação entre o Ministério da Educação e os municípios na escolha de terrenos para a instalação das escolas, quer do ponto de vista técnico, quer da sua localização, assim como os projectos-tipo sem a adaptação necessária às condições específicas do lugar, obtemos uma perspectiva do que se passou nos últimos anos da ditadura e nos primeiros anos do regime democrático em relação às construções escolares.

Este fenómeno representou uma mudança social profunda e obrigou a respostas que conduziram a um crescimento urbano e um aumento da rede escolar acelerado e pouco ou mal planeado.

Neste contexto urbano, os equipamentos escolares estavam sujeitos a uma forte pressão – especialmente a partir de 1974 – onde a sua sobrelotação marcaria o seu funcionamento nestes anos.

Em meados da década de 70 deu-se a unificação das duas vias tradicionais do ensino secundário: a liceal e a técnica, criando-se o ensino secundário unificado.

As grandes linhas de reforma de Veiga Simão foram seguidas a seguir à revolução de 1974, uma vez que foi um período conturbado e não existiam grandes alternativas à mesma. Mas lentamente foram sendo introduzidas algumas inovações importantes, dispersas por vários normativos legais.

Relativamente ao final dos liceus em Portugal, foram várias as medidas que contribuíram para a sua extinção. A primeira medida legislativa, que dá origem às Escolas Secundárias é o Decreto-Lei n.º 260-B, de 26 de Maio de 1975 com a consolidação do ensino secundário unificado.

*“As escolas secundárias serão criadas de raiz em localidades onde até agora não existia o ensino secundário oficial ou resultarão da transformação de estabelecimentos ou secções dos ensinos liceal e técnico secundário já existentes.”<sup>20</sup>*

O final dos liceus ficou também assinalado pelo Decreto-Lei n.º 80/78, de 27 de Abril, que determinava que todos os estabelecimentos de ensino secundário passavam a ter designação genérica de escolas secundárias.

*“Considerando que as modificações introduzidas no ensino secundário tornaram manifestamente obsoleta a distinção entre liceus e escolas do ensino técnico secundário.”<sup>21</sup>*

António Nóvoa (*op.cit.*) considera que os liceus do passado se prolongaram nas escolas secundárias do presente e que a sua extinção resultou de processos sociais e políticos que exigiam novos modelos de organização escolar.

A partir de 1982, a direcção do ensino ficou entregue ao Ministério da Educação (quadro 5). Desde a criação da direcção-geral dos estudos em 1759 até à actualidade, o ensino foi entregue a diversas entidades. Actualmente pertence ao Ministério da Educação.

---

<sup>20</sup> Diário do Governo I Série – Número 121, Segunda-Feira 26 de Maio de 1975

<sup>21</sup> Diário da República I Série – Número 97, Quinta-Feira 27 de Abril de 1978

**Quadro 5: Entidades de ensino desde 1759 até 2007**

1759	Criação da Direcção-Geral dos Estudos – Lisboa
1771	Real Mesa Censória – Lisboa
1787	Tribunal da Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros – Lisboa
1794	Junta da Direcção-Geral dos Estudos – Lisboa
1835	Conselho Superior de Instrução Pública – Lisboa (Extinta a Junta da Directoria-Geral dos Estudos e Escolas do Reino)
1836	Conselho Geral Director do Ensino Primário e Secundário – Coimbra
1844	Conselho Superior de Instrução Publica – Coimbra
1859	Direcção-Geral de Instrução Pública - Lisboa também um Conselho Geral de Instrução Pública
1870	Criação do Ministério da Instrução Pública em Portugal, D. António da Costa Ministro (até aqui os assuntos da instrução pertenciam à pasta do Ministério do Reino) Decreto de 25 de Novembro de 1870: Ministro Alves Martins, Bispo de Viseu novamente, abolidos vários ministérios, recriação da extinta Direcção-Geral da Instrução Pública.
1890	Ministério da Instrução Pública e Belas Artes (criação pela segunda vez) que pertencia ao Ministério do Reino
1913	Terceira criação do Ministério da Instrução Pública, que pertencia ao Ministério do Interior, futuras mudanças de nome mas irá permanecer
1936	Ministério da Instrução Pública passa a denominar-se Ministério da Educação Nacional com Carneiro Pacheco
1974	Ministério da Educação e Cultura
1975	Ministério da Educação e Investigação Científica
1978	Ministério da Educação e Cultura
1978	Ministério da Educação e Investigação Científica
1979	Ministério da Cultura e Ciência Ministério da Educação e Ciência
1980	Ministério da Educação e das Universidades
1982	Ministério da Educação

Na década de 80, as escolas continuavam a ser construídas em função do espaço disponível e a um ritmo muito desfasado do crescimento da população escolar. Era prática corrente a construção de novos estabelecimentos, muitos com carácter provisório, assim como ampliações através da criação de anexos.

Em 1986, Portugal integrou-se na CEE, o que contribuiu, uma vez mais, para mudanças económicas e sociais no país. Nesta altura, o crescimento demográfico de Portugal tornou-se mais estável e apesar de se continuar a verificar um aumento das taxas de escolarização, começou também a haver uma diminuição do número de crianças em idade escolar.

Em 1986 foi também aprovada a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 46/86, de 14 de Outubro) ainda em vigor, que aumentou a escolaridade obrigatória de 6 para 9 anos.

Nos finais da década de 80 começava a existir um novo olhar sobre o parque escolar. Passados que estavam os anos de resposta à quantidade, havia que apostar na qualidade dos edifícios e na sua integração urbana.

O impulso dado ao planeamento municipal tornou mais clara a necessidade de uma articulação mais próxima entre planeamento escolar e urbano, como foi o exemplo da elaboração da Carta Escolar. A elaboração desta Carta é da responsabilidade das Autarquias desde que foi publicada a Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro. Durante alguns anos, a Carta Escolar foi entendida apenas como um documento onde se registavam os edifícios escolares existentes e os que faltavam construir, o que revelava uma certa ineficácia deste documento porque tinha em conta um planeamento estático. Assim, evoluiu-se para o conceito de Carta Educativa, que é mais abrangente, uma vez que abarca não só os equipamentos escolares, como também todos os equipamentos sociais e colectivos que estão relacionados com a educação e formação ao longo da vida.

Na década de 90 assistiu-se à inversão de um dado que iria ser novo na história dos equipamentos escolares, a diminuição do número de alunos, levando ao encerramento de algumas escolas.

Nas grandes cidades isto passa-se essencialmente junto dos centros históricos, onde se regista uma diminuição demográfica acentuada e um envelhecimento da população.

Os liceus foram evoluindo em resultado de forças políticas, económicas e sociais e como resposta ao modelo pedagógico adoptado, embora nem sempre tenham acompanhado, em paralelo, esta evolução. Muitas vezes aquilo que era pensado pelos teóricos não encontrava aceitação nos governos sucessivos e nem chegava a ser posto em prática. Quando havia muita instabilidade política não era possível haver uma continuidade. As obras realizadas no ensino apresentavam um carácter fragmentário, que se vinha a reflectir nas atitudes tomadas pelos diferentes governantes ao longo do tempo. Apesar de a instalação dos liceus ter passado por várias vicissitudes ao longo do tempo, ela acabou por se concretizar.

Nesta análise focou-se principalmente a relação entre o poder político e o ensino liceal através das várias reformas de ensino. A evolução dos liceus resultou da

conjugação de diversos factores ao longo do tempo e reflectiu as mudanças porque passou o ensino, o poder político, entre outros aspectos.

O liceu acompanhou, ao longo do tempo, as transformações políticas, pedagógicas e técnicas da sociedade. O liceu evoluiu à medida que a sociedade também foi evoluindo.

Depois de analisada a evolução dos liceus em Portugal, desde a sua criação, em 1836, passando pela sua substituição pelas escolas secundárias em 1975/78, até à actualidade, passaremos a analisar, nos capítulos seguintes, as questões relacionadas com os liceus de Lisboa na transição da Monarquia para a I República. Para concluir este capítulo, apresentamos um quadro sinóptico com a informação mais relevante (anexo 1).

## **PARTE II**

# **OS LICEUS DE LISBOA NA TRANSIÇÃO DA MONARQUIA PARA A I REPÚBLICA**

## CAPÍTULO III: CONCEPÇÃO DO EDIFÍCIO LICEAL

### 3.1. Programação

Os edifícios liceais referentes ao período compreendido entre a Monarquia e a I República eram projectados segundo as diferentes orientações pedagógicas, que por sua vez se traduziam na especialização dos espaços. O currículo exercia uma forte influência sobre a organização espacial das escolas e sobre os programas de edificação.

Os edifícios liceais projectados na transição do século adoptaram o processo de criação dos liceus decretado por Passos Manuel em 1836. O Decreto-Lei recomendava que em cada liceu existisse uma biblioteca, um jardim experimental, laboratório e gabinete dedicados às ciências.

No início da década de 1890, Portugal atravessava uma crise financeira e política devido à situação internacional e ao Ultimato Inglês. Foi nesta altura que João Franco encomendou a Jaime Moniz um projecto de reforma do ensino secundário. A sua reforma de ensino secundário, criada em 1895, era ainda muito baseada no humanismo clássico, mas já é proposta uma nova metodologia de ensino, esta reforma institui o “regime de classe”<sup>22</sup>. A concepção pedagógica era centrada no regime de classe em detrimento do regime de disciplinas. A “classe” passou a ser uma base de programação para os edifícios escolares. Com este regime passou a haver uma maior actividade no liceu, mais tempo de permanência dos alunos no edifício e uma maior diferenciação funcional dos espaços. Logo, houve uma necessidade de adequação das instalações às novas realidades pedagógicas.

No início do século XX ainda era dado muito valor ao ensino teórico em detrimento do ensino prático e experimental, valorizando-se a utilização do manual.

*“De museus e laboratórios não é bom falar, porque praticamente não existiam em nenhum deles. Já em tempos de república, bibliotecas, museus, laboratórios, mobiliário, tinham, aqui e ali, esporadicamente, melhorado um pouco.”*<sup>23</sup>

A revisão do Decreto-Lei de Jaime Moniz, com a reforma de 1905 de Eduardo José Coelho, introduziu o conhecimento científico no ensino liceal. Este novo conhecimento

---

<sup>22</sup> Rómulo de Carvalho in Joel Serrão Dicionário de História de Portugal, VOL II: “O ensino das diferentes disciplinas deve congruar-se de modo a que todas constituam um instrumento único na execução dessa obra delicada que é a educação do aluno.”

<sup>23</sup> MOTTA, A. A. Riley da “Liceus de ontem e liceus de hoje”, *Liceus de Portugal*, Boletim de acção educativa do ensino liceal, director: A. A. Riley da Motta, subdirector: F. J. Martins Sequeira, nº 47, Novembro de 1945, p. 75.

científico veio a reflectir-se na programação arquitectónica dos novos liceus. A Reforma do Ensino Secundário de 1905 dedicou muita atenção ao problema dos edifícios liceais.

Os novos liceus obedecem a condições programáticas que vão ao encontro dos programas para outros equipamentos sociais, como por exemplo, os hospitalares. A programação escolar revela alguma similaridade com a concepção dos edifícios hospitalares, que estava nesta altura associada à erradicação da tuberculose.

*“ A experiência dos projectos para hospitais é transportada para os liceus permitindo introduzir as preocupações higiénicas desde os conceitos até à linguagem e à construção.”<sup>24</sup>*

Estes novos equipamentos são realizados com base em propostas racionalistas desenvolvidas a partir do princípio da economia e da utilidade. As razões práticas predominam sobre a maioria dos programas de edificação.

No período de transição entre os séculos XIX e XX existe uma mudança na tradição racionalista de matriz clássica, que foi assumindo um carácter moderno nalguns projectos que foram surgindo.

Nos finais do século XIX, os programas dos liceus estavam muito ligados à questão da monumentalidade, o que por sua vez limitava a sua viabilidade.

No início da República, os programas para equipamentos públicos são reformulados com base numa arquitectura racionalista neoclássica e em teorias higienistas. *“A sistematização e racionalização dos programas arquitectónicos aproximam-se dos métodos científicos aplicados às ciências vivas.”<sup>25</sup>*

Na transição da Monarquia para a República *“nos liceus então projectados sobressaem as preocupações com o ensino experimental e com a educação física.”<sup>26</sup>*

No início do século XX, o ensino da ginástica ainda não fazia parte do ensino obrigatório liceal, como tal, os espaços para a sua prática também não existiam. *“Também não há que falar de cantinas, ginásios e campos de jogos. Tudo inexistente!”<sup>27</sup>*

Para a prática do desporto havia maior necessidade de espaço exterior e de ginásios. A educação física recebia mais atenção no Decreto-Lei de Eduardo Coelho.

---

<sup>24</sup> MONIZ, Gonçalo Canto (2002), *Arquitectura e Instrução – 1836-1936: O Projecto Moderno do Liceu*, Trabalho de síntese realizado no âmbito das Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra.

<sup>25</sup>DURAND, Jean-Nicolas-Louis (2000), *Précis of the lectures on Architecture*, The Getty Research institute, Los Angeles. (citado em MONIZ, 2002:14).

<sup>26</sup> SILVA, Carlos Manique da (2002), *Op. Cit.*

<sup>27</sup>Motta, A. A. Riley da “Liceus de ontem e liceus de hoje”, *Liceus de Portugal*, nº 45, *Op. Cit.*

*“Todos os alumnos do lyceu farão a sua educação physica pelos meios modernamente adoptados...”*<sup>28</sup>

A reforma de 1905 deu muita importância à prática da ginástica, o que contribuiu muito para a valorização do ginásio. Assim, o programa do ginásio foi muito explorado arquitectonicamente em todos os liceus.

A obrigatoriedade da ginástica nos liceus levou a que os arquitectos da altura conferissem *“ao ginásio uma grande dignidade espacial reforçando a sua centralidade na disposição do programa na planta.”*<sup>29</sup>

No início do século XX o ensino prático e experimental ainda estava afastado dos liceus, mas a partir da reforma de Eduardo Coelho de 1905 foi feito um esforço no sentido de possibilitar o ensino das ciências experimentais nos liceus, pois estas também necessitam de espaços próprios para poderem ser realizadas. *“O conjunto dos programas construtivos está alicerçado em preocupações que cruzam as questões higiénicas e sanitárias com os debates pedagógicos.”*<sup>30</sup>

Em 1900, as preocupações com a higiene ainda não existiam (*“Não havia bebedouros higiénicos de repuxo, e os mictórios e retretes ostentavam a mais infanda porcaria, material e moral.”*<sup>31</sup>). Posteriormente, esta teve um grande impacto nas programações escolares.

Os edifícios escolares tiveram de passar a obedecer a certos princípios de programação.

*“As questões programáticas, técnicas e construtivas, que a higiene introduz na arquitectura, obrigam a uma alteração do método de projectação, onde o desenho perde a sua importância, passando a composição a ser definida pela “disposição das partes” (hierarquização do programa), pela funcionalidade e pela escala.”*<sup>32</sup>

Os aspectos relacionados com as questões médico-higienistas sobrepõem-se claramente às questões de ordem estética. O facto de os inspectores sanitários estarem presentes nas comissões que davam pareceres sobre os projectos dos edifícios elucida bem esta situação.

Nos últimos anos da Monarquia e nos primeiros da I República iniciou-se uma modernização dos edifícios liceais, novos programas de edifícios foram experimentados.

---

<sup>28</sup> Artigo 4 do Decreto-Lei de 29 de Agosto de 1905 in Collecção Official de Legislação portugueza, Anno de 1905, Lisboa imprensa Nacional.

<sup>29</sup> MONIZ, Gonçalo Canto (2002), *Op. Cit.*

<sup>30</sup> NÓVOA, António; SANTA-CLARA, Ana Teresa (2003), *Op. Cit.*

<sup>31</sup> Motta, A. A. Riley da “Liceus de ontem e liceus de hoje”, *Liceus de Portugal*, nº 45, *Op. Cit.*

<sup>32</sup> MONIZ, Gonçalo Canto (2002), *Op. Cit.*

Sob pressão directa de João Franco entre 1906 e 1908 arrancaram definitivamente os liceus em Portugal. Foram projectados três liceus para Lisboa e dois para o Porto.

Segundo Marques (2003 *op. cit.*), um projecto de regulamento datado de 1909 dava relevo às condições higiénicas das instalações públicas do edifício liceal públicas, distribuindo-se pelas seguintes dimensões:

- Controlo físico: exposição, iluminação, superfície, cubagem, ventilação, arejamento e aquecimento das “aulas, ginásio, vestíbulos e mais locais em que os alunos persistam mais demoradamente”; localização do edifício tendo em conta o seu “afastamento de causas de perversão para os alunos existentes nas proximidades do edifício”.
- Diferenciação funcional do espaço escolar: características das salas de aula, salas de desenho, espaços exteriores para a instrução de ginástica, ginásio coberto, lavatórios, latrinas, vestiários, vestíbulo de entrada.
- Organização pedagógica: disposição apropriada e higiénica do mobiliário escolar e do material de ensino, do ponto de vista da higiene visual e auricular, distribuição dos lugares das salas pelas alunas das classes mistas; desdobramento das classes mistas; horários; constituição das turmas e conteúdos a observar no ensino da ginástica; condições higiénicas dos compêndios; características do mobiliário das aulas e formas de utilização do material de ensino.
- Condições de salubridade: estado de limpeza geral do edifício, estado higiénico das fontes, lavatórios, latrinas e urinóis; perfeita conservação do edifício e do equipamento; existência de escarradores, recipientes para papéis e no “vestíbulo de entrada (...) um limpador de ferro e, próximo d’elle, um amplo capacho para limpeza do calçado”.

O realce do documento ia também ao encontro do ensino da ginástica, também muito relacionado com as questões higiénicas, mas não abarca as instalações liceais. Este projecto de regulamento demonstra bem as preocupações com as condições dos edifícios na época.

### **3.1.1. Aatoria dos projectos**

Os liceus foram projectados pelos principais arquitectos portugueses na transição da Monarquia para a República, o que revela a importância deste equipamento público. Estes arquitectos dedicavam-se essencialmente à programação de moradias e palacetes da elite portuguesa. Esta situação demonstra a pouca importância atribuída aos edifícios liceais. Só depois começou a haver uma preocupação com a programação de liceus, o que contribuiu para que a relação do arquitecto com a sociedade se estreitasse.

A maior parte da produção era feita por construtores, mestres-de-obras, desenhadores e técnicos de qualificação média. Os arquitectos, nesta altura, eram em número muito reduzido e participavam apenas nos edifícios mais prestigiados.

A arquitectura no início do século XX oscila entre uma corrente nacionalista romântica e uma corrente racionalista clássica. A primeira deriva do nosso passado e a segunda resulta de uma importação dos bolseiros que frequentaram a *École des Beaux-Arts*<sup>33</sup> de Paris no final do século XIX.

Num contexto ainda influenciado pelo romantismo oitocentista, são estes intelectuais os protagonistas da mudança em Portugal, que são marcados pela doutrina positivista e pela estética realista.

A arquitectura dos nossos equipamentos públicos era dominada por uma cultura clássica desde o neoclassicismo pombalino e, por intermédio destes arquitectos, evoluiu-se para uma cultura moderna. Estes arquitectos importaram novas ideias que lentamente foram alterando a arquitectura portuguesa através das suas obras.

Os liceus que foram construídos em Lisboa na primeira década do século XX, aquando desta mudança na arquitectura, absorvem estas novas ideias.

José Luiz Monteiro foi um arquitecto que teve uma intervenção directa na construção da cidade de Lisboa através dos projectos realizados ao longo da sua actividade profissional. Um desses projectos foi o Liceu Central de Lisboa, actual Passos Manuel. Este arquitecto, na direcção da Escola de Belas-Artes de Lisboa, criou as condições para a introdução de uma consciência internacional no contexto da arquitectura portuguesa que ainda se encontrava muito fechada e elitista. Estabeleceu a ligação entre uma geração romântica e eclética e uma geração moderna e racionalista.

Mas José Luiz Monteiro não acompanhou a obra para além da construção das suas fundações. O projecto definitivo de Rozendo Carvalheira adoptou no geral o programa e a concepção geral dos estudos de Monteiro.

Ventura Terra foi um arquitecto que marcou com muita intensidade a cidade de Lisboa através dos seus equipamentos. Nos seus projectos destacavam-se o seu carácter racionalista e a sua abordagem pragmática. A sua arquitectura era racionalista, utilitária e de grande clareza programática.

---

<sup>33</sup> *École des Beaux-Arts*<sup>33</sup> de Paris abriu em 1819 e propunha uma perspectiva clássica do ensino estabelecendo as pontes entre a cultura racionalista neoclássica e a produção da arquitectura moderna. Este modelo de ensino foi exportado para o resto da Europa e Estados Unidos.

Nas propostas apresentadas por Ventura Terra para estes equipamentos liceais sobressaíam as regras impostas pela funcionalidade do complexo programa e pela racionalidade da composição. *“A funcionalidade de cada uma das partes e de todo o sistema tem como objectivo a resolução de um edifício económico, conveniente e higiénico.”*<sup>34</sup> Deixa de haver uma preocupação com a ornamentação e passa a desenvolver-se uma preferência pela simplicidade. Esta simplicidade assume uma grande importância na programação e construção dos liceus. A arquitectura começa a ser mais pensada de dentro para fora.

*“Nos projectos para os três novos liceus da cidade, ele adequou-se a novas exigências funcionalistas, valorizando, nos espaços internos, os equipamentos que melhor exprimiam a actualização dos programas educativos, como os ginásios, os laboratórios, as bibliotecas e as áreas de convívio e circulação.”*<sup>35</sup>

### 3.1.2. Os projectos

O projecto do primeiro liceu de Lisboa, tal como foi dito anteriormente, é da autoria de José Luiz Monteiro. Este arquitecto fez parte de uma comissão para escolher o melhor local para se instalar o edifício, elaborar o projecto e o orçamento. Em 1882 apresentou o projecto de arquitectura do edifício do liceu no qual propôs também a abertura de novas ruas.

*“O projecto inicial consistia num edifício de planta irregular, cuja única razão de ser parece ter derivado dos limites dos terrenos disponíveis e de indicações que se relacionavam com a máxima economia possível, evitando, portanto, a execução de expropriações, sempre onerosas.”*<sup>36</sup>

Mas o projecto foi abandonado por este arquitecto. Seguiu-se-lhe Raphael da Silva e Castro, que alterou a planta trapezoidal inicial de modo a obter uma planta rectangular. Logo após o início da obra, este arquitecto faleceu e foi substituído por Rozendo Carvalheira, arquitecto do Ministério das Obras Públicas tal como o seu antecessor. Este arquitecto elaborou um novo projecto que foi apresentado em 1896, que teve em conta a planta definida por Raphael da Silva e Castro e os conceitos e tipologia propostos por José Luiz Monteiro.

---

<sup>34</sup> MONIZ, Gonçalo Canto (2002), *Op. Cit.*

<sup>35</sup> SILVA, Raquel Henriques da (1998), “A casa Portuguesa e os novos programas”, in Tostões; Becker; Wang (com.), *Portugal: Arquitectura do Século XX*, Munchen, New York, Frankfurt, Lisboa, Prestel/PF 97.

<sup>36</sup> *Mestre José Luiz Monteiro na Arquitectura da Transição do século*, CML

*“A planta rectangular adopta um partido simétrico e hierarquiza as diversas funções organizado o programa funcionalmente através de quatro pátios interiores com auditório circular, uma escadaria e um recreio coberto no centro. No rés-do-chão localizam-se, ainda, dez salas de aula, os laboratórios de física e de química, o museu de física e de história natural e pequenos espaços complementares (gabinetes dos professores, sanitários e casa do porteiro e do guarda). O ginásio é colocado num corpo autónomo, ao nível da cave, ligado ao edifício principal pelo eixo central da entrada. A solução tipológica dos quatro pátios «determina a série de corredores de serventia que estabelecem fáceis e directas comunicações entre as quatro alas do mesmo pavimento». A redefinição do programa obriga, agora, à ocupação total do primeiro andar o que implica a ampliação do acesso a este piso; a escada «colocada ao lado direito do vestíbulo da entrada» passa no projecto de 1896 para o eixo central, entre o vestíbulo e o auditório, e ganha um zimbório. Na ala azul, as escadas de serviço dão acesso à cave do ginásio.”<sup>37</sup>*

Contudo, a obra voltou a parar em 1898, devido a alguma instabilidade verificada nos serviços públicos do país.

Em 1902 foi nomeada outra comissão e os pareceres desta reflectiram-se no projecto definitivo apresentado por Rozendo Carvalheira, em 1907, que vai rever o projecto de 1896. Apesar de o parecer da comissão ser aprovado, não se conseguiram desbloquear as obras do liceu, o que só viria a acontecer em 1907 por pressão directa de João Franco. *“Anexo ao relatório da “comissão de 1902”<sup>38</sup> é publicado o “Parecer Roberto Pinto”<sup>39</sup> que constitui o primeiro programa para a construção de um liceu.”<sup>40</sup>*

Surge pela primeira vez em Portugal uma importante reflexão em torno da arquitectura escolar liceal. Apesar de se tentar criar um texto regulador com um programa sobre as bases em que deveria assentar este tipo de edifícios:

*“Considerando que o lyceu central de Lisboa, de que esta comissão tem de occupar-se, (...) é o primeiro que se trata de construir, e que outros se hão de fazer depois, devendo todos obedecer a um mesmo plano geral.”<sup>41</sup>*

O mesmo acabou por não acontecer, por não ter recebido apoio por parte de todos os restantes membros da comissão e por ser um parecer com vista a alterar uma obra condicionada à partida com os alicerces já lançados.

---

<sup>37</sup> MONIZ, Gonçalo Canto (2002), *Op. Cit.*

<sup>38</sup> Encontra-se em anexo

<sup>39</sup> Encontra-se em anexo

<sup>40</sup> MONIZ, Gonçalo Canto (2002), *Op. Cit.*

<sup>41</sup> Boletim da Direcção Geral da Instrução Pública, fasc. I-IV, Janeiro-Abril de 1903

Apesar de não ter sido elaborado um texto regulador, os liceus construídos na primeira década do século XX em Portugal baseiam-se nos princípios enunciados neste parecer. Adães Bermudes projectou o Liceu de Faro em 1903, que foi inaugurado em 1908. Rozendo Carvalheira projectou o Liceu de Setúbal em 1904 que foi inaugurado em 1908 também. Ventura Terra projectou o Liceu Camões em 1907 e o Liceu Pedro Nunes em 1908 que foram inaugurados em 1910 e 1911 respectivamente.

*“As novas exigências pedagógicas e construtivas definidas pela «Comissão de 1902» e consagradas na reforma de 1905 ampliaram o programa a uma distribuição dos espaços. A disposição do programa na planta abandona os sanitários que subdividem os pátios, transformando os quatro pátios quadrados em dois grandes pátios rectangulares destinados ao recreio e formatura dos alunos; na ligação entre os dois pátios, foi criado um recreio coberto com um refeitório para os lanches dos alunos. Na cave, foram agora coladas importantes dependências do liceu para que os pisos superiores fiquem destinados aos serviços de ensino; assim, nas duas grandes salas da ala sul colocaram-se dois museus com um elevador «monta-cargas», sendo mais tarde transformados em balneários e num pequeno ginásio. As funções do ginásio foram reforçadas para que, ao nível do rés-do-chão, se pudesse construir o laboratório de Química, o que tem vantagens relativas à segurança do edifício. A habitação do reitor é projectada para o logradouro do liceu, libertando também uma área considerável do próprio edifício e garantindo a desejável proximidade em relação ao mesmo; semelhante destino será dado a um ginásio de maiores dimensões caso o recém instituído ensino da ginástica venha a exigir.”<sup>42</sup>*

Os projectos dos liceus Camões e Pedro Nunes, trazidos pelos arquitectos que foram bolseiros em Paris, introduzem em Portugal um novo tipo de arquitectura.

*“Uma arquitectura racionalista despida da ornamentação eclética, construída com as modernas tecnologias do betão e do tijolo, composta em função das suas necessidades programáticas e assumindo uma monumentalidade representativa do equipamento público.”<sup>43</sup>*

Os projectos de Ventura Terra para os liceus construídos em Lisboa nesta altura tentam definir uma solução tipológica que pudesse resolver as questões programáticas.

A arquitectura do Liceu Camões irá tornar-se uma referência na programação dos futuros liceus em Portugal, devido à sua simplicidade esquemática, aos baixos custos económicos e ao pouco tempo dispendido na execução do edifício. Este edifício corresponde a uma planta clássica que sintetiza as referências modernas. O objectivo

---

<sup>42</sup> MONIZ, Gonçalo Canto (2002), *Op. Cit.*

<sup>43</sup> MONIZ, Gonçalo Canto (2002), *Op. Cit.*

final de Ventura Terra é o de criar um edifício económico, funcional e higiénico. Pretende-se que exista funcionalidade em cada uma das partes e em todo o sistema.

Estes projectos tinham de abranger obrigatoriamente todas as exigências científicas e higienistas da sociedade moderna.

A elaboração do programa para os Liceus Camões e Pedro Nunes partia dos princípios desenvolvidos para o Liceu Passos Manuel, “Parecer Roberto Pinto”.

O programa era da responsabilidade do reitor, do médico escolar e do arquitecto de cada liceu. Os programas, elaborados para os liceus centrais de Lisboa construídos nesta altura, destinavam-se a uma população escolar que podia variar entre os 600 e os 1000 alunos.

A programação dos edifícios liceais tinha de ter em conta o número máximo de alunos por turma. O artigo 9.º da reforma de José Eduardo Coelho referia que: “*o numero de alumnos de uma classe não deve exceder 40 nas tres primeiras classes, 30 nas duas seguintes e 25 nos cursos complementares.*”<sup>44</sup>

O Liceu Camões vinha descrito em duas das revistas mais importantes na época: *A Construção Moderna*<sup>45</sup> e *Architectura Portuguesa*<sup>46</sup> no ano de 1910. Nos seguintes parágrafos, apresenta-se uma síntese do que foi observado nos textos referidos.

A fachada principal é composta de um corpo central, com 1º e 2º andar, tendo em cada ângulo um corpo satélite, mas só com 1º andar. Na fachada existem três portas de acesso ao edifício, localizando-se no corpo central e duas, uma de cada lado, entre este corpo e os dos extremos. Existe ainda uma pequena porta à esquerda no corpo central, privativa da residência do reitor, que habita o 2º andar desta parte do edifício.

A arquitectura da fachada é elegante, mas sóbria de ornamentações, como convém a um edifício escolar desta índole, no qual se deve mais ter em vista as conveniências higiénicas do que o luxo. Janelas altas, inundando de ar e luz as aulas e dependências dos edifício, todas com bastante pé direito.

O ginásio é uma grande sala, com galeria de volta completa. A luz e o sol entram a jorros neste magnifico salão, sendo notável a forma da sustentação da enorme cobertura, apenas com ligeiras e artísticas asnas.

---

<sup>44</sup> Artigo 9º do Decreto de 29 de Agosto de 1905 in Collecção Official de Legislação Portuguesa, Anno de 1905, Lisboa na Imprensa Nacional.

<sup>45</sup> *Construção Moderna*, nº 30, 1910

<sup>46</sup> *Architectura Portuguesa*, nº1, 1910

Os dois espaçosos pátios têm cada um 500 m<sup>2</sup> de superfície, dando, portanto, espaço para recreio dos alunos, estando divididos, um para o curso de 1º, 2º e 3º anos e o outro para os do 4º, 5º, 6º e 7º anos.

Além das aulas situados no rés-do-chão e 1º andar, com janelas sobre as fachadas laterais, existem sobre a fachada principal outras dependências, como secretaria, gabinete do reitor, salas de estudo, vestiário, sala do conselho, anfiteatro e sala de projecções, biblioteca, etc. etc., sendo o pavimento do 1º andar do corpo central ocupado pelo Museu.

Há ainda no edifício, refeitório, piscina de natação, enfim, todas as instalações modernamente exigidas nas construções escolares.

Na parte posterior do edifício existe um espaçoso terreno, que depois de ser competentemente aterrado, nivelado e arborizado, se prestará a exercícios desportivos, externos, tal como o salão do ginásio é destinado aos mesmos exercícios internos.

Neste liceu foi adoptado um modelo de construção muito simples, recorrendo a materiais disponíveis, como por exemplo o ferro e o tijolo.

Os projectos dos Liceus Camões e Pedro Nunes baseiam-se nos programas do Liceu Passos Manuel e nos modelos parisienses do século XIX com os quais Ventura Terra contactou.

O “Parecer Roberto Pinto” foi muito importante na programação dos edifícios liceais. Até 1938 não surgiu nenhum texto normativo e regulador dos edifícios liceais, o que só viria a acontecer nessa altura.

Os liceus construídos na primeira década do século XX em Lisboa, contribuíram, através das suas experiências funcionais e construtivas, para a criação, no período do Estado Novo, do programa-tipo. Este programa é adaptável a qualquer liceu e resulta de um trabalho de equipa científico e normativo.

Num quadro síntese (anexo 2) são apresentados alguns liceus portugueses que foram projectados entre 1860 e 1933.

### **3.2. Arquitectura**

A evolução da arquitectura escolar resulta de factores de: ordem social e humana, ordem pedagógica, ordem económica e ordem arquitectónica, os quais estão sempre dependentes do poder político. No século XIX dá-se uma ruptura na arquitectura.

*“De um lado estabelece-se um academismo decorativo defensor do valor espiritual da arte, do outro surge um funcionalismo operacional resultado do vanguardismo mediático das novas técnicas industriais de construção.”<sup>47</sup>*

O ano de 1900 constitui um ponto de viragem na história da arquitectura portuguesa, que é manifestado principalmente na cidade de Lisboa com a expansão das Avenidas Novas e necessidade de novos equipamentos.

As primeiras soluções arquitectónicas encontradas para os edifícios liceais surgiram de forma localizada e esporadicamente.

No início do século XX o liceu ainda não possuía uma arquitectura própria, *“mas, se em 1900 era possível ignorar os edifícios liceais, na primeira metade do século XX eles marcam o panorama da arquitectura portuguesa.”<sup>48</sup>*

A questão da higiene é assumida como um princípio arquitectónico ao longo do século XIX: *“a higiene devolve especificidade à arquitectura racionalista conferindo-lhe o carácter que o historicismo eclético lhe havia retirado.”<sup>49</sup>*

A higiene escolar introduz duas importantes alterações no ensino liceal, por um lado, em relação ao ensino teórico e prático da higiene e da ginástica, por outro lado, em relação às exigências programáticas e construtivas dos edifícios escolares. Estas preocupações reflectiam-se tanto no bem-estar e higiene do aluno, como na concepção do edifício e higiene do espaço. Deste modo a introdução da educação física no ensino liceal impõe a necessidade de novas instalações.

O Liceu Passos Manuel evoluiu segundo as transformações que iam ocorrendo na sociedade portuguesa. O seu primeiro projecto era inicialmente muito ostentoso e tinha um carácter monumental, mas à medida que o tempo foi passando evoluiu para um edifício mais funcional e simples.

Inicialmente este edifício era encarado como uma forma de a escola pública se poder afirmar, mas aquando da sua inauguração já era encarado como um equipamento social e por isso com menor necessidade de ostentação (figuras 4 e 5).

---

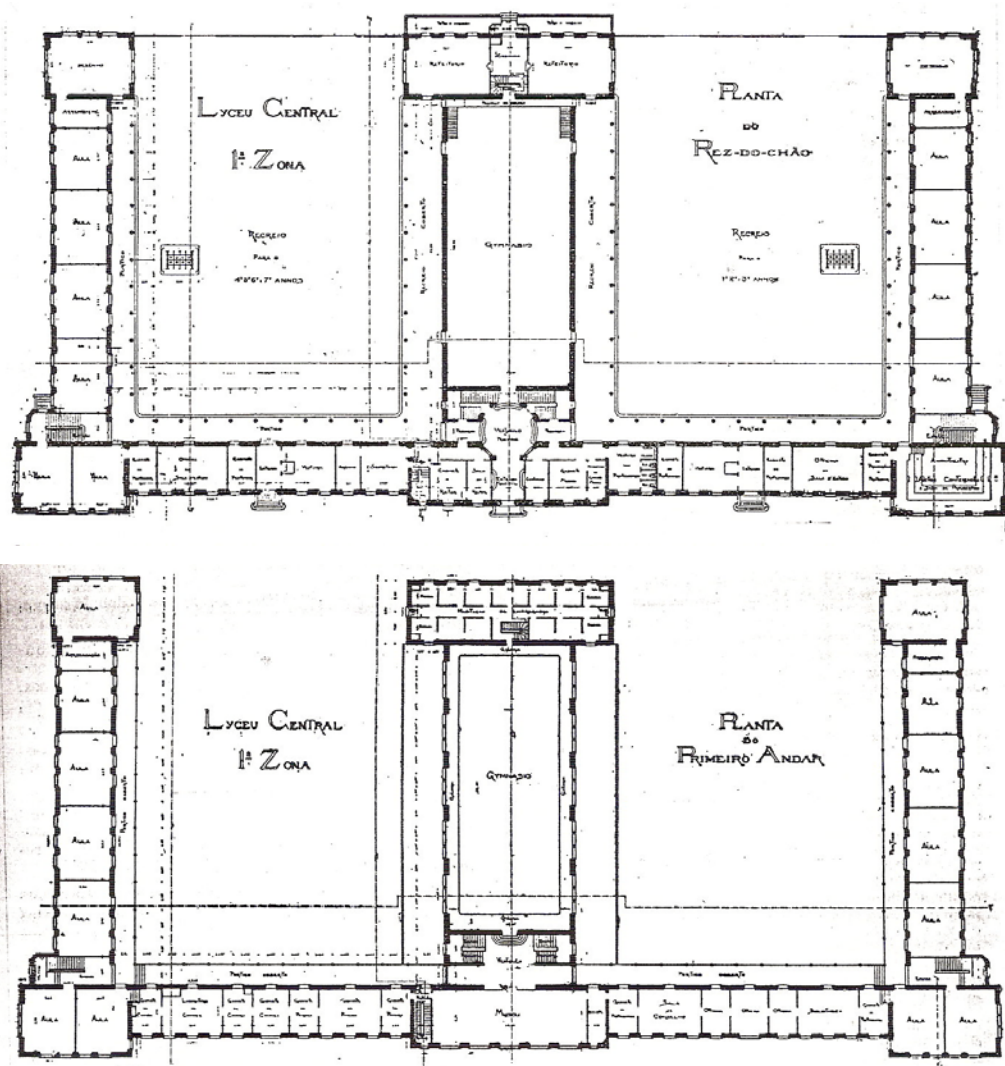
<sup>47</sup> TOSTÕES, Ana Cristina (1995), *Arquitectura portuguesa do século XX* in *História da Arte Portuguesa*, Direcção de Pereira, Paulo, Editora Temas e Debates, Lisboa

<sup>48</sup> NÓVOA, António; SANTA-CLARA, Ana Teresa (2003), *Op. Cit.*

<sup>49</sup> MONIZ, Gonçalo Canto (2002), *Op. Cit.*



Figuras 6 e 7: Plantas do Liceu Camões



Fonte: Revista *A Construção Moderna* nº 30

No Liceu Pedro Nunes, a organização do conjunto é extremamente racional. O edifício é formado por três grandes corpos, de três pisos, sem comunicação directa, sendo a ligação entre eles estabelecida por dois corpos mais baixos com a fachada principal sobre a avenida Pedro Álvares Cabral. Um alpendre, com colunas de ferro coberto de telha, circula ao longo de todas as fachadas interiores. Na posição central do pátio, encontrava-se o pavilhão do refeitório e das dependências anexas, dando origem a dois recreios. No ângulo nordeste do terreno do liceu, ficavam as casas do reitor, do chefe de pessoal menor e do guarda. No corpo central, a biblioteca, a sala dos professores e o gabinete do reitor ficam no primeiro andar; no segundo, o salão de festas ginásio; e, no terceiro, dois ginásios com os respectivos vestiários. Nos corpos de ligação, ficam, a

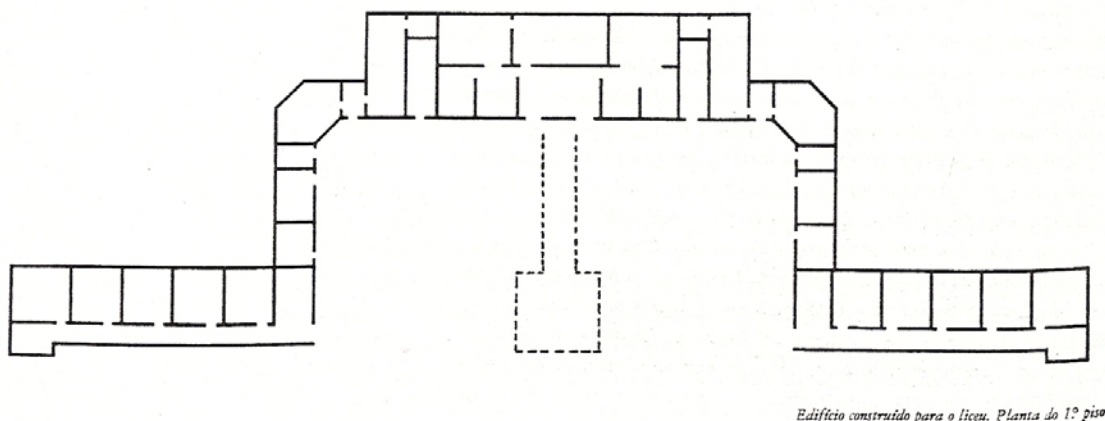
nascente, o anfiteatro de Física e, a poente, o anfiteatro de Química. Pelos corpos laterais distribuem-se a maioria das salas de aula. As instalações de Ciências, Física, Química, Historia e Geografia e Desenho foram projectadas com áreas bastante generosas.

O corpo central teria quatro pisos, os laterais mais recuados têm três pisos.

*“En el pabellón central están el guardarropa, las oficinas de secretaria, el rectorado, la sala de visitas, la biblioteca, los gimnasios, la sala donde se reunen los profesores y los alumnos en los intermedios de las clases, los museos y los laboratorios. Las aulas ocupan los dos pabellones laterales.”*<sup>50</sup>

O espaço situado entre os três edifícios definia dois recreios através da separação física causada pelo corredor de acesso ao refeitório e o limite imposto pelos corpos de ligação. Os outros dois recreios localizavam-se à frente dos corpos recuados. *“La mayor parte del local está dedicada á la educación física.”*<sup>51</sup> O recreio do liceu privilegia o espaço aberto com jardins e campos em detrimento do pátio clássico (figura 8).

**Figura 8: Planta geral do Liceu Pedro Nunes**



Fonte: NÓVOA, A. (2003)

Estes edifícios apresentavam uma expressão moderna, funcional e técnica, que se traduzia numa simplicidade formal e construtiva.

A arquitectura de Ventura Terra segue *“os princípios da racionalidade, da estruturalidade e da coerência das composições subjugando a decoração e evitando acidentes volumétricos”*<sup>52</sup>

<sup>50</sup> LANDA, Rubén (1928), *Op. Cit.*

<sup>51</sup> LANDA, Rubén (1928), *Op. Cit.*

<sup>52</sup> PORTUGAL-FRANKFURT 97 (1997), *“Miguel Ventura Terra”, Arquitectura do século XX: Portugal*, Lisboa. (citado em MONIZ, 2002:74).

Nos seus projectos para os liceus valorizava a higiene em detrimento do ecletismo. As preocupações com a higiene vinham depois a reflectir-se nas na qualidade do espaço.

Nos projectos destes dois liceus para Lisboa, Ventura Terra recorre a eixos de composição, a modulações decorrentes da célula da sala de aula e a um sentido de unidade que dá coerência às diversas partes. Este arquitecto projecta com base nas regras clássicas da simetria e da proporção.

No ensino liceal esteve sempre presente o debate em torno da arquitectura do espaço escolar. Inicialmente, a questão relacionava-se com a simples habitabilidade e segurança das habitações, mas, à medida que se foi desenvolvendo a instituição liceal, as preocupações passaram a estar relacionadas com as condições inadequadas em que se encontravam muitos liceus.

A funcionalidade pedagógica do edifício não era tida em conta, visto as preocupações recaírem essencialmente sobre as questões ligadas às más condições das instalações.

A arquitectura dos primeiros liceus construídos em Lisboa apresentava características que os distinguíam dos liceus já construídos anteriormente. Segundo Marques (2003, *op. cit.*) é possível reter alguns aspectos essenciais relativamente a estes liceus. Em primeiro lugar surge uma nova tipologia arquitectónica com estes liceus. Estes edifícios encontram-se bem delimitados no espaço urbano por vedação e gradeamento. Existe uma separação do liceu com a via pública, isto é, o edifício encontra-se normalmente recuado relativamente a esta. O Liceu Pedro Nunes é uma excepção porque o seu corpo central encontra-se em ligação directa com a rua, não tendo nenhuma vedação ou espaço de separação.

O edifício apresenta uma grande dimensão, tem um aspecto monumental que se destaca na malha urbana.

A fachada principal do liceu tem uma placa identificativa no topo do corpo central, onde também existem elementos decorativos e simbólicos. Na fachada principal existem três entradas, de que as duas laterais se destinam aos alunos.

Existe uma separação dos espaços em função da estrutura curricular e pedagógica. Os alunos são separados desde a entrada no edifício, quando têm acesso directo às dependências do seu ciclo até aos pátios de recreio. As classes mantinham-se separadas consoante as idades dos alunos, tanto no interior do edifício como à entrada e saída do mesmo. Assim as salas tinham de estar implantadas próximas dos respectivos

pátios de recreio. A organização dos liceus era feita em regime de semi-internato onde as crianças passavam a maior parte do tempo.

Relativamente à organização pedagógica, as estruturas encontravam-se fundadas na noção de “classe”. A planta tinha um carácter regularmente celular, onde predominavam os corredores ladeados de salas de aulas. As instalações para a prática da educação física possuíam ginásios, vestiários e balneários. No Liceu Pedro Nunes, o ginásio encontrava no interior do edifício principal, os outros dois liceus possuem ginásios em corpo separado.

Para além da educação física, os ginásios serviam também para salões de festas.

O edifício tem dois ou três andares e muitas aberturas nas fachadas. A sua estrutura é simétrica, constituída por um corpo central rectangular e dois corpos laterais perpendiculares e também rectangulares que são ligados no encontro dos vértices laterais. Apresenta uma disposição geral em forma de U. O Liceu Pedro Nunes possui três edifícios independentes, os dois laterais recuados relativamente ao central, que comunicam através de corpos de ligação.

Existe uma concepção linear e fechada dos espaços, sendo estes ligados entre si por corredores horizontais laterais ou galerias abertas para pátios interiores e recreios exteriores.

Nas formas e estrutura do edifício predominam as linhas rectilíneas, que são basicamente rectangulares.

Todo o espaço que constitui o conjunto do liceu, isto é, o espaço construído e o espaço exterior que o contorna, ocupa uma área igual ou superior a 15 000 m<sup>2</sup>. O espaço exterior é ocupado com jardins, campos de jogos, pátios de recreio e circulações. Normalmente, os pátios de recreio situam-se na fachada posterior do edifício. Os alunos também aqui se encontram separados por ciclos. Os pátios podem ser abertos ao exterior ou encerrados. No Liceu Passos Manuel, os pátios são encerrados como se fossem claustros.

Existia uma grande especialização dos espaços interiores que eram distribuídos pelas funções de ensino, gestão e administração, recreio, circulações, apoio aos alunos, professores, funcionários e acolhimento, residências particulares e, por fim, instalações sanitárias.

Os vestiários localizavam-se nas entradas dos edifícios e junto aos ginásios. Os balneários ficavam próximos dos ginásios e/ ou dos campos de jogos. As instalações do médico escolar não tinham uma localização fixa.

Os espaços de ensino eram distintos em função da sua natureza pedagógica e curricular. Distribuem-se por todo o edifício com predominância nas alas laterais. As salas de aulas normais tinham estrutura rectangular e eram iluminadas só de um dos lados. Isto não sucedia no corpo lateral do Liceu Pedro Nunes, onde as janelas também estavam viradas para o corredor de circulação.

A circulação no interior do edifício era feita por corredores horizontais laterais ou galerias abertas para o interior do edifício. Os pátios de recreio localizavam-se no interior do edifício. As escadas, normalmente situadas no vértice dos ângulos, servem de acesso aos diferentes pisos.

No corpo principal localiza-se a maioria dos serviços administrativos e de gestão, enquanto que as alas laterais são destinadas a grupos específicos de alunos. Estes alunos encontram-se distribuídos segundo o nível de ensino, da idade e, no caso de serem mistos, segundo o sexo.

Na primeira década do século XX, *“o liceu vai emergir como lugar, como território, como arquitectura.”*<sup>53</sup>

Os novos programas com as suas exigências arquitectónicas ajudaram a introduzir novos sistemas construtivos.

### **3.3. Construção**

A construção dos edifícios liceais surge como resultado das forças políticas, económicas e sociais e como resposta ao modelo pedagógico adoptado. Mas as construções liceais nem sempre acompanharam em paralelo a evolução do sistema educativo.

Os edifícios construídos na primeira década do século XX decorrem do processo de criação dos liceus através da reforma do ensino secundário decretada por Passos Manuel. Esta reforma referia que cada liceu deveria possuir casa própria, boas instalações, uma biblioteca, laboratórios, espaços exteriores, isto é, boas condições materiais para assegurar um ensino eficaz. Esta reforma estabeleceu a necessidade de construir novos edifícios de acordo com as novas exigências pedagógicas. Isto não se verificou, nem de imediato, nem nos anos seguintes, porque havia muita dificuldade em encontrar edifícios que reunissem todas estas condições. Para além de não existirem edifícios disponíveis e com boas condições para instalar os liceus, o país não usufruía de

---

<sup>53</sup> MARQUES, Fernando Moreira (2003), *Op.Cit.*

condições financeiras para a construção dos mesmos. Havia, deste modo, um grande desfasamento entre o que a legislação previa e a realidade de instalação dos liceus, que se prolongou durante muitos anos.

*“Achavam-se então os liceus instalados em edifícios utilizados ao acaso - com frequência antigos conventos de precária adaptação – com salas sem luz nem arejamento, corredores exíguos, pátios sem higiene, nem sol, nem sombra.”*<sup>54</sup>

Até ao início do século XX, os edifícios não eram construídos propositadamente para instalar os liceus e também se verificava a utilização de edifícios públicos devolutos, o que continuava a adiar o investimento em construções escolares de raiz.

A reforma de Jaime Moniz não tomou qualquer iniciativa directa relativamente às construções dos edifícios liceais. Nesta reforma, para além dos conhecimentos práticos e científicos, são privilegiadas a cultura geral e as qualidades cívicas. É retomado o ensino das humanidades clássicas.

Após a reforma de Jaime Moniz, houve a necessidade de construir novos espaços escolares que respondessem às novas pedagogias que iam sucessivamente sendo elaboradas, o que sucedeu em 1905 com a reforma de Eduardo Coelho. Esta reforma é encarada como uma revisão da reforma de 1894 que estava envolta numa forte contestação. Logo no preâmbulo da reforma, podia verificar-se a preocupação com a degradação dos edifícios liceais:

*“construir edifícios para lyceus, fornecê-los de mobiliário moderno e de material adequado, dotá-los de bibliotecas, museus, gabinetes de physica e laboratorios de chimica, e consignar-lhe verbas suficientes para a conservação, funcionamento e melhoria de todos estes meios de ensino – são providencias que se impõem, tão indiscutíveis que seria supérfluo fundamentá-las. Consignado aqui a aspiração de que todos os lyceus sejam installados em edifícios próprios que obedeçam a todas as exigências pedagógicas e hygienicas, julgamos inadiável a sua dotação, para que possam melhorar e conservar o seu mobiliário e material didáctico.”* (do Preâmbulo do Decreto-Lei de 29 de Agosto de 1905)

Estabeleceu um ensino com um cariz mais científico, introduzindo definitivamente as disciplinas científicas e a ginástica. Diante destes novos programas, tornou-se inevitável a construção de liceus. Estes foram construídos com base nestas exigências programáticas, tal como laboratórios, ginásios... Existia a necessidade de construção

---

<sup>54</sup> MOTTA, A. A. Riley da “Liceus de ontem e liceus de hoje”, *Liceus de Portugal*, nº 47, *Op. Cit.*

destes edifícios devido à modernização que se estava a registar no ensino secundário. As reformas de ensino desta altura oscilavam entre um modelo clássico e humanista e um modelo moderno e científico. Para resolver esta questão, as construções escolares tentaram estabelecer um compromisso entre a forma clássica e a função moderna.

A partir de 1905 surgem nos currículos pedagógicos alterações (disciplinas científicas, ginástica, higiene) e as instalações liceais sofrem importantes transformações para se poderem adaptar a estes novos programas.

A importância que é atribuída a certas disciplinas do currículo manifesta-se na concepção espacial dos liceus. Houve a necessidade de construção de ginásios, laboratórios, o que acarretou maior necessidade de espaço.

A introdução do conhecimento científico, com a reforma de 1905 de Eduardo José Coelho impulsionou medidas concretas para construção dos novos liceus.

No que concerne à construção dos liceus, esta reforma indicou pela primeira vez as características que os liceus deveriam possuir, assim como recomendações quanto aos diversos aos programas funcionais e exigências higiénicas.

As preocupações com as questões higiénicas surgiram inicialmente na arquitectura no século XVIII e só depois foram transportadas para as construções escolares já na segunda metade do século XIX.

Nestas construções já existiam preocupações medico-higiénicas. As novas exigências da higiene escolar aceleraram os progressos técnicos na construção escolar. O desenvolvimento da higiene escolar acelera os progressos na construção moderna. A higiene social funciona como uma forma de afirmação dos novos regimes modernos, por oposição à sociedade passada.

Esta nova sociedade impulsionou a construção de novos equipamentos segundo regras higienistas. Esta nova consciência higienista na construção dos equipamentos sociais viria a ter reflexo na concepção dos novos liceus.

As condições de higiene introduzidas contribuíram para desenvolver sistemas construtivos, como sejam as questões de ventilação, de insolação, de conforto, de limpeza, os esgotos, o aquecimento e a iluminação. Os princípios higienistas reflectem-se também na organização do edifício escolar através da clarificação e hierarquização das diferentes funções. Para conferir uma apresentação mais higiénica aos edifícios escolares, foi introduzido um desenho funcional de natureza mecanicista. Com a utilização de novos materiais a questão da higiene ficou ainda mais reforçada.

A introdução do ensino da ginástica na escola funciona como um marco, que contribuiu para fechar um ciclo de ensino antigo e monástico e abrir caminho para o início de um ensino moderno e popular.

O ensino da ginástica impulsionou a criação de um novo equipamento na construção escolar, o ginásio. Este ficou associado à modernização das construções escolares. O edifício liceal foi sendo construído de formas diferentes ao longo do tempo. Por um lado, respondia às diferentes necessidades que iam surgindo, como por exemplo inovações pedagógicas e mais população escolar. Por outro lado, respondia às diferentes tecnologias e materiais de construção que iam aparecendo.

A partir da viragem do século, o problema das instalações liceais foi se agravando. Houve um grande aumento da população escolar, o que contribuiu para este facto. Na última década do século XIX, Agostinho de Campos, director-geral da Instrução Pública, descreveu o Liceu de Lisboa da seguinte forma:

*“Imagine-se um casarão que tinha sido palácio, mas que então se assemelhava mais, pela escuridão, a uma cadeia de outros tempos; e a uma cavaleriça mal mantida, pela imundice e pelo cheiro. Os tetos tinham quasi todos caído ao chão; no chão negro estavam embutidas a poeira e a lama de inumeráveis anos lectivos; sobre as paredes sujíssimas havia frases e desenhos semelhantes aos que os garotos da rua já se envergonham agora de escrever pelos muros; nas aulas não havia carteiras onde os alunos pudessem escrever, mas simples bancos de tábua, tão sórdidos e tão velhos como o chão e as paredes; a mesa do professor era um móvel quasi indiscreto, donde pendiam farrapos esverdeados de um pano que noutra tempo a forrara; não havia um ginásio, um recreio coberto ou descoberto, mas um simples saguão pequeno, húmido e escuro como um poço entre paredes de três andares, cheio de papéis velhos, de cacos de mobília e de outros despejos já sem côr e sem forma; e toda esta miséria abria sobre uma rua cheia de tabernas e de outros estabelecimentos de vício, ainda mais perigosos e infectos.”<sup>55</sup>*

Foi no governo de João Franco que se deu a primeira grande operação significativa relativamente às construções liceais e que se puseram em prática medidas que levaram a uma politica de construção de instalações liceais modernas em Lisboa. Assim, foram construídos e inaugurados os três primeiros liceus modernos de Lisboa, o Liceu Camões (1909), o Liceu Passos Manuel (1910) e o Liceu Pedro Nunes (1911).

Os liceus construídos em Lisboa distinguiam-se dos restantes do país, construídos nesta altura ou anteriormente, devido à superior qualidade architectónica.

---

<sup>55</sup> CAMPOS, Agostinho de (1918), *Educar na Família na Escola e na Vida*, Livraria Aillaud, Bertrand, Lisboa.

*“ A monarquia construíra apenas os edifícios próprios dos liceus de Aveiro e Leiria e dos de “Camões”, “Passos Manuel” e “Pedro Nunes”, em Lisboa. Estes três últimos muito bons; aqueles, passáveis, para o tempo.”* <sup>56</sup>

Apenas no período de transição da Monarquia para a I República foram construídos os primeiros liceus de Lisboa. Este período foi fértil em edificações de cariz social, o que se veio a reflectir na construção escolar.

Nas primeiras décadas do século XX, Agostinho de Campos já descrevia o liceu que se encontrava instalado num edifício construído de raiz de outra forma:

*“ A nossa casa é grande e limpa e alegre. (...) E as famílias que nos visitam olham, respiram, e quasi tôdas confessam a si próprias que não teem nas suas casas nem mais sol, nem mais espaço, nem mais ar para darem aos filhos. (...) E a rua, aqui, não é um bairro lóbrego com vegetações insanas e parasitárias de botequins, tabacarias e bilhares, mas um dos sítios mais salubres e mais bonitos de Lisboa... (...) Temos um vastíssimo campo de jogos, temos jardins e árvores, temos salas de reunião, de associação e de leitura; temos este vasto e esplêndido gimnásio onde realizamos as nossas festas e que quasi tôdas as escolas estrangeiras congêneres poderiam invejar-nos com razão. (...) Os nossos laboratórios de física e de química, os nossos museus de zoologia e de botânica, as nossas salas de desenho, a nossa biblioteca escolar, a nossa secretaria, dispõem de amplos espaços especialmente adaptados e providos. (...) As aulas são varridas diariamente e lavadas com frequência; o chão deixou de ser o despejo das algibeiras e das mucosas da população escolar; as paredes estão limpas de toda a arte e de toda a literatura de mau quilate. Nos corredores claros e amplos, nas escadas fáceis e claras, há vasos de plantas que já não teem de lutar com o espírito de destruição das crianças.”*<sup>57</sup>

Depois de analisadas algumas concepções dos equipamentos liceais na transição da Monarquia para a República na cidade de Lisboa, no capítulo seguinte reflectir-se-á acerca da inserção urbanística dos mesmos.

---

<sup>56</sup> Motta, A. A. Riley da “Liceus de ontem e liceus de hoje”, *Liceus de Portugal*, nº 47, *Op. Cit.*

<sup>57</sup> CAMPOS, Agostinho de (1918), *Op. Cit.*

## CAPÍTULO IV: INSERÇÃO URBANÍSTICA DO LICEU

### 4.1. Localização dos liceus

A reforma de Passos Manuel que criou os liceus em Portugal declarava que os mesmos deveriam ficar instalados nas capitais de distrito.

*“Em cada uma das Capitaes dos Districtos Administrativos do Continente do Reino, e do Ultramar haverá um Lyceo, que será denominado Lyceo Nacional de... o local aonde fôr estabelecido.”*<sup>58</sup>

A nível nacional havia uma preocupação com a localização dos liceus, isto é, sabia-se que deveriam ficar concentrados nas cidades ou mais tarde vilas mais populosas.

*“Desde os primeiros momentos do moderno processo de escolarização surge a preocupação com a localização dos edifícios escolares.”*<sup>59</sup>

Nesta reforma, ficou também desde logo definido que:

*“ (...) os Lyceos serão estabelecidos em Edifícios publicos, bem situados e saudáveis, e quanto poder ser apropriados á boa ordem, e economia das Aulas.”*<sup>60</sup>

Ao nível das cidades eram estudados os melhores locais para a instalação dos liceus, mas como as preocupações urbanísticas ainda não se encontravam muito desenvolvidas nesta altura, a planificação também se encontrava no mesmo estado. A sua localização não obedecia a qualquer estudo urbanístico prévio, resultando de oportunidades locativas aproveitadas pelos reitores e pelo poder político. O investimento feito nestes liceus provinha directamente do Estado.

Inicialmente a instalação dos edifícios liceais ocupava uma posição central na cidade para estes poderem estar mais perto da população e para se poder aumentar a frequência escolar.

Quando começaram a construir edifícios de raiz para instalar os liceus houve necessidade de mais espaço e eles tiveram de se ir afastando dos aglomerados populacionais para locais mais periféricos das cidades. Mais tarde, estes locais já não seriam considerados periféricos, uma vez que, seriam abrangidos pela própria expansão das cidades.

A localização do Liceu de Aveiro ainda demonstrou preferência pela centralidade.

---

<sup>58</sup> Artigo 4º do Decreto de 17 de Novembro de 1836 in Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes desde 10 de Setembro até 31 de Dezembro de 1836, Sexta Série, Lisboa na Imprensa Nacional. 1837

<sup>59</sup> MARQUES, Fernando Moreira (2003), *Op.Cit.*

<sup>60</sup> Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes desde 10 de Setembro até 31 de Dezembro de 1836, Sexta Série, Lisboa na Imprensa Nacional. 1837

“ (...) a própria implantação do Liceu de Aveiro no coração do município, assim como a envergadura e a solenidade da decoração da construção, bem sintetizadas na expressão “grandeza do novo edifício”, reforçam objectivamente a sua presença pública e fazem dele um verdadeiro “monumento cívico”. Por esse facto, a centralidade é algo de adquirido: transformar a escola em centro da vida local (simbolismo público) e a facilidade de acesso determinam esse imperativo. “<sup>61</sup>

As escolas em Inglaterra e em França eram edificadas nos arredores das grandes cidades, situados fora dos centros urbanos e na proximidade de parques ou jardins, reunindo assim todas as condições de higiene.

“O abandono da centralidade e o combate à monumentalidade vão ser retomadas em finais da década de 1890, já no quadro da Reforma da Instrução Secundária de Jaime Moniz. (...) Nesse momento histórico, onde a questão da centralidade é claramente relegada, Evaristo Saraiva (1892) pugna pela escola fora do recinto das cidades, elegendo “o meio dos campos” como o melhor local para a sua instalação, criticando no entanto o exemplo do Liceu Lakanal (em Sceaux, nos arredores de Paris) pelo facto de o excessivo afastamento da zona urbana implicar despesas com transportes.”<sup>62</sup>

A tendência para afastar as escolas dos meios populacionais prendia-se com razões de segurança física e de ordem moral. As primeiras estavam relacionadas com a agitação dos centros das cidades, como por exemplo, os possíveis acidentes causados pelo trânsito das carruagens e carros eléctricos. As segundas estavam relacionadas com estabelecimentos considerados prejudiciais na proximidade dos liceus, como por exemplo cafés.

Aquando da introdução de teorias higienistas, os liceus foram colocados no campo, afastados dos centros das cidades, que eram considerados locais poluídos.

Neste período, lutava-se pela instalação dos edifícios fora do recinto das cidades, elegendo os espaços verdes afastados das zonas urbanas como o melhor local para a sua instalação.

A questão da centralidade é afastada para segundo plano, sobrepondo-se agora a questão do afastamento do centro da população, como melhoria das condições de funcionamento da escola.

Esta modificação do pensamento relativamente à centralidade da escola reflectiu-se nas futuras construções de liceus em Portugal no final do século XIX, início do século

---

<sup>61</sup> SILVA, Carlos Manique da (2002), *Op. Cit.*

<sup>62</sup> SILVA, Carlos Manique da (2002), *Op. Cit.*

XX. Valorizava-se o campo com o seu ar puro, vida sã e calmo, por oposição à cidade insalubre, perigosa e turbulenta.

Em Portugal, em 1884, a cidade de Castelo Branco sentiu a necessidade de construir o seu próprio edifício para o liceu, inserido num projecto mais vasto de desenvolvimento da própria cidade. Apesar de não se ter chegado a construir, chegou a ser elaborado um anteprojecto pela Direcção de Obras Públicas do distrito, o qual na memória descritiva justificava a necessidade de afastamento do liceu da área central da cidade.

*“ (...) projectar a edificação em uma parte baldia denominada o Saibreiro, onde já começaram a edificar e para onde de futuro a cidade se há-de desenvolver (...) já pela proximidade que vai ficar da estação de caminho de ferro da Beira Baixa, já pelo bonito ponto de vista e porque não tem a cidade para outro lado onde se possa desenvolver; e logo que um edifício público ao qual concorrem bastantes pessoas já pelos seus misteres no liceu, já para frequentarem a biblioteca do mesmo, que é pública e não privatizada do liceu, aí se construa, a correnteza há-de para ali estabelecer-se, as edificações de casas para hospedagem dos alunos hão-de fazer-se e a pouco e pouco esta parte da cidade ir-se-á desenvolvendo, ficando talvez de futuro o melhor bairro da cidade”<sup>63</sup>*

A preocupação com a localização dos edifícios liceais também foi manifestada no plano de edificação do Liceu de Leiria em 1892, que foi implantado numa área afastada do centro da cidade, procurando dessa forma proporcionar um ambiente saudável aos alunos.

Contudo, a instalação dos edifícios liceais localizados em locais afastados dos centros das cidades também suscitava muitas críticas na época.

No caso da localização do Liceu de Castelo Branco teciam-se as seguintes críticas:

*“ (...) a despeito da implantação do liceu no sítio do Saibreiro ser considerada como uma via promotora da expansão e modernização urbanas, o próprio responsável pela citada memória reconhecia que, pelo afastamento do centro da cidade, o local escolhido aparentemente não se afigurava como o mais conveniente.”<sup>64</sup>*

Na década de 1880, a cidade de Lisboa conheceu um certo desenvolvimento devido às relações económicas com as colónias e a alguma industrialização, o que se traduziu numa maior dinâmica urbana.

---

<sup>63</sup> SILVA, Carlos Manique da (2002), *Op. Cit.*

<sup>64</sup> SILVA, Carlos Manique da (2002), *Op. Cit.*

A cidade expandiu-se com a abertura da avenida da Liberdade (1878-1885) e com a criação das Avenidas Novas do plano do engenheiro Ressano Garcia. Toda esta conjuntura gerou a necessidade de novos equipamentos públicos para a cidade.

Um dos assessores de Ressano Garcia na Câmara Municipal foi o arquitecto José Luiz Monteiro, que contribuiu para equipar a cidade. Um dos equipamentos foi a programação do primeiro liceu de Lisboa<sup>65</sup>, o futuro Liceu Passos Manuel. Caminhava-se para um processo de modernização da sociedade portuguesa e os equipamentos liceais contribuía para isso.

Na década de 1890, viveu-se um período caracterizado por uma certa instabilidade política e financeira, mas depois de ultrapassada esta crise, na primeira década do século XX, Portugal viveu um período caracterizado por algum desenvolvimento. Ocorreu um forte crescimento demográfico, um certo desenvolvimento industrial e um forte debate político entre o poder monárquico e republicano. A cidade de Lisboa foi a que mais beneficiou com toda esta conjuntura, dado que nesta altura houve uma grande expansão da área urbana, principalmente em direcção ao norte, em detrimento da linha da beira-rio, devido à urbanização das Avenidas Novas, que permitiram este crescimento da cidade. As canalizações de água e esgotos, redes de electricidade e os carris dos eléctricos acompanharam esta expansão.

A instalação do Liceu Passos Manuel em edifício construído de raiz alongou-se por muitos anos na cidade de Lisboa. Em 1881 foi nomeada uma comissão cujo presidente era o político regenerador António Augusto Aguiar e da qual também fazia parte o arquitecto José Luiz Monteiro, que tinha como objectivo escolher o local, organizar o projecto e estudar o orçamento para a construção do futuro Liceu Passos Manuel. Apesar de várias alternativas analisadas, desde logo foi sugerida a zona das cercas do Convento de Jesus e dos Paulistas como sendo a melhor localização para instalar o liceu.

A localização do Liceu Passos Manuel, um edifício de grande dimensão, na pequena cerca dos referidos conventos, é um pouco difícil de compreender. Em primeiro lugar por ser um local acanhado e em segundo lugar por se estar numa fase em que a cidade de Lisboa se está a expandir com a abertura de novas avenidas. Mas esta localização trazia consigo a preocupação com a articulação dos novos equipamentos públicos, a abertura e higienização deste espaço através da construção de uma rua que

---

<sup>65</sup> O Liceu Passos Manuel é considerado como o primeiro de Lisboa, por transferência para ali das competências do Liceu do Carmo, sendo este por sua vez sucessor directo do primitivo Liceu de Lisboa. O próprio nome do liceu homenageia o criador dos liceus em Portugal. Apesar do Liceu Camões ter sido construído primeiro, quando nos referimos ao primeiro liceu de Lisboa é ao Liceu Passos Manuel.

ligasse o liceu ao Palácio das Cortes e ao Largo do Chiado, o que depois não chegou a acontecer (anexo 2).

Segundo Landa (1928), o Liceu Passos Manuel “*está situado en un barrio populoso, rodeado de casas y no tiene la amplitud que estos*”.

Em relação ao Liceu Pedro Nunes, o mesmo autor referia que:

“*Cuando se llega al liceo por primera vez ya su aspecto exterior impresiona favorablemente: un edificio moderno, de grandes ventanales, rodeado de jardines, en un barrio apartado, alto e muy tranquilo.*”.

Relativamente ao Liceu Camões, Landa referia que:

“*está bien situado, entre calles anchas, un jardín y vinedos, en un barrio alto y apartado, tranquilo y com pocas casas.*”<sup>66</sup>

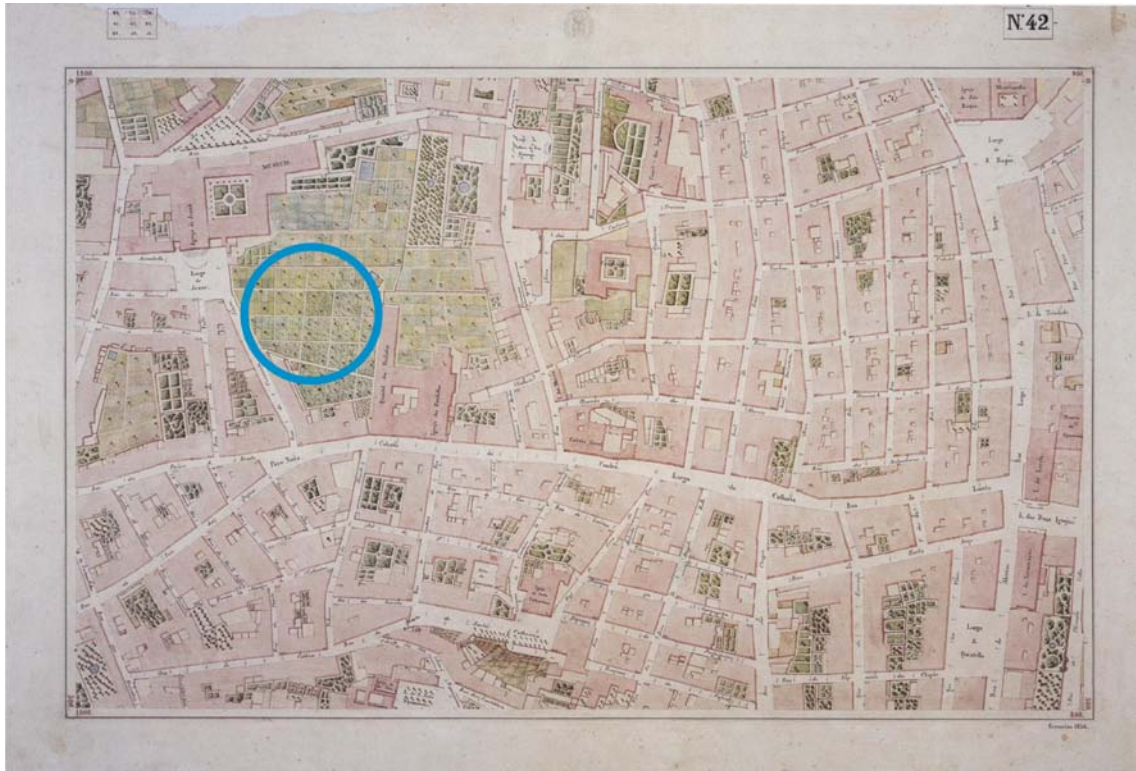
Nos mapas seguintes encontram-se representadas as áreas onde foram instalados os liceus em edifícios construídos de raiz. Tal como se pode observar, nas áreas dos Liceus Pedro Nunes e Camões ocorreu uma grande transformação urbanística no período em que os liceus foram construídos. Na área onde se implantou o Liceu Passos Manuel não ocorreram tantas transformações uma vez que já era uma área que estava muito construída antes da implantação do liceu.

A área onde se verificou uma maior transformação da paisagem, foi a área do Liceu Camões que nesta altura ainda era considerada muito afastada do centro da cidade e que estava ocupada com pouca construção e com muitos espaços agrícolas. Aquando da construção do Liceu Pedro Nunes, a área onde o mesmo foi construído já estava mais construída do que a do Liceu Camões, mas ainda assim sofreu algumas transformações. A área onde foi construído o Liceu Passos Manuel foi a que menos alteração sofreu, mantendo-se praticamente igual após a construção do mesmo.

---

<sup>66</sup> LANDA, Rubén (1928), *Op. Cit.*

**Figura 9: Local da instalação do Liceu Passos Manuel (final do séc. XIX)**



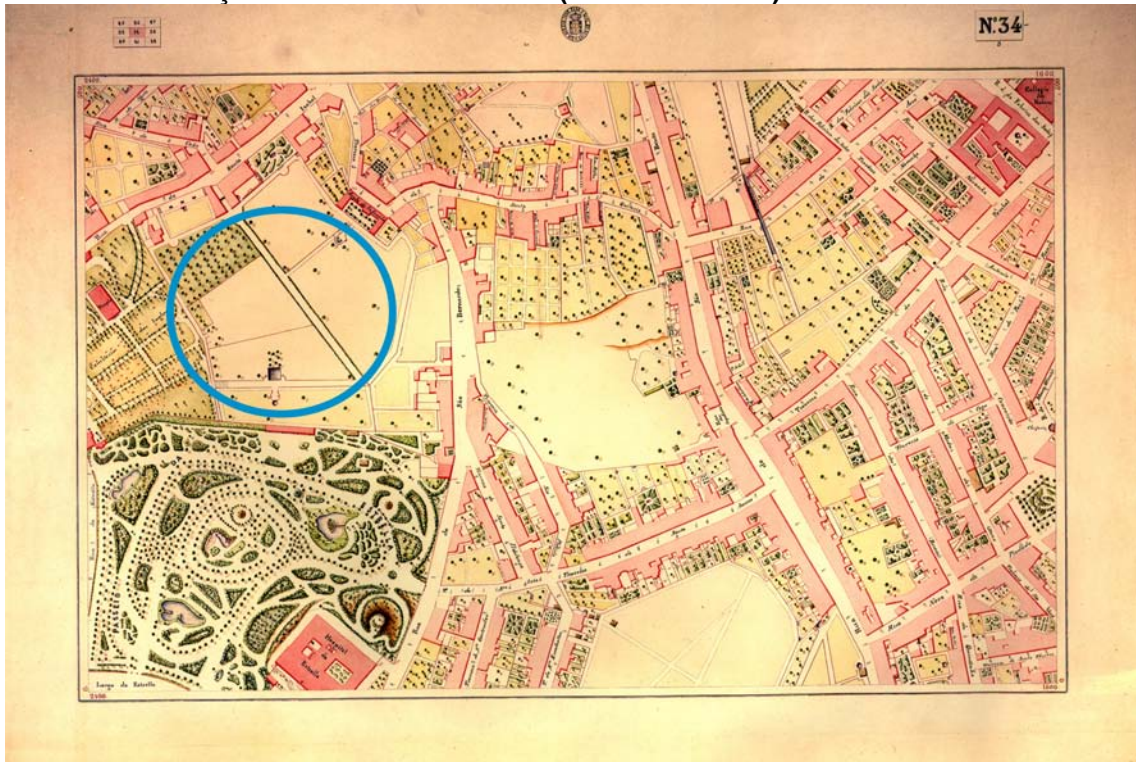
Fonte: Gabinete de Estudos Olisiponenses

**Figura 10: Local da instalação do Liceu Passos Manuel (início do séc. XX)**



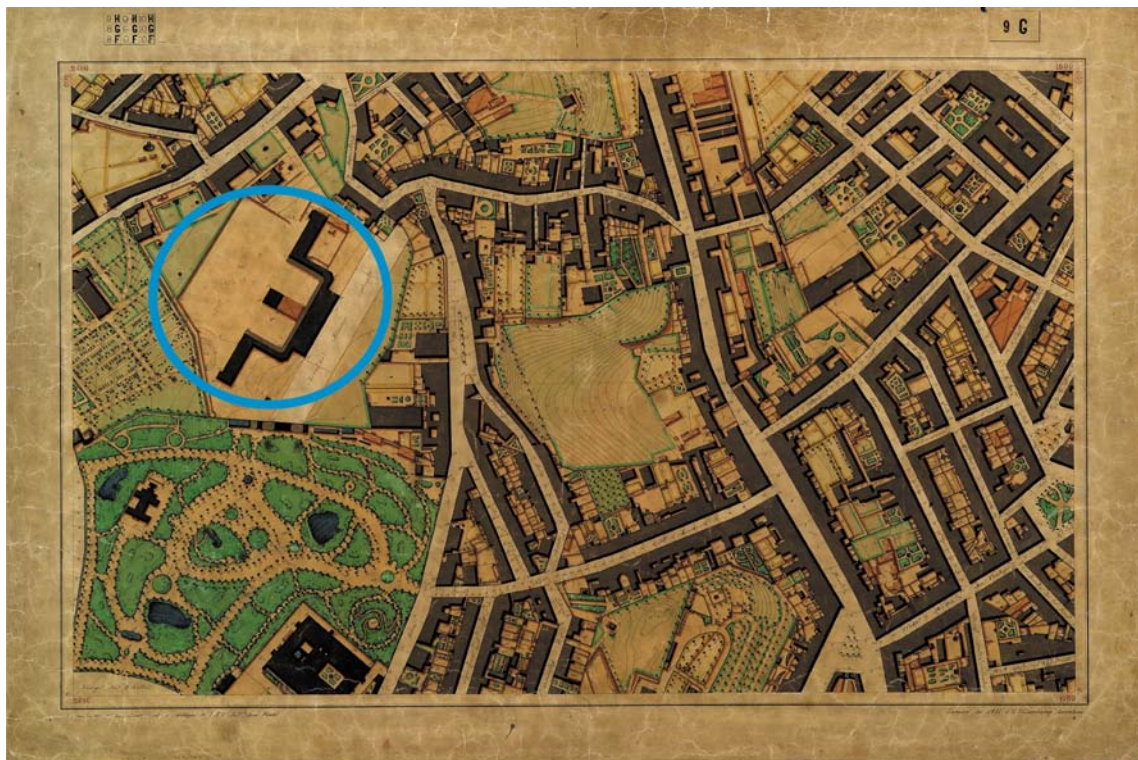
Fonte: Gabinete de Estudos Olisiponenses

**Figura 11: Local da instalação do Liceu Pedro Nunes (final do séc. XIX)**



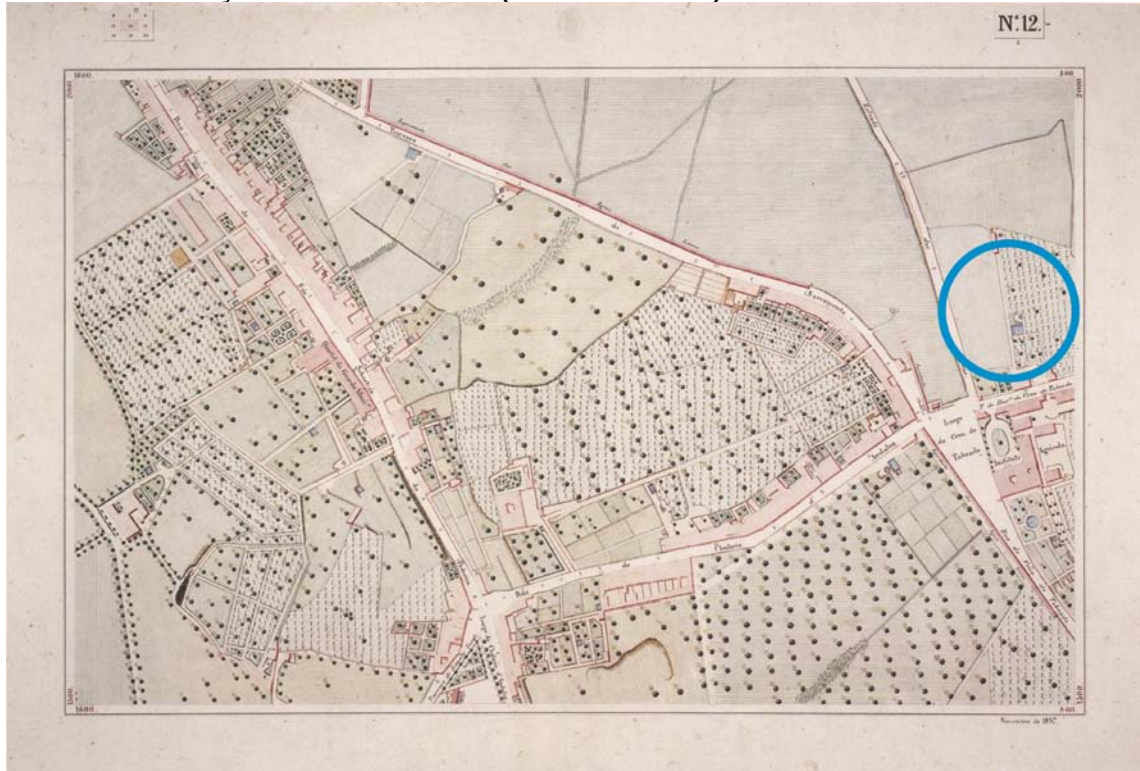
Fonte: Gabinete de Estudos Olisiponenses

**Figura 12: Local da instalação do Liceu Pedro Nunes (início do séc. XX)**



Fonte: Gabinete de Estudos Olisiponenses

**Figura 13: Local da instalação do Liceu Camões (final do séc. XIX)**



Fonte: Gabinete de Estudos Olisiponenses

**Figura 14: Local da instalação do Liceu Camões (início do séc. XX)**



Fonte: Gabinete de Estudos Olisiponenses

A localização dos liceus Camões e Pedro Nunes (o Liceu Passos Manuel não foi construído numa área tão desafogada, apesar de se pretender abrir novos acessos ali) foi marcada por dois aspectos fundamentais. Em primeiro lugar a necessidade de muito espaço que a construção destes edifícios acarretava e em segundo lugar a nova lógica urbanística que tinha sido proposta por Ressano Garcia. O primeiro aspecto prendia-se com o facto de o programa necessitar de áreas de espaço aberto salubres e higiénicas e da necessidade de crescimento que estes edifícios pudessem vir a ter. O segundo aspecto estava mais relacionado com o crescimento da cidade de Lisboa, que necessitava de equipamentos nas suas áreas de expansão que pudessem gerar urbanidade. Simultaneamente a necessidade de mais espaço exigida pelos novos edifícios, devida ao aumento da população escolar, ajudou a deslocar os liceus do centro da cidade para a periferia.

Estes equipamentos, à medida que iam consolidando o espaço público e dando continuidade ao conjunto edificado, desenvolviam uma relação estruturante com a cidade.

*“Em contraponto ao que sucedera com o Liceu Passos Manuel, perspectivavam-se agora com outra acuidade tanto as questões da lotação, como as da própria implantação/localização. (...) para o Liceu Camões. De facto, e a despeito da implantação do edifício ser pensada numa zona de expansão da cidade, precisamente no primeiro troço do programa das chamadas “Avenidas Novas” – ligação rotunda da Avenida da Liberdade com outra avenida (futura Duque de Loulé), chegando até à Cruz do Tabuado – cujo plano de conjunto fora aprovado em 1904.”<sup>67</sup>*

Este liceu ficou localizado numa área de expansão da cidade, em relação com as Avenidas Novas então construídas e numa área desafogada. O terreno onde ficou localizado o Liceu Camões foi criticado na imprensa e no Parlamento por ser considerado um local distante e de difícil acesso.

*“...o certo é que, três anos volvidos, o sítio escolhido era ainda manifestamente despovoado e inóspito, ficando apenas na sua envolvente urbana, além do Matadouro, a Escola de Medicina Veterinária.”<sup>68</sup>*

A escolha deste local, que de início se pensava desviada e até isolada, revelou-se, com o passar do tempo, muito acertada.

*“O populoso Bairro Camões, que do Liceu tirou o nome e se desenvolveu pela atracção deste instituto, ainda então não existia, e, onde hoje se vêem numerosas ruas totalmente edificadas, encontrava-se apenas um grande morro, que pouco a pouco se foi*

---

<sup>67</sup>SILVA, Carlos Manique da (2002), *Op. Cit.*

<sup>68</sup>SILVA, Carlos Manique da (2002), *Op. Cit.*

*removendo, mas que ao tempo só tinha a quebrar-lhe o êrmo o velho Manicómio de Rilhafoles.*”<sup>69</sup>

Nesta altura os liceus eram construídos em áreas de futura expansão das cidades. O liceu funcionava como elemento de articulação com o tecido urbano e desempenhava um papel de mudança no desenvolvimento urbano local. *“Alguns edifícios construídos em zonas de expansão da cidade, viriam a ser, num futuro próximo, pólos de desenvolvimento urbano.”*<sup>70</sup>

#### **4.2. Distribuição espacial dos liceus**

Tal como vem sendo referido ao longo de todo este trabalho, os liceus ficaram inicialmente instalados em edifícios arrendados, em más condições, no centro da cidade, onde existiam edifícios disponíveis e se concentrava a maior parte da população.

Durante o século XIX, privilegia-se a centralidade dos liceus como forma de assegurar a fácil acessibilidade, bem como o decorrente aumento de população escolar.

Mas, tal como já vimos anteriormente, até ao início do século XX a questão da centralidade dos liceus sofreu alterações, passando os liceus a serem localizados nas futuras áreas de expansão das cidades.

Até 1902, apenas existia um liceu em Lisboa, o Liceu Nacional Central de Lisboa, que funcionava nesta altura no Largo do Carmo (figura 15).

**Figura 15: Edifício do Liceu no Largo do Carmo**



Fonte: MESQUITA, A. (1903)

<sup>69</sup> Liceus de Portugal, nº 1, Maio de 1940

<sup>70</sup> MARQUES, Fernando Moreira (2003), Op.Cit.

O representante directo deste primeiro liceu foi o Liceu Passos Manuel.

O aumento da população liceal e a necessidade de melhor funcionamento do ensino secundário em Lisboa deu origem à publicação da Carta de Lei de 24 de Maio de 1902, pela qual se criou um liceu nacional, para além do já existente liceu central. Este liceu seria dirigido por um vice-reitor que ficava sob a superintendência do reitor do liceu central.

O artigo 3º desta Carta de Lei referia que:

*“ (...) o Governo fará a distribuição da população escolar pelos dois lyceus de Lisboa, central e nacional, sob proposta do reitor do lyceu central, tendo em atenção todas as circunstancias que tornem equitativa e proficua ao ensino essa distribuição.”*<sup>71</sup>

O liceu nacional ficou instalado no Largo da Igreja de S. Domingos e o liceu central continuou no Largo do Carmo.

O Decreto publicado em 20 de Janeiro de 1906 dividia a cidade de Lisboa em três zonas escolares e a cada uma destas zonas foi atribuída um liceu central.

Este decreto visava organizar os liceus centrais de Lisboa de modo a aproximá-los das populações.

*“Convindo organizar os cursos estabelecidos nos lyceus de Lisboa e Porto, de harmonia com os interesses do ensino e distribuir os institutos de ensino secundario de cada uma das duas cidades por forma a aproximá-los dos principaes núcleos de população.”*<sup>72</sup>

No início do ano lectivo 1905/1906, os alunos destes dois liceus foram divididos em três grupos como medida de preparação para a execução do decreto de 1906. Os alunos foram divididos segundo as suas residências, pertencentes a cada uma das três zonas escolares estabelecidas.

Esta Carta de Lei pronunciava-se igualmente sobre a instalação dos liceus, que continuavam a manter-se em casas adaptadas e alugadas.

O 1º artigo referia que:

*“Fica o Governo autorizado a tomar de arrendamento edificio que sirva para a installação do lyceu nacional, mediante as informações que lhe forem prestadas pela direcção technica das construcções escolares, pela inspecção sanitaria escolar e parecer do reitor do lyceu de Lisboa.”*<sup>73</sup>

---

<sup>71</sup> Boletim da Direcção Geral da Instrução Pública

<sup>72</sup> Diário do Governo, 20 de Janeiro de 1906

<sup>73</sup> Diário do Governo, 20 de Janeiro de 1906

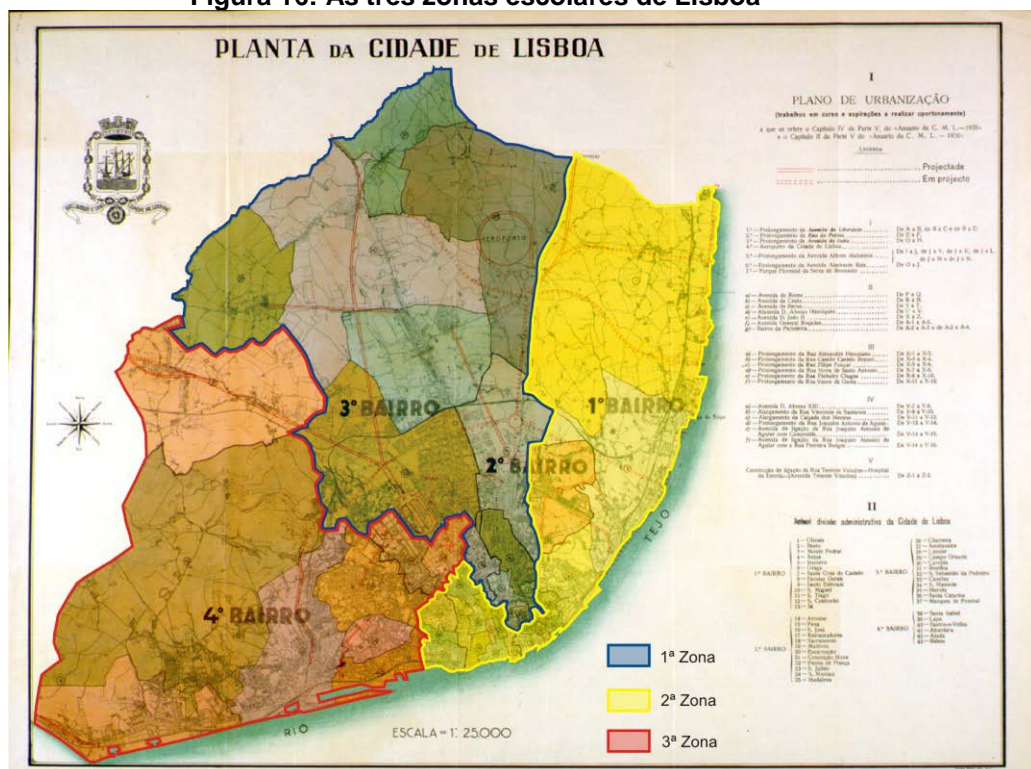
A cidade de Lisboa foi dividida em três zonas escolares: primeira zona: Camões; segunda zona: Passos Manuel; terceira zona: Pedro Nunes (figura 16).

À primeira zona escolar pertenciam as seguintes freguesias: São José, São Sebastião da Pedreira, São Vicente, Santo André, Santa Cruz do Castelo, Charneca, Lumiar, Campo Grande, S. Jorge de Arroios, Pena, Anjos, Socorro, Carnide, Ameixoeira, Benfica.

À segunda zona escolar pertenciam as seguintes freguesias: Olivais, Beato, Santa Engrácia, Santo Estêvão, Sé, São João da Praça, São Miguel, São Tiago, São Cristóvão, São Lourenço, Santa Justa, Madalena, São Nicolau, Conceição Nova, São Julião, Sacramento, Mártires, Encarnação, Mercês, Santa Catarina.

À terceira zona escolar pertenciam as seguintes freguesias: Santa Isabel, Lapa, Belém, Ajuda, Alcântara, Santos, São Mamede, São Paulo, Coração de Jesus.

**Figura 16: As três zonas escolares de Lisboa**



Com o apoio de João Franco foram construídos três edifícios de raiz para instalar os liceus na cidade Lisboa.

Cada um destes liceus admitia alunos das suas respectivas zonas escolares.

“A população lyceal de Lisboa está dividida por tres casas velhas, no Carmo, em S. Domingos e na Lapa, todas tres sem sombra de apropriação para tal destino.”<sup>74</sup>

Estes três liceus deixaram finalmente de se deslocar pela cidade em instalações provisórias para se instalarem definitivamente em edifícios construídos de raiz nos anos seguintes (quadro 6).

**Quadro 6: Locais por onde passaram os liceus antes de serem instalados em edifícios construídos de raiz**

Liceus	<u>Em Instalações Temporárias:</u>	<u>Em edifício construído de raiz para o liceu e onde funciona actualmente:</u>
<b>Passos Manuel</b>	<p>A partir de 1838: Antigo Convento de São João Nepomuceno, Santa Catarina. (como ponto central da cidade de Lisboa)</p> <p>A partir de 1859: Edifício no Largo do Poço Novo, actual largo de Sousa Macedo.</p> <p>A partir de 1860: Palácio na Rua de S. José, nº 10</p> <p>A partir de 1868: Edifício dos Paulistas</p> <p>A partir de 1885: Palácio da Condessa de Anadia, actual Casa do Alentejo, Rua das Portas de Santo Antão.</p> <p>A partir de 1891: Palácio de Pina Manique, Largo do Intendente</p> <p>A partir de 1893: Palácio Valadares, Largo do Carmo</p>	A partir de 1911: Travessa do Convento de Jesus
<b>Camões</b>	A partir de 1903: Palácio da Regaleira, junto ao Largo da Igreja de S. Domingos, actual edifício da Ordem dos Advogados.	A partir de 1909: Largo do Matadouro, actual Praça José Fontana.
<b>Pedro Nunes</b>	<p>A partir de 1906 (4 de Janeiro): Largo do Carmo, nas antigas instalações do “Liceu do Carmo”</p> <p>A partir de 1906 (1 de Março): Edifício da Rua do Sacramento, à Lapa, nº25</p>	A partir de 1911: Avenida Álvares Cabral

<sup>74</sup> *Ilustração Portuguesa* III vol 15 de Julho de 1907

Quando foram construídos propositadamente edifícios de raiz para instalar liceus, foram desta forma distribuídos pela cidade de Lisboa e é nestes locais que ainda se encontram actualmente (figura 17).

**Figura 17: Localização dos primeiros liceus construídos de raiz na cidade de Lisboa**



### 4.3. Implantação dos edifícios liceais

Acerca da implantação dos edifícios escolares, Faria de Vasconcelos, professor da Universidade de Lisboa que pertenceu ao movimento pedagógico “Escola Nova” (1921) referia que:

“ (...) o ideal está em transportá-la dos desertos de pedras das cidades, grandes ou pequenas, para a sua periferia, à beira da natureza que ri e que canta. É no campo que a escola está bem, em pleno ar puro, rodeada de árvores, com amplo espaço para uma vida livre, alegre e sã, com os seus jardins, os seus terrenos de jogos, com o céu por cima e os homens trabalhando ao longe. (...) Construa-se, alugue-se, ou compre-se a casa para a escola num sítio arejado, num lugar elevado, batido pelo ar, pela luz e pelo sol e fuja-se das covas, dos terrenos sumidos, dos sorvedoiros profundos. Afaste-se a escola, longe, o mais possível de todos os lugares e estabelecimentos perigosos e insalubres, de todas as aglomerações onde se podem desenvolver epidemias. (...) Tenha-se cuidado também em que a escola esteja suficientemente afastada das construções vizinhas, para que nela

*penetre, sem temor nem cerimónia, como em casa sua, o ar e a luz. Não se instale a escola numa rua de muito trânsito. Há perigos que assaltam a criança e ruídos incessantes que prejudicam o trabalho escolar. Os carroceiros, os condutores de automóveis, de carros eléctricos, têm mais em que pensar.”<sup>75</sup>*

A implantação dos liceus deverá, de preferência, efectuar-se num local central e próximo de outros equipamentos sociais. As disposições dos liceus no terreno devem seguir as normas higiénicas relativamente à orientação e à exposição.

*“Era dada muita importância à escolha da inserção urbanística dos liceus como meio de valorização simbólica da sua presença. O liceu projectava-se como um pólo dominante de desenvolvimento urbano e um lugar privilegiado de investimento visual, social e cultural. Se o enquadramento cenográfico torna o liceu um objecto arquitectónico representativo, a inserção urbanística do edifício traz consigo uma valorização acrescida do liceu e do espaço urbano. A procura de efeitos cenográficos na inserção urbanística dos novos liceus, leva a que muitos deles sejam implantados em nível elevado relativamente à via pública com acesso por escadarias e pátios intermédios. ”<sup>76</sup>*

Para a inserção volumétrica do liceu no aglomerado, primeiro tem de se lhe atribuir uma área de terreno, estabelecida com base na relação área/ aluno. Este terreno deve permitir um indispensável desafogo relativamente às construções envolventes.

O Liceu Camões encontrava-se implantado numa área considerada muito afastada do centro da cidade.

*“Ficava então quase fora de portas, numa zona de quintas e hortas denominada “Cruz do Tabuado”. O que é hoje o nosso campo de jogos era então parte de uma oficina de cerâmica que a reitoria teve dificuldade em fazer desaparecer e, ocupando uma boa parte do jardim fronteiro ao edifício, havia uma charca, resultante talvez da extracção do barro para a oficina, que em certas épocas do ano constituía perigo para a saúde dos alunos, conforme ofício da reitoria ao sr. Presidente da Câmara a pedir o seu desaparecimento.”<sup>77</sup>*

A implantação do Liceu Camões numa zona de expansão da cidade ajudou a fortalecer o sistema viário que ligava a Cruz do Tabuado, actual praça José Fontana à rotunda da Avenida da Liberdade, actual rotunda do Marquês de Pombal, através da futura Avenida Duque de Loulé.

Na Revista *Liceus de Portugal*, tendo em conta a data da sua construção, vinha assim descrito o Liceu Pedro Nunes:

---

<sup>75</sup> VASCONCELOS, Faria de (1921) *Problemas escolares*

<sup>76</sup> MARQUES, 2003

<sup>77</sup> PINTO, Prof. Eng. Francisco de Paula Leite (1960), *O cinquentenário do Liceu Camões*, Lisboa.

*“Palácio e quinta sita na Rua Direita de Santa Isabel, hoje Saraiva de Carvalho, com os números de 16 antigo e 25 a 31 modernos, freguesia de Santa Isabel, que confronta pelo norte com a dita Rua Direita de Santa Isabel, hoje Saraiva de Carvalho, do sul com o Jardim da Estrela, do nascente com traseiras de vários prédios da travessa de Santa Quitéria e Rua de São Bernardo, e do poente com o Cemitério dos Ingleses.”*<sup>78</sup>

Aquando da inauguração do novo edifício do liceu, em 17 de Novembro de 1911, os acessos ainda se encontravam muito condicionados. A Avenida Álvares Cabral estava apenas iniciada e somente junto ao liceu havia um passeio parcialmente arranjado. Na futura avenida encontravam-se ainda pedras, entulho e casas em demolição.

O Liceu Passos Manuel foi implantado na zona das cercas dos conventos de Jesus e dos Paulistas.

*“Situado no enclave entre a Calçada do Combro e o Convento de Jesus, em pleno território da cerca dos Paulistas, este projecto foi objecto de várias implantações e estudos urbanísticos. Em 1888, por exemplo, projectava-se a abertura de um largo arruamento que, sendo fronteiro ao Liceu, estabeleceria a sua ligação com o edifício da Assembleia, desventrando os antigos quarteirões que se interpunham entre as duas construções. Esta ligação não veio a concretizar-se.”*<sup>79</sup>

O projecto desta nova rua permitiu expropriar as habitações junto ao liceu, que assim fica com uma área de 4992m<sup>2</sup>, onde foram implantados os recintos de jogos e a casa do reitor. Para além disto, esta localização acarretou consigo uma grande profundidade das fundações (anexo 3).

É difícil compreender a localização do liceu numa área tão pouco desafogada, mas era também prevista a construção de uma rua que pudesse ligar o liceu ao palácio das Cortes e ao Largo do Chiado, o que também acabou por não suceder.

#### **4.4. Caracterização do espaço urbano envolvente dos liceus**

O poder político só tomou verdadeiras medidas para melhorar as instalações liceais na primeira década do século XX com a construção dos três liceus em Lisboa, tal como já foi referido anteriormente. Estes novos edifícios deram origem a uma nova tipologia arquitectónica escolar na malha urbana.

---

<sup>78</sup> Liceus de Portugal, nº 24, Março de 1943

<sup>79</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (1998), José Luís Monteiro. *Marcos de um percurso*, Departamento do Património Cultural Divisão de Arquivos, Lisboa

A sua arquitectura e a forma com se relaciona com a cidade, na sua envolvente próxima, foram concebidas para fomentar o seu simbolismo no bairro e na cidade.

*“Os projectos de arquitectura, numa mistura de “neoclássico” e “arte nova”, usavam plantas orientadas segundo eixos de simetria e evidenciavam, na cidade, a sua importância e dignidade.”<sup>80</sup>*

O Liceu Camões ocupava uma área de cerca de 15 000 m<sup>2</sup> que é actualmente delimitada pela praça José Fontana, pela Avenida Almirante Barroso, pela Rua da Escola de Medicina Veterinária e por propriedades particulares do lado nascente, que o separam da Rua D. Estefânia. A delimitação dos terrenos do lado nascente não se encontrava bem definida, a partir dos pavilhões de física e de química, e entre estes havia umas terras abandonadas que desciam num desnível brusco e profundo. Este espaço era utilizado tanto pelo liceu, como pelos vizinhos para depositar lixo. Depois de se fazerem as devidas trocas e rectificações, ergueu-se um muro de suporte. A seguir trouxeram muita terra para ficar tudo uniformizado. Nesta área, que antigamente era um barranco, foram construídos espaços de desporto e recreio para os alunos. A estrutura do edifício em “U” era aberta para o interior do quarteirão. O corpo principal desenhava a praça e os corpos secundários das salas de aulas desenhavam as ruas laterais.

O volume clássico do edifício impunha um carácter público que estruturava as suas relações com o tecido urbano e com os dois edifícios importantes mais próximos: o do Matadouro e o da Escola de Medicina Veterinária.

O Liceu Camões foi uma obra marcante relativamente à sua envolvente urbana.

*“(…) implantada no então Largo do Matadouro Municipal, e tendo próximo a Escola de Medicina Veterinária, relacionava-se com estes equipamentos oitocentistas por uma continuidade da composição arquitectónica classicista, serenamente modulada pelo ritmo das alturas dos vários blocos e a disposição simétrica dos vãos”<sup>81</sup>* (figura 18).

---

<sup>80</sup> CROFT, Vasco de Moura (2001), *Arquitectura e Humanismo. O papel do arquitecto, hoje, em Portugal*, Terramar, Lisboa.

<sup>81</sup> SILVA, Raquel Henriques da (1998), *Op. Cit.*

**Figura 18: Liceu Camões**



Fonte: Arquivo Fotográfico de Lisboa

No Liceu Pedro Nunes foi explorado o espaço urbano aberto e que estava pouco edificado junto ao Jardim da Estrela.

Inicialmente, o terreno adquirido para a construção do liceu era de 36 000 m<sup>2</sup>, uma vez que nesta área estavam previstas ser construídas: uma escola primária, uma escola normal primária e uma escola industrial. As escolas primária e normal primária nunca chegaram a ser construídas. O terreno disponível foi cedido à Câmara Municipal de Lisboa para a abertura e mais tarde conclusão da Avenida Álvares Cabral, ao Jardim-escola João de Deus e à Escola Industrial Machado de Castro. Assim, o terreno ocupado pelo liceu ficou reduzido a cerca de 20 000 m<sup>2</sup>.

O local escolhido para a implantação do liceu era considerado bom, tendo apenas como inconvenientes a proximidade de um cemitério e o declive acentuado em parte dele.

O corpo principal, onde estão situados o ginásio e a administração, desenhava a Avenida Álvares Cabral. Os corpos secundários das salas de aulas encontravam-se recuados no interior do terreno. Estes corpos secundários organizavam o espaço aberto do conjunto desenhando os recreios e os jardins (figura 19).

**Figura 19: Liceu Pedro Nunes**



Fonte: Arquivo Fotográfico de Lisboa

No Liceu Passos Manuel, Rozendo Carvalheira redesenha todo o sistema de relações com o espaço público envolvente. A norte do edifício define um espaço entre a fachada principal e a rua projectada (que não chegou a ser construída). A sul do edifício regularizou a plataforma do ginásio. A Este e Oeste ultrapassa o desnível do terreno com uma rampa (figura 20).

**Figura 20: Liceu Passos Manuel**



Fonte: Arquivo Fotográfico de Lisboa

## **CAPÍTULO V: ARTICULAÇÃO DO LICEU COM A COMUNIDADE LOCAL**

### **5.1. Liceu enquanto instituição**

O estudo da integração dos liceus na cidade de Lisboa, na transição da Monarquia para a República, não ficaria completo sem a análise da integração social dos mesmos.

Quando os liceus foram criados pelo decreto de Passos Manuel, este já pretendia fazer deles “*uma especie de academias districtaes, providas até de bibliothecas, de jardins, de laboratórios, e de museus.*”<sup>82</sup>. Os liceus, para além de serem estabelecimentos de instrução, pretendiam ser também considerados centros de cultura.

Os liceus eram considerados instituições que funcionavam a nível local, na medida em que serviam as cidades onde ficavam instalados, e a nível regional, uma vez que serviam uma vasta região, porque só existiam liceus nas principais cidades: “...os *liceus cumpriram também uma importante função no espaço local e regional.*”<sup>83</sup>

O liceu no espaço local era sinónimo de prestígio social e a sua inserção num determinado contexto contribuía para reforçar o seu valor simbólico e social junto das comunidades. A nível regional funcionava como um pólo dinamizador que atraía muita população, sendo algumas vezes comparado a uma Universidade nos dias de hoje.

A imponência dos edifícios liceais contribuiu para a acentuar o seu simbolismo nos locais onde eram instalados. Como afirma Nóvoa e Santa-Clara (2003):

*“As inserções geográficas ... tiveram um enorme significado nas relações entre o liceu e os diferentes contextos locais, no recrutamento e nas sociabilidades dos públicos estudantis, no prestígio, na vida cultural e na estrutura urbanística de muitas vilas e cidades.”*

No entanto, os liceus, pela época em são criados e implementados, são instituições de carácter completamente diferente das instituições que chegam ao último quartel do século XX.

### **5.2. Inserção do liceu na comunidade**

#### **5.2.1. Actores da instituição de ensino liceal**

O liceu enquanto instituição de ensino instalado no espaço urbano, tinha um papel de intervenção cultural e de reprodução social através dos seus intervenientes sociais,

---

<sup>82</sup> RIBEIRO, José Silvestre (1871-1893), *Op. Cit.*

<sup>83</sup> NÓVOA, António; SANTA-CLARA, Ana Teresa (2003), *Op. Cit.*

como os alunos, os professores, os funcionários e os reitores. “O liceu é um espaço que sugere e promove novas sociabilidades, internas e externas.”<sup>84</sup>

### **Os reitores**

No final do século XIX, Agostinho de Campos descrevia assim os reitores:

“ O reitor aparecia de quando a quando, de oito ou de quinze em quinze dias, e demorava-se um quarto de hora no cubículo do secretário, a assinar meia dúzia de papéis.”<sup>85</sup>

Mas a situação foi-se alterando ao longo do tempo. Os reitores dos liceus eram muitas vezes acompanhados pelos respectivos professores e alunos nos actos oficiais. Eram figuras destacadas da sociedade, que gozavam no meio local de grande prestígio social, cultural e político.

A escolha dos reitores evoluía segundo os contextos políticos e organizacionais, conforme o Decreto de 29 de Agosto de 1905:

“O cargo de reitor de qualquer lyceu, nacional ou central, só pode ser exercido, de futuro, por professores effectivos dos lyceus ou professores do ensino superior.”<sup>86</sup>

No início do ano lectivo, os reitores apelavam frequentemente à colaboração e conjugação de esforços entre as famílias dos alunos e o liceu e por vezes faziam recomendações aos pais e tutores sobre a melhor maneira de educar os seus filhos.

Em Portugal, contrariamente à maioria dos países europeus, as famílias não intervinham na vida liceal, pois a relação do reitor do liceu com a família dos alunos não era muito consolidada ao longo do ano lectivo. A sua relação com a comunidade tinha como objectivo estender a acção educativa do liceu ao meio no aspecto cultural, promover a imagem pública do liceu e assegurar a colaboração da comunidade na missão educativa do liceu. A promoção do liceu era feita através das sessões solenes de abertura do ano lectivo, nas festas escolares de finalistas ou de exposição de trabalhos.

### **Os professores**

Os professores dos liceus eram reconhecidos como pessoas cultas às quais se lhes reconhecia poder de influência, intrinsecamente pela sua própria formação e extrinsecamente pela sua imagem reflectida no espelho social.

---

<sup>84</sup> NÓVOA, António; SANTA-CLARA, Ana Teresa (2003), *Op. Cit.*

<sup>85</sup> CAMPOS, Agostinho de (1918), *Op. Cit.*

<sup>86</sup> Collecção official de Legislação Portuguesa, Anno de 1905, Imprensa Nacional, Lisboa.

Os professores não exerciam a docência no ensino secundário a tempo inteiro. Eram pessoas multifacetadas que exerciam diversas funções em simultâneo. Ao mesmo tempo que desempenhavam cargos de médicos, advogados exerciam docência nos liceus. Eram vistos como uma elite cultural que estava normalmente associada à política.

*“Os professores, seis ou sete, entravam três vezes por semana a dar a lição de uma hora e logo fugiam, saudosos da luz, do ar livre ou da limpeza das suas casas.”*<sup>87</sup>

Mas a situação também aqui se foi alterando, com uma maior permanência dos professores nos liceus e com uma maior relação de proximidade com os alunos.

### **Os funcionários**

Os funcionários destes liceus, nesta altura, contribuíam para manter a ordem dentro destes estabelecimentos. Os alunos permaneciam nestes edifícios durante uma parte do dia e tinham de haver funcionários responsáveis para poderem tomar conta deles. Como não existia muito espaço ao ar livre para os alunos poderem estar, muitas vezes aconteciam confusões entre eles e era necessária uma forte intervenção destes funcionários.

*“Em cada andar e em cada corredor sombrio passeava um guarda-municipal, um daqueles soldados fortes a quem nesse tempo incumbia defender a Cidade, quando a sua paz vinha a ser grandemente perturbada pela desordem ou pela insurreição. Estes eram os funcionários mais visíveis e mais assíduos de todo o liceu, e, só com a sua presença, igualavam a casa que devia ser de educação à cadeia onde se encerram as feras sociais e ao pato do tribunal do crime, por onde passam antes de serem devidamente enjaulados.”*<sup>88</sup>

### **Os alunos**

Os alunos nesta altura eram muito poucos e não tinham regras estabelecidas.

*“Os alunos muito poucos, vinham á lição, quando vinham; mas o que eles principalmente faziam ali dentro não devia ser coisa boa, visto que, para os vigiar e conter, se adoptara como regra fixa o auxílio da tropa, da mesma tropa destinada a acompanhar ou a conter os desordeiros, os criminosos e os réus.”*<sup>89</sup>

Os alunos dinamizavam várias actividades na comunidade local logo na primeira década do século XX.

---

<sup>87</sup>CAMPOS, Agostinho de (1918), *Op. Cit.*

<sup>88</sup>CAMPOS, Agostinho de (1918), *Op. Cit.*

<sup>89</sup>CAMPOS, Agostinho de (1918), *Op. Cit.*

O prestígio dos reitores e professores era muito significativo na importância atribuída aos liceus.

A intervenção dos professores e alunos na vida local acontecia nos actos oficiais e nos acontecimentos de natureza sociocultural.

Uma das formas mais significativas do liceu intervir na comunidade era através da organização de festas e celebrações.

O liceu funcionava como espaço de mediação cultural através da intervenção dos reitores, professores e alunos como seus representantes da vida local e da forma como estes se inseriam na vida local.

## **5.2.2. Meios de interacção do liceu**

### **As Associações Escolares**

A Associação Escolar do Liceu Passos Manuel distribuía a sua actividade por quatro secções: assistência, cultural, colonial e desportiva.

A Associação Escolar do Liceu Pedro Nunes era composta por várias secções que tinham como objectivo: as excursões, os desportos, a arte, a caixa de aforros, a cooperativa, os trabalhos manuais, a jardinagem e literatura e ciência. Todos os meses os sócios contribuíam para os gastos comuns com cinquenta cêntimos cada um, excepto nos meses de Julho, Agosto e Setembro.

As solidárias das turmas mais velhas tinham um maior número de representantes enquanto que as mais novas tinham menos. Faziam reuniões mensais presididas pelo reitor. O lema da associação era “Nós nos educaremos.” A associação escolar era constituída por um conjunto de outras associações mais pequenas.

Na década de 30 houve um movimento de ruptura nas actividades circum escolares com Carneiro Pacheco, sobretudo através da Mocidade Portuguesa que para além do seu cariz político, foi fruto de tradições e práticas já realizadas anteriormente nos liceus. Antes de a Mocidade Portuguesa no Estado Novo monopolizar as actividades circum-escolares, existem diversas referências a iniciativas culturais dirigidas à população em geral. Estas iniciativas culturais tinham como propósito reforçar a função educativa do liceu junto da comunidade.

As associações escolares foram extintas em 1942. Um dos grandes motivos da extinção destas associações estava relacionado com o monopólio da Mocidade Portuguesa sobre as actividades circum-escolares.

### **A imprensa académica:**

A publicação de periódicos também fazia parte da vida do liceu. A imprensa era uma fonte muito importante nesta altura. A imprensa estudantil desenvolveu-se muito nesta altura. Vários alunos e professores publicavam periódicos que tinham um grande impacto no exterior do liceu.

### **5.3. Os equipamentos liceais na dinâmica urbana**

O liceu contribuía para a dinâmica urbana na medida em que servia uma população considerável e era gerador de actividades e serviços relevantes para a comunidade. Este estabelecimento de ensino constituía um elemento central no dia-a-dia das cidades, principalmente nas cidades de menor dimensão onde funcionava como um pólo de dinamização cultural. Eles funcionavam como se tratassem de pequenas universidades, uma vez que imprimiam uma grande dinâmica à cidade onde estavam inseridos, através do comércio local, do arrendamento de quartos, de explicações, entre outros.

O liceu assumia sempre muita importância dentro do contexto urbano em que estava inserido. Por um lado, formava quadros para a cidade, por outro, imprimia uma grande dinâmica ao comércio local. Proporcionava uma nova fonte de rendimentos à comunidade local devido ao deslocamento dos alunos das suas localidades para junto do liceu, tanto por meio do arrendamento de quartos e com pela alimentação. As explicações que se geravam e que funcionavam como um suplemento aos salários dos professores eram outra mais-valia na instalação dos liceus nas cidades.

Na cidade de Lisboa, na transição da Monarquia para a I República, quando os liceus foram construídos de raiz para instalar os liceus, estes marcaram o território onde ficaram instalados. O Liceu Pedro Nunes contribuiu para a dinamização da área onde ficou instalado e para a construção da Avenida Álvares Cabral. O Liceu Camões, que inicialmente ficou localizado num local considerado afastado do centro da cidade, trouxe consigo mais população, ajudando a dinamizar a Avenida Duque de Loulé. O Liceu Passos Manuel contribuiu para a dinamização da área do Convento de Jesus.

A localização dos liceus nos centros das cidades contribuía para a revitalização destes mesmos centros, fornecendo-lhes mais dinâmica, criando atractividade, para que outras funções urbanas aí se possam também instalar. Em contrapartida, a concentração de recursos humanos e materiais na área envolvente dos liceus favorece a qualidade da oferta educativa. A proximidade pode ser um factor muito importante na resolução de alguns problemas na cidade. Nos liceus e na sua área envolvente movimentam-se todos

os dias muitas pessoas: alunos, pessoal docente e funcionários, o que possibilita ter nesta área uma grande oferta em termos comerciais, de transporte e todo o tipo de actividade económicas. Estes factores podem potenciar uma melhoria de qualidade urbana e até atracção.

À revitalização das cidades deve estar sempre associado o espaço escolar. O ginásio assumiu-se com um espaço desportivo e cultural da cidade. Carácter público do ginásio.

O liceu era um espaço cultural frequentado por uma minoria que assegurava a formação de elites, a reprodução dos agentes sociais. Facilitava ainda a mobilidade social, na medida em que difundia as normas da própria sociedade. Este equipamento urbano, que mobilizava muitas pessoas e que acabava por ter um efeito regenerador no local onde estava inserido. A forma como o liceu se articulava com o espaço urbano envolvente ajudava a desenvolver essa relação.

*“Para além das suas funções internas, os liceus marcam simbolicamente um determinado território, delimitado por um espaço circundante que define uma zona de separação, e desempenham um papel muito importante na renovação urbanística, com a abertura de novas avenidas e zonas de expansão das vilas e cidades.”*<sup>90</sup>

Os liceus ajudavam a renovar o tecido urbano, contribuindo para uma renovação física, através da construção de novos edifícios. As construções escolares edificadas sobretudo a partir do século XIX possuíam fronteiras espaciais e arquitectónicas rígidas.

Os liceus que foram construídos no princípio do século XX representavam a casa de ensino e de educação.

---

<sup>90</sup> NÓVOA, António; SANTA-CLARA, Ana Teresa (2003), Op. Cit.

### **PARTE III**

## **A INTEGRAÇÃO URBANÍSTICA E SOCIAL DAS ESCOLAS SECUNDÁRIAS: O CASO DOS LICEUS CONSTRUÍDOS NA TRANSIÇÃO DA MONARQUIA PARA A I REPÚBLICA NA CIDADE DE LISBOA**

## CAPÍTULO VI: ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

### 6.1. Objectivos da investigação

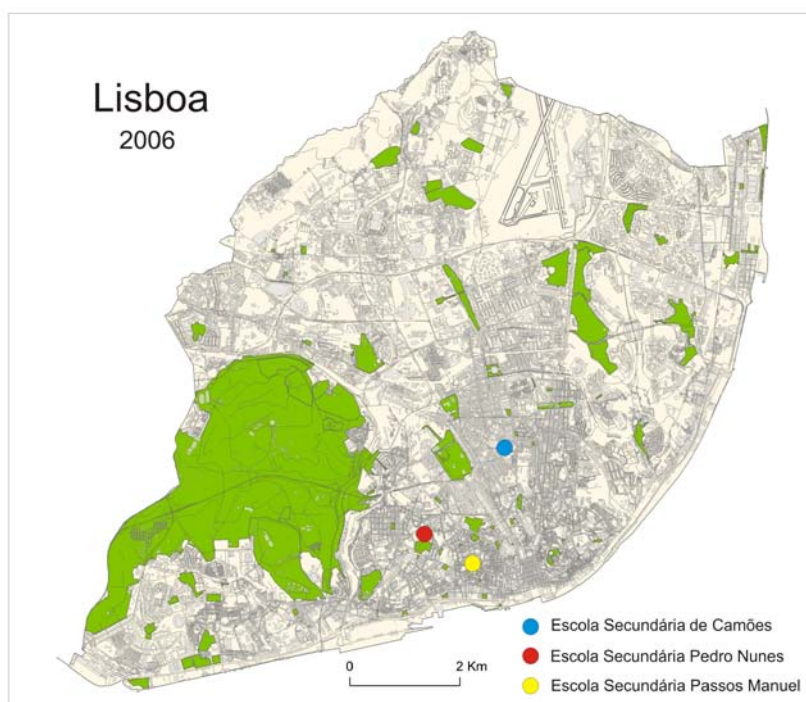
A terceira parte da presente dissertação é constituída pelo estudo de caso, cujo objectivo principal é o de tentar perceber se as escolas secundárias, mais concretamente aquelas que foram construídas na transição da Monarquia para a I República, se encontram actualmente bem ou mal integradas na cidade de Lisboa. Com este estudo pretende verificar-se se na actualidade elas se encontram bem integradas física e socialmente no espaço onde estão inseridas, uma vez que são escolas secundárias que foram construídas há quase cem anos na cidade.

Neste contexto, foram realizados inquéritos nas três primeiras escolas secundárias construídas de raiz em Lisboa, centrados em três grandes objectivos:

- Compreender a dinâmica das escolas secundárias no espaço urbano;
- Identificar as relações que se estabelecem entre estas escolas e a área envolvente;
- Caracterizar os conflitos/inserções entre as escolas e área envolvente;

O mapa seguinte representa a localização actual das três escolas secundárias em estudo na cidade de Lisboa.

**Figura 21: Localização na cidade de Lisboa das três escolas secundárias seleccionadas**



## **6.2. Metodologia de trabalho**

Tal como foi dito anteriormente, o principal objectivo desta dissertação é verificar se as escolas secundárias construídas na transição da Monarquia para a I República se encontram bem integradas na cidade de Lisboa na actualidade.

Assim, serão analisadas as escolas secundárias, herdeiras dos antigos liceus construídos na transição da Monarquia para a I República, porque tanto as características das próprias escolas como a sua implantação na cidade foram pensadas de uma forma específica. Estas escolas apresentam características únicas pelo período em que foram construídas.

Já que temporalmente nos cingimos a um determinado período, optamos por abordar as três escolas secundárias de Lisboa que foram nessa altura construídas: a Escola Secundária de Camões; a Escola Secundária de Pedro Nunes e a Escola Secundária Passos Manuel. Para tal, faremos uma breve descrição da evolução histórica da cidade desde os finais do século XIX, altura em que as escolas foram construídas, até à actualidade onde é realizado o nosso estudo. Seguir-se-á uma caracterização das áreas envolventes das escolas com base em vários indicadores, caracterizando-se o ambiente físico e social das mesmas. De seguida passaremos a caracterizar as próprias escolas e finalmente para as interacções que se manifestam entre estas e as suas áreas envolventes.

Os processos seguidos para a elaboração deste estudo de caso foram: a consulta e análise de estatísticas do INE, assim como publicações do ME; entrevistas a diversas pessoas do Ministério da Educação e arquitectos; a observação directa das escolas diversas vezes tanto no interior, como no seu exterior; a realização de inquéritos aos conselhos executivos e à população das três escolas secundárias.

Na recolha, análise e estudo destes elementos, procurámos compreender as interacções que se estabeleciam entre a escola e o espaço físico e social envolvente.

A opção de se realizarem inquéritos dentro das escolas e não no espaço exterior da mesma partiu da observação directa realizada nas imediações das escolas e de algumas questões colocadas às pessoas que aí se deslocavam, através das quais nos fomos apercebendo da pouca interacção que existia entre essas pessoas e a mesma escola. Outro dos motivos que levou a que não se realizassem inquéritos na área envolvente foi o facto de os próprios conselhos executivos das escolas terem respondido de imediato a questões que demonstraram à partida a não abertura das escolas ao

exterior. Como as pessoas não podem frequentar as escolas por imposição das mesmas, decidimos não as questionar acerca desse assunto.

Assim, resolvemos partir do sentido contrário, isto é, da escola para o espaço envolvente, para ver a possível integração da mesma, na área onde está localizada na cidade. As relações que se estabelecem entre as pessoas que frequentam diariamente a escola e a área envolvente ajudaram-nos a compreender a possível integração da escola.

A amostra seleccionada para este trabalho abarcou toda a população escolar: funcionários, professores e alunos, para se ficar com uma ideia mais clara da utilização do espaço exterior por todas as pessoas que frequentam a escola.

Estas três escolas tinham vários níveis de ensino. Assim foi necessário estabelecer um nível comum entre elas. A Escola Secundária de Camões tinha nível secundário nocturno e diurno, a Escola Secundária Pedro Nunes tinha terceiro ciclo e ensino secundário, apenas diurno, e a Escola Secundária Passos Manuel tinha segundo e terceiro ciclos e ainda ensino secundário apenas diurno. Assim, optou-se por fazer inquéritos aos alunos do ensino secundário diurno porque era o nível comum às três escolas. Para além de ser o nível comum às três, a relação da escola com o espaço nocturno e diurno é diferente, assim optou-se apenas pelo diurno. No nosso ponto de vista, os alunos do ensino secundário têm uma relação mais próxima com o espaço envolvente da escola porque têm liberdade para frequentar o espaço exterior com mais frequência por serem mais velhos. Pretendia-se obter uma visão global da relação da escola com a sua área envolvente e da conseqüente integração ou não da mesma. A opinião que os adultos têm do espaço exterior da escola difere da dos jovens, assim como dentro dos adultos ela ainda varia consoante a actividade desempenhada dentro da escola.

O universo correspondia a toda a população escolar das três escolas, deste modo a amostra foi constituída por cerca de 25% da população escolar: os alunos, os professores e os funcionários.

Os conselhos executivos das respectivas escolas deixaram-nos circular livremente pelas escolas, tendo realizado pessoalmente os inquéritos aos professores e funcionários. Os professores foram seleccionados de forma aleatória na sala dos professores das respectivas escolas, os funcionários foram entrevistados nos seus respectivos locais de trabalho enquanto os alunos responderam aos inquéritos dentro das salas de aulas. Estes eram entregues pelos professores que tinham sido previamente avisados pelos respectivos conselhos executivos. Os alunos foram escolhidos nos três anos do

secundário, isto é, 10º, 11º e 12º anos e tentava-se que pertencessem a agrupamentos de ensino diferenciados para nos poderem transmitir a sua visão diferenciada da realidade envolvente do liceu.

Com base nos dados estatísticos do GIASE do Ministério da Educação, na Escola Secundária de Camões, no ano lectivo de 2006/2007, estavam matriculados 938 alunos no ensino secundário regular; na Escola Secundária Passos Manuel, no mesmo ano lectivo, estavam matriculados 196 alunos no ensino secundário regular; na Escola Secundária Pedro Nunes, também neste ano lectivo, estavam matriculados 681 alunos no ensino secundário regular.

Os dados obtidos para a amostra dos professores e funcionários foram fornecidos pelas respectivas escolas. Na primeira escola, de entre um número total de 168 professores foram feitos inquéritos a 42 e de um número total 56 funcionários foram inquiridos 14. Na segunda escola, de entre um número total de 152 professores foram realizados inquéritos a 38 e de um número total 48 funcionários foram realizados inquéritos a 12. Na terceira escola de entre um número total de 160 professores foram feitos inquéritos a 40 e de um número total 44 funcionários foram feitos inquéritos a 11.

Nas três escolas foi feito um inquérito ao respectivo conselho executivo, com um carácter mais abrangente e pormenorizado. Optou-se por um inquérito mais longo e não por uma entrevista, por falta de disponibilidade de tempo dos mesmos.

## CAPÍTULO VII: ENQUADRAMENTO DAS ESCOLAS SECUNDÁRIAS NA CIDADE DE LISBOA E NA ÁREA ENVOLVENTE

### 7.1. Evolução da cidade de Lisboa

No início do século XIX, a cidade de Lisboa ocupava uma área de 9,47 km<sup>2</sup>, mas que em meados do mesmo século assistiu a um alargamento para cerca de 12,24 km<sup>2</sup>. A cidade ficou delimitada pela Estrada da Circunvalação, mas sempre muito agarrada ao rio Tejo. No sentido Este-Oeste tinha um comprimento de cerca de 6,6 km e no sentido Norte-Sul apenas 3,3 km.

A evolução da cidade ao longo do século XIX deu-se a partir do núcleo central da cidade, a Baixa, ao longo da frente ribeirinha, como podemos observar:

*“(...) cidade ribeirinha, alongando-se pela margem do Tejo, galgando vales de vida e ocupação intensificada (Baixa, São Bento/Santos, Alcântara, Bica do Sapato), com ocupação menos densa nas encostas suaves.”*<sup>91</sup>

Os limites fiscais da cidade foram alterados várias vezes entre 1852 e 1903, altura em que ficaram definidos tal como existem actualmente com uma área de 83,8 km<sup>2</sup>. Em termos de urbanização estes limites não tiveram muito significado, porque foram traçados tendo em vista o aumento da tributação fiscal como uma forma de tentar minorar as dívidas municipais. Não houve por isso muita construção nestes locais. Para além da área mais fortemente construída, estendiam-se territórios que abasteciam a cidade e que eram utilizados como espaços de lazer pelos lisboetas.

A urbanização da cidade processou-se de uma forma lenta ficando muitos terrenos em situação expectante, levando a que o processo construtivo ultrapassasse os limites administrativos e adquirisse aí maior dinamismo do que no interior da cidade.

Em 1879, a abertura da Avenida da Liberdade e a urbanização dos terrenos adjacentes contribuíram para que a cidade se expandisse mais para norte. Apenas no último quartel do século XIX é que a cidade se começa a expandir em direcção ao interior, deixando de se cingir tanto à área junto ao rio. A abertura da Avenida da Liberdade foi uma peça fundamental para este desenvolvimento da cidade. Esta avenida apresentava-se inequivocamente como eixo primordial da nova cidade. Surgiram novos bairros com imóveis de rendimento, ocupados por uma classe média em expansão.

---

<sup>91</sup> MOITA, Irisalva (1994), *O sítio de Lisboa*, Livros Horizonte, Lisboa

Nos finais do século XIX, a área da cidade já apresentava um maior desenvolvimento no sentido Norte-Sul (12,2 km) do que no sentido Este-Oeste (8,5 km). No século XX sobressaem os extensos planos urbanísticos das Avenidas Novas.

O transporte de tracção animal – individual e colectivo – e a utilização do carro eléctrico a partir de 1900 foram, até 1946, o principal apoio ao crescimento de Lisboa.

Frederico Ressano Garcia, engenheiro da Câmara Municipal de Lisboa no terceiro quartel do século XIX, não projectou muitas alterações no núcleo central da cidade de Lisboa. Não mexeu nos bairros antigos que sobreviveram ao terramoto, nem na reconstrução feita por Marquês de Pombal. No entanto, elaborou um plano que visava expandir a cidade, criando novos bairros residenciais que tivessem uma articulação interior eficaz e que dinamizassem a área envolvente. Submeteu o território a norte da cidade, ocupado por quintas, casas de veraneio a um efeito de esquadria. Logo de seguida iniciou-se a edificação de novos bairros, muitos entregues a particulares.

A transição entre a Monarquia e a República revelou-se um período fértil na arquitectura da cidade. As preocupações com a construção de equipamentos manifestaram-se também ao nível do ensino com as construções dos primeiros liceus de Lisboa (Pedro Nunes e Camões). Estas construções corresponderam ao acompanhamento por uma arquitectura de sentido social, da implantação da malha das Avenidas Novas.

No período de governação de Duarte Pacheco, Presidente da Câmara e posteriormente Ministro das Obras Públicas (1930-43), construíram-se novos bairros assumidamente desenhados pelos novos urbanistas de ruas largas e homogeneidade do desenho das fachadas.

As figuras 22 a 27 representam as áreas envolventes das três escolas secundárias que estamos a estudar na cidade de Lisboa. Os primeiros mapas representam as áreas na década de 1950 e os segundos representam as mesmas áreas na actualidade. Como se pode verificar, não existem alterações de fundo nestas áreas ao longo destes 50 anos.

Neste período, a área que mais se alterou foi a do Liceu Camões. Isto justifica-se devido a ser uma área que se encontrava em plena expansão e, logo, com mais dinâmica urbanística. Nesta área foram construídos: o Mercado 31 de Janeiro, centros comerciais, o edifício da Portugal Telecom, que para além de ser um centro cultural que dinamiza a área é um equipamento de muita importância a nível nacional.

As áreas dos outros dois liceus não sofreram tantas alterações por já serem mais centrais na cidade. A área do Liceu Passos Manuel foi a que menos se alterou por ser

também a mais central na cidade e a área do Liceu Pedro Nunes sofreu apenas algumas alterações porque apesar de fazer parte de uma parte já consolidada da cidade, também apresenta uma certa renovação urbanística.

Quando nos reportamos aos mapas das mesmas áreas, entre finais do século XIX e a década de 1910 (ver capítulo IV) verifica-se que também houve uma grande modificação das paisagens, com muita construção. Na área do Liceu Passos Manuel foi onde isso menos se notou, visto ser já no início do século XIX uma área consolidada urbanisticamente, mas nas áreas dos outros dois liceus isso foi muito evidente.

**Figura 22: Liceu Camões (década de 1950)**



Fonte: Gabinete de Estudos Olisiponenses

**Figura 23: Escola Secundária Camões (actualidade)**



Fonte: Gabinete de Estudos Olisiponenses

**Figura 24: Liceu Pedro Nunes (década de 1950)**



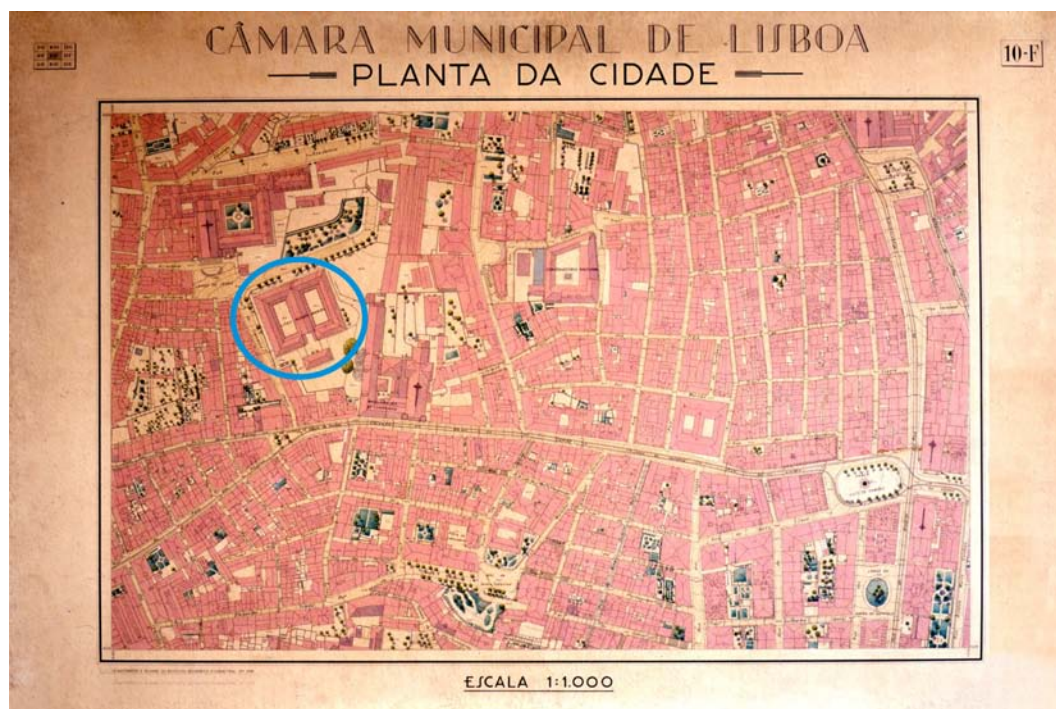
Fonte: Gabinete de Estudos Olisiponenses

**Figura 25: Escola Secundária Pedro Nunes (actualidade)**



Fonte: Gabinete de Estudos Olisiponenses

**Figura 26: Liceu Passos Manuel (década de 1950)**



Fonte: Gabinete de Estudos Olisiponenses

**Figura 27: Escola Secundária Passos Manuel (actualidade)**



Fonte: Gabinete de Estudos Olisiponenses

A seguir à Segunda Guerra Mundial, a cidade de Lisboa parou de crescer. Houve até um declínio demográfico a partir dos anos 60 e a expansão deu-se nos subúrbios. O progressivo domínio do automóvel contribuiu para que se desse um crescimento que se alastrava em mancha de óleo. Esta expansão perdia coerência e obrigava a muitos esforços relativamente às infra-estruturas.

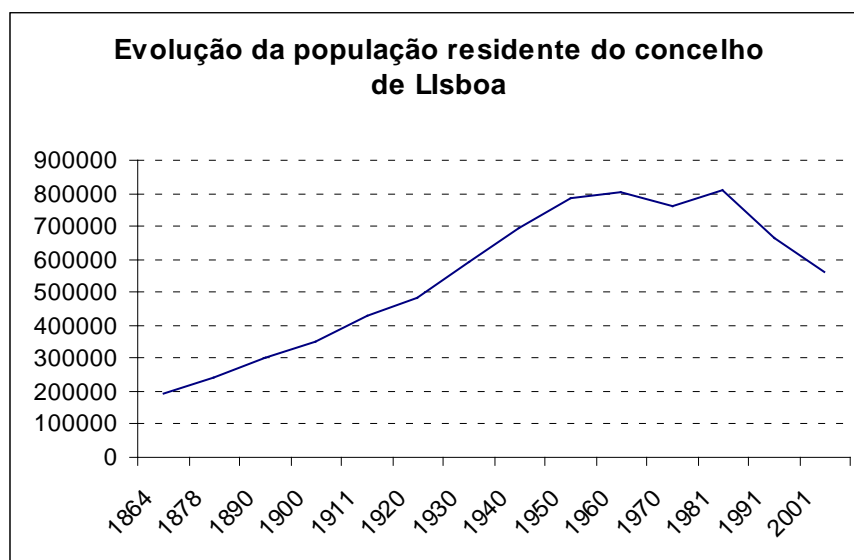
**Figura 28: Evolução da cidade de Lisboa**



Fonte: Atlas de Lisboa, CML

A evolução demográfica de Lisboa ajuda-nos a compreender a evolução da cidade. A partir de meados do século XIX a população residente de Lisboa aumentou sempre até 1960, estabilizando até á década de 80 a partir da qual houve um decréscimo da sua população residente (fig. 29).

**Figura 29: Evolução da população residente no concelho de Lisboa**

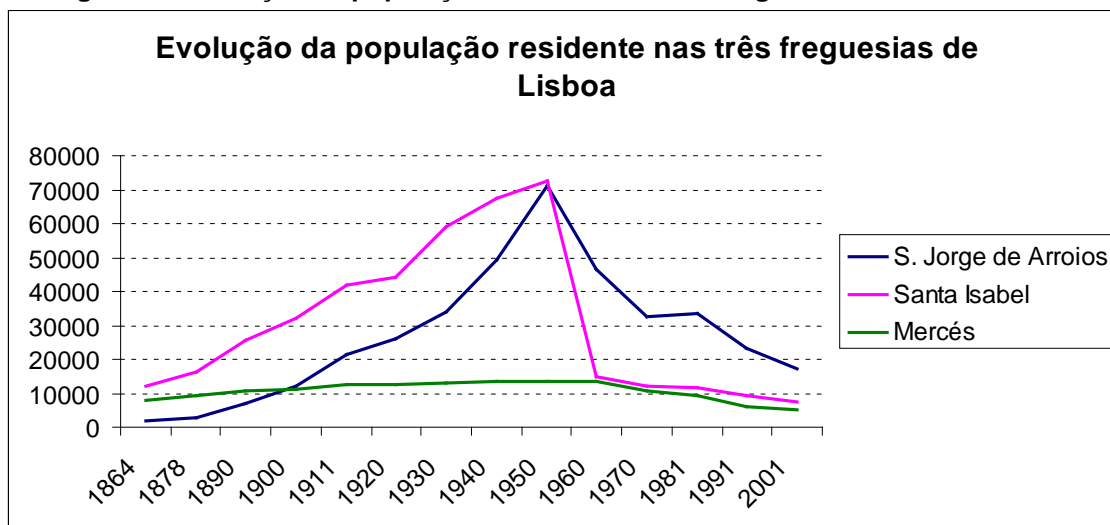


Fonte: Apuramento dados do INE, 2001

Houve um grande envelhecimento da população, devido ao um número muito elevado de idosos (pessoas com 65 anos ou mais) e diminuição do número de jovens (0-14 anos). Isto deve-se aos movimentos migratórios de população em idade fértil para fora da cidade em direcção aos concelhos mais periféricos, mas sobretudo às baixas taxas de natalidade da população que permanece na cidade. Esta população como é envelhecida não tem filhos e os jovens adultos adiam o nascimento do primeiro filho e têm menos filhos. A partir de uma certa altura, as habitações nas áreas centrais começaram a ser substituídas por escritórios. Este fenómeno deve-se essencialmente à intensificação do processo de terciarização na cidade. A densidade populacional começa a diminuir no núcleo central da cidade e nos restantes territórios continua a aumentar. Na cidade verifica-se um contraste entre duas zonas, a central, que registava um decréscimo de residentes, e a periférica, onde existe um forte crescimento. A revitalização da cidade depende dos quantitativos populacionais, mas também de uma requalificação do seu tecido urbanístico. A cidade de Lisboa transformou-se e desenvolveu-se acompanhada pela modernização das instituições de ensino. A instrução era um veículo que levaria a sociedade para uma nova era, a escola era uma porta de acesso a este processo. No que concerne às freguesias onde se encontram instaladas as escolas secundárias em estudo,

verifica-se que a evolução da sua população está directamente relacionada com a área onde estão localizadas as escolas na cidade (fig. 30).

**Figura 30: Evolução da população residente em três freguesias de Lisboa**



Fonte: Apuramento dados do INE, 2001

As freguesias, onde se encontram situadas as Escolas Secundárias Camões e Pedro Nunes, São Jorge de Arroios e Santa Isabel respectivamente, encontram-se localizadas nas áreas de expansão da cidade, logo apresentam um crescimento igual ao da cidade de Lisboa, isto é, um crescimento até 1960 e a partir daí um decréscimo da sua população. Por outro lado, a freguesia das Mercês, onde se encontra situada a Escola Secundária Passos Manuel, apresenta uma estabilização da sua população desde meados do século XIX até à actualidade. A população desta freguesia nunca foi muito elevada, devido às características urbanísticas e populacionais a sua população manteve-se sempre estável.

## 7.2. Caracterização das áreas envolventes

Tal como a cidade de Lisboa, as áreas onde se encontram implantadas estas três escolas secundárias foram sofrendo alterações ao longo do tempo. Estes edifícios foram construídos há quase cem anos para instalar os antigos liceus e actualmente continuam a desempenhar o mesmo papel para que foram destinadas, sem nunca terem sofrido obras de fundo, nem adaptações às áreas envolventes.

Aquando da construção de duas delas, Pedro Nunes e Camões, encontravam-se nas áreas de expansão da cidade, enquanto que a Passos Manuel se encontrava já dentro do aglomerado populacional. Actualmente, estas escolas secundárias encontram-

se todas dentro do aglomerado populacional, mas como a cidade se encontra constantemente em evolução também estas áreas se encontram em transformação. Resta compreender se as escolas se conseguem ou não integrar neste espaço urbano em evolução.

De seguida passaremos a analisar individualmente cada uma das áreas envolventes das três escolas secundárias. Com esse objectivo, foram realizados alguns mapas que nos ajudarão a caracterizar essas áreas. Os mapas apresentadas ao longo deste ponto foram elaborados tendo como suporte dados estatísticos e bases cartográficas à secção estatística. Indicámos um ponto no mapa que corresponde à localização exacta de cada uma das escolas a partir do qual se elaborou um *buffer* de 500 metros para caracterizar a área envolvente das mesmas. Quando foram calculados alguns valores nestas áreas tivemos em conta os hectares e não os quilómetros por esta área ser relativamente pequena e assim não enviesarmos os dados.

Para analisar estas áreas foram utilizadas 6 variáveis: a densidade populacional, a densidade de alojamentos, o número de alojamentos vagos, a população empregada, o índice de envelhecimento e o analfabetismo. Estas variáveis são fundamentais para compreender a composição do tecido físico e social da área onde se localizam estas escolas.

A densidade populacional foi calculada com base no número de habitantes a dividir pelos hectares da área considerada. A densidade de alojamentos foi calculada com base no número de alojamentos a dividir pelos hectares. Os alojamentos vagos, isto é, alojamento que no momento de referência se encontrava disponível no mercado de habitação, os quais se poderão considerar nestas seguintes situações: para venda, aluguer, demolição, em estado de deterioração e outros motivos. A população empregada abrangeu todos os indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, tenham efectuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros. Englobou também os indivíduos que mantinham uma ligação formal com o seu emprego, os indivíduos que não estavam ao serviço à data da recolha de informação, mas que tendo uma empresa não estavam temporariamente ao trabalho por uma razão específica e os indivíduos que, em situação de pré-reforma, se encontravam a trabalhar no período de referência. O índice de envelhecimento foi calculado com base na população com mais de 65 ou anos sobre a população jovem a multiplicar por cem. Outra variável fundamental para compreender a área onde se localiza esta escola foi a taxa de

analfabetismo. A taxa de analfabetismo foi calculada com base na população que não sabe ler, nem escrever a dividir pela população com mais de dez anos a multiplicar por cem.

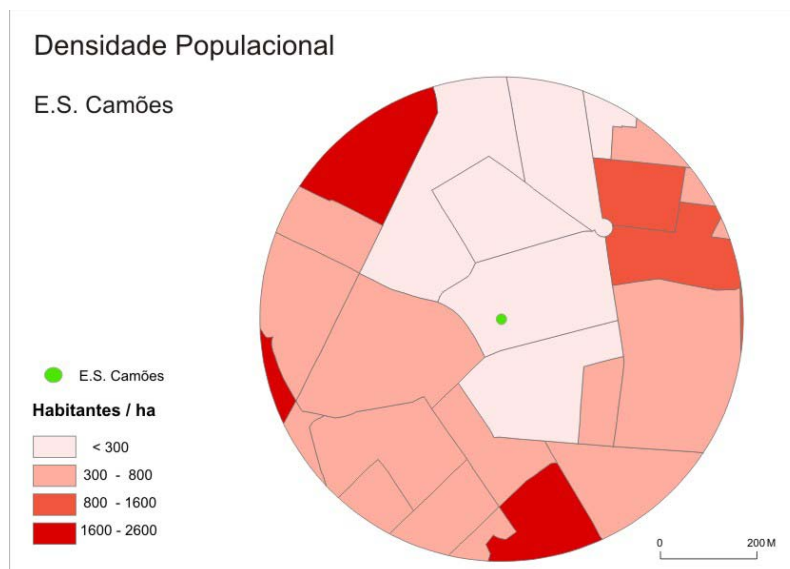
### **A área envolvente da Escola Secundária Camões**

A área envolvente da ES Camões na actualidade é caracterizada por ser um espaço que possui uma grande quantidade de actividades terciárias que a tornam muito atractiva e dinâmica. Esta área corresponde a uma das novas centralidades da cidade, que se tornou mais desenvolvida aquando da abertura e urbanização das Avenidas Novas.

Nesta área definida pelo *buffer* encontram-se alguns equipamentos muito importantes, tais como: a Policia Judiciária, o Hospital Dona Estefânia, a Portugal Telecom, a Maternidade Alfredo da Costa, a Academia Militar, cinco centros comerciais (Atrium Saldanha, Monumental, Monumental Residence, Imaviz, Palácio Sottomayor), o Mercado 31 de Janeiro e a antiga Escola de Medicina Veterinária. À frente da ES Camões há um espaço verde relativamente pequeno e em forma triangular que ocupa toda a praça José Fontana. Outro espaço verde com alguma importância nesta área é o Jardim Cesário Verde. As ruas são largas e direitas, distinguindo-se algumas avenidas como a Fontes Pereira de Melo, Casal Ribeiro, Duque de Loulé, que ligam a rotundas muito importantes da cidade como a do Marquês de Pombal, Saldanha e Estefânia. A rede de transportes nesta área é muito boa, com óptimos acessos à rede metropolitana (duas estações de metro: Saldanha e Picoas) e uma óptima rede rodoviária.

Esta área apresenta uma densidade populacional com valores muito díspares, que vão desde os 300 hab/ha junto da escola até aos 2600 hab/ha na área mais afastada da escola. O número de habitantes por hectare é inferior na área junto à escola onde existem edifícios antigos e ocupados com serviços e atinge valores muito elevados nas áreas adjacentes, que se justifica com a elevada população residente concentrada em construção em altura. A maior parte da área apresenta valores abaixo dos 1600 hab/ha. Quando comparados com a média de Lisboa, que é de 66,7 hab/ha, verifica-se que nesta área a densidade populacional é elevada.

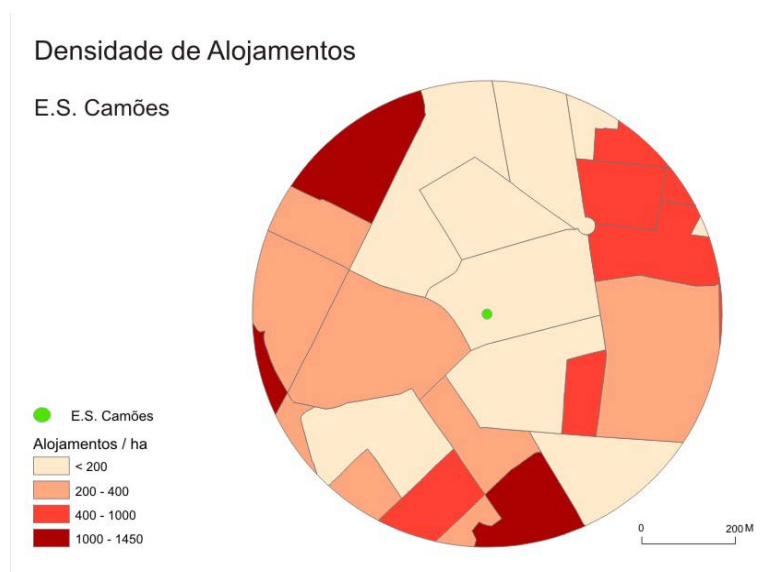
**Figura 31: Densidade populacional na envolvente da ES Camões**



Fonte: Realizado com base em dados do INE, 2001

Relativamente à densidade dos alojamentos que foi calculada com base no número de alojamentos por hectare, verificou-se que existe quase uma sobreposição deste mapa com o anterior, quer isto dizer que onde existe mais densidade populacional é também onde existe uma maior densidade de alojamentos. O número de alojamentos por hectare nesta área varia entre um valor inferior a 200 alojamentos por habitante e 1450 alojamentos por habitante. A maior parte da área apresenta valores que se situam abaixo dos 400 alojamentos por habitante. Quando se compara a densidade de alojamentos desta área com a média de Lisboa verifica-se que esta área está densamente ocupada já que a média de Lisboa é de 34,60.

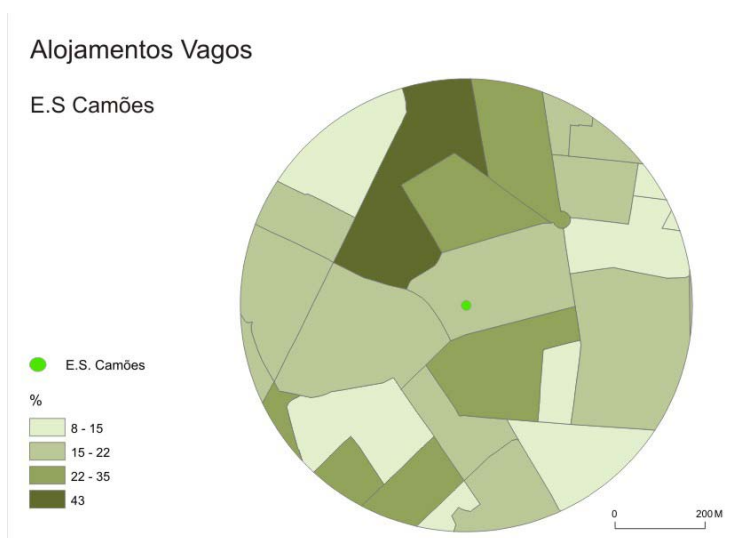
**Figura 32: Densidade de alojamentos na envolvente da ES Camões**



Fonte: Realizado com base em dados do INE, 2001

O número de alojamentos vagos nesta área varia entre os 8% e os 43%. A maior parte desta área apresenta uma percentagem de alojamentos vagos inferior a 22%, contudo existe uma pequena subsecção que apresenta valores mais elevados chegando a atingir os 43%, onde se encontram edifícios mais antigos e que se encontram devolutos. Quando se compara esta área com a média da cidade de Lisboa que é de 13,77% verifica-se que esta área apresenta alguns alojamentos vagos, mas que está de acordo com a média da cidade.

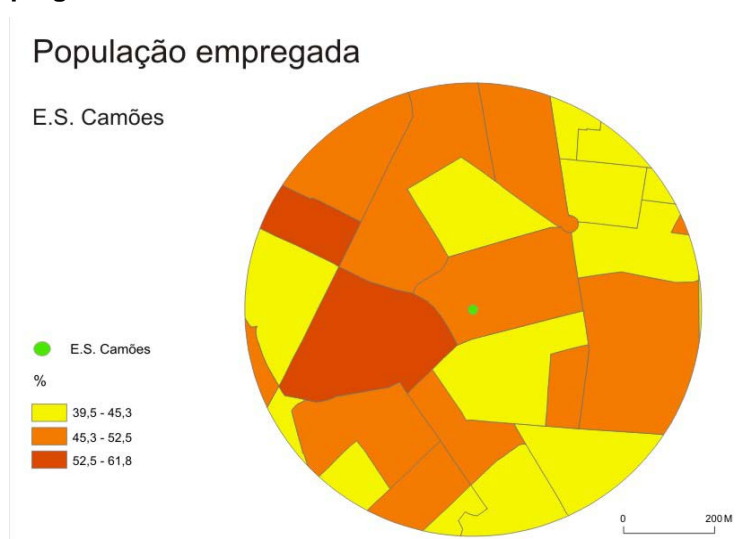
**Figura 33: Alojamentos vagos na envolvente da ES Camões**



Fonte: Realizado com base em dados do INE, 2001

Relativamente à população empregada nesta área, os valores variam entre 39,5% e 61,8%. A maior parte da área apresenta valores inferiores a 52,5%, isto é grande parte da população encontra-se desempregada. Também aqui os valores da taxa de população empregada são muito idênticos aos da cidade de Lisboa de 44,53%.

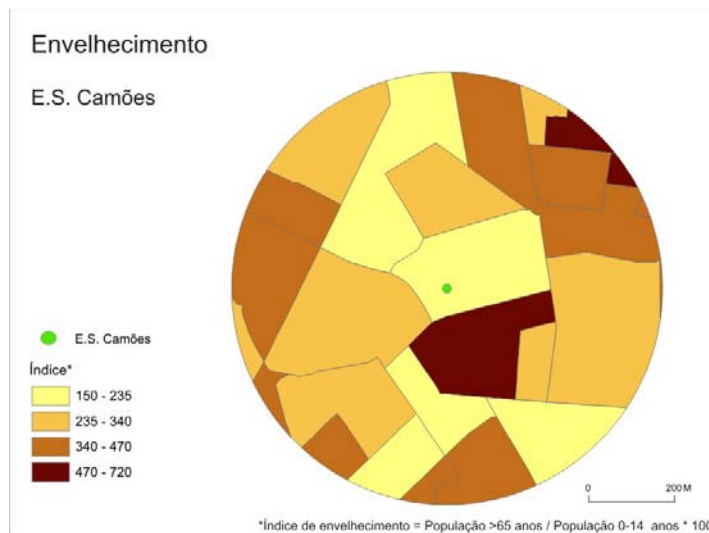
**Figura 34: População empregada na envolvente da ES Camões**



Fonte: Realizado com base em dados do INE,

Nesta área, o índice de envelhecimento varia entre valores 150 e 720. A maior parte da área apresenta valores inferiores a 340. Comparando estes valores com os valores do índice de envelhecimento de Lisboa, 218,62, verifica-se que esta área é relativamente envelhecida.

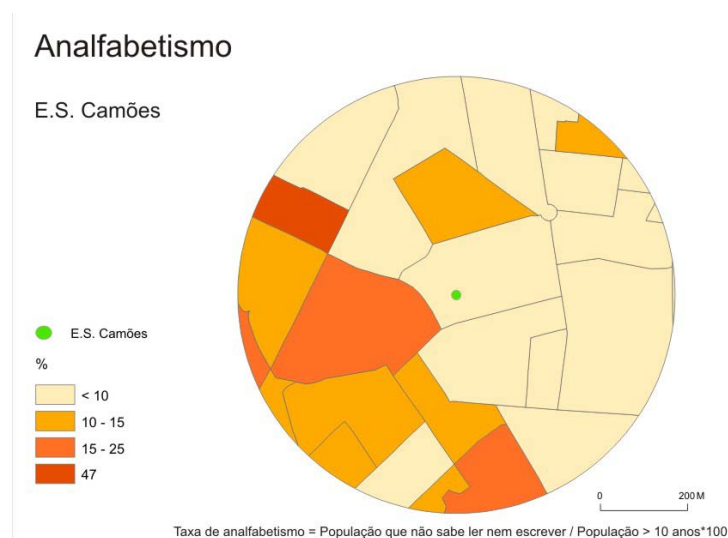
**Figura 35: Envelhecimento da população na envolvente da ES Camões**



Fonte: Realizado com base em dados do INE, 2001

A taxa de analfabetismo nesta área varia entre valores inferiores a 10% e 47%. Na maior parte da área verifica-se que existe uma taxa de analfabetismo inferior a 10%. Logo a maior parte da população com mais de 10 anos sabe ler e escrever. Apesar disso existe uma pequena subsecção em que a taxa de analfabetismo é de 47%, que é também aquela onde existe maior número de população desempregada. Os valores da taxa de analfabetismo desta área são muito equivalentes aos valores da cidade de Lisboa que são de 6,01%.

**Figura 36: Analfabetismo na envolvente da ES Camões**



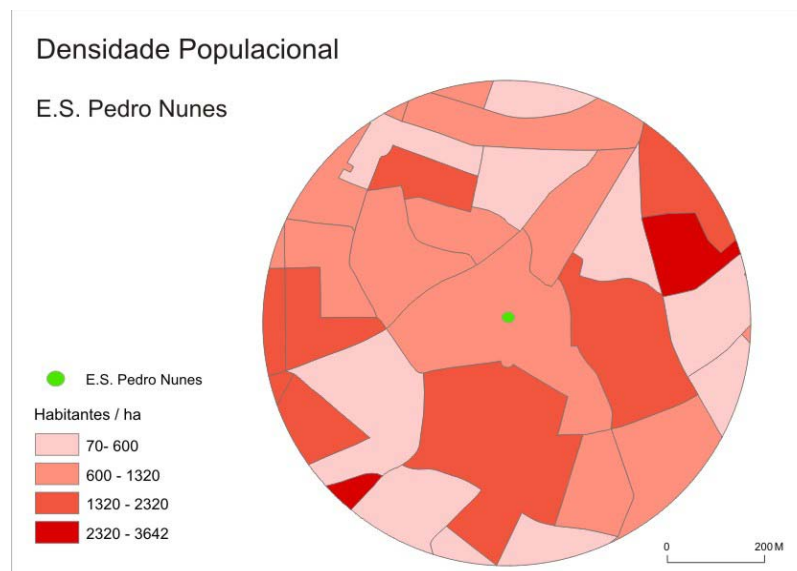
Fonte: Realizado com base em dados do INE, 2001

## A área envolvente da Escola Secundária Pedro Nunes

A área envolvente da Escola Secundária Pedro Nunes é caracterizada actualmente por ser um espaço com bastantes serviços e também residencial. Contíguo ao liceu existe um cemitério (Cemitério dos Inglesinhos), uma antiga Escola Secundária, a Machado de Castro que se encontra actualmente encerrada, a Escola São João de Deus, a Basílica da Estrela. Junto à ES Pedro Nunes existe um grande e conhecido espaço verde da cidade, o Jardim da Estrela. As ruas são relativamente estreitas, mas não muito tortuosas, passando nesta área a Avenida Pedro Álvares Cabral que liga o Rato ao Jardim da Estrela. Esta avenida passa mesmo à frente da ES Pedro Nunes. A rede de transportes rodoviários desta área é boa e também é servida pela rede metropolitana através da estação de Metro do Rato.

A densidade populacional desta área é também muito díspar existindo valores que vão desde os 70 hab/ha chegando a atingir valores de 3642 hab/ha. A maior parte da área apresenta uma densidade que varia entre um intervalo de 600 a 1320 hab/ha, que se situa mesmo junto à escola. Estes valores são muito elevados quando comparados com os valores da cidade de Lisboa que são apenas de 66,67 hab/ha.

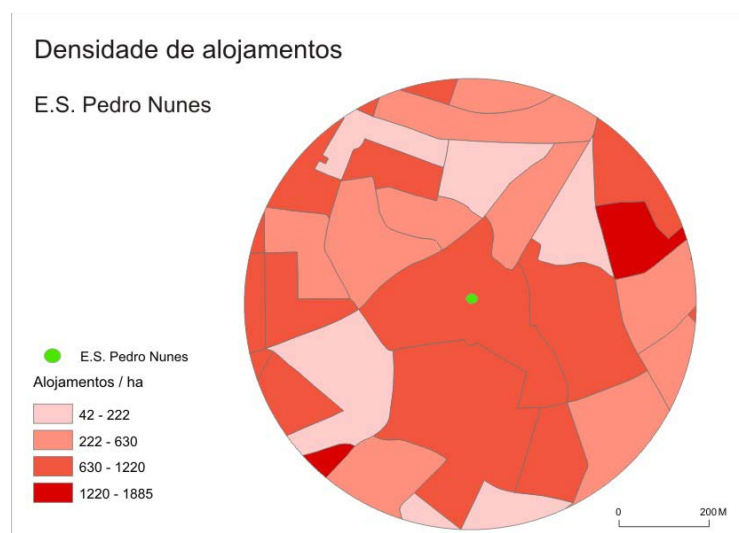
**Figura 37: Densidade populacional na envolvente da ES Pedro Nunes**



Fonte: Realizado com base em dados do INE, 2001

Nesta área, a densidade de alojamentos varia entre 42 aloj/ha e 1885 aloj/ha e verifica-se que onde existe uma maior densidade de alojamentos é também onde existe uma maior densidade populacional. A maior parte da área possui um número de alojamentos por hectare que se situa entre os valores 222 e 1220 aloj/ha. Comparando com a cidade de Lisboa, 34,60 aloj/ha, este valor é muito elevado.

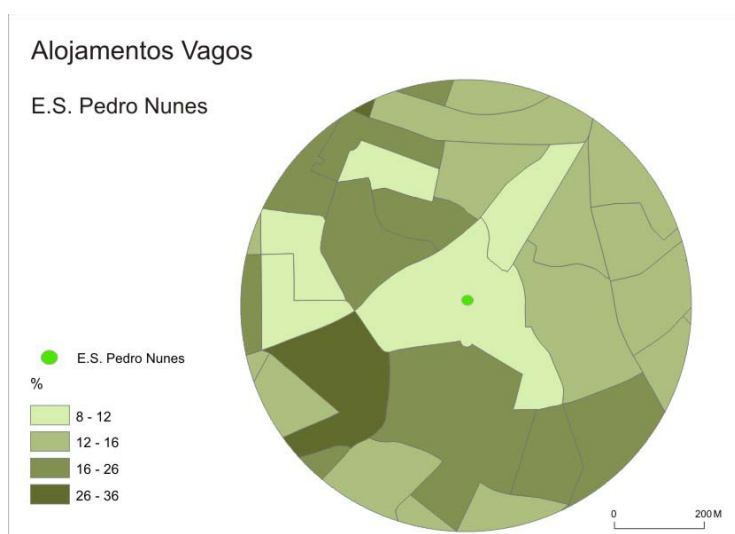
**Figura 38: Densidade de alojamentos na envolvente da ES Pedro Nunes**



Fonte: Realizado com base em dados do INE, 2001

Nesta área, o número de alojamentos vagos varia entre 8% e 36%. A maior parte da área possui valores abaixo dos 16%. A única subsecção que apresenta valores mais elevados é aquela em que os valores variam entre 26% a 36%. Estes valores estão de acordo com os valores médios da cidade de Lisboa que são de 13,77%.

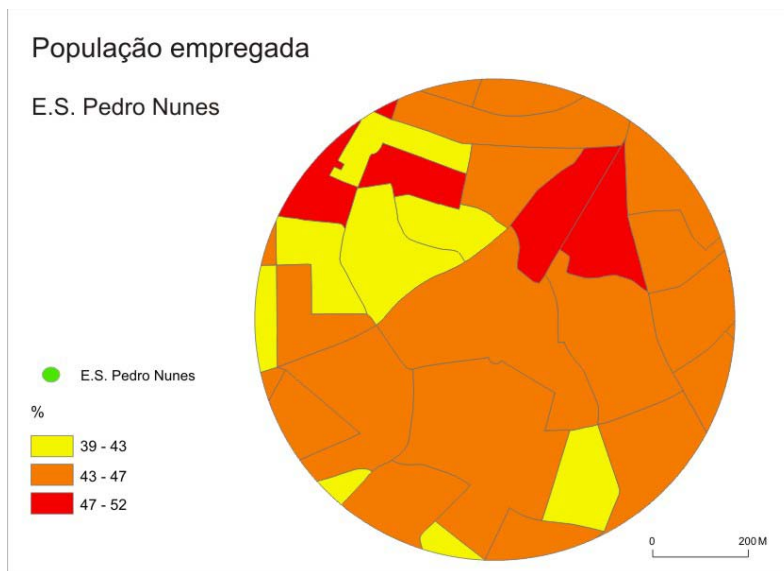
**Figura 39: Alojamentos vagos na envolvente da ES Pedro Nunes**



Fonte: Realizado com base em dados do INE, 2001

A percentagem de população empregada nesta área varia entre 39% e 52%. A maior parte da área apresenta valores com um intervalo de 43% a 47%, isto é grande parte da população encontra-se desempregada. Assim, os valores da taxa de população empregada são muito idênticos aos da cidade de Lisboa que é de 44,53%.

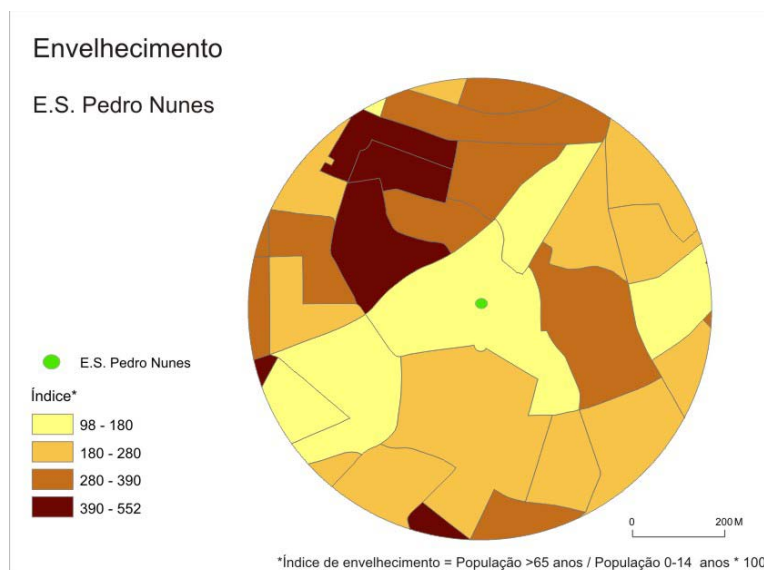
**Figura 40: População empregada na envolvente da ES Pedro Nunes**



Fonte: Realizado com base em dados do INE, 2001

O índice de envelhecimento desta área varia entre 98 e 552. A maior parte da área apresenta valores que se situam entre 98 e 280, apesar de a norte da escola os valores serem superiores a 390 em algumas subsecções. Estes valores estão de acordo com a média do envelhecimento de Lisboa que é de 218,62.

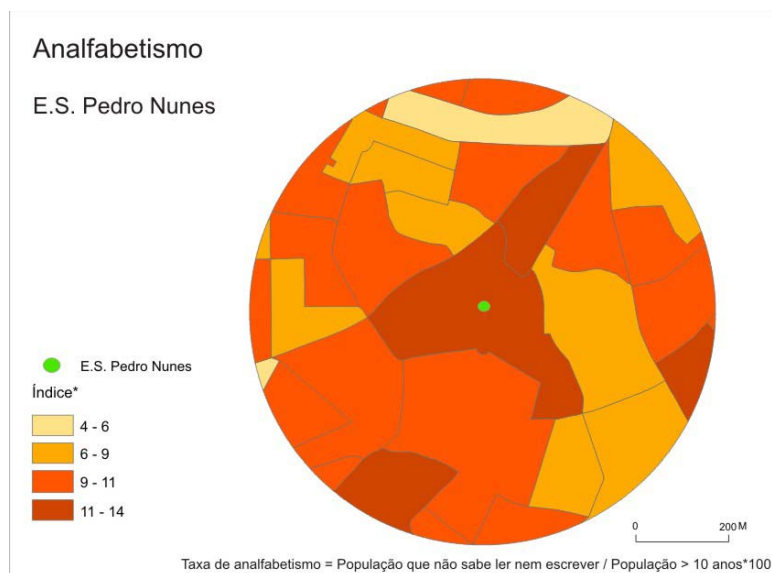
**Figura 41: Envelhecimento da população na envolvente da ES Pedro Nunes**



Fonte: Realizado com base em dados do INE, 2001

A taxa de analfabetismo nesta área varia entre 4% a 14%. Na maior parte da área varia entre os 9% e os 14%. Assim, na maior parte desta área a taxa de analfabetismo é superior à média de Lisboa que é de 6,01%.

**Figura 42: Analfabetismo na envolvente da ES Pedro Nunes**



Fonte: Realizado com base em dados do INE, 2001

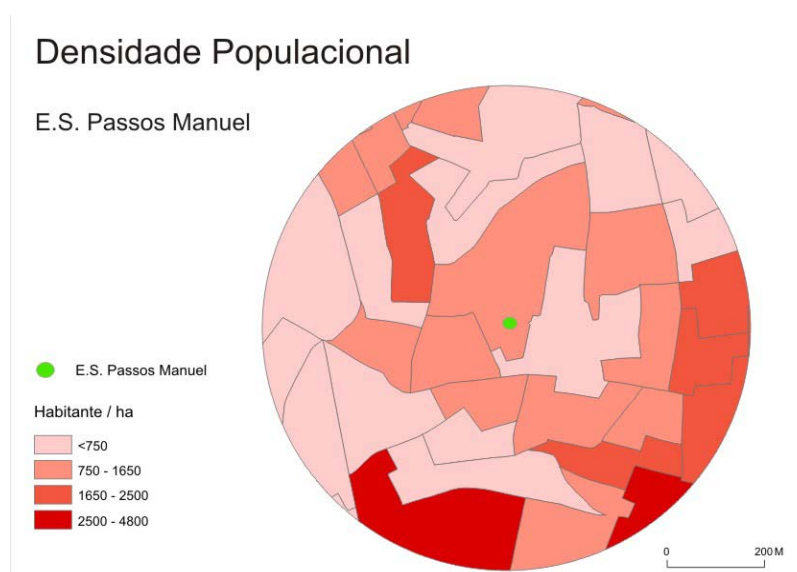
### **A área envolvente da Escola Secundária Passos Manuel**

A área envolvente da Escola Secundária Passos Manuel é caracterizada actualmente por ser um espaço residencial com alguns serviços. Junto à escola encontra-se a Academia de Ciências de Lisboa, a Igreja de Jesus, o Hospital de Jesus. Ao lado da escola existe também um edifício destinado à Guarda Nacional Republicana que utiliza a estrada que passa à frente da entrada principal da escola. Outros edifícios de grande importância nesta área são o da Assembleia da Republica, Igreja de Santa Catarina, Biblioteca Camões, entre outros. Junto à escola não existe nenhum espaço verde de grande relevância, a não ser o Jardim São Pedro de Alcântara que se encontra um pouco mais afastado, mas ainda dentro da área definida pelo *buffer*. É ainda de referir que dentro do recinto destinado à escola se encontra um pequeno espaço verde do qual a população escolar pode usufruir. As ruas são estreitas, tortuosas e um pouco inclinadas, existindo algumas travessas. As ruas que mais se distinguem nesta área são a Rua do Século, a Calçada do Combro e a Rua de São Bento, não existindo nenhuma grande avenida. Nesta área, a rede de transportes rodoviários é relativamente boa, sendo também servida pela rede metropolitana, através da estação de Metro do Rato e Baixa-

Chiado, mas que se encontram um pouco afastadas. Esta área é ainda servida pelo eléctrico que é muito utilizado por se encontrar muito perto da escola.

A área onde se localiza a Escola Secundária Passos Manuel é caracterizada por uma densidade populacional com valores muito díspares, que vão desde menos de 750 hab/ha até aos 4800 hab/ha. Os valores que preponderam nesta área encontram-se limitados até aos 1650 hab/ha. Existem duas subsecções em que os valores chegam a atingir os 4800 hab/ha. Comparados com os valores de Lisboa, 66,67 hab/ha, a densidade populacional nesta área é muito elevada.

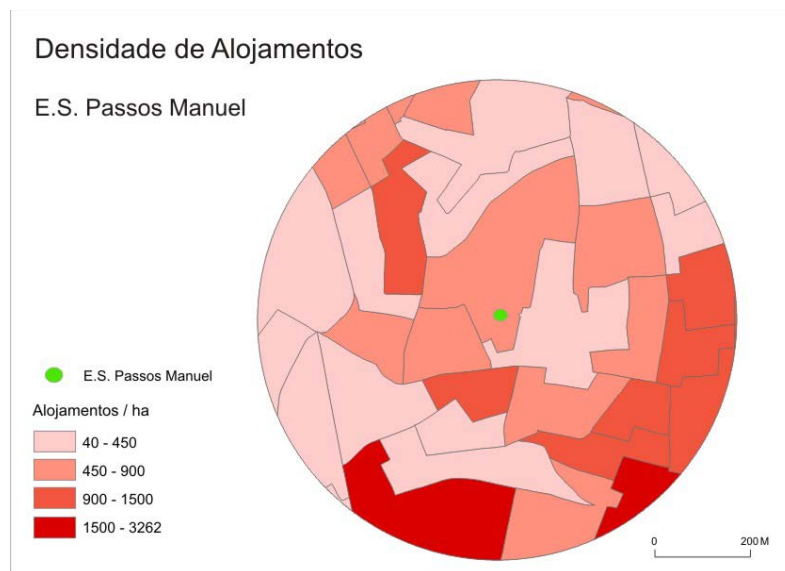
**Figura 43: Densidade populacional na área envolvente da ES Passos Manuel**



Fonte: Realizado com base em dados do INE, 2001

Existe uma grande densidade de alojamentos nesta área, que estão intimamente relacionados com a respectiva densidade populacional, onde existem mais habitantes é também onde existe um maior número de alojamentos por hectare. Os valores variam entre 40 a 3262 aloj/ha. Na maior parte da área, os valores variam entre 40 e 900 aloj/ha, apresentando um valor muito elevado quando comparado com a média da cidade de Lisboa.

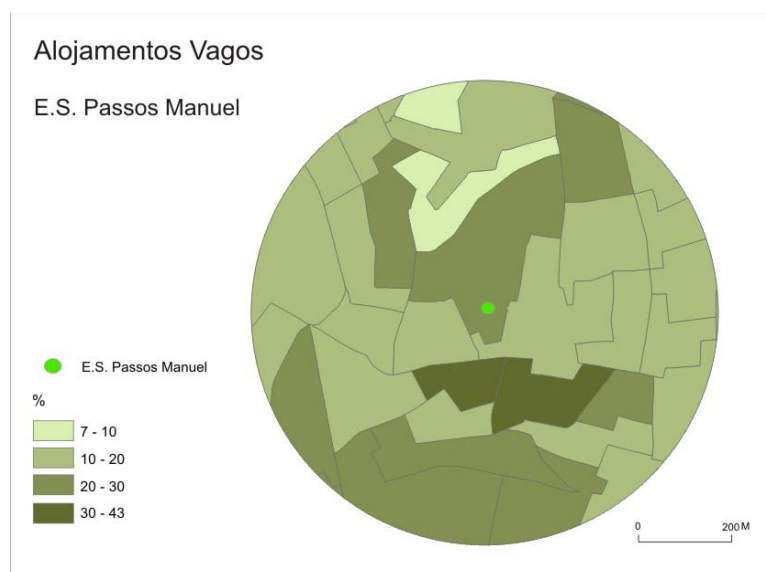
**Figura 44: Densidade de alojamentos na área envolvente da ES Passos Manuel**



Fonte: Realizado com base em dados do INE, 2001

O número de alojamentos vagos nesta área varia entre 7% e 43%. Apenas duas pequenas subsecções apresentam valores baixos que variam dos 7% aos 10%, uma subsecção apresenta valores que variam entre 30% e 43% e o resto da área apresenta valores que variam entre os 10% e os 30%. Existem muitos edifícios vagos porque existem muitos edifícios em más condições que ainda não estão a ser ainda recuperados. Esta área apresenta uma percentagem mais elevada de alojamentos vagos do que a média da cidade de Lisboa que é de 13,77%.

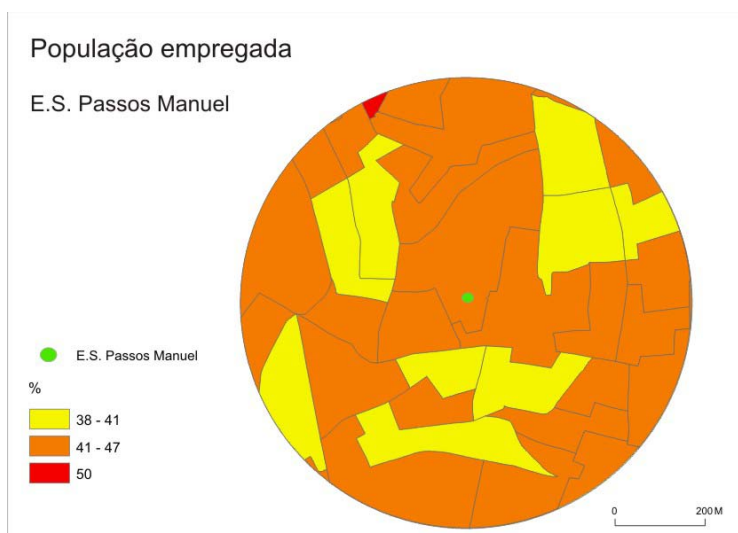
**Figura 45: Alojamentos vagos na área envolvente da ES Passos Manuel**



Fonte: Realizado com base em dados do INE, 2001

Relativamente à população empregada verifica-se que os valores variam entre 38% e 50%. Apenas uma pequena subsecção apresenta valores de 50% e a maior parte da área apresenta valores que se encontram entre os 41% e os 47%, logo pelo menos metade da população encontra-se desempregada ou como é uma população muito envelhecida, reformada. Quando comparada esta área com a cidade de Lisboa verifica-se que a população empregada nas duas é muito semelhante.

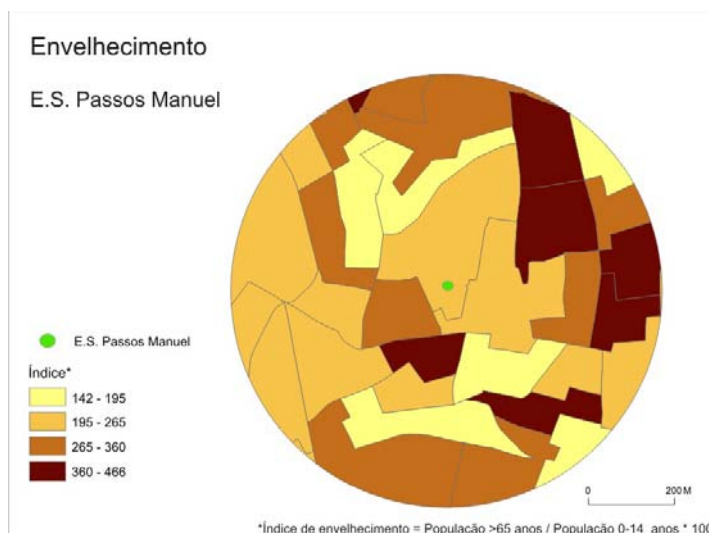
**Figura 46: População empregada na área envolvente da ES Passos Manuel**



Fonte: Realizado com base em dados do INE, 2001

Os valores do índice de envelhecimento variam entre 142 e 466. Nesta área existe um elevado índice de envelhecimento aliado ao facto de ser uma área residencial e antiga da cidade. Existem 6 subsecções que apresentam valores que variam entre os 360 e os 466 e a maior parte do resto da área tem valores que vão dos 195 aos 360. Estes valores são muito elevados quando comparados com a média da cidade de Lisboa que é de 218,62.

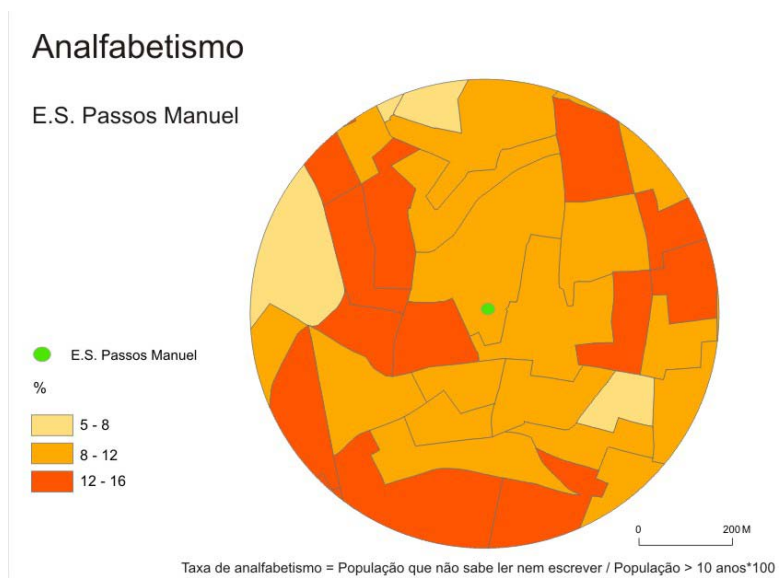
**Figura 47: Envelhecimento populacional na área envolvente da ES Passos Manuel**



Fonte: Realizado com base em dados do INE, 2001

A taxa de analfabetismo nesta área apresenta valores que variam entre menos de 10% e 47%. Existem apenas 3 subsecções em que a taxa de analfabetismo é inferior a 10%, existindo nesta área uma elevada percentagem de população analfabeta. Quando comparada com a média da cidade de Lisboa, esta área apresenta valores muito elevados que se deve ao facto da população também ser muito envelhecida.

**Figura 48: Analfabetismo na área envolvente da ES Passos Manuel**



Fonte: Realizado com base em dados do INE, 2001

## CAPÍTULO VIII: CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS SECUNDÁRIAS NA ACTUALIDADE

### 8.1. Contextualização das escolas secundárias na actualidade

A evolução da escola tem vindo a ser contínua, progredindo no sentido de uma verdadeira democratização do ensino, mas sobretudo, de acordo com as necessidades políticas e pedagógicas. A escola tem vindo a resistir à passagem dos anos e tem vindo a assumir-se com um rejuvenescimento e enriquecimento permanentes, marcando o seu lugar na cidade revitalizando-se dia-a-dia. O edifício escolar marca a história da cidade podendo até afirmar-se como uma referência da mesma.

A escola secundária deve integrar três tipos de redes locais: as escolas ou agrupamentos de escolas que asseguram a escolaridade até ao ensino superior das crianças e dos jovens de uma localidade ou território; as instituições e serviços que asseguram o ensino e a formação profissional numa mesma área de formação; equipamentos e serviços com funções culturais e sócio-educativas locais.

### Tipologias dos estabelecimentos de ensino secundário na actualidade

De acordo com os princípios enunciados na Lei de Bases do Sistema Educativo, que o Decreto-lei nº 314/97, de 15 de Novembro veio actualizar e uniformizar, definiram-se os seguintes tipos de escolas, para o ensino secundário.

**Quadro 7: Tipologia dos estabelecimentos de ensino secundário**

TIPOLOGIA DOS ESTABELECEMENTOS DE ENSINO SECUNDÁRIO		
Tipo de estabelecimentos	Níveis, Ciclos e Modalidades de educação e Ensino	Designação
<b>Escolas Secundárias</b>	Ensino secundário pluricurricular	Escola secundária (ES).
	Ensino secundário técnico e tecnológico	Escola secundária tecnológica (EST).
	Ensino secundário artístico	Escola secundária artística (ESA).
	Ensino profissional	Ensino profissional (EP).

Fonte: *Instrumentos para o Reordenamento da Rede Educativa*, Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento, Ministério da Educação

## **Programação das escolas secundárias**

Segundo o Ministério da Educação, a programação das escolas secundárias deve ser definida de acordo com os critérios de planeamento da rede educativa. A rede educativa é o sistema constituído por edifícios e equipamentos que pela sua natureza e qualidade têm como principal fim oferecer as condições materiais e pedagógicas necessárias ao desenvolvimento educativo e formativo das populações em idade escolar, definido de acordo com os princípios estabelecidos na LBSE e na Lei Quadro da Educação Pré-Escolar. Esta deve ser concebida e desenvolvida como parte integrante e fundamental de uma rede mais geral de edifícios e equipamentos de diferente natureza que têm como fim contribuir para o desenvolvimento nacional através da satisfação das necessidades e aspirações de educação e formação das populações.

Assim, no que respeita à qualidade arquitectónica e enquadramento urbanístico das construções escolares poderão acentuar-se preocupações no sentido da integração adequada das infra-estruturas educativas nos planos de ordenamento urbanístico, procurando assegurar às escolas uma maior centralidade urbana. Tais preocupações poderão assumir contornos contraditórios com lógicas dominantes nos usos do solo urbano que privilegiam a rentabilidade económica da ocupação do espaço, relegando os equipamentos educativos para zonas periféricas de menor valor comercial.

Relativamente à questão da qualidade arquitectónica poderá implicar a consideração de soluções diversificadas, estéticas e funcionais, adequadas a cada contexto urbanístico, implicando a adopção de projectos adequados à implantação prevista. Esta opção pressupõe a adopção de uma política de descentralização no que respeita à concepção das construções escolares, abandonando-se a tradição muito consolidada dos projectos-tipo para implantação indiscriminada nos diversos contextos urbanos.

A programação das escolas secundárias é feita caso a caso, obedecendo a critérios de dimensionamento decorrentes de diversos factores. Estes, vão desde a existência de uma rede de oferta de cursos, informada pelas necessidades de nível local e nacional, passam pelas variações demográficas, pelas necessidades e perfis de formação do tecido económico e empresarial e pelas aspirações das populações, visando a inserção profissional na vida adulta bem como o prosseguimento de estudos nouro nível de ensino.

## **Critérios de planeamento**

De seguida, descrever-se-ão os conceitos e critérios de planeamento adoptados para as escolas secundárias, que se encontram expostos no documento *Instrumentos para o Reordenamento da Rede Educativa* do Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento do Ministério da Educação, através da actual reforma educativa.

- **Irradiação**

A irradiação de uma escola (distância e o tempo máximos entre a escola e os locais de residência dos alunos) é medida ao longo das vias de comunicação transitáveis, considerando-se ainda faixas marginais de 500 m de largura para cada lado dos seus eixos. Os valores de irradiação variam em função do nível etário dos alunos e dos meios de deslocação utilizados. Na prática, o estabelecimento daqueles valores (e a conseqüente delimitação de uma área de drenagem) deve também atender às características físicas da zona em estudo – orografia, clima, vias de comunicação, rede de transportes – por forma a garantir aos alunos condições adequadas de segurança e de conforto nas suas deslocações diárias entre a escola e os locais onde residem. Os percursos escola – habitação: a pé são preferencialmente até 2 km ou 30 minutos ou no máximo aceitável até 3 km ou 50 minutos; em transporte público o máximo aceitável é 60 minutos.

- **População base e população a escolarizar**

Designa-se por população base o número de habitantes na área de drenagem de um determinado tipo de escola, que serve de suporte e justifica a criação, ampliação, remodelação ou reconversão dessa escola. A população a escolarizar é o subconjunto da população base constituído pelos grupos etários correspondentes aos diferentes níveis de ensino e tipos de escolas, tendo em conta os objectivos da política educativa definidos para cada um desses níveis. Em sentido restrito, o conceito é frequentemente aplicado a um único tipo de escola ou nível de ensino.

A expressão quantitativa da população base e da população a escolarizar deve basear-se em dados estatísticos recentes e em previsões de evolução demográfica a médio prazo relativas à área em estudo. O cálculo da população a escolarizar deverá também analisar factores locais susceptíveis de influenciar positiva ou negativamente a procura (os locais de trabalho da população adulta com filhos em idade escolar, o grau de atracção de escolas próximas, etc.). Variação NUTIII dos grupos etários (Censo de 1991): dos 15 aos 17 anos: 3,9% – 6,1%. O mínimo de população base varia entre 13 300 e 12 500

habitantes e de população a escolarizar 390 alunos (18 turmas). O máximo de população base varia entre 25 600 e 24 000 habitantes e a população a escolarizar 1170 alunos (39 turmas). A população a escolarizar corresponde a uma taxa de frequência do ensino secundário de 75% a 80% para este grupo etário.

- **Critérios de programação**

Na base dos indicadores de programação escolar estão critérios pedagógicos, sociais e de viabilidade de funcionamento e gestão escolar, visando-se o estabelecimento de condições adequadas à realização de um ensino de qualidade. São apresentados os seguintes indicadores: Regime de funcionamento das escolas; Valores mínimos, preferenciais e máximos relativos ao número de alunos por turma e o leque total ou parcial de capacidades e lotações das escolas. O regime de funcionamento das escolas é de turno único com um máximo de 30 alunos por turma.

A oferta das escolas secundárias deve ser pluricurricular, devendo oferecer simultaneamente cursos de carácter geral e de preparação para a vida activa, de modo a que em cada região se garanta a maior diversidade possível de cursos, tendo em conta os interesses locais e regionais.

- **Critérios de dimensionamento**

Indicadores relativos ao dimensionamento de terrenos escolares e à área bruta de construção dos diferentes tipos e capacidades de estabelecimentos de educação e ensino. Os indicadores relativos às instalações interiores e exteriores cobertas para a disciplina de Educação Física são apresentados separadamente. Por área bruta de construção (Ab) entende-se a superfície medida pelo perímetro exterior das paredes exteriores.

Os programas de espaços das escolas a construir, ampliar ou remodelar, deverão ser definidos caso a caso e terem flexibilidade para futuras adaptações nos edifícios escolares em função da evolução da procura. Os indicadores de referência são área bruta de construção: 8,5 m<sup>2</sup> por aluno e área de terreno: 24 m<sup>2</sup> por aluno.

- **Critérios de localização**

Expõem-se aqui os critérios que devem orientar os processos de localização dos diferentes tipos de escolas: Inserção da escola no tecido urbano e sua relação de complementaridade com outros equipamentos; Requisitos de segurança e de qualidade ambiental da área envolvente; Infra-estruturas básicas; Características físicas dos terrenos escolares e incompatibilidades de vizinhança.

A escola secundária na sua envolvente urbana deverá ter em conta: correcta inserção da escola no tecido urbano; proximidade e articulação funcional entre a escola, as zonas de residência da população a servir e os outros equipamentos (centros culturais, centros tecnológicos, parques desportivos, zonas verdes); rede de transportes públicos; segurança nos percursos, nas áreas envolventes da escola e nas zonas de acesso imediato à escola; adequadas condições ambientais (qualidade do ar, níveis de ruído); abastecimento de água, drenagem de esgotos, energia eléctrica, rede de telecomunicações e recolha de lixos.

Os terrenos deverão ter declives suaves e boas condições de salubridade (exposição solar, regime de ventos, humidade); com características geológicas e geotécnicas que possibilitem a execução de fundações directas. Incompatibilidades com vizinhanças insalubres ou perigosas E atravessamento por linhas aéreas de transporte de energia eléctrica. A escola não deve ser abrangida pelo raio de acção de outras existentes sub-utilizadas e em bom estado de conservação, onde seja ministrado o mesmo nível de ensino.

As três escolas secundárias em análise, apesar de há tanto tempo programadas, construídas e localizadas na cidade de Lisboa encontram-se adaptadas à realidade dos nossos dias e obedecem no geral a estes critérios atrás enunciados.

Segundo um documento de trabalho elaborado pelo Ministério da Educação acerca das instalações escolares para o ensino secundário vem enunciado o seguinte: As escolas que ministram o ensino secundário devem localizar-se em zonas consolidadas urbanisticamente ou com planos de pormenor aprovados e com ligações fáceis e seguras, a pé e por transporte público, aos locais de residência da população a servir. As escolas devem situar-se em locais que ofereçam adequadas condições de segurança e de salubridade. Assim, as escolas não devem situar-se em zonas ou locais sob a influência de fontes de vibrações, ruídos, poeiras, maus cheiros, gases tóxicos, perigo de incêndio ou explosão (estabelecimentos industriais e militares, carreiras de tiro, pedreiras, encostas perigosas, lixeiras). Nas áreas envolventes dos recintos escolares não devem existir quaisquer obstáculos volumosos, naturais ou edificados, que produzam o ensombramento dos recintos. Nos casos de escolas já existentes em que possa estar em risco a salvaguarda do cumprimento dos princípios expostos, deve-se com vista a garantir aos recintos melhor enquadramento urbano e arquitectónico, condições de segurança nos acessos e na envolvente próxima da escola, níveis adequados de insolação e a defesa do recinto contra eventuais agentes prejudiciais às suas condições de salubridade, promover

o estabelecimento de zonas de protecção à escola. Na prática, as zonas de influência dos estabelecimentos insalubres, incómodos, tóxicos e perigosos é determinada caso a caso, com base em factores de âmbito local, designadamente as condições topográficas e climatéricas, em especial o regime dos ventos, a implantação, a espécie e o volume de vegetação, considerando-se o afastamento mínimo de 200 m.

Relativamente à sua construção, na globalidade, as instalações escolares devem constituir um todo harmonioso, cuidadosamente integrado na envolvente urbana e paisagística e com boa acessibilidade. A qualidade da concepção arquitectónica dignifica a função educativa, facilita a gestão escolar, induz o bem-estar e o bom relacionamento entre as pessoas, estimula o aproveitamento escolar dos alunos, o gosto e o respeito pela escola. Os edifícios escolares devem apresentar-se como um conjunto único. Quando, por efeito designadamente de obras de ampliação, a escola passar a ser constituída por mais de um edifício, estes devem ficar estreitamente articulados entre si, de modo a que a escola permaneça como um todo e possa ser inteiramente percorrida sem necessidade de atravessamento de zonas exteriores desabrigadas. Os edifícios escolares devem ser concebidos na perspectiva da diversificação e versatilidade de soluções: cada escola deve ter feição própria e todas devem ser dotadas da capacidade de acompanhar, sem rupturas e por adaptações sucessivas, a evolução das práticas pedagógicas e dos currículos e as oscilações da procura. Assim, o edifício escolar deve ser concebido, logo de início, de forma a responder cabalmente às necessidades do tempo em que é projectado e construído e, ao mesmo tempo, ser dotado da flexibilidade e adaptabilidade às exigências futuras. Em regra, é conveniente conceber e implantar o edifício escolar de forma a permitir a eventual ampliação da sua capacidade e em instalações diferenciadas. As alterações e os ajustamentos progressivos dos edifícios escolares podem ir desde pequenas obras de adaptação para modificar a compartimentação interna de alguns sectores, instalar novos equipamentos, melhorar e inovar as condições e os métodos de trabalho em alguns espaços, até obras de maior vulto, como a remodelação de sectores mais complexos, nomeadamente laboratórios ou áreas oficinais, a ampliação do edifício ou ainda, em casos extremos, a redução da área afectada a fins escolares e a reconversão de parte do edifício para outros usos.

## Ligação escola-meio

Relativamente à ligação da escola com o meio, verifica-se que esta ainda não se encontra muito desenvolvida no nosso país.

*“Em Portugal o envolvimento das famílias, das autarquias, dos movimentos associativos e das empresas na escola carece de tradição e é diminuto.”<sup>92</sup>*

Isto pode-se atribuir ao facto do nosso sistema educativo se encontrar muito centralizado, que reduziu durante muito tempo a margem de autonomia dos actores locais e também contribuiu para difundir o mito da uniformidade enquanto garante da igualdade formal de oportunidades.

A LBSE de 1986 apresenta um conjunto de princípios, que definem uma administração educativa mais descentralizada e que prevê uma abertura à participação da população. Cada escola, cada território educativo, cada comunidade é um caso com as suas próprias especificidades, que requerem um enquadramento próprio e decisões com incidência particular. Através de uma descentralização do sistema de ensino torna-se possível operacionalizar uma verdadeira abertura dos estabelecimentos de ensino às respectivas comunidades. Para uma maior descentralização e autonomia das escolas contribuem duas tendências: as dificuldades de ordem técnica e estrutural da administração central que se estava a tornarem incapaz de gerir um sistema educativo em expansão desde os anos setenta; os referenciais de descentralização e regionalização que vieram dar novo alento à aproximação das escolas e das comunidades.

A escola deve moldar-se à sociedade que se encontra em constante transformação, mas tem também que funcionar como um factor decisivo, condicionante no bom sentido, na própria comunidade em que está inserida. outras palavras

*“O desenvolvimento criativo e inovador do espaço entre a escola e a sociedade implica ainda um envolvimento activo de outros parceiros: da comunidade envolvente à escola, sejam parceiros sociais, culturais, empresariais, sem prejuízo da escola nunca perder a visão universal do conhecimento e do saber.”<sup>93</sup>*

Nas últimas décadas houve um grande desenvolvimento na relação entre a escola e a sua comunidade envolvente. Ao que tudo indica a escola poderá ter no futuro uma relação cada vez mais forte com o exterior, podendo até assumir um papel integrador.

---

<sup>92</sup> INSTITUTO DE INOVAÇÃO EDUCACIONAL (1997), *Escola e Comunidade Local*, Ministério da Educação, Lisboa.

<sup>93</sup> Prof. Doutor José Veiga Simão em Educação, Comunidade e Poder Local, actas do seminário, CNE

Para uma relação mais próxima entre a escola e a comunidade contribuem dois factores. O primeiro prende-se com razões de ordem social e pedagógica, uma vez que existe uma relação entre a comunidade em que estão inseridos os alunos e o seu êxito escolar. O segundo está relacionado com razões de ordem económica, uma vez que são investidas verbas elevadas para construir os equipamentos e se estes não forem utilizados por muitas pessoas, que não apenas os alunos, não estão a ser devidamente rentabilizados. Assim, haveria uma rentabilização dos investimentos, por um lado as escolas ficariam mais bem equipadas e por outro lado seriam também acessíveis à população local.

### **Equipamentos educativos como forma de integração comunitária**

A crescente abertura da escola à comunidade tem feito sobressair e valorizar a relação de complementaridade entre a escola e os demais equipamentos urbanos (jardins, parques, equipamentos desportivos, culturais e sociais, designadamente outras escolas, creches, ATL, centros da 3ª idade), pelas vantagens e benefícios, tanto de natureza educativa como cultural, social e financeira, que advêm da colaboração e da partilha de recursos entre instituições.

Neste sentido, um dos objectivos a prosseguir no decorrer do processo de escolha do local para implantação de uma escola, será o de estabelecer desde logo, no plano espacial, uma efectiva relação de proximidade e de complementaridade entre a escola e outros equipamentos urbanos existentes ou programados.

*“A tradicional separação física e o isolamento institucional entre a Escola e o restante equipamento social, para além de traduzirem uma visão restrita da função educativa, representam um desperdício em termos de uso do solo e um desbaratar de recursos em instalações e serviços paralelos.”<sup>94</sup>*

A escola pode ser muito mais do que um estabelecimento que serve para educar, ensinar e aprender. Pode funcionar como um centro de recursos materiais e humanos e até como um dos pólos de desenvolvimento da comunidade que serve. Os espaços escolares poderiam estar abertos para além dos dias e das horas estritamente escolares, criando-se condições de apoio para que possam ser usufruídos por diferentes estratos etários e com diferentes finalidades: formativas, educativas, lúdicas e cívicas. A escola poderia funcionar como um conjunto de espaços policêntricos capazes de responder permanentemente às expectativas da comunidade instalada na sua área envolvente.

---

<sup>94</sup> STROMP, 1985

Seria positivo que o mesmo espaço servisse, de uma forma integrada, diversos níveis de ensino e enquadrasse outras actividades complementares, desenvolvendo a relação entre a escola e a comunidade. Se houver um envolvimento até cooperação dos parceiros locais, a escola terá mais capacidade para responder às expectativas que suscita. O desenvolvimento dos espaços educativos enquanto forma de integração social aproxima a cultura ao território mediante a arte e a cultura, fomenta o associativismo e cria espaços de lazer e ocupação de tempo livre. Possuindo um equipamento educativo integrado, que forneça por exemplo, instalações desportivas, biblioteca, auditório, a população poderá usufruir de actividades culturais, sociais e desportivas no seu meio envolvente e reforçar o convívio na comunidade em que está inserida. Oferecendo serviços e possibilitando a existência de lugares de formação, encontro, de ocupação e de diversão, desempenhando um papel muito importante no desenvolvimento da vida comunitária da cidade. As escolas poderiam ser utilizadas como agentes culturais e sociais.

A integração comunitária, assim como, a iniciativa dos membros da comunidade educativa são consideradas como indispensáveis para o desenvolvimento destes espaços educativos. Tendo em conta a realidade social e cultural em que a escola está inserido, este poderia funcionar plenamente no ensino normal e simultaneamente estar aberto à comunidade.

A integração de escolas em centros comunitários integrados poderia começar pelo desporto, uma vez que as instalações das escolas poderiam ser utilizadas pelos alunos e pela população local. Depois esta possibilidade poderia ser estendida a outras iniciativas. Para que as instalações escolares pudessem ser utilizadas pelo máximo de pessoas, poderiam ser utilizadas depois das aulas, à noite, nos fins-de-semana e nas férias. Nalguns casos é já prática habitual utilizar as escolas fora dos seus horários normais para outras actividades, como sejam: educação para adultos, formações, mas ainda é muito pouco relativamente ao que se poderia efectuar.

A escola pode fomentar o associativismo e criar espaços de lazer e ocupação de tempos livres. Através da rentabilização dos equipamentos educativos, aproveitando todo o tipo de espaços, facilitando a integração e a participação dos cidadãos.

## **Relações entre a escola secundária e a comunidade envolvente**

- **Escola e família**

Os pais ou encarregados de educação serem responsáveis pela tomada de decisões e medidas tendentes a solucionar problemas educativos locais como por exemplo formas de ocupação dos tempos livres, segurança à saída da escola, entre outros. Haver uma maior participação dos pais e as respectivas associações para debater e colaborar na solução de problemas educativos e organizacionais. Promover-se um maior acompanhamento por parte das famílias do processo de desenvolvimento dos seus filhos e debater temas educativos.

- **Articulação entre diferentes escolas**

Uma reflexão conjunta das diferentes escolas, trabalho em equipa, conhecer melhor a comunidade, os alunos, as diferentes escolas. Estabelecer hábitos de troca de informação e possíveis projectos em comum como por exemplo a utilização de bibliotecas comuns.

- **Escola e instituições locais**

Colaboração e uma melhor gestão dos recursos existentes. Debater com os parceiros problemas educativos e de desenvolvimento local e de que forma estes estão interrelacionados, tomando possíveis decisões conjuntas.

- **Escola e empresas**

Estabelecer contactos, ter em conta um mútuo conhecimento que poderão conduzir a futuros projectos em comum com possíveis estágios, visitas de estudo e inserção profissional.

- **Escola e população local**

Partilha entre o conhecimento da escola e os saberes dos elementos da comunidade local.

- **Escola e município**

Gestão do pessoal auxiliar que poderia ser composto por pessoas da comunidade local; Gestão dos transportes escolares por conhecerem melhor a realidade envolvente e os seus múltiplos problemas; implementação de projectos educativos de âmbito local.

- **Escola e associações recreativas, desportivas e culturais**

Parcerias, utilização e dinamização de equipamentos e recursos.

## **8.2. Caracterização das três escolas secundárias em estudo**

### **Escola Secundária de Camões**

A Escola Secundária de Camões servia, no ano lectivo 2006/2007, uma população de 938 alunos que eram também aqueles que estavam matriculados no ensino secundário regular. Os alunos que frequentam esta escola são na maioria, cerca de 70% da cidade de Lisboa, principalmente das freguesias mais próximas: São Jorge de Arroios e Nossa Senhora de Fátima.

Esta escola não desenvolve actividades extracurriculares abertas à comunidade envolvente. A importância desta escola deriva do facto de ser muito antiga, de ter muita tradição e ter ex-alunos e ex-professores de prestígio.

Esta escola nunca beneficiou de obras de fundo desde a sua construção, mas apesar disso todos se revelam satisfeitos com o desenho arquitectónico da mesma.

Dentro da escola existem as seguintes estruturas sócio-culturais: associação de estudantes, associação de pais, centro de documentação, centro de informática, centro de recursos, programa “Desporto Escolar”, jornal escolar, grupo de artes plásticas, laboratório, papelaria escolar, reprografia e salas de estudo. Relativamente a restauração, existe um bufete escolar e um refeitório escolar.

### **Escola Secundária Pedro Nunes**

A Escola Secundária Pedro Nunes servia uma população de cerca de 1103 alunos no ano lectivo 2006/2007, tendo 681 alunos matriculados no ensino secundário regular e os restantes no terceiro ciclo. Os alunos que frequentam esta escola são na maioria da cidade de Lisboa, principalmente das freguesias de Santa Isabel e São Condestável.

Nesta escola não são desenvolvidas actividades extracurriculares abertas à comunidade envolvente.

Relativamente, às instalações estas não sofreram alterações de fundo desde a altura em que foram inauguradas. O conselho executivo revela-se insatisfeito com o estado de conservação das instalações e com o estado de conservação dos espaços exteriores da escola também.

Dentro da escola existem as seguintes estruturas sócio-culturais: associação de estudantes, associação de pais, centro de documentação, centro de informática, centro de recursos, programa “Desporto Escolar”, jornal escolar, laboratório, papelaria escolar, reprografia, salas de estudo, Associação de Antigos Alunos, e Clube de Ciências. Relativamente a restauração dentro da escola existe um bufete escolar e um refeitório escolar.

### **Escola Secundária Passos Manuel**

A Escola Secundária Passos Manuel servia uma população aproximada de 889 alunos no ano lectivo 2006/2007. A escola tinha 196 alunos matriculados no ensino secundário regular, 287 no segundo ciclo, 406 no terceiro ciclo, 11 nos cursos de educação e formação e 41 nos cursos profissionais. Os alunos que frequentam esta escola são na maioria da cidade de Lisboa e das freguesias onde está localizada a escola, mas também existem bastantes alunos que se deslocam de locais mais distantes devido à oferta dos cursos.

Nesta escola as actividades extracurriculares não são abertas à comunidade envolvente.

A arquitectura original da escola não foi alterada ao longo dos anos, mas tal como as outras escolas está a necessitar de obras.

*“A Escola Secundária de Passos Manuel (Lisboa) debate-se com problemas muito complicados de deterioração do velho edifício que, aliás, se encontra em fase de classificação pelo IPPAR, dado o seu interesse histórico.”<sup>95</sup>*

Dentro da escola existem as seguintes estruturas sócio-culturais: associação de estudantes, associação de pais, centro de documentação, centro de informática, centro de recursos, programa “Desporto Escolar”, jornal escolar, laboratório, papelaria escolar, reprografia, salas de estudo, Associação de Antigos Alunos – Núcleo de Andebol, clube de dança e clube de rádio Passos Manuel. Relativamente a restauração dentro da escola existe um bufete escolar e um refeitório escolar.

---

<sup>95</sup> CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (1999), *O Ensino Secundário em Portugal*, Ministério da Educação, Lisboa.

## CAPÍTULO IX: INTERACÇÕES DAS ESCOLAS SECUNDÁRIAS COM AS RESPECTIVAS ÁREAS ENVOLVENTES

### 9.1. Caracterização da população inquirida nas três escolas

Tal como já foi referido no enquadramento teórico deste estudo de caso, foi inquirida 25% da população total de cada uma das três escolas secundárias. Estas, apesar de localizadas em áreas distintas na cidade de Lisboa, apresentam características muito semelhantes no que se refere à sua população escolar.

Os professores das três escolas são na maioria do sexo feminino, apresentam uma média de idades de 48 anos e residem na maioria dos casos no concelho de Lisboa. Os funcionários destas escolas são também na maioria do sexo feminino, tem uma média de idades que varia entre os 44 aos 50 anos e residem na maioria dos casos no concelho de Lisboa. Esta situação corresponde à realidade da maioria das escolas, uma vez que há sempre mais mulheres a trabalhar nas escolas. Tanto os professores como os funcionários trabalham, na maior parte dos casos, há mais de 15 anos nas escolas. Isto reflecte o facto de as escolas serem antigas na cidade e logo terem muita tradição.

**Quadro 8: Características da população inquirida**

	Sexo %		Idade (média)
	Masculino	Feminino	
ES Camões			
Professores	24	76	48
Alunos	39	61	16
Funcionários	14	86	44

	Sexo %		Idade (média)
	Masculino	Feminino	
ES Passos Manuel			
Professores	20	80	48
Alunos	34	66	17
Funcionários	0	100	49

	Sexo %		Idade (média)
	Masculino	Feminino	
ES Pedro Nunes			
Professores	18	82	49
Alunos	56	44	17
Funcionários	8	92	50

Fonte: Apuramento do questionário, 2007

Os alunos frequentam o ensino secundário, isto é, 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade com idades médias de 17 anos. Estes alunos são também na sua maioria do sexo feminino, excepto na ES Passos Manuel em que o número de alunos do sexo masculino (56%) é um pouco superior ao número de alunos do sexo feminino (44%).

Estes também são representativos da realidade que se passa nas escolas, isto é, há cada vez mais uma maior percentagem de mulheres a frequentar o ensino.

## 9.2. Dinâmicas das escolas

As escolas conseguem criar as suas próprias dinâmicas envolvendo os seus agentes em actividades extra-curriculares. Estas actividades são sempre muito direccionadas para a população escolar, não tendo em conta a comunidade envolvente. As escolas só permanecem abertas durante o período de aulas ou reuniões, o que dificulta a utilização da mesma por parte da população escolar e da comunidade envolvente. No entanto, isto não representa um problema para a população escolar pois a maioria dos inquiridos concorda com o horário de funcionamento das mesmas e tem a opinião de que o horário de funcionamento das escolas é suficiente.

Assim, a maior parte da população inquirida não participa em actividades extra-curriculares ou extra-laborais na escola, não encontra qualquer motivação e até disposição para frequentar a escola depois do horário pré-estabelecido pela mesma. As pouquíssimas pessoas que frequentam a escola fora do horário normal de trabalho ou estudo fazem-no para frequentar e assistir a peças de teatro, comemorações ou para praticar desporto.

**Quadro 9: Utilização da escola em horário extra**

ES CAMÕES	Frequenta	Não frequenta
Alunos	9.6	90.4
Professores	7.5	92.5
Funcionários	9.1	90.9

ES P. NUNES	Frequenta	Não frequenta
Alunos	10.9	89.1
Professores	13.2	86.8
Funcionários	16.7	83.3

ES P. MANUEL	Frequenta	Não frequenta
Alunos	13,7	86,3
Professores	11,9	88,1
Funcionários	20	80

Fonte: Apuramento do questionário, 2007

A imagem que a maioria da população escolar tem da sua própria escola é muito positiva, considerando-a um elemento de referência nos locais onde se encontram instaladas. Os inquiridos afirmaram inúmeras vezes que o facto de as escolas já serem

muito antigas contribuía para que todos as considerassem um elemento de grande valor arquitectónico e no caso da ES Passos Manuel até patrimonial. É de salientar que a totalidade dos funcionários da ES Camões e da ES Pedro Nunes partilha da opinião de que estas escolas são verdadeiros elementos de referência no local onde estão instalados. Para alguns destes funcionários era um motivo de orgulho trabalhar em edifícios tão bonitos.

**Quadro 10: Elemento de referência**

%

ES CAMÕES	Sim	Não
Alunos	86,4	13,6
Professores	95,0	5,0
Funcionários	100,0	0,0

%

ES PEDRO NUNES	Sim	Não
Alunos	74.5	13.1
Professores	100	0
Funcionários	100	0

%

ES PASSOS MANUEL	Sim	Não
Alunos	65.4	34.6
Professores	92.5	7.5
Funcionários	72.7	27.3

Fonte: Apuramento do questionário, 2007

### 9.3. Relação com o espaço físico exterior

Estas três escolas encontram-se bem servidas pela rede de transportes públicos. Todas dispõem de fáceis acessos ao transporte rodoviário (carro e autocarro) e ao metropolitano. A ES Passos Manuel tem também acesso facilitado ao eléctrico.

A opinião dos professores e funcionários ES de Camões é a de que na área onde se localiza esta escola não há carência de transportes públicos, consideram até que é uma área da cidade muitíssimo bem servida pela rede de transportes públicos. Relativamente à incompatibilidade entre os percursos pedonais e viários, os inquiridos consideram na maioria dos casos que não existem. Assim como consideram que os acessos viários em direcção a esta área também são bons. Para os inquiridos, um dos principais problemas de acessibilidade desta área prende-se com o congestionamento do trânsito, como é uma muito central na cidade e com muitos postos de trabalho, gera todos

os dias muito tráfego. Logo a falta de estacionamento também é um problema referido, mas em muito menor quantidade.

Os professores e funcionários da ES Pedro Nunes são da opinião de que a área onde se localiza a respectiva escola não tem falta de transportes públicos, apesar de alguns referirem o facto de o metro se encontrar um bocadinho afastado. Relativamente ao congestionamento do trânsito, este também é considerado um problema, apesar de ser em menor percentagem (61,2%) do que na ES Camões. O estacionamento, nesta área, só é considerado um problema para 37,3% dos inquiridos. A maior parte dos inquiridos não considera que exista uma incompatibilidade entre os percursos pedonais e viários e considera os acessos viários nesta área bons.

Os professores e funcionários da ES Passos Manuel têm uma opinião diferente dos seus pares pertencentes às outras duas escolas relativamente à falta de transportes públicos. Cerca de 56% dos inquiridos é da opinião de que existe carência de transportes na área. Isto deve-se ao facto de as estações do metro se encontrarem mais distanciadas desta escola do que das anteriores e o eléctrico não cumprir os seus horários com pontualidade. Em relação ao congestionamento do trânsito, a maior parte dos inquiridos (79,1%) considera que este é um grave problema. A falta de estacionamento, a incompatibilidade entre os percursos pedonais e viários e os deficientes acessos viários são outros dos problemas apontados nesta área. Estes três problemas estão relacionados com o facto de estas ruas serem mais estreitas que as das outras duas escolas e conseqüentemente não terem espaço para estacionamento (apesar de agora ter sido construído um parque de estacionamento subterrâneo nesta área), para haver uma boa circulação rodoviária e segurança para as pessoas que se deslocam nos passeios.

**Quadro 11: Problemas de acessibilidade**

ES CAMÕES	Sim (%)	Não (%)
Carência transporte	7.5	92.5
Congestionamento	73.1	26.9
Deficientes acessos	24.5	75.5
Estacionamento	57.7	42.3
Percursos pedonais	30.2	69.8

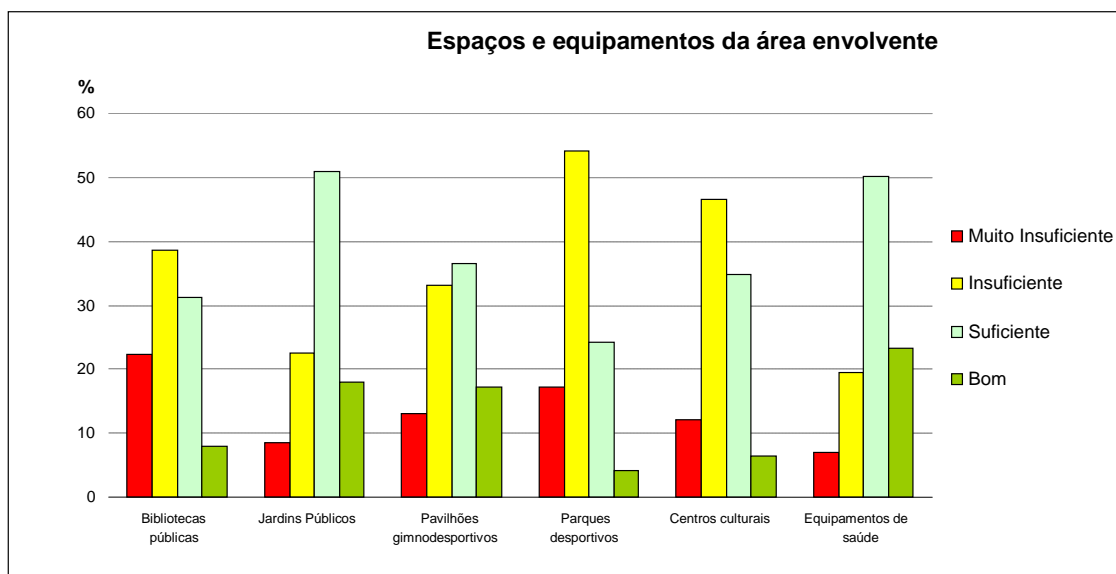
ES PEDRO NUNES	Sim (%)	Não (%)
Carência transporte	21.2	78.8
Congestionamento	61.2	38.8
Deficientes acessos	20.0	80.0
Estacionamento	37.3	62.7
Percursos pedonais	17.5	82.5

ES PASSOS MANUEL	Sim (%)	Não (%)
Carência transporte	56.5	43.5
Congestionamento	79.1	20.9
Deficientes acessos	60.5	39.5
Estacionamento	37.5	62.5
Percurso pedonais	38.1	61.9

Fonte: Apuramento do questionário, 2007

Na área envolvente da ES de Camões existe uma grande diversidade de oferta de espaços e equipamentos dos quais a população pode usufruir, tais como: centros comerciais, jardins, centros culturais, entre outros. A população desta escola considera que a quantidade dos espaços e equipamentos desta área varia, na maioria dos casos, entre o insuficiente e o suficiente. Os inquiridos consideram que a quantidade das bibliotecas públicas, dos parques desportivos e dos centros culturais, nesta área, é na maioria dos casos insuficiente. A opinião dos inquiridos em relação aos jardins públicos, aos equipamentos de saúde e aos pavilhões desportivos é de que o seu número é suficiente. Assim, a população desta escola não se encontra muito satisfeita com a quantidade de espaços e equipamentos na área envolvente da escola, uma vez que a maioria considera os espaços insuficientes e suficientes. Apesar de a maioria da população considerar os equipamentos de saúde suficientes, houve uma grande percentagem de população que também os considerou bons, o que não é de estranhar, visto esta área estar muito bem servida destes equipamentos.

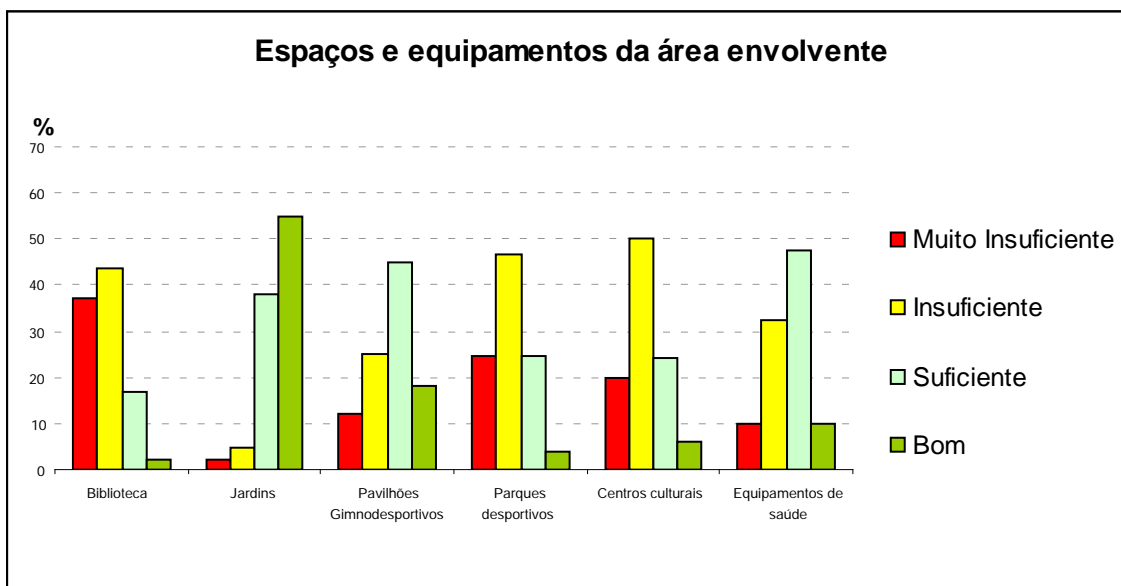
**Figura 49: Espaços e equipamentos da área envolvente da ES Camões**



Fonte: Apuramento do questionário, 2007

Na área envolvente da ES Pedro Nunes também existe uma grande diversidade de oferta de espaços e equipamentos. Estes são um pouco mais afastados da escola, mas junto à escola destaca-se logo o Jardim da Estrela e o Hospital dos Inglesinhos, entre outros. A opinião da população desta escola relativamente a esta área é também diferente da ES Camões. Verifica-se que a insatisfação desta população se prende essencialmente com a falta de bibliotecas, parques desportivos e centros culturais, uma vez que é uma área que não possui nas imediações mais próximas estes recursos. Em contrapartida sente-se muito satisfeita com os jardins públicos já que mesmo ao lado da escola pode usufruir-se do Jardim da Estrela e um pouco mais afastado ainda do Jardim das Amoreiras que também foi algumas vezes referido. Considera suficiente a oferta de pavilhões gimnodesportivos e equipamentos de saúde.

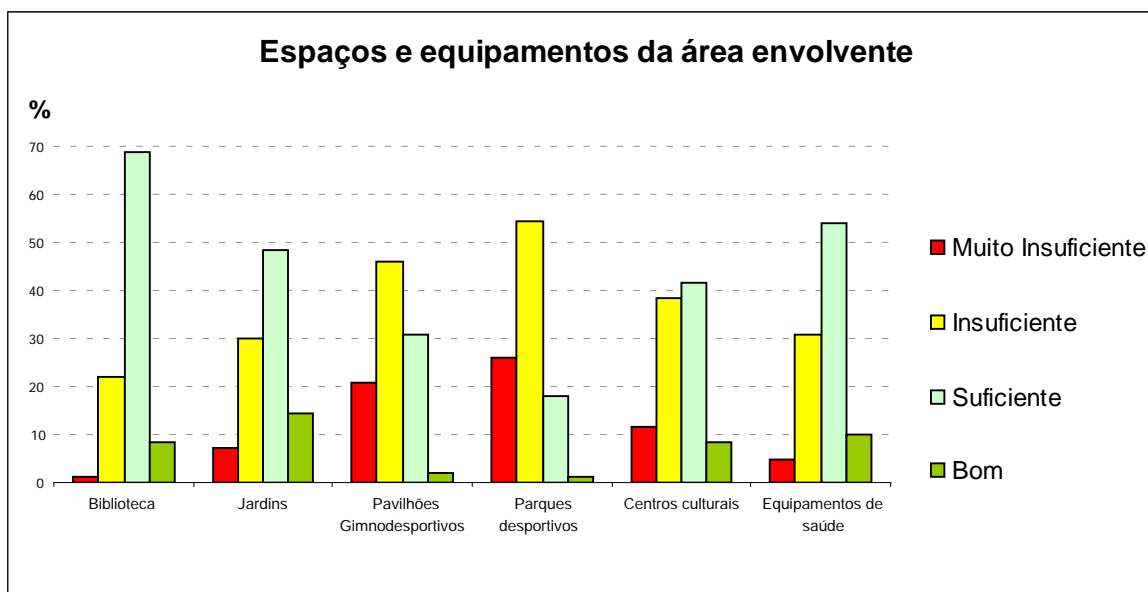
**Figura 50: Espaços e equipamentos da área envolvente da ES Pedro Nunes**



Fonte: Apuramento do questionário, 2007

Na área envolvente da ES Passos Manuel também existe uma grande diversidade de oferta de espaços e equipamentos, principalmente culturais, como a Academia de Ciências, a biblioteca Camões, alguns museus, entre outros. A população da ES Passos Manuel considera que a quantidade dos equipamentos e espaços à volta da escola se encontra na maioria entre o insuficiente e o suficiente. Em relação às bibliotecas, jardins, centros culturais e equipamentos de saúde, a opinião é satisfatória, mas relativamente aos pavilhões gimnodesportivos, aos parques desportivos, a opinião é de que são, na maioria dos casos, considerados insuficientes.

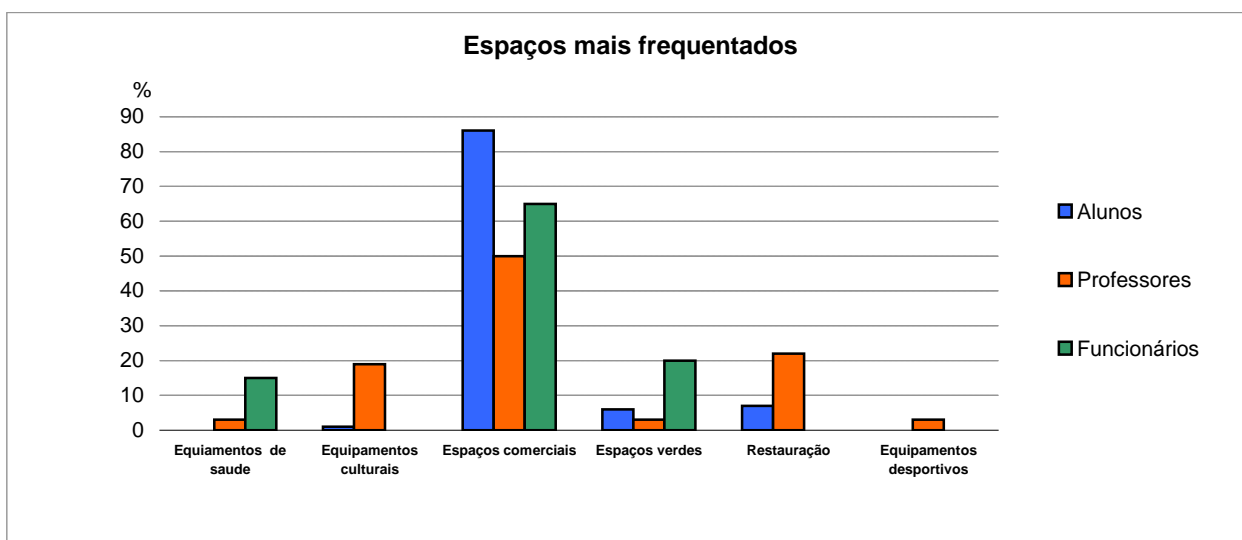
**Figura 51: Espaços e equipamentos da área envolvente da ES Passos Manuel**



Fonte: Apuramento do questionário, 2007

Os espaços mais frequentados pela população escolar da ES Camões são os espaços comerciais, isto resulta do facto de esta escola se encontrar situada junto de cinco centros comerciais, para além de haver também muito comércio de rua com lojas de artigos modernos nesta área. Os alunos são os maiores frequentadores destes espaços, logo seguidos pelos funcionários e finalmente pelos professores. Os espaços de restauração são os segundos a serem mais frequentados, neste caso essencialmente pelos professores e depois pelos alunos. Os espaços verdes e equipamentos de saúde são mais frequentados pelos funcionários e os equipamentos culturais pelos professores.

**Figura 52: Espaços mais frequentados na área envolvente da ES Camões**

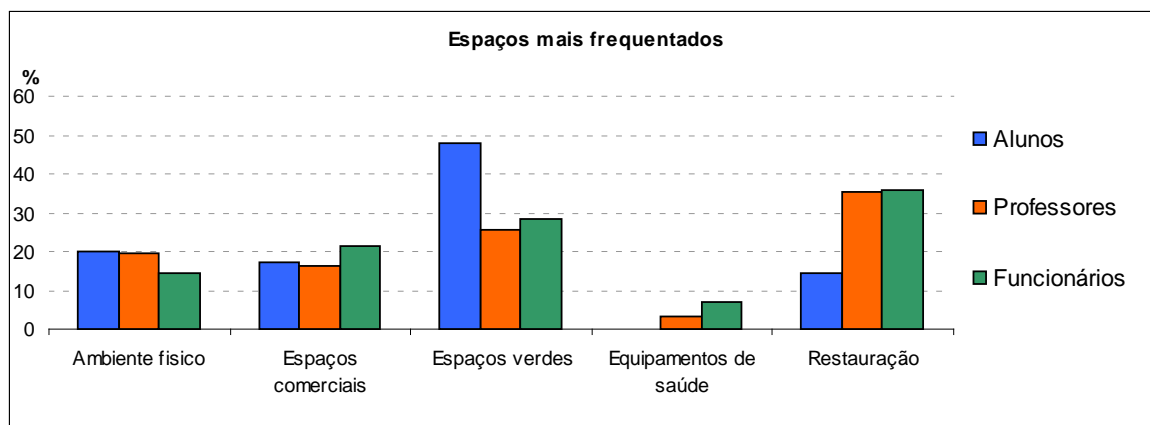


Fonte: Apuramento do questionário, 2007

Na área envolvente da ES Pedro Nunes, os locais mais frequentados são os espaços verdes e a restauração. O facto de existir um grande espaço verde, como é o Jardim da Estrela, quase ao lado da escola faz com que este seja muito frequentado por esta população escolar. Os espaços verdes são na maioria frequentados pelos alunos seguidos pelos funcionários e logo seguidos pelos professores. Os primeiros frequentam-no nas pausas escolares, os segundos para almoçar e descansar e os terceiros como forma de lazer e descontração.

Nesta área também existem muitos cafés e restaurantes que são frequentados pelos mesmos, mas por outra ordem de frequência. Estes locais são mais frequentados pelos professores e funcionários que fazem aí as suas refeições e pausa para café. Alguns destes espaços de restauração estão tão intimamente ligados ao funcionamento desta escola que até encerram durante as pausas escolares. Os espaços comerciais foram também referidos como uns dos espaços mais frequentados, uma vez que relativamente perto da escola se encontra o Centro Comercial Amoreiras, a área do Rato e Campolide onde esta população se desloca para passear e fazer compras, visto serem áreas de comércio e lazer. O ambiente físico foi também referido por todos como espaço frequentado, isto é, as ruas e o espaço à volta da escola.

**Figura 53: Espaços mais frequentados na área envolvente da ES Pedro Nunes**

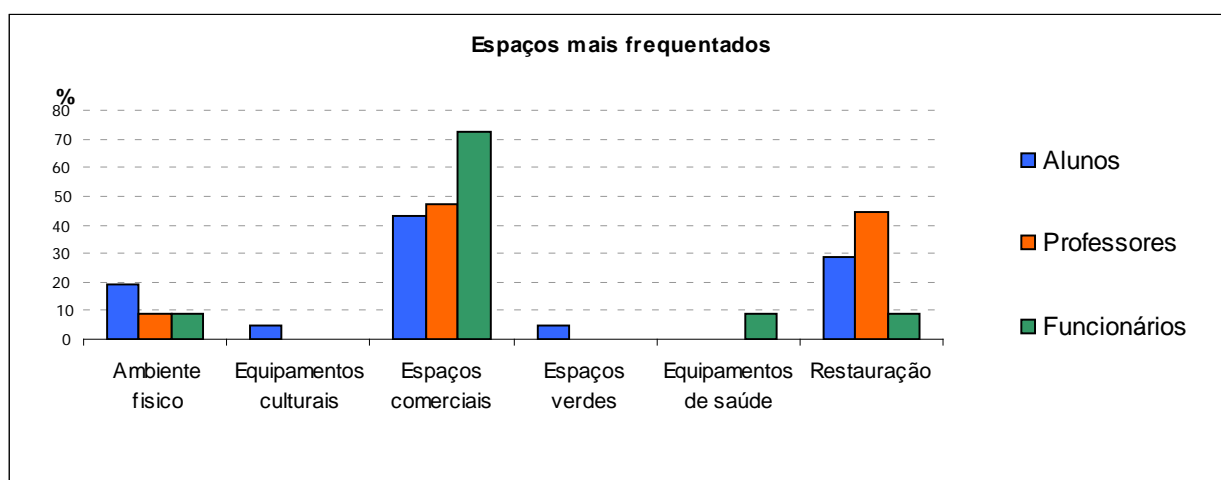


Fonte: Apuramento do questionário, 2007

Os espaços mais frequentados na área envolvente da ES Passos Manuel são os espaços comerciais. Importa sublinhar que estes são muito diferentes dos referidos na área envolvente da ES Camões. Como esta área já é mais antiga na cidade, também aqui o tipo de comércio é mais tradicional e de rua. Nesta área não existem centros comerciais, nem grandes espaços comerciais, só se nos deslocarmos para a Baixa, mas que também é mais afastada desta escola, mas referida por alguns. Os funcionários foram aqueles que referiram mais vezes os espaços comerciais como os espaços mais

frequentados, uma vez que frequentam as mercearias e supermercados perto da escola e as lojas de rua que se encontram nesta área. Os professores faziam referência aos supermercados, mas essencialmente ao comércio lojista. Os alunos, na maior parte dos casos, referiam-se a uma mercearia que se encontrava mesmo ao lado da escola. Os espaços de restauração são também bastante frequentados principalmente pelos professores, depois pelos alunos e finalmente pelos funcionários. O ambiente físico foi também referido como um espaço muito frequentado, isto é, as ruas adjacentes à escola e o próprio bairro onde se localiza a escola, principalmente pelos alunos.

**Figura 54: Espaços mais frequentados na área envolvente da ES Passos Manuel**



Fonte: Apuramento do questionário, 2007

Quanto à segurança na área envolvente das escolas foram tidos em conta vários aspectos que nos ajudaram a compreender se as pessoas se sentiam ou não seguras na área envolvente das escolas. Os aspectos que foram tidos em conta para quantificar a insegurança foram: os assaltos, o tráfico de droga, o policiamento, as ruas com pouco movimento e os edifícios degradados.

Na área envolvente da ES Camões, relativamente à segurança verifica-se que as pessoas não se sentem muito inseguras, uma vez que, numa escala de inexistente a muito frequente, segundo a maioria das opiniões é pouco frequente haver assaltos, tráfico de droga, muito policiamento, ruas escondidas pouco movimentadas e edifícios degradados.

Na área envolvente da ES Pedro Nunes, relativamente ao tráfico de droga, às ruas com pouco movimento e aos edifícios degradados a opinião da população inquirida é, como na ES Camões, maioritariamente pouco frequente. Contudo, no que concerne à opinião acerca dos assaltos e policiamento já varia. Esta população considera ser

frequente haver assaltos e quanto ao policiamento encontra-se dividida entre o pouco frequente e o frequente.

A área envolvente da ES Passos Manuel é aquele que se distingue mais das anteriores quanto à segurança. A maior parte da opinião dos inquiridos indica nesta área é frequente existirem assaltos, tráfico de droga, policiamento, ruas com pouco movimento e edifícios degradados.

**Quadro 12: (In) segurança**

ES CAMÕES	Inexistente	Pouco frequente	Frequente	Muito frequente
Assaltos	12,7	61,8	22,6	2,8
Tráfico de droga	19,0	38,6	31,0	11,4
Policiamento	8,9	52,0	33,2	5,9
Ruas com pouco movimento	19,6	58,4	18,7	3,2
Edifícios degradados	10,4	46,6	38,0	5,0

ES PEDRO NUNES	Inexistente	Pouco frequente	Frequente	Muito frequente
Assaltos	4.4	36.6	42.6	16.4
Tráfico de droga	20.8	41.0	28.1	10.1
Policiamento	9.3	41.0	41.5	8.2
Ruas com pouco movimento	23.1	48.9	22.5	5.5
Edifícios degradados	17.6	46.2	23.6	12.6

ES PASSOS MANUEL	Inexistente	Pouco frequente	Frequente	Muito frequente
Assaltos	3.0	23.0	52.0	22.0
Tráfico de droga	8.9	22.8	45.5	22.8
Policiamento	6.9	39.6	47.5	5.9
Ruas com pouco movimento	7.1	32.3	42.4	18.2
Edifícios degradados	2.0	18.8	45.5	33.7

Fonte: Apuramento do questionário, 2007

#### **9.4. Relação com a comunidade envolvente**

Relativamente às relações que se poderiam estabelecer entre estas escolas e a comunidade envolvente, as opiniões da população escolar das três escolas secundárias é muito semelhante.

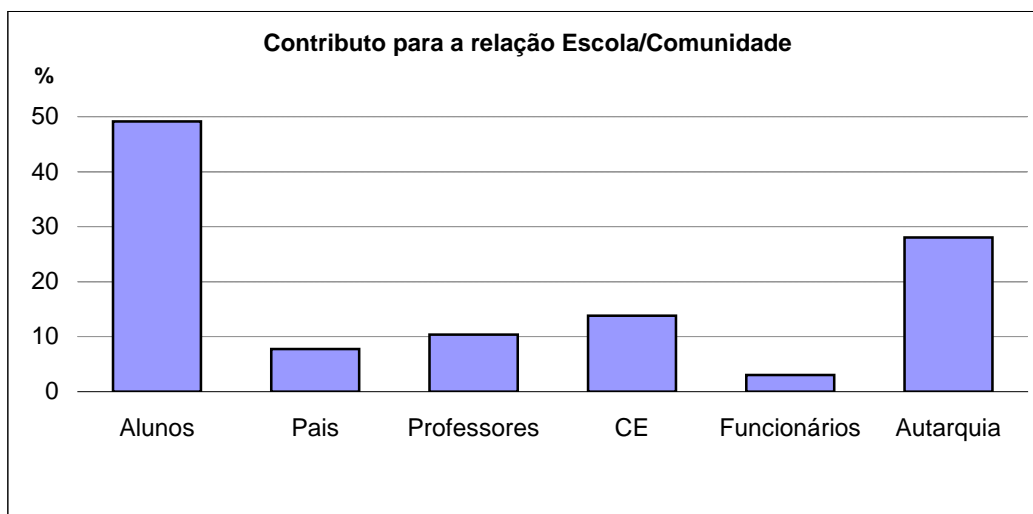
Na ES Camões, os funcionários são da opinião de que são os alunos e o conselho executivo quem mais contribui para que a relação entre a escola e a área envolvente se possa desenvolver. Na opinião deles, por um lado são os alunos quem mais interage dentro e na comunidade e são um elo de ligação entre ambas e por outro lado também acham que do conselho executivo porque como este tem um grande poder de decisão é

também a ele que cabe manter ou não uma aproximação da escola com a comunidade envolvente.

Os professores acham que são eles próprios quem mais contribui para que se estabeleça uma relação entre a escola e a comunidade, porque se consideram intermediários entre os alunos e o meio, logo são quem mais contribui para que esta relação se estabeleça. Logo a seguir acham fundamental a contribuição da autarquia para promover junto da escola actividades e até financiar projectos.

Os alunos têm a opinião de que são eles próprios os responsáveis pela maior relação da escola com a comunidade, porque se consideram os principais agentes dentro e fora da escola.

**Figura 55: Contributo para a relação escola - comunidade da ES Camões**



Fonte: Apuramento do questionário, 2007

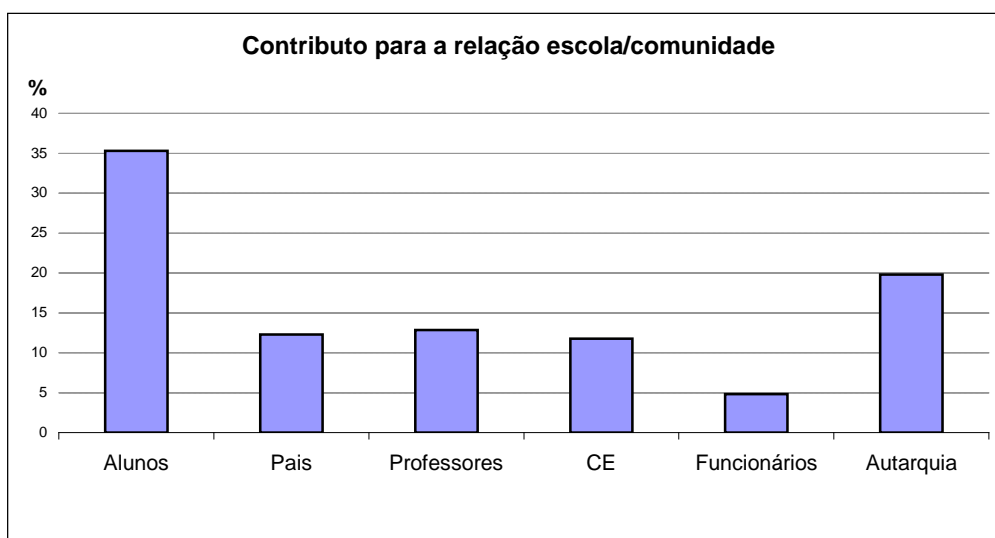
Na ES Pedro Nunes, os funcionários também partilham da opinião dos funcionários da ES Camões, sendo da opinião de que são os alunos e o conselho executivo quem mais contribui para que a relação entre a escola e a área envolvente se possa desenvolver. Na opinião deles, por um lado são os alunos quem mais interage dentro e na comunidade e são um elo de ligação entre ambas e por outro lado também acham que do conselho executivo porque como este tem um grande poder de decisão é também a ele que cabe manter ou não manter uma aproximação da escola com a comunidade envolvente.

Os professores acham que são eles próprios quem mais contribui para que se estabeleça uma relação entre a escola e a comunidade, porque se consideram intermediários entre os alunos e o meio, logo são quem mais contribui para que esta

relação se estabeleça. Logo a seguir acham fundamental a contribuição da autarquia para promover junto da escola actividades e até financiar projectos.

Os alunos têm a opinião de que são eles próprios os responsáveis pela maior relação da escola com a comunidade, porque se consideram os principais agentes dentro e fora da escola. Segundo eles, a autarquia também tem um papel fundamental para poder ajudar a escola em diversas actividades.

**Figura 56: Contributo para a relação escola - comunidade da ES Pedro Nunes**



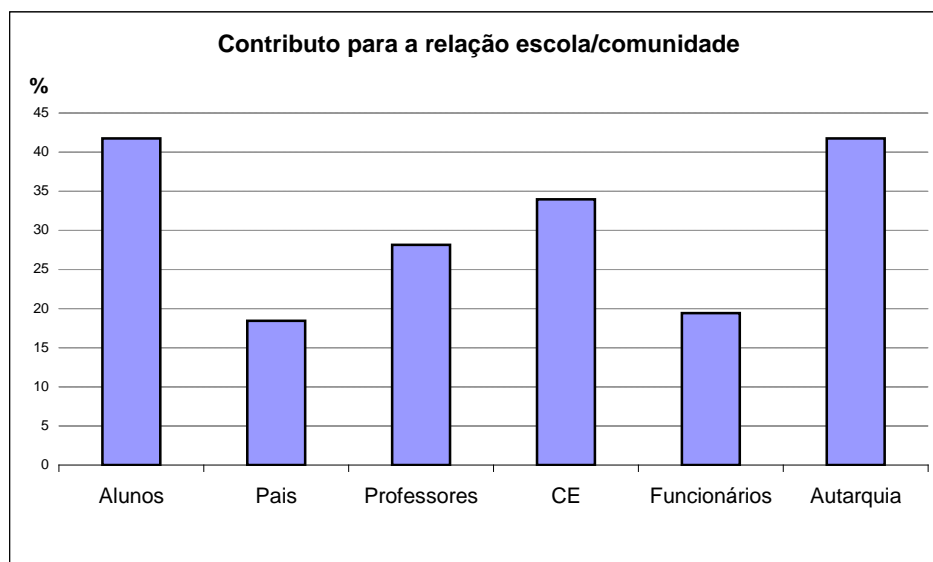
Fonte: Apuramento do questionário, 2007

Na ES Passos Manuel, os funcionários partilham da opinião de que são os alunos, os próprios funcionários e o conselho executivo quem mais contribui para que a relação entre a escola e a área envolvente se possa desenvolver. Na opinião deles, por um lado são os alunos quem mais interage dentro e na comunidade e são um elo de ligação entre ambas e por outro lado também acham que do conselho executivo porque como este tem um grande poder de decisão é também a ele que cabe manter ou não uma aproximação da escola com a comunidade envolvente.

Os professores acham que são eles próprios quem mais contribuem para que se estabeleça uma relação entre a escola e a comunidade, porque se consideram intermediários entre os alunos e o meio, logo são quem mais contribui para que esta relação se estabeleça. Logo a seguir acham fundamental a contribuição os alunos para promover junto da escola actividades e até financiar projectos.

Os alunos têm a opinião de que são eles próprios os responsáveis pela maior relação da escola com a comunidade, porque se consideram os principais agentes dentro e fora da escola.

**Figura 57: Contributo para a relação escola - comunidade da ES Passos Manuel**



Fonte: Apuramento do questionário, 2007

Em síntese, na globalidade da opinião escolar das três escolas, os alunos são considerados o principal contributor para que se possa estabelecer uma relação mais próxima entre a escola e a comunidade. A seguir vem o contributo da autarquia que, segundo os inquiridos, é responsável pela dinamização de actividades no interior e exterior da escola. Segundo os inquiridos cabe às autarquias desenvolver e divulgar projectos em que ambas possam participar.

Em relação à participação da população escolar em actividades na comunidade envolvente verifica-se que a maioria da população das três escolas não participa em actividades desenvolvidas na comunidade. Isto justifica-se porque a população que frequenta a escola não mora toda na área envolvente, se desloca a esta área para trabalhar e estudar, outras porque desconhecem as actividades que aí se desenvolvem e dizem não estar informadas das mesmas.

As poucas pessoas que participam moram muito perto da escola e participam em actividades relacionadas com familiares próximos como, por exemplo, os escuteiros.

**Quadro 13: % de população escolar envolvida em actividades na comunidade envolvente**

ES CAMÕES	Participação	Sem participação
Alunos	6,9	93,1
Professores	14,3	85,7
Funcionários	6,7	93,3

ES P. NUNES	Participação	Sem participação
Alunos	12.4	87.6
Professores	13.2	86.8
Funcionários	16.7	83.3

ES P. MANUEL	Participação	Sem participação
Alunos	1.9	98.1
Professores	26.3	73.7
Funcionários	0.0	100

Fonte: Apuramento do questionário, 2007

Quando questionados acerca dos possíveis benefícios que a abertura da escola à comunidade traria, verifica-se que as opiniões divergem muito de escola para escola.

Na ES Camões, quase metade dos professores é da opinião de que a escola, estando aberta à comunidade, traria muitos benefícios, porque dinamizaria mais a escola com actividades e enriqueceria as actividades dos alunos. Contudo 51,2% dos professores achava que tal traria mais confusão para dentro da escola e poderia confundir os objectivos a que esta se presta. A maioria dos funcionários é da opinião de que a escola estar aberta não traria vantagens, considerando que seria apenas mais trabalho para eles próprios. Se a escola se encontrasse aberta haveria mais confusão e não se distinguiria o espaço interior da escola do espaço exterior, o que seria um problema, por não haver respeito e calma dentro da mesma.

Na ES Pedro Nunes, a maior parte dos funcionários é da opinião de que a escola, estando aberta, traria muitos benefícios por haver uma maior proximidade entre as duas. Estes funcionários mostraram-se muito receptivos a essa abertura. A maior parte dos professores (58,3%) é da opinião de que a escola estando aberta à comunidade, não traria nenhuma vantagem porque seria confuso para os alunos e para o funcionamento da própria escola essa abertura. Contudo, 41,7% dos professores é da opinião de que a escola estando aberta à comunidade traria muitos benefícios para a mesma porque traria mais dinâmica e as pessoas da comunidade poderiam ajudar ao melhor funcionamento da escola.

Na ES Passos Manuel, a maioria dos professores é da opinião de que a abertura da escola à comunidade não traria nenhuns benefícios porque não se devem confundir os diferentes espaços a as funções que desempenha apenas a escola. Os funcionários são da opinião de que, por um lado, (53% dos funcionários inquiridos) a escola teria muitas vantagens de se encontrar aberta à comunidade por haver mais interacção e ajuda entre ambas e, por outro lado, (46% dos funcionários inquiridos) a escola teria apenas poucos benefícios porque não haveria grande vantagem nesta abertura.

**Quadro 14: Benefícios da abertura da escola à comunidade**

TOTAL %CAMÕES	Professores	Funcionários
Muitos	46,3	7,1
Poucos	51,2	21,4
Nenhuns	2,4	71,4

TOTAL % PEDRO NUNES	Professores	Funcionários
Muitos	41.7	68.4
Poucos	0.0	26.3
Nenhuns	58.3	5.3

TOTAL % PASSOS MANUEL	Professores	Funcionários
Muitos	27.3	53.8
Poucos	0.0	46.2
Nenhuns	72.7	0.0

Fonte: Apuramento do questionário, 2007

### 9.5. Conflitos/ inserções

Na área envolvente da ES Camões, os aspectos positivos mais vezes referidos pela população escolar foram os espaços comerciais, o que é natural visto esta área possuir muitos centros comerciais. A segunda escolha dos alunos recaiu sobre os transportes o que também não é de estranhar, visto esta área estar muitíssimo bem servida pela rede rodoviária e de metropolitano. A segunda escolha dos funcionários e professores recaiu sobre os equipamentos de saúde porque relativamente perto da escola existem muitos equipamentos de saúde.

**Quadro 15: Aspectos positivos na área envolvente da ES Camões**

ES CAMÕES	% Alunos	% Professores	% Funcionários
Acessibilidade	16	3	21
Ambiente social	24	0	0
Ambiente físico	0	1	7
Equipamentos culturais	5	2	14
Equipamentos de Saúde	4	5	36
Equipamentos desportivos	2	0	0
Espaços comerciais	68	16	100
Espaços de Lazer	1	0	0
Espaços Verdes	35	3	21
Restauração	20	2	14
Segurança	14	0	0
Transportes	40	2	14

Fonte: Apuramento do questionário, 2007

Na área envolvente da ES Pedro Nunes, os alunos consideram os espaços verdes, o principal aspecto positivo na área envolvente da escola, o que se deve ao facto de mesmo junto da escola se encontrar um grande e agradável espaço verde, o Jardim da Estrela. O segundo aspecto positivo considerado pelos alunos foi o ambiente físico, isto é, a malha urbana onde está situada a escola, as ruas, o espaço verde, um sítio elevado, os edifícios, a abertura do espaço. Na opinião dos professores e funcionários, o primeiro aspecto positivo da área envolvente é a restauração, visto nesta área existirem muitos restaurantes e cafés onde as pessoas se deslocam para almoçar ou tomar café. O segundo aspecto positivo considerado foi os espaços verdes que tal como já foi referido anteriormente, se localizam mesmo ao lado da escola.

**Quadro 16: Aspectos positivos na área envolvente da ES Pedro Nunes**

ES PEDRO NUNES	% Alunos	% Professores	% Funcionários
Ambiente físico	19.8	19.4	14.3
Espaços comerciais	17.1	16.1	21.4
Espaços verdes	47.7	25.8	28.6
Equipamentos de saúde	0.0	3.2	7.1
Restauração	14.4	35.5	35.7

Fonte: Apuramento do questionário, 2007

Na área envolvente da ES Passos Manuel, a população escolar considera os espaços comerciais um dos aspectos mais positivos na área envolvente da escola. Estes espaços comerciais referem-se a comércio de rua e não a centros comerciais como na área da ES Camões. A restauração é o segundo aspecto positivo considerado nesta área, uma vez que aqui existem muitos restaurantes e cafés onde as pessoas são tratadas de uma forma muito familiar e próxima.

**Quadro 17: Aspectos positivos na área envolvente da ES Passos Manuel**

ES PASSOS MANUEL	% Alunos	% Professores	% Funcionários
Ambiente físico	19.0	8.8	9.1
Equipamentos culturais	4.8	0.0	0.0
Espaços comerciais	42.9	47.1	72.7
Espaços verdes	4.8	0.0	0.0
Equipamentos de saúde	0.0	0.0	9.1
Restauração	28.6	44.1	9.1

Fonte: Apuramento do questionário, 2007

Na opinião da população escolar da ES Camões, os aspectos considerados mais negativos na área envolvente da escola são os elementos de insegurança, isto é, são algumas pessoas que frequentam a área envolvente da escola. Na frente da escola está situado um jardim, que apesar de não ser muito grande, possui bastante vegetação e um coreto. Aqui fixam-se muitos sem-abrigo que representam perigo para a população escolar, assim como certas pessoas que se deslocam e ficam junto às imediações da escola. O segundo aspecto negativo que foi mencionado pelos alunos e professores foi o facto de haver edifícios degradados. Nesta área existem alguns edifícios que se encontram em mau estado, mas alguns já se encontram em fase de reconstrução. O segundo aspecto negativo mais mencionado pelos funcionários foi o ambiente físico, isto é, a falta de condições das estradas e passeios.

**Quadro 18: Aspectos negativos na área envolvente da ES Camões**

ES CAMÕES	Alunos %	Professores %	Funcionários %
Acessibilidade	0.6	1.4	0.0
Ambiente social	1.1	2.7	0.0
Ambiente físico	0.0	0.0	35.7
Assaltos	6.8	16.2	0.0
Elementos de Insegurança	17.6	41.9	64.3
Edifícios degradados	8.5	20.3	7.1
Poluição, resíduos	8.0	18.9	35.7
Obras\Recuperação	7.4	17.6	0.0
Tráfego	5.7	13.5	14.3
Tráfico de Droga	2.3	5.4	0.0

Fonte: Apuramento do questionário, 2007

Na opinião da população escolar da ES Pedro Nunes, os aspectos considerados mais negativos na área envolvente da escola variam dentro da população escolar. Para os alunos, os elementos de insegurança são um dos principais aspectos negativos, tais como pessoas a vender droga e assaltantes. O segundo aspecto negativo mais mencionado foi a insegurança, o facto de não haver segurança nesta área. Para os

professores o aspecto negativo mais vezes mencionado foi o tráfego, porque em certas horas nesta área acumula-se muito trânsito. O segundo aspecto negativo referido pelos professores foi o ambiente físico, isto é, os passeios e ruas mal cuidados e poluídos. Para os funcionários, o principal aspecto negativo desta área é a insegurança, visto ser uma área que tem ruas mais escondidas e o jardim, que a tornam mais desprotegida e insegura. O segundo aspecto negativo referido pelos funcionários foi a poluição de resíduos, isto é, as ruas e principalmente os passeios sujos.

**Quadro 19: Aspectos negativos na área envolvente da ES Pedro Nunes**

ES PEDRO NUNES	Alunos %	Professores %	Funcionários %
Ambiente social	3.3	6.4	13.3
Ambiente físico	4.4	21.3	6.7
Assaltos	10.4	0	0
Cemitério	8.8	0	0
Edifícios degradados	4.9	0	0
Elementos de insegurança	18.1	0	0
Insegurança	13.7	12.8	33.3
Poluição atmosférica	6.0	0	0
Poluição resíduos	3.8	4.3	26.7
Tráfego	9.9	31.9	0
Obras/construção	1.6	0	0
Poluição sonora	2.2	0	0
Tráfico droga	1.1	0	0
Poluição sonora	0	12.8	0

Fonte: Apuramento do questionário, 2007

Na opinião da população escolar da ES Passos Manuel, os principais aspectos negativos considerados na área envolvente da escola também variam muito dentro da população escolar. Para os alunos, o ambiente social é o principal aspecto negativo, porque existem aqui muitos sem-abrigo, toxicodependentes, pessoas a vender droga em certos pontos que fazem com que os alunos tenham algum receio de aí se deslocar. O segundo aspecto negativo referido foi o facto de haver muitos edifícios degradados nesta área. Para os professores, o aspecto mais negativo são os edifícios degradados que tornam esta área mais degradada e não atractiva. Segundo as suas opiniões, se estes edifícios fossem recuperados tornariam esta área mais segura e valorizada. O segundo aspecto negativo referido foi a insegurança que se sente à volta da escola porque nesta área existem algumas travessas, ruas mais escondidas, edifícios degradados, pessoas a vender droga e alguns assaltos. Para os funcionários, o principal aspecto negativo desta área é o tráfego, que nestas ruas estreitas e tortuosas fica muito concentrado e perigoso. O segundo aspecto mais vezes referido foi a insegurança tal como os professores.

**Quadro 20: Aspectos negativos na área envolvente da ES Passos Manuel**

ES PASSOS MANUEL	Alunos %	Professores %	Funcionários %
Ambiente físico	8.6	14.6	5.9
Ambiente social	25.8	4.9	17.6
Edifícios degradados	15.1	22.0	0.0
Insegurança	8.6	18.3	23.5
Poluição resíduos	6.5	6.1	0
Poluição sonora	0	1.2	0
Tráfego	2.2	7.3	29.4
Trafico de droga	4.3	6.1	11.8
Elementos de insegurança	7.5	4.9	11.8
Obras/construção	1.1	1.2	0
Poluição atmosféricos	1.1	1.2	0
Assaltos	11.8	0	0

Fonte: Apuramento do questionário, 2007

Na área envolvente da ES Camões, os professores consideram que os principais problemas da área são, em primeiro lugar, a constante realização de obras nos prédios e no metro. Logo de seguida consideram a falta de segurança outro dos grandes problemas desta área. Para os funcionários um dos principais problemas da área é o espaço público degradado, como por exemplo, os passeios degradados, as ruas mal arranjadas e poluídas. Logo de seguida e tal como os professores, consideram a falta de segurança outro dos problemas que afectam esta área.

**Quadro 21: Problemas na área da ES Camões**

ES CAMÕES	Professores	Funcionários
Muita construção	66,7	71,4
Falta de segurança	48,7	78,6
Confusão urbanística	41,0	35,7
Falta de espaços de recreio	41,0	57,1
Falta de espaços de desporto	41,0	64,3
Iluminação deficiente	20,5	57,1
Espaço público degradado	38,5	85,7
Outros	12,8	0,0

Fonte: Apuramento do questionário, 2007

Na área envolvente da ES Pedro Nunes, os professores e a totalidade dos funcionários consideram que o principal problema da área é a falta de segurança, uma vez que no exterior da escola ocorrem assaltos e existem algumas pessoas a vender droga. O segundo problema mais referido foi a iluminação deficiente, que quando as pessoas saem da escola mais tarde torna esta área mais escura e insegura.

**Quadro 22: Problemas na área da ES Pedro Nunes**

ES PEDRO NUNES	Professores	Funcionários
Muita construção	14.0	18.2
Falta de segurança	21.5	100.0
Confusão urbanística	9.7	18.2
Falta de espaços de recreio	11.8	45.5
Falta de espaços de desporto	10.8	54.5
Iluminação deficiente	17.2	63.6
Espaço público degradado	6.5	18.2
Indústria	3.2	0.0
Outros	5.4	0.0

Fonte: Apuramento do questionário, 2007

Na área envolvente da ES Passos Manuel, a maior parte dos professores e dos funcionários consideram que o principal problema da área é o espaço público degradado, isto é os edifícios degradados, as ruas e os passeios em más condições. O segundo problema mais referido foi a falta de segurança que se sente através das ruas e travessas estreitas e tortuosas, mas principalmente através dos toxicodependentes e alguns sem-abrigo que se deslocam nesta área.

**Quadro 23: Problemas na área da ES Passos Manuel**

ES PASSOS MANUEL	Professores	Funcionários
Muita construção	47.4	36.4
Falta de segurança	71.1	81.8
Confusão urbanística	36.8	54.5
Falta de espaços de recreio	50.0	63.6
Falta de espaços de desporto	50.0	63.6
Iluminação deficiente	52.6	63.6
Espaço público degradado	71.1	90.9
Outros	0.0	0.0

Fonte: Apuramento do questionário, 2007

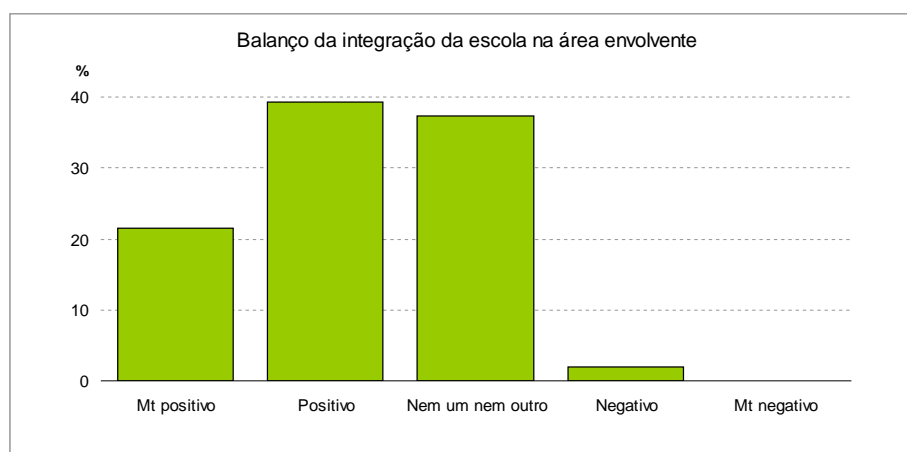
Quando questionados acerca da integração física e social das escolas nas áreas envolventes, as respostas foram muito semelhantes nas três escolas.

Na ES Camões, a mesma percentagem de professores (43,2%) respondeu que o balanço que fazia da integração física e social da escola na área envolvente era positiva e a mesma percentagem de inquiridos respondeu que a integração não era positiva nem negativa. A opinião dos funcionários foi mais positiva, 50% dos funcionários respondeu que a integração era muito positiva, 28,6% era positiva e 21,4% nem positiva nem negativa.

**Quadro 24: Integração física e social da ES Camões**

ES CAMÕES	Professores	Funcionários
Muito positivo	10,8	50,0
Positivo	43,2	28,6
Nem um nem outro	43,2	21,4
Negativo	2,7	0,0
Muito negativo	0,0	0,0

Fonte: Apuramento do questionário, 2007

**Figura 58: Balanço da integração da ES Camões na área envolvente**

Fonte: Apuramento do questionário, 2007

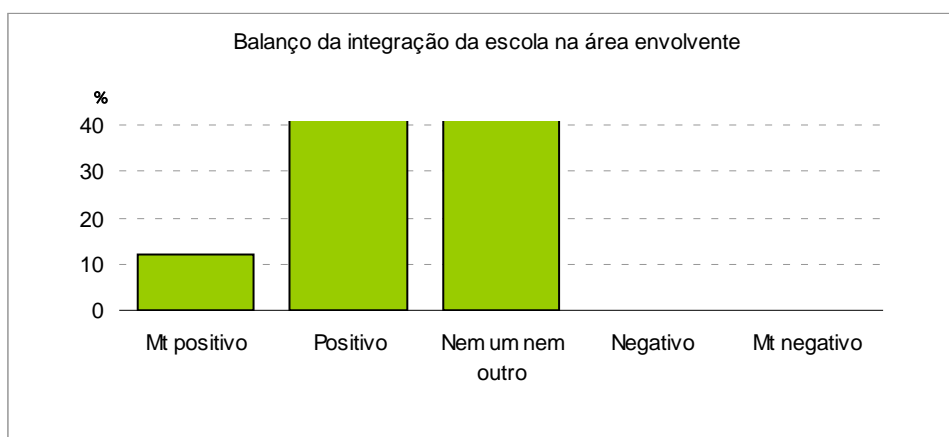
Na ES Pedro Nunes, as respostas não variaram muito relativamente às respostas da ES Camões. Assim, as respostas dos professores variam entre uma integração positiva (50%) e uma integração nem positiva nem negativa (47,4%). Os funcionários são novamente mais positivos, variando as suas respostas entre uma integração muito positiva (41,7%), positiva (33,3%) e nem positiva nem negativa (25%).

**Quadro 25: Integração física e social da ES Pedro Nunes**

ES PEDRO NUNES	Professores	Funcionários
Mt positivo	2.6	41.7
Positivo	50.0	33.3
Nem um nem outro	47.4	25.0
Negativo	0.0	0.0
Mt negativo	0.0	0.0

Fonte: Apuramento do questionário, 2007

**Figura 59: Balanço da integração da ES Pedro Nunes na área envolvente**



Fonte: Apuramento do questionário, 2007

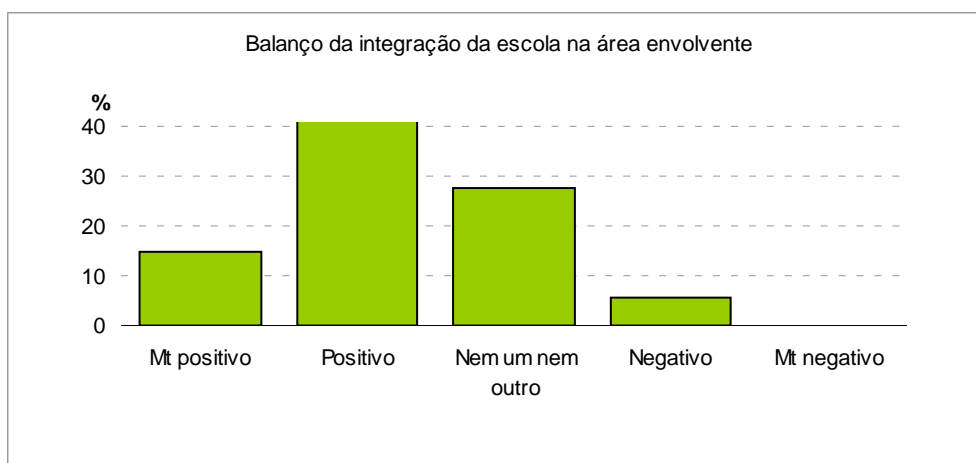
Na ES Passos Manuel, o balanço da integração das escolas corresponde aos balanço das outras escolas, isto é, a maioria dos professores (60%) responde que a integração é positiva e 30% dos professores respondeu que era nem positiva nem negativa. Os funcionários são novamente mais otimistas. 50% respondeu que a escola se encontra muito bem integrada, 28,6% que a escola se encontra bem integrada e 21,4% que nem bem nem mal integrada.

**Quadro 26: Integração física e social da ES Passos Manuel**

ES PASSOS MANUEL	Professores	Funcionários
Mt positivo	2.5	50.0
Positivo	60.0	28.6
Nem um nem outro	30.0	21.4
Negativo	7.5	0.0
Mt negativo	0.0	0.0

Fonte: Apuramento do questionário, 2007

**Figura 60: Balanço da integração da ES Passos Manuel na área envolvente**



Fonte: Apuramento do questionário, 2007

Assim, no geral, as pessoas que frequentam estas três escolas são da opinião de que as escolas se encontram bem integradas nas áreas envolventes onde estão situadas, fazendo os funcionários um balanço muito mais positivo da integração das mesmas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente trabalho foi possível compreender a forma como as escolas secundárias se encontram integradas no contexto das cidades. A relação que se manifesta entre o edifício escolar e o espaço urbano em que está inserido tem passado por várias transformações ao longo das últimas décadas. À medida que a cidade evoluiu ao longo destes anos, também estas áreas foram evoluindo e estas escolas, quase seculares, foram-se adaptando às transformações que foram ocorrendo.

A primeira hipótese de trabalho pretendia compreender a importância que as escolas secundárias desempenhavam na cidade. A escola é quase exclusivamente utilizada pela respectiva população escolar, não se encontrando aberta à comunidade. Mesmo esta população, na maior parte dos casos, só o faz para estudar ou trabalhar, não a frequentando para outras actividades. Estas escolas poderiam exercer uma maior dinâmica no espaço urbano do que aquela que actualmente exercem. Para a maior parte da população escolar as escolas são verdadeiros elementos de referência, fundamentalmente por serem tão antigas e terem uma arquitectura que as torna tão distintas na cidade.

A segunda hipótese de trabalho pretendia caracterizar o tipo de relações que se estabeleciam entre estas escolas e a área envolvente. Apesar de estarem há tanto tempo situadas nestes locais da cidade, não mantêm uma grande tradição de relação com a comunidade envolvente, não existindo grande interacção com a comunidade envolvente. A relação que as escolas estabelecem com a comunidade não é muito estreita, mas esta, abrindo-se ao exterior, poderia desenvolver redes de cooperação e de associação de interesses. Para que se estabelecesse uma profunda relação entre a escola e a cidade era necessário que existisse uma maior articulação entre todos os agentes. Na opinião da população escolar, quem mais contribui para a relação da escola com a comunidade são os alunos e a autarquia. Os alunos porque são a razão de funcionamento da escola e de ligação entre a escola e o meio e a autarquia porque pode dinamizar actividades dentro da escola e na comunidade envolvente. A maior parte da população das três escolas não participa em actividades na comunidade envolvente. Porque não está informada acerca das mesmas ou porque mora afastada da escola. Relativamente às opiniões acerca dos benefícios que a abertura da escola traria à comunidade, estas são muito diversas variando de escola para escola e dentro da própria escola. Enquanto uns encontram muitos benefícios na abertura das escolas à comunidade, outros são da opinião de que

traria muitas desvantagens, tais como confusão e mais trabalho. A população escolar utiliza os espaços exteriores, principalmente aqueles que são predominantes em cada área, como por exemplo os espaços verdes na ES Pedro Nunes e os espaços comerciais na ES Camões e ES Passos Manuel.

A terceira hipótese de trabalho procurava identificar os possíveis conflitos/inserções das escolas com as áreas envolventes. Os aspectos positivos identificados nas áreas envolventes das três escolas encontram-se intimamente relacionados com os espaços mais frequentados. No entanto, a população escolar considera que a quantidade de espaços e equipamentos existentes varia entre o insuficiente e suficiente. A insegurança é um dos principais aspectos negativos considerados nas áreas envolventes destas escolas. Os espaços físicos, que envolvem as escolas são pouco atractivos para a população escolar que não se sente aí muito segura. A população das três escolas faz um balanço que varia entre o positivo e o nem positivo nem negativo da integração das três escolas nas suas respectivas áreas envolventes. As escolas encontram-se muito centrais dentro do aglomerado populacional, com boas acessibilidades, estradas, instalações que apesar de centenárias se conseguem adaptar ao espaço físico envolvente.

Nas três escolas foi pedido aos inquiridos que sugerissem medidas que fomentassem uma maior interacção das escolas secundárias com o exterior.

Na Escola Secundária de Camões, as sugestões dos professores foram: a abertura de certas actividades escolares à comunidade, como a abertura da biblioteca e do auditório, realização de colóquios e palestras, maior contacto entre os pais e os professores, recepção de todos os encarregados de educação numa reunião no início do ano, realização de parcerias com entidades externas, como por exemplo com a junta de freguesia, com empresas sedeadas na área, maior ligação às universidades existentes nesta área com interacção cultural e no domínio da investigação, o edifício sofrer obras e ficar com melhor apresentação física para despertar a atenção, a comunidade escolar criar acções para interagir com a comunidade envolvente e detecção dos problemas da comunidade e proposta de resolução desses problemas.

As sugestões dos funcionários foram: haver mais policiamento, mais actividades no auditório e no pavilhão, melhor estacionamento e troca de informação entre a escola e a junta de freguesia, onde esta teria um papel fundamental.

Segundo os alunos, para haver uma maior interacção entre a escola e o exterior era necessário que houvesse: prestação de serviço comunitário, actividades inter-escolas, visitas de estudo, actividades nos espaços verdes, promoção de actividades desportivas,

horário alargado, contactos com a Autarquia, melhorar o exterior da escola (fisicamente: recuperação de espaços verdes e vias pedonais, socialmente: mais policiamento, mais segurança, espaços de lazer sem droga) actividades extra-curriculares como teatro, convidar pessoas para virem à escola, a associação de estudantes dinamizar actividades, como festas na escola, actividades na área envolvente (aulas no exterior, fazer inquéritos, actividades nos espaços verdes, visitas a empresas vizinhas), abertura da biblioteca, exposições dos alunos, feiras, *workshops*, melhorar o jardim, contactos com a Autarquia, bar público, actividades na área envolvente e palestras na escola.

Na Escola Secundária de Pedro Nunes, as sugestões dos professores foram: Autarquia estar mais envolvida, pais mais intervenientes, actividades integradas no plano de actividades da escola, divulgação das actividades, como por exemplo trabalho dos alunos, promoção de actividades de complemento curricular nos jardins em volta, falar com a policia quando há problemas sem ter medo de estragar a imagem, mais colaboração dos alunos e dos funcionários da escola, intervenções ecológicas, aulas no exterior, participação do exterior nas actividades escolares, acções de sensibilização, envolvimento de associações, desenvolvimento de actividades para professores e alunos, apresentação de trabalhos dos alunos à comunidade, dia da escola aberta a toda a comunidade, aplicação do meio envolvente nas áreas leccionadas e organização de actividades por parte da escola abertas à comunidade.

As sugestões dos funcionários foram: policiamento, actividades culturais, alunos a entrar pela entrada principal, obras, mais iluminação, visitas à escola, mudar o ambiente e mais estacionamento.

As sugestões dos alunos foram: policiamento, mais funcionários, seguranças, interacção entre escolas, actividades extra curriculares, mais visitas de estudo, biblioteca aberta ao exterior, envolver a comunidade local, intercâmbios escolares, campeonatos inter-escolas, conferências abertas ao público, aulas no jardim, saraus, actividades ambientais, abrir os pavilhões ao exterior, espaços para interacção de jovens, visitas a empresas, biblioteca, café na escola, eventos desportivos, eventos culturais, trânsito, exposições, ocupação de tempos livres e melhorar as instalações.

Os professores da Escola Secundária de Passos Manuel sugeriram: envolver a comunidade, frequência de livrarias, parcerias com instituições públicas e privadas, associação de pais activa, actividades que levem os encarregados de educação a participar mais, divulgar mais as opções curriculares existentes, utilização dos espaços escolares, debates, policiamento, actividades culturais, maior disponibilidade dos

professores, criar cursos (profissionais e outros), desporto, protocolos, teatro, relações com a junta, intercâmbio escola-junta, participação em actividades com a autarquia, sessões culturais, iluminação, divulgação de trabalhos, envolver as autarquias, envolver a 3ª idade.

As sugestões dos funcionários foram: mais comunicação e mais interacção dos alunos com as pessoas idosas.

As sugestões dos alunos foram: policiamento, jogos futebol entre escolas, mais segurança, torneios com a população local, mais comunicação entre escola e entidades envolventes, eventos desportivos, criação de ateliês, aumentar o perímetro de segurança da escola, intercâmbio com outras escolas, competições desportivas, mais espaços verdes, financiamento por parte do Estado, desenvolver através da autarquia a interacção da escola com o exterior, mais iluminação, exposições, melhores pavimentos, eventos culturais, campeonatos inter-escolares, reabilitação de edifícios, fazer actividades ao ar livre, apoio por parte dos professores para actividade fora da escola, ambiente mais acolhedor, festas, visitas de estudo, câmaras na rua, partilha de cultura, melhoramento da relação entre escolas próximas.

Em suma, as medidas que, segundo a população escolar inquirida nas três escolas, fomentam mais interacção das escolas secundárias com o exterior são: a segurança, contactos entre a escola e o exterior: Autarquia, Junta de Freguesia, outras escolas e Encarregados de Educação, melhorar as instalações e actividades dentro da escola abertas à comunidade.

A escola secundária valoriza a imagem da cidade. Deste modo, era fundamental situar as escolas em locais estratégicos, onde pudessem ter influência no meio urbano, adoptando os objectivos pedagógicos e as funções que a escola pode desempenhar em interacção com a comunidade onde está inserida.

Uma maior abertura destas escolas ao exterior contribuiria para uma maior dinâmica nas áreas onde as mesmas estão instaladas, mas para isso seriam necessárias mais medidas tanto do interior da escola como do exterior para esta relação se desenvolver e a escola se encontrar verdadeiramente integrada na vertente social e física.

No planeamento e construção dos equipamentos educativos deve ter-se em conta uma projecção cultural e social na cidade, atendendo à conjugação entre o urbanístico e o social. Por um lado, o envelhecimento da população e as escolas tenderão a perder lugares, principalmente nos centros das grandes cidades. Por outro lado, o processo educativo tende a alargar-se e a tornar-se mais exigente criando oportunidades de

educação para todas as idades, tais como formação, formação complementar e reciclagem profissional. A associação entre educação e formação torna-se cada vez mais visível, e mostra a necessidade de actualização dos conhecimentos científicos e culturais. Esta actualização de conhecimentos está associada a uma creditação permanente no exercício profissional ao longo da vida, tendo as pessoas de estar preparadas para exercer mais do que uma função. As cidades poderiam apostar no ensino como eixo da sua estratégia.

Os equipamentos educativos não são unicamente locais onde se ensina, devido às várias transformações da sociedade (tecnológicas, económicas, políticas e culturais) que têm vindo a modificar o carácter essencialmente funcionalista e mecanicista dos espaços. Num mesmo edifício podem realizar-se e integrar várias actividades, transpondo as funções, retirando as características da teoria meramente racionalista das formas arquitectónicas e do carácter apenas de ensino-aprendizagem. As escolas poderiam, se fossem preparadas para isso, fornecer actividades sociais e culturais na cidade.

A escola secundária poderia ser utilizada como um elemento de referência para o desenvolvimento de novas formas de urbanização que promovessem a miscigenação social e cultural. Estas escolas poderiam assumir uma nova centralidade num espaço urbano redimensionado em função de novos valores que não privilegiassem o transporte individual e a constituição de guetos. Uma escola pública assim revalorizada e prestigiada em termos de qualidade do serviço de educação que proporciona e da sua implantação real e simbólica no tecido social e urbano deveria ser capaz de responder com sucesso às necessidades das populações mais carenciadas, continuando ao mesmo tempo a constituir uma alternativa credível para as classes médias.

Outra forma de integrar a escola na cidade seria utilizar a escola como instrumento de reabilitação/recuperação dos centros históricos/tradicionais das cidades. Os efeitos resultantes poderiam ser múltiplos, recuperando-se tanto a imagem destas escolas como a da própria cidade.

De tudo o que foi exposto ao longo deste trabalho, podemos verificar que uma maior colaboração entre as escolas e a cidade poderia contribuir para uma melhoria da qualidade de vida urbana, por um lado através da utilização do espaço físico e por outro como forma de elemento identitário de uma comunidade. Na revitalização das cidades deveria estar sempre associado o espaço escolar.

Assim, as intervenções a realizar no parque escolar devem ter em conta a integração urbanística e social nos aglomerados urbanos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADÃO, Áurea (1982), *A criação e instalação dos primeiros liceus portugueses*, Fundação Calouste Gulbenkian, Oeiras.

ADÃO, Áurea (1988), “A história do ensino liceal português: balanço da investigação realizada nas últimas décadas” in *Primeiro encontro de História da Educação em Portugal – Comunicações*, Fundação Calouste Gulbenkian Serviço de Educação, Lisboa.

BARROSO, João (1995), *Os Liceus – Organização Pedagógica e Administração (1836-1960)*, Fundação Calouste Gulbenkian Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica

BEJA, Filomena; SERRA, Júlia; MACHÁS, Estella; SALDANHA, Isabel (1990), *Muitos Anos de Escolas: Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*, Volume I, Ministério da Educação/ / Direcção-Geral de Administração Escolar, Lisboa.

BEJA, Filomena; SERRA, Júlia; MACHÁS, Estella; SALDANHA, Isabel (1996), *Muitos Anos de Escolas: Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40-anos 70*, Volume II, Ministério da Educação/ Departamento de Gestão de Recursos Educativos, Lisboa.

BENALCANFOR, Visconde de (1882), *Apontamentos de um Inspector de Instrução Secundária*, Lisboa

CALADO, Maria (1993), *Atlas de Lisboa. A Cidade no Espaço e no Tempo*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (1989), *Lisboa de Frederico Ressano Garcia 1874-1909*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (1991), *Arquitectura do principio do século em Lisboa (1900-1925)*, Pelouro da Cultura, Lisboa

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (1998), *José Luís Monteiro. Marcos de um percurso*, Departamento do Património Cultural Divisão de Arquivos, Lisboa

CAMPOS, Agostinho de (1918), *Educar na Família na Escola e na Vida*, Livraria Aillaud, Bertrand, Lisboa.

CARNEIRO, Roberto *et al* (2000), *O Futuro da Educação em Portugal – Tendências e Oportunidades – Um estudo de reflexão prospectiva – Tomo II – As dinâmicas de contexto*, Ministério da Educação, Lisboa.

CARVALHO, Rómulo de (1986), *História do Ensino em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar Caetano*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

COELHO, Adolfo F. (1973), *Para a História da Instrução popular*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (1997), *Educação e Meios Urbanos: Problemas e Caminhos de Desenvolvimento*, Ministério da Educação, Lisboa.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (1999), *O Ensino Secundário em Portugal*, Ministério da Educação, Lisboa.

DEPARTAMENTO DE AVALIAÇÃO PROSPECTIVA E PLANEAMENTO (2000), *Instrumentos para o Reordenamento da Rede Educativa*, Ministério da Educação, Lisboa.

DIAS, Mariana Tavares (2007), *Lisboa Desaparecida*, Volume IX, Quimera, Lisboa

FIGUEIRA, Manuel Henrique (1999), *O liceu de Setúbal-das origens à Escola Secundária de Bocage (1857-1999)*, Escola Secundária de Bocage, Setúbal.

FRANÇA, José Augusto (1980), *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, ICALP, Lisboa

GOMES, Joaquim Ferreira (1995), *Para a História da Educação em Portugal*, Porto Editora, Porto

INSTITUTO DE INOVAÇÃO EDUCACIONAL (1997), *Escola e Comunidade Local*, Ministério da Educação, Lisboa.

LANDA, Rubén (1928), *La Ensenanza Secundaria en Portugal*, Imprensa da Universidade, Coimbra.

LIMA, Licínio (1998), *A Escola como organização e a participação na organização escolar*, Centro de Estudos em Educação e Psicologia, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Braga.

LOBÃO, Carlos (2004), *Liceu da Horta - Memória Institucional*, Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, Horta.

MARQUES, Fernando Moreira (2003), *Os Liceus do Estado-Novo: Arquitectura, Currículo e Poder*, Educa, Lisboa.

MESQUITA, Alfredo (1903), *Portugal Pittoresco e Illustrado*, Sociedade Editora, Lisboa.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO (1990), *O Passado da escola e o Futuro do Ensino*, Edições Asa, Porto.

MOITA, Irisalva (1994), *O sítio de Lisboa*, Livros Horizonte, Lisboa.

MONIZ, Gonçalo Canto (2002), *Arquitectura e Instrução – 1836-1936: o Projecto Moderno do Liceu*, Trabalho de síntese realizado no âmbito das Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra.

MOURA, Vasco Croft de (2001), *Arquitectura e Humanismo. O papel do arquitecto, hoje, em Portugal*, Terramar, Lisboa.

MURTA, José Guerreiro (1953), *Evocação histórica do primeiro liceu de Lisboa e do País*, Centro Gráfico de Famalicão, Lisboa.

NEWSHOLME, Arthur (1905), *Hygiene das Escolas. Leis Sanitárias Aplicáveis á Vida Escolar*, Typographia do Diário Ilustrado, Lisboa

NÓVOA, António; SANTA-CLARA, Ana Teresa (2003), *Liceus de Portugal – Histórias, Arquivos, Memórias*, Edições Asa, Porto.

NOBRE, José Barros (1936), *Primeiro centenário da criação dos liceus em Portugal*, Gráfica Aveirense, Aveiro. SEPARATA N<sup>o</sup>75 DA LABOR.

NUNES, Paulo Manuel Simões (2000), *A "Construção Moderna" e a Cultura arquitectónica no início de noventa*, Mestrado em Teoria das Artes, Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, Lisboa

PAIXÃO, V. M. Braga (1883), *Papel das áreas regionais na formação histórica de Portugal* in Actas do Colóquio: Academia Portuguesa de História, Lisboa.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha (1997), *Estudos de História da Cultura Clássica*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

PINTO, Ana Teresa Santa-Clara (2002), *Os caminhos de construção da escola*, Dissertação de Mestrado em História da Educação, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

PINTO, Prof. Eng. Francisco de Paula Leite (1960), *O cinquentenário do Liceu Camões*, Lisboa.

PISCO, Paulo Jorge da Silva (2005), *A escola como factor organizador do espaço urbano*, Tese de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior Técnico.

PORTAS, Nuno (1973) "A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma interpretação", in ZEVI, Bruno, *História da Arquitectura Moderna*, Editora Arcádia. 2<sup>o</sup> vol.

RIBEIRO, José Silvestre (1871-1893), *História dos Estabelecimentos Científicos, Litterários e Artísticos de Portugal, nos Sucessivos Reinados da Monarchia*, Typographia da Real Academia das Sciencias, Lisboa.

SALGUEIRO, Teresa Barata (1992), *A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*, Edições Afrontamento, Porto.

SANTANA, Francisco e SUCENA, Eduardo (dir.) (1994), *Dicionário da História de Lisboa*, Gráfica Europann Lda, Lisboa

SECRETARIA-GERAL (2004), *Instalações Escolares para o Ensino Secundário. Normas para a sua Concepção e Construção*, Ministério da Educação, Lisboa.

SILVA, Carlos Manique da (2002), *Escolas belas ou espaços são? Uma análise histórica sobre a arquitectura escolar portuguesa – 1860 – 1920*, Instituto de Inovação Educacional, Lisboa.

SILVA, Lurdes (2002), *A instrução secundária nas aulas públicas anexas aos liceus e no ensino particular 1844-1859*, Instituto de Inovação Educacional, Lisboa.

SILVA, Raquel Henriques da (1998), “A casa Portuguesa e os novos programas”, in Tostões; Becker; Wang (com.), *Portugal: Arquitectura do Século XX*, Munchen, New York, Frankfurt, Lisboa, Prestel/PF 97.

SIMÕES, J. M. *et al* (2006), *As redes de Equipamentos Colectivos*, in Volume IV da *Geografia de Portugal – Planeamento e Ordenamento do Território*, Circulo de Leitores, Lisboa.

TOSTÕES, Ana Cristina (1995), “Arquitectura portuguesa do século XX” in *História da Arte Portuguesa*, Direcção de Paulo Ferreira, Editora Temas e Debates, Lisboa.

TOSTÕES, Ana Cristina (2002), Dissertação para a obtenção de grau de Doutor em Engenharia do Território, Universidade Técnica de Lisboa

VALENTE, Vasco Pulido (1973), *O Estado Liberal e o ensino. Os Liceus Portugueses (1830-1930)*, Gabinete de investigações Sociais, Lisboa.

VASCONCELOS, Faria de (1921), *Problemas Escolares*, Imprensa da Universidade, Lisboa

## **Periódicos**

*Liceus de Portugal*, Boletim de acção educativa do ensino liceal, director A. A. Riley da Motta, subdirector: F. J. Martins Sequeira, Lisboa, 1940-1946.

*Labor*, Revista de educação e ensino e extensão cultural, (dir.) José Tavares e Álvaro Sampaio, Aveiro, 1926-1940 e 1951-1960.

*Revista dos Lyceus*, 1891-1896.

*A Architectura Portuguesa*, Revista mensal de construção e de architectura pratica, Anno III, nº1, Janeiro de 1910, Lisboa

*A Construção Moderna*, Anno II, 1 de Fevereiro de 1901, Nº 25, Lisboa

*A Construção Moderna*, Anno II, 16 de Abril de 1901, Nº 30, Lisboa

*A Construção Moderna*, Anno X, 10 de Junho de 1910, Nº 330, Lisboa

*Ilustração Portuguesa* III volume 15 de Julho de 1907

*Guia Escolar do Liceu de Camões*, 1912 e 1913, 1º ano de publicação, Tipografia da Cooperativa Militar, Lisboa.

Anuários dos liceus

*Boletim da Direcção Geral da Instrução Pública*, fascículos I-IV, Janeiro – Abril de 1903.

Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes desde 10 de Setembro até 31 de Dezembro de 1836, Sexta Série, Lisboa na Imprensa Nacional.

Diário do Governo

Diário da República

*LX metrópole*, Vida Urbana, número 13, Outubro de 2002

## ÍNDICE DE FIGURAS

	Pág.
Figura 1: Edifício de S. João Nepomuneceno	19
Figura 2: Distribuição geográfica dos liceus, desde a sua criação	22
Figura 3: Distribuição dos liceus construídos e adaptados pela JCETS até 1952	34
Figuras 4 e 5: Plantas do Liceu Passos Manuel	54
Figuras 6 e 7: Plantas do Liceu Camões	55
Figura 8: Planta geral do Liceu Pedro Nunes	56
Figura 9: Local da instalação do Liceu Passos Manuel (final do séc. XIX)	69
Figura 10: Local da instalação do Liceu Passos Manuel (início do séc. XX)	69
Figura 11: Local da instalação do Liceu Pedro Nunes (final do séc. XIX)	70
Figura 12: Local da instalação do Liceu Pedro Nunes (início do séc. XX)	70
Figura 13: Local da instalação do Liceu Camões (final do séc. XIX)	71
Figura 14: Local da instalação do Liceu Camões (início do séc. XX)	71
Figura 15: Edifício do Liceu no Largo do Carmo	73
Figura 16: As três zonas escolares de Lisboa	75
Figura 17: Localização dos primeiros liceus construídos de raiz na cidade de Lisboa	77
Figura 18: Liceu Camões	81
Figura 19: Liceu Pedro Nunes	82
Figura 20: Liceu Passos Manuel	82
Figura 21: Localização das escolas secundárias na cidade de Lisboa	90
Figura 22: Liceu Luís de Camões (década de 1950)	97
Figura 23: Escola Secundária Camões (actualidade)	97
Figura 24: Liceu Pedro Nunes (década de 1950)	98
Figura 25: Escola Secundária Pedro Nunes (actualidade)	98
Figura 26: Liceu Passos Manuel (década de 1950)	99
Figura 27: Escola Secundária Passos Manuel (actualidade)	99
Figura 28: Evolução da cidade de Lisboa	100
Figura 29: Evolução da população residente no concelho de Lisboa	101
Figura 30: Evolução da população residente nas três freguesias de Lisboa	102
Figura 31: Densidade populacional na envolvente do Liceu Camões	105
Figura 32: Densidade de alojamentos na envolvente do Liceu Camões	105
Figura 33: Alojamentos vagos na envolvente do Liceu Camões	106
Figura 34: População empregada na envolvente do Liceu Camões	106
Figura 35: Envelhecimento da população na envolvente do Liceu Camões	107
Figura 36: Analfabetismo na envolvente do Liceu Camões	107
Figura 37: Densidade populacional na envolvente do Liceu Pedro Nunes	108
Figura 38: Densidade de alojamentos na envolvente do Liceu Pedro Nunes	109
Figura 39: Alojamentos vagos na envolvente do Liceu Pedro Nunes	109
Figura 40: População empregada na envolvente do Liceu Pedro Nunes	110
Figura 41: Envelhecimento da população na envolvente do Liceu Pedro Nunes	110
Figura 42: Analfabetismo na envolvente do Liceu Pedro Nunes	111
Figura 43: Densidade populacional na área envolvente do Liceu Passos Manuel	112
Figura 44: Densidade de alojamentos na área envolvente do Liceu Passos Manuel	113
Figura 45: Alojamentos vagos na área envolvente do Liceu Passos Manuel	113
Figura 46: População empregada na área envolvente do Liceu Passos Manuel	114
Figura 47: Envelhecimento populacional na área envolvente do Liceu Passos Manuel	114
Figura 48: Analfabetismo na área envolvente do Liceu Passos Manuel	115
Figura 49: Espaços e equipamentos da área envolvente da ES Camões	132
Figura 50: Espaços e equipamentos da área envolvente da ES Pedro Nunes	133
Figura 51: Espaços e equipamentos da área envolvente da ES Passos Manuel	134
Figura 52: Espaços mais frequentados na área envolvente da ES Camões	134
Figura 53: Espaços mais frequentados na área envolvente da ES Pedro Nunes	135
Figura 54: Espaços mais frequentados na área envolvente da ES Passos Manuel	146

	Pág.
Figura 55: Contributo para a relação escola - comunidade da ES Camões	138
Figura 56: Contributo para a relação escola - comunidade da ES Pedro Nunes	139
Figura 57: Contributo para a relação escola - comunidade da ES Passos Manuel	140
Figura 58: Balanço da integração da ES Camões na área envolvente	148
Figura 59: Balanço da integração da ES Pedro Nunes na área envolvente	149
Figura 60: Balanço da integração da ES Passos Manuel na área envolvente	149

## ÍNDICE DE QUADROS

Pág.

Quadro 1: Evolução da população liceal em Portugal desde 1890 a 1920	24
Quadro 2: Categorias dos liceus desde a sua criação até à I República	26
Quadro 3: Liceus instalados em edifícios construídos de raiz até à I República em Portugal	30
Quadro 4: Autoria dos projectos dos liceus do plano de 38	33
Quadro 5: Entidades de ensino desde 1759 até 2007	39
Quadro 6: Locais por onde passaram os liceus antes de serem instalados em edifícios construídos de raiz	76
Quadro 7: Tipologia dos estabelecimentos de ensino secundário	116
Quadro 8: Características da população inquirida	128
Quadro 9: Utilização da escola em horário extra	129
Quadro 10: Elemento de referência	130
Quadro 11: Problemas de acessibilidade	131
Quadro 12: (In)segurança	137
Quadro 13: % de população escolar envolvida em actividades na comunidade envolvente	141
Quadro 14: Benefícios da abertura da escola à comunidade	142
Quadro 15: Aspectos positivos na área envolvente da ES Camões	143
Quadro 16: Aspectos positivos na área envolvente da ES Pedro Nunes	143
Quadro 17: Aspectos positivos na área envolvente da ES Passos Manuel	144
Quadro 18: Aspectos negativos na área envolvente da ES Camões	144
Quadro 19: Aspectos negativos na área envolvente da ES Pedro Nunes	145
Quadro 20: Aspectos negativos na área envolvente da ES Passos Manuel	146
Quadro 21: Problemas na área da ES Camões	146
Quadro 22: Problemas na área da ES Pedro Nunes	147
Quadro 23: Problemas na área da ES Passos Manuel	147
Quadro 24: Integração física e social da ES Camões	148
Quadro 25: Integração física e social da ES Pedro Nunes	148
Quadro 26: Integração física e social da ES Passos Manuel	149

## SIGLAS UTILIZADAS NO TEXTO

**MOP:** Ministério das Obras Públicas

**MEN:** Ministério da Educação Nacional

**ME:** Ministério da Educação

**CEE:** Comunidade Económica Europeia

**CE:** Comunidade Europeia

**DGEMN:** Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

**DAPP** - Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento

**DES** - Departamento de Ensino Secundário

**DGAE** - Direcção Geral da Administração Educativa

**INE** - Instituto Nacional de Estatística

**LBSE** - Lei de Bases do Sistema Educativo

**MEPAT** - Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território

**PRODEP** - Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal

**DGAE** – Direcção de Serviços para a Qualidade dos Equipamentos Educativos

**JCETS:** Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário

**JAEES:** Junta Administrativa do Empréstimo para o Ensino Secundário

**DGCE:** Direcção-Geral das Construções Escolares

**OCDE:** Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

**GIASE:** Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo

**ES:** Escola Secundária

## **ANEXOS**

**ANEXO 1**  
**PRINCIPAIS REFORMAS DO ENSINO LICEAL EM PORTUGAL**

**ANEXO 2**  
**LICEUS CONSTRUÍDOS EM PORTUGAL DESDE 1860 A 1933**

**ANEXO 3**  
**PLANTA DA INSERÇÃO DO LICEU PASSOS MANUEL**  
**(PROCESSO DO LICEU CENTRAL DE LISBOA, 1907)**

**ANEXO 4**  
**INQUÉRITOS REALIZADOS NAS ESCOLAS**

<b>Períodos Históricos</b>	<b>Reformas do ensino liceal (anos e reformadores)</b>	<b>Decretos-Leis de reformas do ensino</b>	<b>Aspectos inovadores em relação ao ensino liceal em Portugal</b>
<b>LIBERALISMO</b>	1836 Passos Manuel	17 Novembro	-Plano dos Liceus Nacionais; -Criou um liceu em cada capital de distrito, excepto Lisboa com dois, e alterou o anterior plano de estudos do ensino secundário.
	1844 Costa Cabral	20 Setembro	-Reforma da Instrução Pública; -Reduziu a carga curricular e “regionalizou” o ensino.
	1860 Fontes Pereira de Melo	10 Abril	-Regulamento para os Liceus Nacionais; -Criou os liceus de primeira categoria (Lisboa, Porto, Coimbra, Braga e Évora) e de segunda categoria (os restantes). Estabeleceu um “curso geral” de cinco anos.
	1863 Anselmo Braancamp	10 Setembro	-Regulamento para os Liceus Nacionais; -Criou novas cadeiras e alterou a carga curricular.
	1868 Sá da Bandeira e Alves Martins	31 Dezembro	-Reforma da Instrução Pública; -Alterou a organização curricular, o “curso geral” passou a seis anos
	1872 António Rodrigues Sampaio	23 Setembro	-Reforma da Instrução Pública; -Estabeleceu um curso de seis de primeira e um curso de quatro anos de segunda classe.
	1873 António Rodrigues Sampaio	31 Março	-Regulamento para os Liceus Nacionais; -Aprovou o novo regulamento dos liceus nacionais.
	1880 José Luciano de Castro	14 Junho	-Reforma da Instrução Secundária; -Criou três categorias de estabelecimentos de ensino secundário: “liceus nacionais centrais” (Lisboa, Porto e Coimbra); “liceus nacionais” (nas restantes capitais de distrito e em Lamego) e “escolas municipais secundárias” (nas localidades mais importantes a pedido das entidades locais). Os “liceus nacionais centrais” tinham o “curso geral” de quatro anos e o “curso complementar” de dois anos, os “liceus nacionais” tinham o “curso geral” e as “escolas municipais secundárias” apenas os dois primeiros anos.

<b>Períodos Históricos</b>	<b>Principais reformas do ensino liceal (anos e reformadores)</b>	<b>Decretos-Lei de:</b>	<b>Aspectos inovadores em relação aos liceus</b>
<b>LIBERALISMO</b>	1880 José Luciano de Castro	14 Outubro	-Reforma do Ensino Secundário;
	1886 José Luciano de Castro	29 Julho	-Reforma da Instrução Secundárias; -O curso liceal passou para seis anos em todos os liceus.
	1886 José Luciano de Castro	12 Agosto	-Regulamento Geral dos Liceus; -Aprovou o novo regulamento dos liceus nacionais, na sequência do Decreto de 29 de Junho;
	1888 José Luciano de Castro	9 Agosto	-Reforma da Instrução Secundária; -Criou o ensino secundário liceal feminino.
	1888 José Luciano de Castro	20 Outubro	-Reforma da Instrução Secundária; -Alterou a estrutura do “curso geral” e do “curso complementar”.
	1894 Jaime Moniz	22 Dezembro	-Reforma da Instrução Secundária; -Estabeleceu um “curso geral” de cinco anos e um “curso complementar” de dois anos, em regime de classe. Manteve a classificação de “liceu nacional central” e de “liceu nacional”, não considerando as “escolas municipais secundárias”, também chamadas “liceus municipais”.
	1895 Jaime Moniz	14 Agosto	-Regulamento Geral do Ensino Secundário; -Aprovou o Regulamento Geral do Ensino Secundário
	1896 Jaime Moniz	28 Maio	-Reorganização da Instrução Secundária; -Fixou o número de “liceus centrais” em cinco e confirmou as capitais de distrito como sedes dos “liceus nacionais”; -Criou normas de escolha de livros escolares.
	1905 Eduardo José Coelho	29 Agosto	-Reforma da Instrução Secundária; -Reduziu o número de horas semanais das disciplinas; -Dividiu o “curso geral” de cinco anos em dois ciclos, de três e de dois anos respectivamente.
	1906 Eduardo Coelho	31 Janeiro	-Reforma da Instrução Secundária; -Criação do primeiro liceu feminino: Liceu Maria Pia.

<b>Períodos Históricos</b>	<b>Principais reformas do ensino liceal (anos e reformadores)</b>	<b>Decretos-Lei de:</b>	<b>Aspectos inovadores em relação aos liceus</b>
<b>I REPÚBLICA</b>	1917 Joaquim Pedro Martins	17 Abril	-Reforma da Instrução Secundária; -Alterou a estrutura curricular dos “cursos complementares” (de letras e de ciências).
	1918 José Alfredo Magalhães	14 Julho	-Reforma da Instrução Secundária; -Alterou a estrutura curricular dos “cursos gerais” e dos “cursos complementares” e as respectivas cargas horárias.
	1918 José Alfredo Magalhães	8 Setembro	-Regulamento da Instrução Secundária; -Aprovou o regulamento da instrução secundária na sequência da reforma de 14 de Julho.
	1919 Joaquim José de Oliveira	26 Setembro	-Reforma da Instrução Secundária; -Alterou a estrutura curricular dos “cursos gerais” e dos “cursos complementares” e as respectivas cargas horárias.
	1920 Vasco Borges	12 Junho	-Regulamento da Instrução Secundária; -Repôs o essencial do Decreto de 8 de Setembro de 1918
	1921 António Ginestal Machado	18 Junho	-Reforma da Instrução Secundária; -Alterou a estrutura curricular dos “cursos gerais” e dos “cursos complementares” e as respectivas cargas horárias.
	1923 João José Camoesas	21 Junho	-Estatuto da Educação Pública; -Plano global e articulado da Educação Nacional assente em vinte e quatro bases. (Não foi posto em prática)
<b>ESTADO NOVO</b>	1926 Artur Ricardo Jorge	2 Outubro	-Estatuto da Instrução Secundária; -Reduziu um ano ao “curso complementar” e alterou a estrutura curricular do “curso geral”.
	1928 Duarte Pacheco	11 Setembro	-Reclassificação dos Liceus; -Redistribuiu geograficamente os liceus “nacionais centrais” e os “nacionais”. Os primeiros ficaram com o “curso geral” e o “curso complementar” e os segundos apenas com o “curso geral”; -Reduziu drasticamente o número dos primeiros.

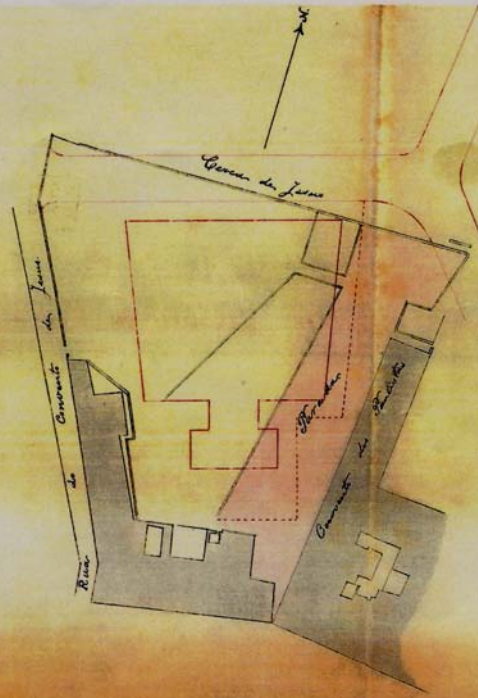
<b>Períodos Históricos</b>	<b>Principais reformas do ensino liceal (anos e reformadores)</b>	<b>Decretos-Lei de:</b>	<b>Aspectos inovadores em relação aos liceus</b>
<b>ESTADO NOVO</b>	1930 Cordeiro Ramos	26 Agosto	-Reorganização dos cursos liceais.
	1931 Cordeiro Ramos	18 Dezembro	-Estatuto do ensino secundário; -Criou três categorias de liceus: “nacionais centrais” (com o “curso geral” e o “curso complementar”); “nacionais” (com o “curso geral”) e municipais (com apenas três primeiras classes do “curso geral”); -Codificou vária legislação dispersa.
	1935 Eusébio Tamagini	21 Maio	-Reforma do Ensino Secundário.
	1936 Carneiro Pacheco	14 Outubro	-Reforma do Ensino Liceal; -Simplificou a organização curricular bifurcada (letras e ciências); -Criou um “curso liceal” com três ciclos (3+3+1 anos); -Retomou o regime de disciplinas; -Reclassificou os liceus em: “liceus nacionais”, com os três ciclos: “liceus provinciais”, com os dois primeiros ciclos e “institutos secundários municipais” só com o primeiro ciclo.
	1947 Pires de Lima	17 Setembro	-Reforma do Ensino Liceal; -Alterou a organização curricular: o “curso geral”, de cinco anos, por classe e o “curso complementar”, de dois anos, por disciplinas.
	1967 Galvão Teles	2 Janeiro	-Estatuto da Educação Nacional; -Organizou de forma abrangente todo o sistema escolar; -Institui o ciclo preparatório do ensino secundário.
	1973 Veiga Simão	14 Junho	-Reforma Veiga Simão; -Tornou polivalente o Ensino Secundário e alterou-lhe a estrutura curricular; -Lei que aprova as Bases para uma Reforma do Sistema Educativo.

Liceus de Portugal Continental	Autor do projecto Arquitecto	Data do projecto	Data do período de construção da obra	Ano de inauguração ou conclusão da obra	Localização
Liceu José Estevão Aveiro	Agostinho Lopes Pereira Nunes, Director de Obras Públicas do Distrito de Aveiro	1854	Finais de 1855 e finais de 1859	1860	Praça do Município
Liceu Rodrigues Lobo Leiria	Francisco Guilherme de Castro, condutor de Obras Públicas	1892	De 1892 a 1894	1894	Largo de Camões
Liceu Passos Manuel Lisboa	José Luiz Monteiro Raphael da Silva e Castro Rosendo Carvalheira Comissão para rever o projecto Rosendo Carvalheira	1881 1888 1896 1902 1907	1887 até 1910	1910/11	Largo de Jesus e travessa do Convento de Jesus
Liceu João de Deus Faro	Adães Bermudes	1903	1903 até 1908	1908/09	Rua da Trindade/ Passeio Vasco da Gama
Liceu Bocage Setúbal	Rosendo Carvalheira	1907	1907 prolonga-se por um longo período	1908 (transferência apenas para o corpo central)	Avenida Dr. António Rodrigues Manito
Liceu Camões Lisboa	Miguel Ventura Terra	1907	1908 a 1909	1909	Praça José Fontana
Liceu Pedro Nunes Lisboa	Miguel Ventura Terra	1909	1909 a 1911	1911	Avenida Pedro Álvares Cabral
Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho Lisboa	Miguel Ventura Terra 1913, reformulado e ampliado na década de 30 segundo António Couto 1930	1913	1ª fase 1915, interrompida em 1921 e retomadas 2ª fase 1929	1933	Rua Rodrigo da Fonseca
Liceu Alexandre Herculano Porto	José Marques da Silva	1914	1916, 1923 interrompida a construção, retomada em 1926	1921/22 primeiras aulas na ala poente, 1929 todos os serviços e 1934 finalização total dos trabalhos	Avenida Camilo
Liceu de Rodrigues de Freitas Porto	José Marques da Silva	1918	1927 a 1933	1932	Praça Pedro Nunes
Liceu D. Filipa de Lencastre (I) Lisboa	Carlos Ramos e colaboração de Adelino Nunes	1930	1931	1934 (Pavilhão)	Palácio de Corte-Real, Rua do Quelhas, nº 36
Liceu Fialho Almeida Beja	Luís Cristino da Silva	1930	1931	1937	Campo da Feira
Liceu Latino Coelho Lamego	Cottinelli Telmo	1930	1931	1936	Antigo Convento de Chagas
Liceu Dr. Júlio Henriques Coimbra	Carlos Ramos, Jorge Segurado e Adelino Nunes	1930	1931	1936	Avenida Afonso Henriques
Liceu Infanta D. Maria Coimbra	Cristino da Silva	1931			Quinta da Rainha (Instituto Maternal)
Liceu D. Filipa de Lencastre Lisboa	Jorge Segurado	1932	1933	1940	Bairro do Arco do Cego

Adaptado de: Canto Moniz (2002) e Silva (2002)

## Anexo 2: Liceus construídos em Portugal desde 1860 a 1933

03



Visto.  
 Lec. 7 de Outubro de 1784  
 Cruz. D. D. S.  
 J. P. C.

M. O. P.  
 ARQUIVO

Monte da Cerca dos  
 Paulistas.

Na escala de 1000 por 100.

Carta 29 de Setembro de 1885.

O. Chefe de Secção  
 Luiz Gonzaga de S. S.

Alf. C.  
 2/11/85

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA  
MESTRADO EM URBANIZAÇÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

**A INTEGRAÇÃO DA ESCOLA NO ESPAÇO URBANO**

**Conselho Executivo:**

Inquérito

I. Identificação do Estabelecimento de Ensino: (ASSINALE COM UM X A OPÇÃO ADEQUADA)

Categoria do Estabelecimento de Ensino:  
EB2,3 \_\_\_\_\_ EB2,3 e Secundária \_\_\_\_\_ Secundária \_\_\_\_\_

Cargo que o inquirido representa na Escola: \_\_\_\_\_

II. Infra-estruturas/ instalações da escola: (PARA CADA ALÍNEA, ASSINALE COM UM X A OPÇÃO ADEQUADA)

	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito
Estado de conservação das instalações				
Estado de conservação dos espaços exteriores da escola				
Desenho arquitectónico				
Funcionalidade				
Espaços verdes				
Dimensão/capacidade				
Espaço de recreio				
Vedação/muros				

Os alunos desta escola pertencem maioritariamente a que freguesias?

\_\_\_\_\_

III. Acessibilidade da escola: (ASSINALE COM UM X A OPÇÃO ADEQUADA)

Considera que existem falta de infra-estruturas na área à volta da escola?

Sim \_\_\_\_\_ Não \_\_\_\_\_

Quais?

\_\_\_\_\_

Que tipos de transportes públicos servem esta área?

Metro	Autocarro	Comboio	Outro. Qual?

Qual a facilidade de acesso a esta escola? (PARA CADA ALÍNEA, ASSINALE COM UM X A OPÇÃO ADEQUADA)

	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito
A pé				
Em transporte individual				
Em transporte colectivo				

Considera que existem estes problemas na envolvente da sua escola? (PARA CADA ALÍNEA, ASSINALE COM UM X A OPÇÃO ADEQUADA)

	Sim	Não
Carência de transportes públicos		
Congestionamento do tráfego		
Deficientes acessos viários		
Falta de estacionamento		
Incompatibilidade entre os percursos pedonais e viários		

IV. Envolvente física da escola: (ASSINALE COM UM X A OPÇÃO ADEQUADA)

Existe algum condicionamento físico a uma eventual ampliação ou alteração do edifício escolar?

Sim\_\_\_\_ Não\_\_\_\_

Se respondeu Sim na questão anterior, diga quais?

---

Existem muitas construções próximas da escola?

Sim\_\_\_\_ Não\_\_\_\_

A arquitectura original da escola foi alterada ao longo dos anos?

Sim\_\_\_\_ Não\_\_\_\_

A arquitectura foi adaptada à área envolvente?

Sim\_\_\_\_ Não\_\_\_\_

Quais as intervenções realizadas nos últimos anos na escola?

---

Como pensa que evoluiu o espaço físico à volta da escola nos últimos dez anos?

Está igual\_\_\_\_ Melhorou\_\_\_\_ Piorou\_\_\_\_

Em que aspectos (indique três aspectos)?

---

A escola utiliza os espaços verdes que existem à sua volta?

Sim\_\_\_\_ Não\_\_\_\_

Indique a sua opinião acerca da área envolvente da escola: (PARA CADA ALÍNEA, ASSINALE COM UM X A OPÇÃO ADEQUADA)

	Muito insuficiente	Insuficiente	Suficiente	Bom
Bibliotecas públicas				
Jardins públicos				
Pavilhões gimnodesportivos				
Parques desportivos				
Parques desportivos				
Centros culturais				
Equipamentos de saúde				

V. Envolvente social da escola: (ASSINALE COM UM X A OPÇÃO ADEQUADA)

Existem actividades extra curriculares abertas a comunidade?

Sim\_\_\_\_ Não\_\_\_\_

Se respondeu Sim na questão anterior, quais? \_\_\_\_\_

Os projectos desenvolvidos na escola facilitam a integração da escola no meio?

Sim\_\_\_\_ Não\_\_\_\_

De que forma?

\_\_\_\_\_

Considera que esta escola se encontra aberta a horas necessárias?

Sim\_\_\_\_ Não\_\_\_\_

Tem por hábito frequentar a escola fora do horário laboral?

Sim\_\_\_\_ Não\_\_\_\_

Para que actividades?

\_\_\_\_\_

Considera que a escola tem prestígio na comunidade?

Sim\_\_\_\_ Não\_\_\_\_

Se respondeu sim na resposta anterior diga a que se deve esse prestígio.

\_\_\_\_\_

Considera que abertura da escola à comunidade traz benefícios para a vida da escola?

Muitos\_\_\_\_ Poucos\_\_\_\_ nenhuns\_\_\_\_

Se assinalou muitos na questão anterior, indique esses benefícios ordenando-os do mais significativo (1) para o menos significativo (3).

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

3 \_\_\_\_\_

PARA CADA ALÍNEA, ASSINALE COM UM X A OPÇÃO ADEQUADA:

	Tem grande influência	Tem pouca influência	Nenhuma influência
A escola tem muita influência na comunidade			
A comunidade tem muita influência na escola			

Esteve envolvido em actividades com a comunidade envolvente?

Sim\_\_\_\_\_ Não\_\_\_\_\_

Se respondeu sim na resposta anterior, o seu envolvimento foi ligado a:

Organização de actividades promovidas pela escola\_\_\_\_\_

Participação em actividades promovidas pela comunidade\_\_\_\_\_

Outra. Qual? \_\_\_\_\_

Se respondeu sim na resposta anterior considera que obteve vantagens significativas?

Muitas\_\_\_\_\_

Poucas\_\_\_\_\_

Nenhumas\_\_\_\_\_

Sem opinião\_\_\_\_\_

Existe uma interacção com:

Clubes recreativos\_\_\_\_\_

Clubes desportivos\_\_\_\_\_

Clubes culturais\_\_\_\_\_

Associações\_\_\_\_\_

Outros \_\_\_\_\_ Quais? \_\_\_\_\_

Existem locais de ocupação dos tempos livres na envolvente da escola?

Sim\_\_\_\_\_ Não\_\_\_\_\_

Existem relações de cooperação entre a escola e a respectiva junta de freguesia?

Sim\_\_\_\_\_ Não\_\_\_\_\_

Se respondeu Sim na questão anterior, quais? \_\_\_\_\_

Existem relações de cooperação entre a escola e a câmara municipal?

Sim\_\_\_\_\_ Não\_\_\_\_\_

Se respondeu Sim na questão anterior, quais? \_\_\_\_\_

A escola está aberta depois do horário diurno?

Sim\_\_\_\_\_ Não\_\_\_\_\_

Se respondeu Sim na resposta anterior, quem a frequenta?

\_\_\_\_\_

A escola está aberta ao fim-de-semana?

Sim\_\_\_\_\_ Não\_\_\_\_\_

Se respondeu Sim na resposta anterior, quem a frequenta?

---

Que espaços da escola podem ser utilizados pela comunidade envolvente da escola?

Ginásio\_\_\_\_\_

Biblioteca\_\_\_\_\_

Sala de projecção\_\_\_\_\_

Outros. Quais? \_\_\_\_\_

Na relação da escola com a comunidade à volta da escola assinale quem mais contribui para a mesma se poder desenvolver (assinale apenas um)?

Alunos\_\_\_\_\_

Pais\_\_\_\_\_

Professores\_\_\_\_\_

Conselho Executivo\_\_\_\_\_

Funcionários\_\_\_\_\_

Autarquia\_\_\_\_\_

Qual a sua avaliação em relação á segurança na envolvente da escola?  
(PARA CADA ALÍNEA, ASSINALE COM UM X A OPÇÃO ADEQUADA)

	Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Inexistente
Assaltos				
Tráfico de droga				
Policiamento				
Ruas com pouco movimento				
Edifícios degradados				

Sente-se seguro no espaço envolvente da escola?

Sim\_\_\_\_\_ Não\_\_\_\_\_

VI. Integração da escola no espaço envolvente: (ASSINALE COM UM X A OPÇÃO ADEQUADA)

A escola relaciona-se com outros equipamentos existentes à sua volta?

Sim\_\_\_\_\_ Não\_\_\_\_\_

Se respondeu Sim. Quais?

---

Considera que a escola se encontra integrada fisicamente no aglomerado urbano?

Sim\_\_\_\_\_ Não\_\_\_\_\_

Considera a escola um elemento de referência no local onde está instalado?

Sim\_\_\_\_\_ Não\_\_\_\_\_

Considera que existem conflitos entre a escola e o espaço envolvente?

Sim\_\_\_\_\_ Não\_\_\_\_\_

Se respondeu Sim na questão anterior, quais?

---

Considera que a escola cria dinâmica no espaço envolvente?

Sim\_\_\_\_\_ Não\_\_\_\_\_

Indique três pontos positivos da relação da escola com a envolvente (coloque-os por ordem decrescente).

---

---

Indique três pontos negativos da relação da escola com a envolvente (coloque-os por ordem decrescente).

---

---

Indique 3 sugestões para a escola interagir mais com exterior:

---

---

Que balanço faz da integração física e social da escola na área envolvente?

Muito positivo\_\_\_\_\_

Positivo\_\_\_\_\_

Nem positivo nem negativo\_\_\_\_\_

Negativo\_\_\_\_\_

Muito negativo\_\_\_\_\_

**Obrigada pela sua colaboração**

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA  
MESTRADO EM URBANIZAÇÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

**A INTEGRAÇÃO DA ESCOLA NO ESPAÇO URBANO**

**Professores**

Inquérito

I. Caracterização geral do indivíduo: (ASSINALE COM UM X A OPÇÃO ADEQUADA)

Sexo: Feminino\_\_\_\_ Masculino\_\_\_\_

Idade:\_\_\_\_\_

Habilitação académica:\_\_\_\_\_

Indique o concelho onde reside: \_\_\_\_\_

Há quantos anos trabalha nesta escola:

Menos de 5 anos\_\_\_\_ De 5 a 15 anos\_\_\_\_ Mais de 15 anos\_\_\_\_

Indique a disciplina que lecciona nesta escola: \_\_\_\_\_

Considera que a sua disciplina contribui para o desenvolvimento da integração do aluno no meio?

Sim\_\_\_\_ Não\_\_\_\_

II. Acessibilidade da escola: (ASSINALE COM UM X A OPÇÃO ADEQUADA)

Como se desloca para a escola?

A pé	Transportes públicos	Carro	Motorizada	Outra. Qual?

Quanto tempo demora a chegar à escola?

Até 15 m\_\_\_\_ De 15 a 30 m\_\_\_\_ Mais de 30 m\_\_\_\_

Qual a facilidade de acesso a esta escola? (PARA CADA ALÍNEA, ASSINALE COM UM X ADEQUADA)

	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito
A pé				
Em transporte individual				
Em transporte colectivo				

Considera que existem estes problemas de acessibilidade à sua escola? (PARA CADA ALÍNEA, ASSINALE COM UM X ADEQUADA)

	Sim	Não
Carência de transportes públicos		
Congestionamento do tráfego		
Deficientes acessos viários		
Falta de estacionamento		
Incompatibilidade entre os percursos pedonais e viários		

III. Relação da escola com a área à sua volta: (ASSINALE COM UM X A OPÇÃO ADEQUADA)

Considera que esta escola se encontra aberta a horas necessárias?

Sim\_\_\_\_ Não\_\_\_\_

Tem por hábito frequentar a escola fora do horário de trabalho?

Sim\_\_\_\_ Não\_\_\_\_

Para que actividades?

\_\_\_\_\_

Qual é o local que mais frequenta na área à volta da escola?

\_\_\_\_\_

Na relação da escola com a comunidade à volta da escola assinale quem mais contribui para a mesma se poder desenvolver?

Alunos \_\_\_\_\_

Pais \_\_\_\_\_

Professores \_\_\_\_\_

Conselho Executivo \_\_\_\_\_

Funcionários \_\_\_\_\_

Autarquia \_\_\_\_\_

Esteve envolvido em actividades com a comunidade à volta da escola?

Sim \_\_\_\_\_ Não \_\_\_\_\_

Se respondeu Sim na resposta anterior, o seu envolvimento foi ligado a:

Organização de actividades promovidas pela escola \_\_\_\_\_

Participação em actividades promovidas pela comunidade \_\_\_\_\_

Outras: Quais? \_\_\_\_\_

Indique a sua opinião acerca da área envolvente da escola: (PARA CADA ALÍNEA, ASSINALE COM UM X ADEQUADA)

	Muito insuficiente	Insuficiente	Suficiente	Bom
Bibliotecas públicas				
Jardins públicos				
Pavilhões gimnodesportivos				
Parques desportivos				
Centros culturais				
Equipamentos de saúde				

Considera que a abertura da escola à comunidade traz benefícios para a vida escolar?

Muitos \_\_\_\_\_ Poucos \_\_\_\_\_ nenhuns \_\_\_\_\_

Se assinalou muitos na questão anterior, indique esses benefícios ordenando-os do mais significativo (1) para o menos significativo (3).

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

3 \_\_\_\_\_

Indique os principais problemas que afectam a área onde está localizada a escola:

Excessiva concentração de construções \_\_\_\_\_

Falta de segurança pública \_\_\_\_\_

Confusão urbanística \_\_\_\_\_

Falta de espaços de recreio e lazer \_\_\_\_\_

Falta de espaços de desporto \_\_\_\_\_

Iluminação deficiente \_\_\_\_\_

Espaço público degradado \_\_\_\_\_

Outros. Quais? \_\_\_\_\_

Qual a sua avaliação em relação à segurança na área à volta da escola?

	Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Inexistente
Assaltos				
Tráfico de droga				
Policimento				
Ruas com pouco movimento				
Edifícios degradados				

Sente-se seguro no espaço à volta da escola?

Sim\_\_\_\_\_ Não\_\_\_\_\_

Indique 3 aspectos que mais lhe agradam na área à volta da escola.

\_\_\_\_\_

Indique 3 aspectos que mais lhe desagradam na área à volta da escola.

\_\_\_\_\_

Indique 3 sugestões para a escola interagir mais com exterior:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

IV. Integração da escola na área à sua volta: (PARA CADA ALÍNEA, ASSINALE COM UM X ADEQUADA)

	Sim	Não
Considera a escola um elemento de referência no local onde está instalado?		
Considera que existem conflitos entre a escola e o espaço envolvente?		
Considera que a escola cria dinâmica no espaço envolvente?		

Que balanço faz da integração física e social da escola na área envolvente?

Muito positivo\_\_\_\_\_

Positivo\_\_\_\_\_

Nem positivo nem negativo\_\_\_\_\_

Negativo\_\_\_\_\_

Muito negativo\_\_\_\_\_

**Obrigada pela sua colaboração**

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA  
MESTRADO EM URBANIZAÇÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

**A INTEGRAÇÃO DA ESCOLA NO ESPAÇO URBANO**

**Funcionários**

Inquérito

I. Caracterização geral do indivíduo: (ASSINALE COM UM X A OPÇÃO ADEQUADA)

Sexo: Feminino\_\_\_\_ Masculino\_\_\_\_

Idade:\_\_\_\_\_

Nível de escolaridade:\_\_\_\_\_

Há quantos anos trabalha nesta escola:

Menos de 5 anos\_\_\_\_ De 5 a 15 anos\_\_\_\_ Mais de 15 anos\_\_\_\_

Indique o concelho onde reside: \_\_\_\_\_

II. Acessibilidade da escola: (ASSINALE COM UM X A OPÇÃO ADEQUADA)

Como se desloca para a escola?

A pé	Transportes públicos	Carro	Motorizada	Outra. Qual?

Quanto tempo demora a chegar à escola?

Até 15 m\_\_\_\_ De 15 a 30 m\_\_\_\_ Mais de 30 m\_\_\_\_

Qual a facilidade de acesso a esta escola? (PARA CADA ALÍNEA, ASSINALE COM UM X ADEQUADA)

	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito
A pé				
Em transporte individual				
Em transporte colectivo				

Considera que existem estes problemas de acessibilidade à sua escola? (PARA CADA ALÍNEA, ASSINALE COM UM X A OPÇÃO ADEQUADA)

	Sim	Não
Carência de transportes públicos		
Congestionamento do tráfego		
Deficientes acessos viários		
Falta de estacionamento		
Incompatibilidade entre os percursos pedonais e viários		

III. Relação da escola com a área à sua volta: (ASSINALE COM UM X A OPÇÃO ADEQUADA)

Considera que esta escola se encontra aberta a horas necessárias?

Sim\_\_\_\_ Não\_\_\_\_

Tem por hábito frequentar a escola fora do horário de trabalho?

Sim\_\_\_\_ Não\_\_\_\_

Para que actividades?

\_\_\_\_\_

Qual é o local que mais frequenta na área à volta da escola?

\_\_\_\_\_

Na relação da escola com a comunidade à volta da escola assinale quem mais contribui para a mesma se poder desenvolver?

Alunos \_\_\_\_\_

Pais \_\_\_\_\_

Professores \_\_\_\_\_

Conselho Executivo \_\_\_\_\_

Funcionários \_\_\_\_\_

Autarquia \_\_\_\_\_

Esteve envolvido em actividades com a comunidade à volta da escola?

Sim \_\_\_\_\_ Não \_\_\_\_\_

Se respondeu Sim na resposta anterior, o seu envolvimento foi ligado a:

Organização de actividades promovidas pela escola \_\_\_\_\_

Participação em actividades promovidas pela comunidade \_\_\_\_\_

Outras: Quais? \_\_\_\_\_

Indique a sua opinião acerca da área envolvente da escola: (PARA CADA ALÍNEA, ASSINALE COM UM X A OPÇÃO ADEQUADA)

	Muito insuficiente	Insuficiente	Suficiente	Bom
Bibliotecas públicas				
Jardins públicos				
Pavilhões gimnodesportivos				
Parques desportivos				
Centros culturais				
Equipamentos de saúde				

Considera que a abertura da escola à comunidade traz benefícios para a vida escolar?

Muitos \_\_\_\_\_ Poucos \_\_\_\_\_ nenhuns \_\_\_\_\_

Se assinalou muitos na questão anterior, indique esses benefícios ordenando-os do mais significativo (1) para o menos significativo (3).

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

3 \_\_\_\_\_

Indique os principais problemas que afectam a área onde está localizada a escola:

Excessiva concentração de construções \_\_\_\_\_

Falta de segurança pública \_\_\_\_\_

Confusão urbanística \_\_\_\_\_

Falta de espaços de recreio e lazer \_\_\_\_\_

Falta de espaços de desporto \_\_\_\_\_

Iluminação deficiente \_\_\_\_\_

Espaço público degradado \_\_\_\_\_

Outros. Quais? \_\_\_\_\_

Qual a sua avaliação em relação à segurança na área à volta da escola? (PARA CADA ALÍNEA, ASSINALE COM UM X A OPÇÃO ADEQUADA)

	Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Inexistente
Assaltos				
Tráfico de droga				
Policimento				
Ruas com pouco movimento				
Edifícios degradados				

Sente-se seguro no espaço à volta da escola?

Sim\_\_\_\_\_ Não\_\_\_\_\_

Indique 3 aspectos que mais lhe agradam na área à volta da escola.

---

Indique 3 aspectos que mais lhe desagradam na área à volta da escola.

---

Indique 3 sugestões para a escola interagir mais com exterior:

---

---

IV. Integração da escola na área à sua volta: (PARA CADA ALÍNEA, ASSINALE COM UM X A OPÇÃO ADEQUADA)

	Sim	Não
Considera a escola um elemento de referência no local onde está instalado?		
Considera que existem conflitos entre a escola e o espaço envolvente?		
Considera que a escola cria dinâmica no espaço envolvente?		

Que balanço faz da integração física e social da escola na área envolvente?

Muito positivo\_\_\_\_\_

Positivo\_\_\_\_\_

Nem positivo nem negativo\_\_\_\_\_

Negativo\_\_\_\_\_

Muito negativo\_\_\_\_\_

**Obrigada pela sua colaboração**

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA  
MESTRADO EM URBANIZAÇÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

**A INTEGRAÇÃO DA ESCOLA NO ESPAÇO URBANO**

**Alunos**

I. Caracterização geral do indivíduo: (ASSINALE COM UM X A OPÇÃO ADEQUADA)

Sexo:

Feminino\_\_\_\_\_ Masculino\_\_\_\_\_

Idade:\_\_\_\_\_

Ano de escolaridade em que se encontra:\_\_\_\_\_

II. Acessibilidade da escola: (ASSINALE COM UM X A OPÇÃO ADEQUADA)

Como se desloca para a escola?

A pé	Transportes públicos	Carro	Motorizada	Outra. Qual?

Quanto tempo demora a chegar à escola?

Até 15 m\_\_\_\_\_

De 15 a 30 m\_\_\_\_\_

Mais de 30 m\_\_\_\_\_

III. Relação com a escola: (ASSINALE COM UM X A OPÇÃO ADEQUADA)

A opção pela frequência nesta escola tem apenas a ver com a área de residência?

Sim\_\_\_\_\_ Não\_\_\_\_\_

Se respondeu não diga qual: \_\_\_\_\_

Para além de estudar realiza outras actividades na escola?

Sim\_\_\_\_\_ Não\_\_\_\_\_

Se respondeu sim diga quais: \_\_\_\_\_

Considera que esta escola se encontra aberta a horas necessárias?

Sim\_\_\_\_\_ Não\_\_\_\_\_

Considera a escola um elemento de referência no local onde está instalado?

Sim\_\_\_\_\_ Não\_\_\_\_\_

IV. Relação da escola com a área à sua volta: (ASSINALE COM UM X A OPÇÃO ADEQUADA)

Esteve envolvido em actividades na área à volta da escola?

Sim\_\_\_\_\_ Não\_\_\_\_\_

Se respondeu sim na resposta anterior, o seu envolvimento foi ligado a:

Actividades organizadas pela escola\_\_\_\_\_

Actividades organizadas pela comunidade à volta da escola\_\_\_\_\_

Outras. Quais? \_\_\_\_\_

A sua posição face a abertura da escola a comunidade é:

Favorável\_\_\_\_\_ Desfavorável\_\_\_\_\_ Sem opinião formada\_\_\_\_\_

Quem mais contribui para a relação da escola com o espaço à sua volta se poder desenvolver (assinale apenas uma opção)?

Alunos\_\_\_\_\_

Pais\_\_\_\_\_

Professores\_\_\_\_\_

Conselho Executivo\_\_\_\_\_

Funcionários\_\_\_\_\_

Autarquia\_\_\_\_\_

Indique a sua opinião acerca da área à volta da escola: (PARA CADA ALÍNEA, ASSINALE COM UM X ADEQUADA)

	Muito insuficiente	Insuficiente	Suficiente	Bom
Bibliotecas públicas				
Jardins públicos				
Pavilhões gimnodesportivos				
Parques desportivos				
Centros culturais				
Equipamentos de saúde				

Qual é o sitio que mais frequenta na área à volta da escola?

\_\_\_\_\_

Considera que existem problemas entre a escola e a área à sua volta?

Sim\_\_\_\_ Não\_\_\_\_

Se respondeu sim na questão anterior, quais?

\_\_\_\_\_

Qual a sua avaliação em relação á segurança na área à volta da escola? (PARA CADA ALÍNEA, ASSINALE COM UM X ADEQUADA)

	Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Inexistente
Assaltos				
Tráfico de droga				
Policimento				
Ruas com pouco movimento				
Edifícios degradados				

Sente-se seguro na área à volta da escola?

Sim\_\_\_\_ Não\_\_\_\_

Indique 3 aspectos que mais lhe agradam na área à volta da escola.

\_\_\_\_\_

Indique 3 aspectos que mais lhe desagradam na área à volta da escola.

\_\_\_\_\_

Indique 3 sugestões para a escola interagir mais com exterior:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**Obrigada pela sua colaboração**